



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAPÁ
PRÓ-REITORIA DE ENSINO DE GRADUAÇÃO
COMISSÃO PRÓPRIA DE AVALIAÇÃO - CPA

Relatório

Auto-Avaliação Institucional



2010

Prof.Dr. José Carlos Tavares Carvalho
Reitor

Prof.Dr. Antonio Sérgio Monteiro Filocreão
Vice Reitor

Prof.Dr. Oto João Petry
Pró-Reitor de Ensino de Graduação

Profa.Dra. Adelma das Neves Nunes Barros
Pró-Reitora de Pesquisa e Pós-Graduação

Engº. Seloniel Barroso dos Reis
Pró-Reitor de Administração e Planejamento

Prof. Steve Wanderson Calheiros de Araújo
Pró-Reitor de Extensão e Ações Comunitárias

DADOS DA INSTITUIÇÃO

UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAPÁ

CÓDIGO: 830

CARACTERIZAÇÃO: Instituição Pública Federal - Universidade

ESTADO: Amapá

MUNICÍPIO: Macapá

Campus Marco Zero do Equador - Rodovia Juscelino Kubitschek de Oliveira, km 02 - Jardim Marco Zero - CEP 68.902-280

Fone: +55 (96) 3312-1700 - E-mail: unifap@unifap.br

COMISSÃO PRÓPRIA DE AVALIAÇÃO - CPA

Presidente

Marilyn de Azevedo Costa Trindade Carvalho dos Santos

Representantes do Corpo Docente

Elda Gomes Araújo

Fátima Lúcia Carrera Guedes Dantas

Letícia de Carvalho Ferreira

Representantes do Corpo Técnico Administrativo

Idanilde de Oliveira Rocha de Lima

Sérgio Cleber de Sá Miranda

Representantes do Corpo Discente

Célia Beatriz Dias da Silva

Jorge Luiz Batista Campos

Representante da Sociedade Civil

Dulce Alda Facchinetti Ferreira

Suplentes

Gunar Vingre da Silva Mota

Walter da Silveira Souza Filho

Carlos Henrique Chagas dos Santos

Ailini Danielle Ribeiro da Costa

Lídia Lúcia de Oliveira Alves

PERÍODO DE MANDATO DA CPA: Dois anos -2009/2011.

ATO DE DESIGNAÇÃO DA CPA: Portaria Nº. 1325, de 04 de novembro de 2009. Alterada pela Portaria Nº. 268/2010, de 16 de abril de 2010.

APOIO

José Luis Soares Batista - **Departamento de Informática**

Paulo Roberto Miranda da Silva - **Pesquisador Institucional**

Equipe do Departamento de Educação a Distância - **DEaD**

CURSOS DE GRADUAÇÃO

Campus Marco Zero

Artes Visuais

Ciências Ambientais

Ciências Biológicas

Ciências Farmacêuticas

Ciências Sociais

Direito

Educação Física

Enfermagem

Física

Geografia

História

Letras

Matemática

Medicina

Pedagogia

Secretariado Executivo

Campus Santana

Arquitetura e Urbanismo

Engenharia Elétrica

Campus Oiapoque

Artes Visuais

Geografia

História

Letras

Matemática

Pedagogia

Secretariado Executivo

Educação Escolar Indígena

Campus Laranjal do Jarí

Ciências Biológicas

Ciências Sociais

Geografia

História

Letras

Matemática

Pedagogia

Licenciatura em Educação no Campo

Campus Mazagão

Licenciatura em Educação no Campo

Macapá EAD

Matemática

Educação Física

Pólo Macapá - EAD

Matemática

Pólo Santana - EAD

Matemática

Pólo Vitória do Jarí - EAD

Matemática

LISTA DE SIGLAS

AACC	Atividade Acadêmica Científica e Cultural
ABP	Aprendizagem Baseada em Problemas
CAGEO	Centro Acadêmico de Geografia
CES	Câmara de Educação Superior
CEAV	Comissão de Especialistas de Ensino de Arquitetura e Urbanismo
CFE	Conselho Federal de Farmácia
CNE	Conselho Nacional de Educação
CONSU	Conselho Superior
CONAES	Comissão Nacional de Avaliação da Educação Superior
CESUPA	Centro de Ensino Superior do Pará
CPA	Comissão Própria de Avaliação
CPPD	Comissão Permanente de Pessoal Docente
CPC	Conceito Preliminar de Curso
CTI	Centro de Terapia Intensiva
DAV	Divisão de Avaliação
DEaD	Departamento de Educação a Distância
DERCA	Departamento de Registro e Controle Acadêmico
DCE	Diretório Central dos Estudantes
DCN'S	Diretrizes Curriculares Nacionais
DINFO	Departamento de Informática
ENADE	Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes
ENEM	Exame Nacional do Ensino Médio
FAMEMA	Faculdade de Medicina de Marília
HPV	Papiloma Vírus Humano
HIV	Vírus da Imunodeficiência Humana
IES	Instituição de Ensino Superior
IFES	Instituição Federal de Ensino Superior

INEP	Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais
IOM	Instituto de Oncologia e Mastologia
LDB	Lei de Diretrizes e Bases da Educação
MEC	Ministério da Educação e Cultura
NPJ	Núcleo de Práticas jurídicas
ONGs	Organizações Não Governamentais
PDI	Plano de Desenvolvimento Institucional
PPI	Projeto Pedagógico Institucional
PPC	Projeto Pedagógico dos Cursos
PROAP	Pró-Reitoria de Administração e Planejamento
PROGRAD	Pró-Reitoria de Graduação
PBL	Problem Based Learning
PROCAMPO	Programa de Formação para Professores do Campo
PUC-GO	Pontifícia Universidade Católica de Goiás
PUC-PR	Pontifícia Universidade Católica do Paraná
PNEE'S	Portadores de Necessidades Especiais
SINAES	Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior
SESU	Secretaria de Educação Superior
SUS	Sistema Único de Saúde
TCC	Trabalho de Conclusão de Curso
UEL	Universidade Estadual de Londrina
UFSCAR	Universidade Federal de São Carlos
UNIFAP	Universidade Federal do Amapá
UEPA	Universidade Estadual do Pará
UNIFESP	Universidade Federal de São Paulo
UFSC	Universidade Federal de Santa Catarina
UFPR	Universidade Federal do Paraná
UFRGS	Universidade Federal do Rio Grande do sul

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	13
2	OBJETIVOS	16
2.1	OBJETIVO GERAL	16
2.2	OBJETIVOS ESPECÍFICOS	16
3	DIRETRIZES	18
3.1	ELEMENTOS GERAIS PARA A GRADUAÇÃO	18
3.1.1	Núcleos Básico e Comum	18
3.1.2	Núcleos de Temas Optativos	19
4	PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS	20
4.1	O PROCESSO DE AUTOAVALIAÇÃO DOS CURSOS DE GRADUAÇÃO DA UNIFAP	20
4.1.1	Unidades Envolvidas	20
4.1.2	Levantamento de Informações	20
4.1.3	Categorias	20
4.1.4	Instrumentos de Coleta de Dados	21
4.1.5	Aplicação dos Instrumentos da Autoavaliação dos Cursos de Graduação	21
4.1.6	Documentos coletados para análise de dados	21
4.1.7	Elaboração do Relatório Final	22
4.1.8	Divulgação das Ações da CPA	22
5	A INSTITUIÇÃO UNIFAP	23
6	O ENSINO DE GRADUAÇÃO NA UNIFAP	28
6.1	CONCEPÇÃO DO CURRÍCULO E ORGANIZAÇÃO DIDÁTICO-PEDAGÓGICA	31
6.2	<i>METODOLOGIA DE ENSINO</i>	32
6.3	<i>INTER-RELAÇÃO DAS DISCIPLINAS NA CONCEPÇÃO E EXECUÇÃO DO CURRÍCULO</i>	33
6.4	<i>SISTEMA DE AVALIAÇÃO DO PROCESSO ENSINO APRENDIZAGEM</i>	34
6.5	<i>PROCEDIMENTOS DE AVALIAÇÃO DO PROCESSO ENSINO</i>	35

APRENDIZAGEM

6.6	SISTEMA DE AUTOAVALIAÇÃO DO CURSO	35
6.7	RESULTADOS DO ENADE	36
7	HISTÓRICO GERAL DOS CURSOS DE GRADUAÇÃO	37
7.1	HISTÓRICO POR CURSO DE GRADUAÇÃO	41
7.1.1	Curso Arquitetura e Urbanismo - Bacharelado	41
7.1.2	Curso Artes Visuais - Licenciatura	48
7.1.3	Curso Ciências Ambientais - Bacharelado	52
7.1.4	Curso Ciências Biológicas - Bacharelado e Licenciatura	56
7.1.5	Curso Ciências Farmacêuticas - Bacharelado	58
7.1.6	Curso Ciências Sociais - Bacharelado e Licenciatura	63
7.1.7	Curso Direito - Bacharelado	70
7.1.8	Curso Educação Física - Licenciatura	77
7.1.9	Curso Enfermagem - Bacharelado e Licenciatura	83
7.1.10	Curso Engenharia Elétrica - Bacharelado	91
7.1.11	Curso Física - Licenciatura	95
7.1.12	Curso Geografia - Licenciatura	100
7.1.13	Curso História - Licenciatura e Bacharelado	110
7.1.14	Curso Letras - Licenciatura	120
7.1.15	Curso Matemática - Licenciatura	123
7.1.16	Curso Medicina - Bacharelado	130
7.1.17	Curso Pedagogia - Licenciatura	135
7.1.18	Curso Secretariado Executivo - Bacharelado	143
8	RESULTADOS DA AVALIAÇÃO	145
8.1	AVALIAÇÃO DISCENTE	145
8.1.1	Avaliação do (a) Professor (a)	146
8.1.2	Avaliação da Disciplina	167
8.1.3	Autoavaliação	170
8.1.4	Infraestrutura	172
8.1.5	Coordenação do Curso	176
8.1.6	Técnicos	179
8.1.7	Avaliação Geral do Curso	181
8.1.8	Potencialidades e fragilidades	181

8.2	AVALIAÇÃO DOCENTE	192
8.2.1	Avaliação da Turma	192
8.2.2	Avaliação da Disciplina	193
8.2.3	Autoavaliação	195
8.2.4	Perfil do Docente	200
8.2.5	Infraestrutura	201
8.2.6	Coordenação do Curso	205
8.2.7	Técnicos (as)	208
8.2.8	Avaliação Geral do Curso	210
8.2.9	Potencialidades e Fragilidades	211
9	CONSIDERAÇÕES FINAIS	213
	REFERÊNCIAS	215
	APÊNDICE	218
	APÊNDICE A - Instrumento Autoavaliação Discente	218
	APÊNDICE B - Instrumento Autoavaliação Docente	222

APRESENTAÇÃO

A Comissão Própria de Avaliação da Universidade Federal do Amapá - CPA, órgão articulador do processo estabelecido pelo SINAES e que tem a atribuição de conduzir os processos de avaliação interna e de consolidar o processo de autoavaliação institucional, apresenta neste relatório, informações do terceiro processo de Auto Avaliação Institucional referente ao ano de 2010.

As reflexões e experiências possibilitadas numa avaliação tornam sempre patentes à necessidade de sua ampliação, criando novos modelos que objetivem acréscimo de informação aos modelos já existentes, dessa forma surge à proposta de autoavaliação dos cursos de graduação, fruto da disposição da universidade em produzir uma avaliação significativa e a assumir o compromisso com a avaliação.

Tal proposta justifica-se pela necessidade de provocar continuamente a comunidade acadêmica a participar e contribuir com a instituição na tomada de decisões no sentido de construção de um projeto de universidade comprometido com a excelência na qualidade do ensino, da pesquisa e da extensão, de seus processos administrativos e burocráticos e no atendimento das demandas da sociedade.

O presente relatório integra o Processo de Avaliação Institucional, um dos instrumentos centrais do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior - SINAES e foi elaborado com base nos documentos de trabalho do INEP, quais sejam: Roteiro de Auto-Avaliação Institucional - Orientações Gerais -2004, Diretrizes para a Avaliação das Instituições de Educação Superior, além das orientações recebidas nas reuniões de Capacitação dos Gestores Acadêmicos.

Os resultados ora apresentados deverão subsidiar os coordenadores de cursos e os diretores das unidades acadêmicas nos processos de tomada de decisões para melhorar a gestão pedagógica, o aperfeiçoamento do desempenho acadêmico e administrativo, a qualidade da graduação e, sobretudo, o planejamento da gestão desta Instituição.

A Comissão Própria de Avaliação

1 INTRODUÇÃO

Os caminhos de constituição da **Avaliação Institucional** de acordo com a lei do SINAES na **UNIFAP** foram tumultuados. A **Universidade** enfrentou grandes dificuldades em fazer nascer o embrião de uma proposta avaliativa. Os motivos perpassam a incompreensão da importância e dimensão do processo por parte dos gestores, resistência de professores e alunos a forma e conteúdo da avaliação proposta pelo **SINAES**, à falta de cultura avaliativa no meio acadêmico unifapiano e outras inúmeras justificativas que só podem ser compreendidas quando se vive a especificidade do cotidiano desta comunidade acadêmica. Apenas em **01/08/2006** os trabalhos efetivamente tomam fôlego e o processo para promover a avaliação institucional se inicia. Seus primeiros resultados são a produção do primeiro e segundo Relatório de Auto-Avaliação Institucional disponível no endereço www.unifap.br/cpa, a organização da Divisão de Avaliação e a proposta do programa de autoavaliação dos cursos de graduação.

A proposta de autoavaliação dos cursos de graduação é fruto do amadurecimento da comunidade acadêmica quanto à necessidade da avaliação, da disposição da universidade em produzir uma avaliação significativa e a assumir o compromisso com a avaliação. Sua elaboração teve por base o roteiro para avaliação institucional das **IES**, a **Lei nº. 10.861 de 14 de abril de 2004** e a **Portaria nº. 2.051, de 09 de junho de 2004**. Considera, ainda, documentos de trabalho do **INEP**, quais sejam; Roteiro de Auto-Avaliação Institucional 2004, Diretrizes para a Avaliação das Instituições de Educação Superior, além das orientações recebidas nas reuniões de Capacitação dos Gestores Acadêmicos.

A elaboração desta proposta esteve a cargo da **Divisão de Avaliação** da **UNIFAP** e nela estão declarados os princípios da avaliação, seus instrumentos e ferramentas, a dinâmica para avaliação de cada dimensão e cronograma.

A proposta de Avaliação dos Cursos de Graduação justifica-se pela necessidade de provocar continuamente a comunidade acadêmica a participar e contribuir com a instituição na tomada de decisões no sentido de construção de um projeto de universidade comprometido com a excelência na qualidade do ensino, da pesquisa e da extensão, de seus processos administrativos e burocráticos e no atendimento das demandas da sociedade.

A necessidade da avaliação tornou-se uma realidade institucional, de repensar e amplia-la constantemente em sua forma, conteúdo e horizonte e especialmente de discutir o que fazer com os resultados alcançados e como fazer. É preciso, ainda, tornar claro a diferença entre a avaliação, enquanto um processo, e os dados e resultados que produz, tornando claro que na construção do processo de avaliação todos somos avaliadores e avaliados.

Vivemos uma realidade na qual se pode contar com poucas certezas, dentre elas a compreensão de que nada será imutável. No sistema educacional, assim como outras dimensões sociais, as constantes transformações levam a repensar os modelos administrativos e de gestão acadêmica utilizados, a criar novas metodologias de integração entre ensino, pesquisa e extensão, pilar básico de sustentação da produção e divulgação do conhecimento e da própria universidade. Diante deste contexto, avaliar torna-se uma atitude imperiosa. Conhecer, refletir e agir sobre os mecanismos jurídicos, administrativos e pedagógicos e seus resultados, minimizando os erros e potencializando os acertos, torna-se cada vez mais emergencial para garantir a sobrevivência das instituições. A autocrítica, redefinição e construção de caminhos para a melhoria na qualidade das condições de ensino e dos processos administrativos envolvem necessariamente toda a comunidade.

Especificamente, o objetivo da avaliação é tornar a instituição capaz de tomar decisões no sentido de construção de um projeto de universidade comprometido com a excelência na qualidade do ensino, da pesquisa e da extensão, de seus processos administrativos e burocráticos e no atendimento das demandas da sociedade.

Na construção de uma proposta de avaliação, o contexto nacional e internacional, orientado pela necessidade de mercado que faz ressurgir de maneira imperiosa a necessidade da avaliação, e as experiências adquiridas pela força deste contexto não podem ser desconsiderados. Pelo contrário, os avanços já obtidos na discussão sobre modelos para medir padrões de desempenho acadêmico, especialmente àqueles referidos as competências adquiridas pelos alunos em seu processo de formação e aprendizagem e à infraestrutura da oferta dos serviços pelas IES devem ser incorporados a uma discussão mais ampla sobre a avaliação e sua pertinência social como mecanismo de aprimoramento das próprias políticas

educacionais. As avaliações devem construir parâmetros adequados para decidir quanto o investimento realizado produz efetivamente qualidade e benefício social.

Nesta perspectiva, não se trata de negar ou afirmar a necessidade da avaliação, mas de torná-la uma realidade institucional, de repensar e amplia-la constantemente em sua forma, conteúdo e horizonte e especialmente de discutir o que fazer com os resultados alcançados e como fazer. É preciso, ainda, tornar claro a diferença entre a avaliação, enquanto um processo, e os dados e resultados que produz, tornando claro que na construção do processo de avaliação todos somos avaliadores e avaliados.

A qualidade dos resultados a serem produzidos pela avaliação está diretamente vinculada ao ajuizamento que a comunidade acadêmica construir sobre o processo e a forma como ela aceitar ser vista, uma vez que a realização da avaliação depende da autocrítica e do reconhecimento que a comunidade acadêmica fizer de si mesma. Detectar aspectos a serem melhorados ou superados, consiste em uma apreensão imersa da realidade desta comunidade que envolve aspectos objetivos e subjetivos e relações que só se revelam pela investigação metódica e aceitação por parte do objeto a ser investigado, neste caso, a própria comunidade acadêmica. A sensibilização é, assim, elemento fundamental para a qualidade da avaliação que seremos capazes de promover.

No âmbito desta proposta, avaliar implica, então, em sensibilizar, investigar, descobrir, analisar, discutir e socializar o conhecimento construído. Além disso, os resultados produzidos devem ser capazes de redirecionar ações e decisões da comunidade acadêmica em todos os seus níveis. Criando espaços abstratos e concretos para fazer nascer uma cultura avaliativa, construir consensos, elaborar significativamente interpretações sobre quem somos e quais nossos anseios e dar subsídios para atitudes e ações de aperfeiçoamento dos diversos segmentos da comunidade acadêmica da **UNIFAP**.

2 OBJETIVOS

2.1 OBJETIVO GERAL

Atender a Lei que Institui o **SINAES** e construir institucionalmente a cultura avaliativa e o autoconhecimento sobre a **UNIFAP**, através do levantamento de dados, cenários e perspectivas que permitam o aperfeiçoamento das condições de ensino, pesquisa e extensão, dos processos administrativos e burocráticos e, ainda, de convivência institucional e de relacionamento com a comunidade em geral.

2.2 OBJETIVOS ESPECÍFICOS

Realizar autoavaliação dos cursos de graduação visando:

- 1- Construir e estimular a adoção de uma postura de autocrítica da comunidade acadêmica.
- 2- Diagnosticar a inter-relação estabelecida no âmbito do ensino da pesquisa e da extensão no Projeto Pedagógico dos Cursos e na sua implementação prática.
- 3- Diagnosticar as reais condições, proposição e realização das atividades de ensino, pesquisa, extensão.
- 4- Diagnosticar a inter-relação formal estabelecida no âmbito da missão institucional entre Plano de Desenvolvimento Institucional, Projeto Pedagógico Institucional e Projeto Pedagógico dos Cursos e as relações e compromissos formalmente estabelecidas com a comunidade em geral.
- 5- Diagnosticar o real relacionamento estabelecido entre **UNIFAP** e comunidade.
- 6- Estudar, e espelhar as práticas administrativas e financeiras, seus processos e sua ação sobre o planejamento institucional.
- 7- Responder as demandas das comissões externas de avaliação, no contexto do **SINAES**.

8- Produzir conhecimentos e resultados que permitam apoiar a melhoria qualitativa e quantitativa do conjunto institucional em direção à realização de sua missão, suas metas e objetivos.

3 DIRETRIZES

PERSPECTIVA CIENTÍFICA E PEDAGÓGICA FORMADORA: políticas, normas e estímulos para o ensino de graduação.

3.1 ELEMENTOS GERAIS PARA A GRADUAÇÃO

- Articulação das atividades pedagógicas desenvolvidas no ensino de graduação com as demandas sociais, nos diferentes níveis, e com a organização didático-científica do curso, a partir do perfil de profissional pretendido;
- Estímulo aos discentes da graduação presencial e à distância através de bolsas de estudo e trabalho;
- Existência e relação de política de ensino de graduação, visando a qualificação docente e a melhoria de infraestrutura dos cursos;
- Articulação da graduação com as demais atividades finalísticas da Instituição;
- Existência e manutenção de projetos pedagógicos inovadores com enfoque teórico-prático.

3.1.1 Núcleos Básico e Comum

- Concepção de currículo e organização didático-pedagógica (métodos, metodologias, planos de ensino e de aprendizagem e avaliação da aprendizagem) de acordo com os fins da instituição, as diretrizes curriculares e a inovação da área;
- Práticas pedagógicas, considerando a relação entre a transmissão de informações e a utilização de processos participativos de construção do conhecimento;
- Pertinência dos currículos (concepção e prática), tendo em vista os objetivos institucionais, as demandas sociais (científicas, econômicas, culturais, e outros) e as necessidades individuais;

- Práticas institucionais que estimulam a melhoria do ensino, a formação docente, o apoio ao estudante, à interdisciplinaridade, as inovações didático-pedagógicas e o uso de novas tecnologias no ensino.

3.1.2 Núcleos de Temas Optativos

- Com qual sistemática e periodicidade é feita a revisão de currículos? A periodicidade é adequada? Os mecanismos de atualização são adequados? Existem responsáveis pelo processo?

- Os currículos e programas de estudos de cada curso respondem ao perfil do egresso?

- Quais os critérios orientadores da atualização curricular?

- São desenvolvidos encontros para discutir o (s) currículo (s)? Há discussão em relação às Diretrizes Curriculares Nacionais?

4 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

A avaliação dos cursos de graduação ocorrerá bianualmente, em todos os anos pares. Nos anos ímpares e também de forma bianual será realizada a avaliação institucional de forma que os processos avaliativos da UNIFAP sejam contínuos e tenham como princípio a participação de todos os estudantes e docentes sem a superposição das avaliações, visando à reflexão das práticas pedagógicas, de gestão e apoio oportunizando, assim a correção no percurso.

4.1 O PROCESSO DE AUTOAVALIAÇÃO DOS CURSOS DE GRADUAÇÃO DA UNIFAP

No desenvolvimento das ações, a CPA atuou como mobilizadora, catalisadora, executora e, como construtora deste documento final. Dando continuidade ao projeto de autoavaliação, foram planejadas as ações para sua execução.

4.1.1 Unidades Envolvidas

Comissão Própria de Avaliação, Pró-Reitoria de Ensino de Graduação, Divisão de Avaliação Institucional e Coordenações de cursos de Graduação.

4.1.2 Levantamento de Informações

- Perfil do docente e do discente;
 - Condições das instalações físicas da Coordenação de Curso, de laboratórios e das salas de aula;
 - Organização didático-pedagógica do Curso;
 - Desempenho dos discentes do curso no ENADE;
 - Censo da Educação Superior;
- Cursos de Graduação na modalidade à distância.

4.1.3 Categorias

Docente e discente da graduação.

O universo da comunidade universitária apresenta-se com a seguinte composição: 6.903 estudantes de graduação e 274 professores, de acordo com informações prestadas pelo DERCA e PROAP. Até o ano de 2010, a UNIFAP ofertava 20 cursos de graduação. Desse universo considerou-se apenas os 4.744 acadêmicos de graduação do Campus Marco Zero do Equador e Campus Santana. Responderam o questionário 439 (10%) discentes da graduação e 39 docentes (14%).

A autoavaliação considerou essa população, propondo uma metodologia que permitisse o seu balizamento pelos princípios da:

participação dos segmentos discente e docente da comunidade universitária e a transparência no desenvolvimento das atividades e na coleta, tratamento, análise dos dados e utilização dos resultados;

globalidade, significando que os resultados da avaliação devem expressar uma visão de conjunto da Instituição.

4.1.4 Instrumentos de Coleta de Dados

Foram elaboradas duas propostas de questionários eletrônicos para a avaliação dos cursos de graduação *on line* dirigidos aos docentes e discentes da graduação. Disponibilizados via e-mail as coordenações, para críticas e sugestões que atendessem as especificidades de cada curso.

4.1.5 Aplicação dos Instrumentos da Autoavaliação dos Cursos de Graduação

Para a realização desta etapa, foram disponibilizados dois laboratórios de informática (DINFO, e DEaD), nos três turnos de funcionamento da UNIFAP, no período de 21 a 25/02/2011. O preenchimento dos Instrumentos *on line* mostrou-se eficaz à medida *que* possibilitou aos participantes, flexibilização ao acesso em horário e local mais adequado as suas agendas diárias.

4.1.6 Documentos coletados para análise de dados

Pesquisa documental e levantamento de dados objetivos (Projeto pedagógico do curso, relatório de gestão, PDI, regimento interno do curso,

proposta curricular em vigência, normas para elaboração do trabalho de conclusão de curso, interdisciplinaridade e outros).

4.1.7 Elaboração do Relatório Final

O relatório final foi produzido com base na pesquisa documental, e na análise dos dados estatísticos da avaliação *on line*, mensurados pelo técnico do Departamento de Informática da UNIFAP.

Para facilitar a compreensão dos resultados dos formulários preenchidos a Comissão Própria de Avaliação desenvolveu uma Escala de Conceitos. Essa escala informa, como determinada nota poderá ser analisada em relação aos níveis de aceitação/desempenho esperado. A escala é composta por seis níveis de desempenho, cada um deles associado a um percentual de equivalência, sendo eles:

Nota	Percentual de Desempenho
0	NÃO SE APLICA (NENHUMA ALTERNATIVA)
1 a 2	INSUFICIENTE (NÃO/NUNCA)
3 a 4	REGULAR (MINORITARIAMENTE/ NA MENOR PARTE)
5 a 6	BOM (MEDIANAMENTE/ALGUMAS VEZES)
7 a 8	ÓTIMO (NA MAIORIA DAS VEZES)
9 a 10	EXCELENTE (SIM/TOTALMENTE)

Quadro 1 Escala de Conceitos
Fonte: CPA (2010)

4.1.8 Divulgação das Ações da CPA

As ações da CPA/UNIFAP são divulgadas utilizando-se de meios disponíveis como: informes em reuniões, palestras, faixas, cartazes, panfletos, mural informativo e-mails, e na home page www.unifap.br/cpa , com agenda atualizada.

A divulgação dos relatórios dos cursos a comunidade acadêmica se dará em Seminário, no início de cada período letivo. E seu conteúdo será disponibilizado na página da CPA, no site da UNIFAP.

O Seminário será um momento de reflexão, discussão dos resultados e balanço crítico considerando a necessidade de replanejamento das políticas para os cursos de graduação a partir da análise dos dados da autoavaliação.

5 A INSTITUIÇÃO UNIFAP

A Fundação Universidade Federal do Amapá - UNIFAP é uma Universidade Pública de direito privado, mantida pela União, criada pela Lei n. 7.530, de 29 de agosto de 1986, e instalada pelo decreto n. 98.977, de 02 de março de 1990, vinculada ao Ministério da Educação, tendo sede e foro na cidade de Macapá, capital do Estado do Amapá.

MISSÃO

A missão da UNIFAP é a busca rigorosa e metódica do conhecimento por intermédio do ensino, da pesquisa e da extensão, para a qual deve convergir a sua organização administrativa e acadêmica, seus recursos materiais e seu corpo docente, fundamentando-se para isto nos princípios abaixo.

PRINCÍPIOS

Conforme disposto no artigo 5º de seu Regimento, a UNIFAP organiza-se e estrutura-se com base nos seguintes princípios:

- I - Unidade de patrimônio e administração;
- II - Indissociabilidade do Ensino, Pesquisa e Extensão, vedada à duplicação de meios para fins idênticos ou equivalentes;
- III - Universalidade de campo, pelo cultivo das áreas do conhecimento humano e das áreas técnico-profissionais;
- IV - Pluralismo de idéias e de concepções; e

V - Racionalidade de organização com utilização plena de recursos humanos e materiais.

FINALIDADES

Conforme disposto em seu Estatuto, artigo 3º, a Universidade Federal do Amapá tem as seguintes finalidades:

- I - estimular a criação cultural e o desenvolvimento do espírito científico e do pensamento reflexivo;

II - formar diplomados nas diferentes áreas de conhecimento, aptos para a inserção em setores profissionais e para a participação no desenvolvimento da sociedade amapaense e brasileira, e colaborar na sua formação contínua;

III - incentivar o trabalho de pesquisa e investigação científica, visando o desenvolvimento da ciência e da tecnologia e da criação e difusão da cultura, e, desse modo, desenvolver o entendimento do homem e do meio em que vive;

IV - promover a divulgação de conhecimentos culturais, científicos e técnicos que constituem patrimônio da humanidade e comunicar o saber através do ensino, de publicações ou de outras formas de comunicação;

V - suscitar o desejo permanente de aperfeiçoamento cultural e profissional e possibilitar a correspondente caracterização, integrando os conhecimentos que vão sendo adquiridos numa estrutura intelectual sistematizadora do conhecimento de cada geração;

VI - estimular o conhecimento dos problemas do mundo presente, em particular os do Estado, da região e da nação, prestar serviços especializados à comunidade e estabelecer com esta uma relação de reciprocidade;

VII - promover a extensão, aberta à participação da população, visando à difusão das conquistas e benefícios resultantes da criação cultural e da pesquisa científica e tecnológica geradas na Universidade;

VIII - incentivar, promover e estimular o intercâmbio com outras instituições e organizações científicas e técnicas, nacionais e estrangeiras, visando ao desenvolvimento das ciências e das artes, preservando a natureza e interagindo com o ecossistema amazônico;

IX - colaborar com entidades públicas e privadas através de estudos, projetos, pesquisas e serviços com vistas à solução de problemas regionais e nacionais sem perder de vista os valores étnicos, ecológicos, em consonância com os anseios e tradições dos povos da região;

X - contribuir para a formação da consciência cívica nacional, com base em princípios da ética e do respeito à dignidade da pessoa humana, considerando o caráter universal do saber.

ESTRUTURA ORGANIZACIONAL

Compõem a estrutura organizacional da UNIFAP os seguintes órgãos:

I - Órgãos Colegiados Superiores:

- a) Conselho Diretor.
- b) Conselho Universitário.

II - Órgãos Executivos Superiores:

- a) Reitoria.
- b) Pró-Reitorias.

III - Órgãos de Assessoramento.

IV - Órgãos da Administração Geral.

V - Órgãos Executivos de Administração Específica.

A UNIFAP está organizada em quatro (04) Campi, assim denominados: Campus Marco Zero do Equador, Campus Santana, Campus Norte (Oiapoque), Campus Sul (Laranjal do Jarí) e Campus Mazagão.

Campus Marco Zero do Equador

Localizado na área urbana da capital, possui 929.517,00 m² de área, porém apenas 31.623,40 m² edificadas, onde funcionam 20 (vinte) cursos regulares hoje ofertados pela UNIFAP. Onde estão localizadas as principais unidades administrativas e acadêmicas: Reitoria, Pró-Reitorias de Administração e Planejamento, Graduação, Pós-Graduação e Assuntos Comunitários; Assessoria Especial de Engenharia e Arquitetura, Departamento de Processo Seletivo, Biblioteca Central, Coordenações dos Cursos, Auditório Multiuso, Almoxarifado, Unidade Básica de Saúde, Juizado Especial, Centro de Lazer e Vivência, Quadra de Esportes, Piscina, Blocos de Salas de aula; Laboratórios dos cursos de Letras, Artes, Pedagogia, Licenciatura e Bacharelado em Ciências Biológicas, Licenciatura e Bacharelado em História, Geografia, Matemática, Física, Educação Física, Secretariado Executivo, Enfermagem, Ciências Sociais, Direito, Ciências Ambientais, Ciências Farmacêuticas, Engenharia Elétrica e Medicina.

Campus Universitário Santana

Está localizado na área urbana do segundo município mais populoso do Estado, possui 20.000 m² de área, e 1.280 m² de área edificada, em quatro blocos distribuídos entre Salas administrativas, Biblioteca Setorial, Salas de Aula e Laboratórios, utilizados pelo Programa de Interiorização, onde funciona o curso de Arquitetura e Urbanismo.

Campus Universitário Sul (Laranjal do Jarí)

Está localizado no município de Laranjal do Jarí, extremo sul do Estado, terceiro município mais populoso, com 6.000 m² de área, e tendo 640 m² de área edificada, distribuídos em sete (07) salas de aula, e um bloco Administrativo, utilizado pelo Programa de Interiorização onde funciona o curso de Licenciatura Plena em Educação do Campo-PROCAMPO.

Campus Universitário Norte (Oiapoque)

Localiza-se no município de Oiapoque, extremo norte do Estado e do país, têm 7.200 m² de área, e 540 m² de área construída, utilizado pelo Programa de Interiorização, onde funciona o Curso de Licenciatura Plena em Educação Escolar Indígena. Atualmente o Campus funciona com três turmas de acadêmicos de nove etnias e destina-se especificamente a formação de professores indígena.

Localizado na BR 316, km 02, Bairro Universidade na cidade de Oiapoque o Campus Universitário Norte possui 06 salas de aula; 04 banheiros sendo 02 masculinos e 02 femininos e 01 sala administrativa.

Campus Mazagão

Está localizado na Avenida Intendente Alfredo Pinto s/n, bairro União, na Cidade de Mazagão, Estado do Amapá, com um imóvel de 160 m² de área construída, contendo 03 (três) salas de aula, e banheiros masculino e feminino, sendo utilizado pelo Programa de Interiorização onde funciona o curso de

Licenciatura Plena em Educação do Campo-PROCAMPO, que teve início em 2010 com 60 alunos, nos períodos de janeiro, fevereiro e julho. Em face da demanda de qualificação de mão de obra local a fim de formar professores e técnicos capazes de contribuir com a educação da região.

No período noturno a UNIFAP utiliza 02 (duas) salas de aula e 01 (uma) como setor administrativo do Pre-Vestibular CPV-Negros.

A Universidade Federal do Amapá-UNIFAP vem se consolidando, ao longo de anos, como uma das principais instituições de ensino superior do estado do Amapá. Desde a sua criação participa ativamente do contexto histórico amapaense na formação, produção e difusão de conhecimentos. Nos últimos anos implantou novos cursos de graduação e pós-graduação em nível de mestrado e doutorado, criando novas linhas de pesquisas, com o objetivo de elucidar problemáticas afetas à sociedade local e ao meio ambiente. A UNIFAP tem buscado ampliar também a sua capilaridade, instalando *campi* de norte a sul do estado, considerando o seu potencial fronteiriço e a exuberante biodiversidade que o Amapá possui.

6 O ENSINO DE GRADUAÇÃO NA UNIFAP

O Ensino de Graduação, coordenado pela Pró-Reitoria de Ensino de Graduação (PROGRAD), destina-se a formar acadêmicos na área profissional e técnico-científica, criando condições para que estes adquiram um conhecimento aplicável e um saber crítico, que atendam às exigências do mercado de trabalho e privilegiem uma formação humanística, social e científico-tecnológica, gerando um cidadão profissional capaz de lidar com o crescente acúmulo de informação nos diversos segmentos de conhecimento.

A Pró-Reitoria de Ensino de Graduação - PROGRAD é subordinada diretamente ao Reitor e possui, dentre outras, as seguintes competências:

- Definir a política de ensino de graduação da Universidade;
- Elaborar os planos anual e plurianual de ensino de graduação e promover as condições de execução dos mesmos;
- Cumprir e fazer cumprir as deliberações dos conselhos superiores;
- Propor ao Conselho Superior os planos de capacitação docente, ouvida a CPPD;
- Acompanhar e avaliar permanentemente o ensino de graduação na UNIFAP.

A Pró-Reitoria de Ensino de Graduação para desenvolver a política de ensino de graduação dispõe das seguintes unidades administrativas e acadêmicas:

Secretaria

Coordenadora de Ensino de Graduação

Departamento de Processos Seletivos e Concursos

Departamento de Registro e Controle Acadêmico

Departamento de Interiorização

Departamento de Educação Continuada e à Distância

Biblioteca Central

Os vinte (20) cursos de graduação existentes na instituição estão interligados a Coordenadoria de Ensino de Graduação. Em cada coordenação de curso há um coordenador, mais os docentes que compõe o colegiado, um técnico e um bolsista. A essa estrutura soma-se o Núcleo de Práticas Jurídicas e trinta (30)

laboratórios que dão suporte aos cursos e programas. Sua estrutura será drasticamente modificada com a reestruturação acadêmica.

Ressalta-se que, regimentalmente os cursos deveriam ser agrupados por departamentos, esta estrutura começa a ser implantada pela instituição, com a criação das 4 (quatro) Unidades Acadêmicas e nomeação dos respectivos diretores, conforme quadro abaixo . Os colegiados dos cursos de graduação deixarão de cumprir assim, as atividades administrativas de responsabilidade dos departamentos como determinado pelo regimento.

Unidades Acadêmicas	Áreas do conhecimento por afinidade	Cursos da UNIFAP
Ciências Biológicas e da Saúde	Ciências Biológicas, Ciências da Saúde e outros	-Ciências Biológicas -Ciências Ambientais - Ciências Farmacêuticas -Enfermagem - Medicina
Ciências Exatas e Tecnologia	Ciências Exatas e da terra e Engenharias	-Matemática -Física -Engenharia Elétrica
Filosofia e Ciências Humanas	Ciências Humanas e Sociais Aplicadas	-Direito -Arquitetura e Urbanismo -Secretariado Executivo -Ciências Sociais -História -Geografia -Educação Indígena -Comunicação Social e Relações Internacionais
Letras e Artes + Educação	Linguística, Letras e Artes	-Letras Inglês-Licenciatura -Letras Francês-Licenciatura -Artes Visuais -Pedagogia -Educação Física

Quadro 2 Cursos agrupados por Unidades Acadêmicas
Fonte: COEG (2010)

No PPI e PDI da UNIFAP o compromisso institucional no âmbito da graduação está atrelado à compreensão da educação superior para muito além da formação de mão-de-obra para o mercado. A educação superior na UNIFAP precisa produzir conhecimento e daí a necessidade de uma busca permanente pela sólida construção teórico-prática para a formação de um profissional competente, capaz de compreender as contradições sociais, propondo alternativas de desenvolvimento e de mudanças. A busca de alternativas sempre depende de uma liderança conseqüente que garanta as condições para despertar a motividade. A realização desse compromisso deve envolver a discussão da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão, pilar fundamental da construção do conhecimento, sua disseminação e formação do acadêmico e do cidadão.

A Pró-Reitoria com o compromisso pela qualidade do ensino estabelece as seguintes metas:

- Implantar o regimento de funcionamento do ensino de graduação;
- Sugerir a ampliação do corpo docente e técnico;
- Expandir com democratização a oferta;
- Revisar permanente e estudar os currículos dos cursos oferecidos;
- Implantar a formação continuada docente.
- Implementar parcerias através de projetos;
- Elaborar e Implantar política de qualidade na graduação.
- Implantar a política de avaliação bianual dos cursos de graduação.
- Operacionalizar o sistema de crédito.
- Promover a reestruturação acadêmica com a Implantação das faculdades integradas em unidades acadêmicas.
- Elaboração dos Regimentos Internos das Unidades;
- Criação de novos cargos e gratificação.
- Aquisição de material permanente para atender as demandas da reestruturação e unidades administrativas existentes
- Reestruturar a Pró-Reitoria de Ensino de Graduação, dotando-a dos órgãos e setores administrativos necessários à implementação das estratégias e alcance das metas ora previstas;
- Reorganizar a estrutura administrativa do Departamento de Processos Seletivos e Concursos com a finalidade de atender a demandas de acesso

de egressos do ensino médio e outros concursos, considerando os princípios da flexibilidade, racionalidade e indissociabilidade;

- Criar uma Coordenadoria de Assessoramento Pedagógico do Campus e Campi para fins de descentralização da gestão acadêmica;
- Consolidar o funcionamento dos Campi do Oiapoque, Laranjal do Jarí, Mazagão e Santana;
- Apresentar proposta para modificações e/ ou implementação do Regimento Geral da UNIFAP;
- Implantar bibliotecas setoriais nos campi e da pós - graduação;
- Ampliar o acervo da biblioteca central;
- Dimensionar de maneira mais harmônica o espaço da biblioteca central;
- Construir novo prédio do Departamento de Registro e Controle.

6.1 CONCEPÇÃO DO CURRÍCULO E ORGANIZAÇÃO DIDÁTICO-PEDAGÓGICA

Estão de acordo com as finalidades institucionais e as Diretrizes Curriculares dos cursos de graduação, que são sustentados nos princípios éticos, políticos, didático-pedagógicos e na busca da competência profissional expressos no PPI, evidenciando a pedagogia progressista atrelada à interdisciplinaridade presente no fazer pedagógico dos docentes e discentes desta IFES.

Os cursos assumiram compromissos institucionais de promover a expansão educacional da região através da oferta regular de vagas anuais e de oferecer ensino de graduação com qualidade. Ambos os compromisso vem sendo cumpridos.

A qualidade do ensino promovido pelos cursos é assegurada por uma política de graduação e experiência dos professores ligados aos cursos e relevância teórico-metodológica dos conteúdos curriculares ministrados em sala e estendidos aos projetos de pesquisa, atividades de extensão e atividades complementares a formação do acadêmico.

Dessa forma, articulando com as diferentes áreas do conhecimento e mesmo com dificuldades de integrar a pesquisa e a extensão, os cursos buscam promover a construção do saber nas diversas áreas por meio das práticas de ensino,

da pesquisa e da extensão, condição primeira de um processo educacional continuado e não dependente.

Os cursos preservaram, assim, o caráter pluridimensional do ensino superior universitário, proporcionando ao acadêmico formação geral e específica na área do conhecimento, necessária diante dos inúmeros desafios que são impostos ao exercício profissional do bacharel e do licenciado.

O Projeto Pedagógico dos Cursos repousa, assim, sobre um conjunto de princípios que caracterizam suas identidades e expressam suas missões, quais sejam:

- a) construção e reelaboração coletiva e continuada dos projetos de curso;
- b) interação recíproca com a sociedade, reafirmando o compromisso como agente fundamental da formação profissional;
- c) Construção permanente da qualidade de ensino, entendida como processual e cotidiana da graduação, tendo como pontos questionadores: Que tipo de sociedade temos e queremos? Qual a função do curso diante das novas relações sociais e de produção? Qual o perfil do profissional a ser formado diante do mercado de trabalho? Em que consiste a formação inicial e continuada de professores?
- d) Busca da integração constante entre ensino, pesquisa e extensão;
- e) busca permanente da unidade entre a teoria e a prática, exigindo para isso a incorporação de professores e alunos em atividades práticas e de pesquisa e iniciação científica;
- f) observação das diretrizes curriculares nacionais e das exigências do MEC para a execução do curso.

6.2 METODOLOGIA DE ENSINO

As exigências colocadas pela atualidade nos leva a repensar as formas tradicionais de aprendizagem, do domínio da linguagem informacional e do desenvolvimento de competências. Para tanto, é necessário o uso de metodologias que possibilitam a formação de um profissional crítico e ético, capaz de identificar as determinantes sociais mais amplas que condicionam sua prática e, condições

materiais de intervenção na realidade. Este repensar nos leva a propor uma alternativa metodológica que parte da problematização da realidade com a finalidade de compreendê-la; de construir o conhecimento capaz de transformá-la; acentuar a descoberta; a participação em grupo, a autonomia e a iniciativa.

A prática pedagógica, não consiste apenas na sala de aula e nem está restrita às atividades de trabalho pedagógico isolado, mas se expande para o trabalho junto à comunidade. Outro aspecto, diz respeito à substituição da quantidade de conteúdos trabalhados que deve ceder lugar à qualidade das aprendizagens desenvolvidas, já que serão baseadas em significados profundos das relações entre teoria e prática partindo do concreto vivido e não do abstrato longínquo. Um outro suporte desta proposta metodológica é a interdisciplinaridade como perspectiva superadora do conhecimento estanque e fragmentado, identificando com os temas geradores que cuja discussão interliga os diversos saberes dentro do processo ensino-aprendizagem. A interdisciplinaridade é contemplada através da metodologia proposta em sala de aula; das atividades extensão e projetos de pesquisa.

6.3 INTER-RELAÇÃO DAS DISCIPLINAS NA CONCEPÇÃO E EXECUÇÃO DO CURRÍCULO

A interdisciplinaridade é o processo de integração recíproca entre várias disciplinas e campos de conhecimento, capaz de romper as estruturas de cada uma delas, para alcançar uma visão unitária e comum do saber, trabalhando em parceria.

O conceito de interdisciplinaridade foi retomado, pois o atual contexto histórico não pode ser caracterizado pela divisão do trabalho intelectual, pela fragmentação do conhecimento e pelas características das predominâncias excessivas das especializações.

Trabalhar a interdisciplinaridade não significa negar as especialidades e objetividade de cada ciência. O seu sentido reside na oposição da concepção de que o conhecimento se processa em campos fechados em si mesmo, como se as teorias pudessem ser construídas em mundos particulares sem uma posição unificadora, que sirva de base para todas as ciências, e isoladas dos processos e contextos histórico-culturais.

A interdisciplinaridade tem que respeitar o território de cada campo do conhecimento, bem como distinguir os pontos que os unem e que os diferenciam. Essa é a condição necessária para detectar as áreas onde se possa estabelecer as conexões possíveis. A interdisciplinaridade impõe que cada especialista transcenda sua própria especialidade, tomando consciência de seus próprios limites, para colher as contribuições das outras disciplinas. Desta forma, os cursos da UNIFAP trabalhado pedagogicamente na tentativa de integrar de forma coordenada as diversas disciplinas do currículo procurando garantir a complementação de conhecimentos e suas interligações na explicação da realidade administrativa, social e política.

A interdisciplinaridade ocorre na estrutura e nas diretrizes curriculares dos cursos como um processo de integração recíproca entre várias disciplinas e campos de conhecimento, trabalhando de cada uma delas com o objetivo de alcançar uma visão unitária e comum do saber.

6.4 SISTEMA DE AVALIAÇÃO DO PROCESSO ENSINO APRENDIZAGEM

Quanto aos critérios de avaliação adotados, a UNIFAP estabeleceu que a nota de cada semestre é composta pela avaliação contínua que resulta em uma média final dos alunos. Os professores estão orientados a aplicar ao menos três instrumentos avaliativos.

As atividades sugeridas e aplicadas pelos docentes têm como objetivo desenvolver a prática da pesquisa, de modo a aprimorar o raciocínio lógico, crítico e analítico, devendo o aluno estabelecer relações causais entre fenômenos e ainda, desenvolver a habilidade de expressar-se de modo crítico e criativo frente aos diferentes contextos e problemas sociais. Tais atividades podem ser: pesquisas, exercícios, arguições, seminários, preleções, trabalhos práticos, provas parciais escritas e orais previstas os respectivos programas das disciplinas, que são computadas na nota do semestre.

Todas essas práticas formais estão inseridas numa filosofia que entende a avaliação como um processo continuado, cujo objetivo principal é o aprimoramento e o crescimento do aluno como agente principal do processo ensino-aprendizagem.

6.5 PROCEDIMENTOS DE AVALIAÇÃO DO PROCESSO ENSINO APRENDIZAGEM

A avaliação do desempenho escolar é feita por disciplina, incidindo sobre a frequência e o aproveitamento.

Independentemente dos demais resultados obtidos, é considerado reprovado na disciplina o aluno que não obtenha frequência de, no mínimo, 75% (setenta e cinco por cento) das aulas e demais atividades programadas.

A verificação e o registro da frequência são de responsabilidade do professor. Cabem ao professor também elaboração, aplicação e julgamento das verificações de rendimento escolar concernentes à disciplina de sua responsabilidade.

A avaliação do rendimento será expressa em grau numérico de zero a 10 (dez) pontos, permitindo-se o fracionamento em décimos.

O aluno obterá aprovação nas disciplinas mediante a obtenção de:

I - mínimo de 75% (setenta e cinco por cento) de frequência às aulas previstas;

II - média igual ou superior a 5 (cinco) nas avaliações parciais, computando-se a mesma como grau final;

Considerar-se-á reprovado o aluno que:

I - Não obtiver frequência mínima de 75% (setenta e cinco por cento) das aulas da disciplina;

II - Não obtiver, na disciplina, média final de verificação da aprendizagem igual ou superior a 5 (cinco).

6.6 SISTEMA DE AUTOAVALIAÇÃO DO CURSO

Os cursos integram a Avaliação Institucional, seu desenvolvimento é acompanhado pela Comissão Própria de Avaliação - CPA. A CPA acompanha os desdobramentos do curso.

Os resultados apresentados nos Relatórios reafirmam o compromisso do trabalho da CPA no processo permanente de avaliação institucional, e no envolvimento dos atores sociais que compõem a comunidade universitária, no

sentido de construir e aprofundar o conhecimento da realidade da instituição, para realimentar o processo de planejamento e de gestão.

6.7 RESULTADOS DO ENADE

Dos quinze cursos da UNIFAP cujos alunos participaram do Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes - ENADE, nos anos de 2004 a 2010 os conceitos obtidos foram:

CURSO	CONCEITO						
	ANO 2004	ANO 2005	ANO 2006	ANO 2007	ANO 2008	ANO 2009	ANO 2010
Educação Física				SC			
Enfermagem	4			3			x
Arquitetura e Urbanismo					SC		
Ciências Biológicas		3			3		
Ciências Sociais		4			4		
Física		SC			1		
Geografia					2		
História		3			3		
Letras		3			2		
Matemática		4			SC		
Pedagogia		2			2		
Direito			4			4	
Secretariado Executivo			1			3	
Ciências Farmacêuticas							x
Medicina							x

Quadro 3 Conceitos do ENADE

Fonte: DAV (2010)

7 HISTÓRICO GERAL DOS CURSOS DE GRADUAÇÃO

Nº	CURSOS	CÓD. Interno	Nº DE VAGAS	TURNO	DATA DE INÍCIO FUNCIONAMENTO	ATO AUTORIZATIVO	ATO DE RECONHECIMENTO	SITUAÇÃO ATUAL
01	PEDAGOGIA Licenciatura Plena com habilitação em Magistério das séries iniciais do Ensino Fundamental; Orientação Educacional; Supervisão Escolar e Magistério das Disciplinas Pedagógicas do Ensino Médio. (turmas remanescentes seguem estas habilitações) CÓDIGO DE CURSO: 17199	53	50	MATUTINO	04/03/1990	RESOLUÇÃO CONSIMP Nº. 015, de 18/12/1991	1.PORT. MINIST Nº. 1251, de 06/12/1996 2..Renovação do Reconhecimento PORT. Nº 4327, de 22/12/2004	Renovação de reconhecimento concedido com conceito "4".
02	LETRAS 1. Licenciatura Plena em Língua Inglesa com respectivas Literaturas. 37.1 2. Licenciatura plena em Língua Francesa com respectivas Literaturas. 37.2	37.1 37.2	60 TOTAL 30 30	VESPERTINO	04/03/1990	RESOLUÇÃO CONSIMP Nº. 013, de 18/12/1991	1.PORT. MINIST. Nº 1466, de 06/12/1995 2.Renovação do Reconhecimento PORT. Nº 4327, de 22/12/2004	Aguarda portaria do MEC
03	HISTÓRIA 1. Bacharelado e 2. Licenciatura CÓDIGO DE CURSO: 17201	36	80 TOTAL 30 50	MATUTINO	04/03/1990	RESOLUÇÃO CONSIMP Nº. 014, de 18/12/1991	1.PORT. MINIST Nº 1482, de 06/12/1995	Encerramento Avaliação pelo INEP Data: 23/09/2010 Aguarda manifestação do MEC
04	GEOGRAFIA Bacharelado e Licenciatura. ENTRADAS 35 TARDE (1º SEM) 35 NOITE (2ºSEM) CÓDIGO DE CURSO: 17195	35.1 35.2	70	NOTURNO	04/03/1990	RESOLUÇÃO CONSIMP Nº. 019, de 19/12/1991	1.PORT. MINIST. Nº 1.400, de 23/12/1996	CPC 02 Após visita in loco e manifestação contrária da coordenadora em relação ao relatório (conceito 02), aguarda manifestação final do MEC
05	MATEMÁTICA Licenciatura INGRESSO 2º SEMESTRE CÓDIGO DE CURSO: 17196	39	50	NOTURNO	02/03/1990	RESOLUÇÃO CONSIMP Nº. 022, de 20/12/1991	1.PORT. MINIST. Nº 1483, de 06/12/1995	Sem conceito Foi feita a justificativa Aguarda manifestação do INEP

06	ARQUITETURA E URBANISMO Bacharelado. CÓDIGO DE CURSO: 94451	04	50	MATUTINO	02/05/2005	RESOLUÇÃO CONSU Nº. 013, de 26/11/2004	1.PORT. MINIST. Nº. 820/2011, de 14/03/2011	Avaliado com conceito “4” pelo MEC
07	CIÊNCIAS BIOLÓGICAS 1. LICENCIATURA 2. BACHARELADO	20 19	50 TOTAL 25 25	1. MATUTINO 2. VESPERTINO		RESOLUÇÃO CONSU/UNIFAP nº 015 de 03/11/1998	1..PORTARIA SESu nº 376 de 03/05/2007 2. Portaria nº 896 de, 21 de JULHO de 2010. Renova o reconhecimento do curso de Ciências Biológicas, <u>licenciatura,</u>	CPC 03 AGUARDANDO PORTARIA DE BACHARELADO
08	FÍSICA Licenciatura	38	50	VESPERTINO	05/05/2004	RESOLUÇÃO CONSU Nº. 010, de 15/09/2003	1.PORT. SESU Nº 508, de 15/07/2008	Solicitação de <u>renovação</u> reconhecimento previsto para 2012
09	EDUCAÇÃO FÍSICA Licenciatura CÓDIGO DE CURSO: 99617	75	50	MATUTINO	29/05/2006	RESOLUÇÃO CONSU Nº. 05, de 30/05/2005	1.Portaria nº 1.975, DE 23 DE NOVEMBRO DE 2010	Reconhecimento concedido com conceito “3”
10	ARTES VISUAIS Licenciatura CÓDIGO DE CURSO: 17197	84	50	VESPERTINO	04/03/1990	RESOLUÇÃO CONSU Nº. 029, de 18/11/2002 (reformulado - Resolução CONSU nº 015, de 26/06/06).	1.PORT. MINIST Nº 1.852, de 29/12/1994 2.Renovação de Reconhecimento PORT. SESU Nº 459, de 24/05/2007	Solicitação de <u>renovação</u> reconhecimento previsto para 2011, 1º semestre
11	CIÊNCIAS SOCIAIS Bacharelado e Licenciatura Plena.	25	50	MATUTINO	02/10/1997	RESOLUÇÃO CONSU Nº. 014, de 15/10/1998	1.PORT. MINIST.SESU Nº 376, de 03/05/2007 2. Portaria nº 897 de 21 de JULHO de 2010. Renova o reconhecimento do curso de Ciências Sociais, <u>bacharelado,</u>	CPC 3 AGUARDANDO PORTARIA DE LICENCIATURA

12	ENFERMAGEM Bacharelado e Licenciatura CÓDIGO DE CURSO: 17201	18	50	Integral a partir de 2009	04/03/1991	RESOLUÇÃO CONSIMP Nº. 021, de 20/12/1991	1.PORT. MINIST. Nº. 53, de 24/01/1996 2..PORT. MINIST. Nº. 4237, de 22/12/2004(Renovação) Avaliado em 12/2007 - 3.Renovação Reconhecimento PORT. SESU Nº 775, de 07/11/2008(Cursos Conceito 3)	Obs. Renovação só de bacharelado Solicitação de <u>renovação</u> reconhecimento previsto para 2º semestre de 2012
13	DIREITO Bacharelado CÓDIGO DE CURSO: 17200	15	50	NOTURNO	19/12/1991	RESOLUÇÃO CONSIMP Nº. 017, de 19/12/1991	1.PORT. MINIST. Nº 1.014, de 02/10/1996 2..Avaliado em 2003	Por determinação da DAES/INEP, o processo deverá retomar o fluxo de tramitação para a visita in loco. 23/09/2010
14	SECRETARIADO EXECUTIVO Bacharelado CÓDIGO DE CURSO: 17202	12	50	NOTURNO	04/03/1991	RESOLUÇÃO CONSIMP Nº. 018, de 19/12/1991	1.PORT. MINIST. Nº 162, de 22/02/1996 2.Renovação de Reconhecimento PORT. SESU Nº 260, de 27/03/2007	Solicitação de <u>renovação</u> reconhecimento previsto para 2011
15	ENGENHARIA ELÉTRICA Bacharelado	40	50	NOTURNO	09/02/2009	RESOLUÇÃO CONSU Nº. 06/2008, de 21/05/2008		Solicitação de reconhecimento previsto para 2011
16	CIÊNCIAS AMBIENTAIS Bacharelado CÓDIGO DE CURSO: 122895	34	50	NOTURNO	09/02/2009	RESOLUÇÃO CONSU Nº. 08, de 23/05/2008		Solicitação de reconhecimento previsto para 2011
17	EDUCAÇÃO ESCOLAR INDÍGENA Licenciatura.		30	INTEGRAL	01/07/2007	RESOLUÇÃO CONSU Nº. 021, de 11/09/2006		Solicitação de reconhecimento previsto para março de 2011 junto ao MEC

18	MEDICINA Bacharelado	21	30	INTEGRAL	08/02/2010	1.RESOLUÇÃO Nº 019/2009 - CONSU - aprova a criação do curso 2.PORTARIA Nº. 36, de 13 de janeiro de 2010 Secretaria de Educação Superior	Curso Autorizado com conceito "4"	Solicitação de reconhecimento previsto para 2014
19	CIÊNCIAS FARMACÊUTICAS Bacharelado	30	50	INTEGRAL	08/02/2010	RESOLUÇÃO CONSU Nº 021, de 23/11/2007		Solicitação de reconhecimento previsto para 2013
20	EDUCAÇÃO DO CAMPO 1. Laranjal do Jarí 2. Mazagão Licenciatura.		60	INTEGRAL	14/07/2009	1..RESOLUÇÃO Nº 003/2009, de 18 de maio de 2009		Protocolado no sistema e-mec em, 30/03/2011 - Laranjal do Jarí

Quadro 4 Acompanhamento da Situação dos cursos de Graduação
Fonte: DAV, PI, DCP (2010).

7.1 HISTÓRICO POR CURSO DE GRADUAÇÃO

7.1.1 Curso Arquitetura e Urbanismo - Bacharelado

Código: 94451

Modalidade: Presencial

Total de Vagas Anuais: 50

Número de Alunos por Turma: 50

Local de Funcionamento: Campus Santana

Turno de Funcionamento: Diurno (Matutino e vespertino)

Regime de Matrícula: Crédito Semestral

Carga Horária Total: 4.985

Integralização: Mínimo: 10 semestres e Máximo: 14 semestres

Docentes	Regime de Trabalho	Titulação
Ana Karina Nascimento Silva Rodrigues	DE	Especialista
Oscarito Antunes do Nascimento	DE	Especialista
Danielle Costa	DE	Mestre
Eloane de Jesus Ramos Cantuária	DE	Mestre
Fátima Maria Andrade Pelaes	DE	Especialista
Jadson Luís Rebelo Porto	DE	Doutor
José Alberto Tostes	DE	Doutor
Jamil Jose Salim Neto	DE	Mestre
Jair Jose dos Santos Gomes	DE	Mestre
Ivanize Claudia dos Santos e Silva	DE	Mestre
Bianca Moro de Carvalho	DE	Mestre
Maria Luiza Almeida Cunha de Castro	DE	Doutora
Carlos Henrique da Silva Nery	40	Graduação
Ana Corina Maia	40	Especialista
Aneliza Smith Brito	40	Especialista
Leonardo Bruno Craveiro de Oliveira	VOLUNTÁRIO	Graduação

Quadro 5 Corpo Docente por Regime e Titulação
Fonte: CGP (2010)

A formação do arquiteto, nas instituições do Ensino Superior, deve levar em consideração tanto as perspectivas tradicionais de atuação deste profissional, bem como

novas demandas que vêm surgindo nas últimas décadas. Em uma sociedade em rápida transformação surgem continuamente novas funções sociais e novos campos de atuação. Portanto, propor uma formação num só tempo, ampla e flexível, que desenvolva habilidades e conhecimentos necessários às expectativas atuais e à capacidade de adequação a diferentes perspectivas de atuação futura.

É nesse sentido, após cuidadosa etapa de pesquisa sobre a realidade dos cursos de formação de arquitetos e urbanistas, apresenta-se a proposta do curso de Arquitetura e Urbanismo que preconiza a relação articulada que compreende dois núcleos de conhecimento e aquisição de habilidades que são os núcleos de fundamentação e o Profissional que caracteriza a formação, atribuições, deveres e responsabilidades profissionais, voltando à formação do profissional para a atuação no campo da arquitetura e urbanismo, preocupando-se em contemplar as diretrizes estabelecidas pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) e pelos estudos e orientações de especialistas que, pautados na nova Lei, propuseram novas alternativas para a transformação do ensino brasileiro.

A nova LDB (Lei N.º 9394, de 20 de dezembro de 1996) e o Edital de chamada 97 da Secretaria de Educação Superior SESU - MEC, estabelecem que as instituições de Ensino Superior devem definir o perfil profissional para cada área de conhecimento, contemplando no perfil dos formandos as competências intelectuais que reflitam a heterogeneidade das demandas sociais em relação a profissionais de alto nível, aptos para a inserção em setores profissionais.

E que o papel da graduação é o da formação inicial no processo contínuo de educação permanente inerente ao mundo do trabalho, visando formar profissionais capazes de adaptarem-se às dinâmicas condições de perfis profissionais, exigidos pela sociedade. Pretendemos criar o curso de arquitetura e urbanismo que forme profissionais, capazes de compreender e transformar a sociedade na qual estão inseridos, elevando a qualidade de vida de todos aqueles com os quais, futuramente, se relacionarão profissionalmente.

O presente projeto foi concebido segundo os “Padrões, Critérios e Indicadores de Qualidade para a Criação do curso de Graduação em” Arquitetura e Urbanismo”, elaborado pela Comissão de Especialistas de Ensino de Arquitetura e Urbanismo - CEAU/SESU/MEC, que tem a finalidade de subsidiar as atividades de

verificação da adequação técnica, condições para autorização e reconhecimento, conforme previsto em lei.

O curso de Arquitetura e Urbanismo, por meio de um conjunto de diretrizes e estratégias traçadas pelo MEC e reelaboradas pelos professores ligados ao projeto e de acordo com o contexto e necessidades locais e com objetivos de intensa atuação teórico - prática sob a realidade regional, visa formar o Bacharel em Arquitetura e Urbanismo.

O projeto Pedagógico do Curso de Arquitetura e Urbanismo deve preparar o aluno para a compreensão do espaço construído como produto material que emerge dialeticamente de relações entre cultura e natureza. Tal concepção requer conhecimentos tecnológicos, ambientais, sócio-econômicos e culturais, necessários para a atuação profissional no nosso contexto regional, nas diferentes escalas espaciais pertinentes à produção arquitetônica: a cidade, o edifício, o objeto (mobiliário e detalhe construtivo).

O curso de arquitetura e urbanismo deve assegurar a formação de profissionais generalistas, aptos a compreender e traduzir as necessidades de indivíduos, grupos sociais e comunidade com relação à concepção, organização e construção do espaço exterior e interior, abrangendo o urbanismo, a edificação, o paisagismo, bem como a conservação e a valorização do patrimônio construído, proteção do equilíbrio do ambiente natural e à utilização racional dos recursos disponíveis.

O Projeto Pedagógico do curso de Arquitetura e Urbanismo repousa, assim, sobre um conjunto de princípios que caracterizam sua identidade e expressam sua missão, quais sejam:

- Construção e reelaboração coletiva e continuada do projeto de curso.
- Interação recíproca com a sociedade, reafirmando o compromisso como agente fundamental da formação profissional.
- Construção permanente da qualidade de ensino, entendida com processual e cotidiana da graduação, tendo como pontos questionadores: Que tipo de visão da Arquitetura e Urbanismo temos e queremos para a formação de cidadãos atuantes, solidários e contemporâneos? Qual a função do curso de Arquitetura e Urbanismo diante das novas relações sociais e de produção? Qual o perfil do profissional a ser formado diante do mercado de trabalho e do painel do ensino de Arquitetura e Urbanismo na formação do espaço e da arquitetura brasileira?

- Integração constante entre ensino, pesquisa e extensão.
- Busca permanente da unidade entre a teoria e a prática, exigindo para isso a incorporação de professores e alunos em atividades de iniciação científica.
- Observação das diretrizes curriculares nacionais e das exigências do MEC para a execução do curso.

Diante desses princípios norteadores, o curso de Arquitetura e Urbanismo tem como função formar Arquitetos e Urbanistas por meio da qualidade do ensino, da pesquisa e da extensão, preparando-os para a atuação profissional de maneira ética, responsável e crítica.

OBJETIVOS DO CURSO

O Curso de Arquitetura e Urbanismo tem como objetivo formar profissionais aptos a projetar espaços propícios ao ser humano, da casa à cidade, considerando as condições do meio ambiente e os aspectos psicológico, sócio-econômico e estético-cultural, bem como as necessidades básicas de higiene, segurança e conforto, para propiciar melhores indicadores para o processo de qualidade de vida social ao homem e ao seu entorno. Todas essas premissas devem estar associadas às questões globais e às peculiaridades locais.

Objetivo Geral

Formar Arquitetos e Urbanistas capazes de compreender e dar respostas as necessidades de Indivíduos, grupos sociais e comunidades, com relação a concepção, planejamento, intervenção e/ou construção de Edifícios e do espaço Urbano e regional, bem como a conservação e valorização do patrimônio construído, proteção do equilíbrio e à utilização racional dos recursos disponíveis natural

Objetivos Específicos

Expressos sob a forma de competências e habilidades que o profissional graduado pelo curso de Arquitetura e Urbanismo terá condições de desenvolver.

PERFIL DO EGRESSO

Se por um lado é mister qualificar o técnico, por outro, lado torna-se fundamental assegurar a formação do indivíduo, a fim de garantir o COMPROMISSO SOCIAL da universidade.

O objetivo do curso passa a ser, portanto, promover a formação do arquiteto e urbanista que tenha:

- Sólida formação criativa, analítica, crítica, humanista e tecnológica que possibilite a formulação de novas linguagens arquitetônicas bem como avaliações e intervenções urbanísticas apropriadas;
- Ênfase na capacidade de síntese frente ao caráter multidisciplinar do ambiente construído, e na integração entre técnica, arte e humanidades;
- Grande capacidade de interpretação e concepção de estruturas espaciais e ambientais e das repercussões sociais das interferências arquitetônicas e urbanísticas;
- Sólida formação na concepção e consideração dos aspectos de conforto do ambiente construído;
- Sensibilidade e consciência social, econômica e cultural no desenvolvimento de políticas urbanas, orientadas para o bem estar da sociedade.
- Sólida capacidade de compreensão da racionalidade e do cálculo estrutural de edificações e de sistemas construtivos;
- Sólida formação em tecnologia da construção e no gerenciamento de projetos;
- Capacitação nas ferramentas de informática aplicada à arquitetura e urbanismo;
- Formação nas ciências aplicadas com capacidade de adaptação aos problemas emergentes;
- Aprendizado a partir do contato com o mundo real.

CAMPO DE ATUAÇÃO PROFISSIONAL

Os campos de atuação profissional incluem a arquitetura das edificações, paisagismo, arquitetura de interiores, preservação e restauro de patrimônio histórico,

tecnologia das construções, conforto ambiental e avaliação pós-ocupação, urbanismo, planejamento urbano e regional e meio ambiente. Atua ainda nas áreas de design, projeto de produto entre outras. Podem exercer tarefas de consultoria, assessoria e de gerenciamento de obras; vistorias e avaliações ou ensino e pesquisa.

O arquiteto e urbanista exerce a sua profissão como autônomo ou atuando em empresas privadas, especialmente as de arquitetura e de engenharia; pode também estar vinculado a prefeituras, órgãos públicos, organizações não governamentais (ONGS) e instituições de ensino e pesquisa. Pelo conjunto de áreas de atuação, o arquiteto e urbanista encontra vários setores nos quais pode atuar.

Os órgãos públicos, em especial as prefeituras, têm ampliado significativamente a participação de profissionais na área do urbanismo e do planejamento. A procura por profissionais para atuarem em escritórios de projetos e em grandes empresas da área também tem crescido nos últimos anos. Na área do design de interiores, atividade que organiza espaços internos das construções, definindo materiais, cores, detalhes, iluminação entre outros, as possibilidades também são promissoras, inclusive em escritórios de pequeno porte.

Profissionais da área de paisagismo encontram boas oportunidades para atuarem no planejamento de espaços públicos, projetos de jardins, praças e parques urbanos. Estudos de impacto ambiental exigem sempre a existência de arquitetos e urbanistas nas equipes multidisciplinares de consultoria. Há ainda um grande número de profissionais atuando diretamente ligados ao acompanhamento da construção de edifícios residenciais, corporativos, industriais, etc. A cada dia surgem novos mercados para o arquiteto e urbanista.

O Curso de Arquitetura e Urbanismo permitirá em curto prazo uma mudança de postura dos gestores públicos, já que a universidade possibilitará a abertura de perspectivas para o debate a acerca do desenvolvimento político, social e econômico sobre Planejamento Regional e Urbano para todos os municípios do Estado do Amapá.

NORMAS PARA ESTÁGIO SUPERVISIONADO

O estágio curricular do Curso de Arquitetura e Urbanismo tem por finalidade assegurar que aluno vivencie experiências nas diversas áreas de competência

da atuação profissional. Como atividade obrigatória, o estágio consta da matriz curricular do 6º ao 10º período do Curso, podendo ser desenvolvidos e formalizados a partir do 5º período, para alunos que tenham interesse em realizá-los.

CAMPOS DE ESTÁGIO

O Estágio Supervisionado Curricular Obrigatório do Curso de Arquitetura e Urbanismo abrange as áreas de planejamento e desenho urbano; obras e tecnologia e; projeto arquitetônico.

Obrigatoriamente o acadêmico em estágio deve ser supervisionado por profissional devidamente habilitado para as atividades desenvolvidas e no decorrer do Curso deverá cumprir pelo menos 270 horas, equitativamente distribuída nas respectivas áreas.

TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO

Consideramos o Trabalho de Conclusão de Curso - TCC de extrema importância na vida acadêmica, pois é através dele que o aluno demonstra estar apto a realizar uma pesquisa com temática contemplada nas linhas de pesquisas institucionais, demonstrando possuir habilidade para pesquisa, para análise e crítica, relatando seus resultados através da apresentação de uma monografia.

O TCC realizar-se-á sob a orientação geral do Colegiado de Curso, que deverá orientar o Professor Orientador que por sua vez deve orientar os alunos matriculados na disciplina.

O TCC será desenvolvido em dois períodos consecutivos, denominados TCC-I e TCC-II, nos quais o aluno estabelece um problema e desenvolve uma solução com o objetivo de demonstrar seu domínio de métodos, técnicas e convenções necessárias ao exercício do ofício de Arquiteto e Urbanista. Os domínios a serem demonstrados são: capacidade de formulação e solução de problemas funcionais, formais, conceituais e metodológicos da organização do ambiente construído e seus componentes; capacidade de coordenação destes componentes, assim como das questões geométricas, técnicas e figurativas com os parâmetros ambientais (naturais e edificadas); capacidade de

articulação entre diferentes escalas de intervenção projetual urbana, do espaço aberto, do edifício e do espaço interior; capacidade de apresentar, discutir e justificar suas soluções e proposições; capacidade de autonomia na gerência do processo projetual; integração do conhecimento adquirido nas distintas áreas que compõem o Curso.

7.1.2 Curso Artes Visuais - Licenciatura

Código Formação: 102702

Modalidade: Educação Presencial

Local de Funcionamento: Campus Marco Zero do Equador

Data de início do funcionamento do curso: 18/11/2002

Periodicidade para integralização: Semestral (8)

Carga horária mínima: 3060 horas

Vagas autorizadas: Vespertino: 50

Docentes	Regime de Trabalho	Titulação
José de Vasconcelos Silva	DE	Especialista
Claudete Nascimento Machado	DE	Mestre
Alexandre Adalberto Pereira	DE	Mestre
Aldrin Vianna de Santana	DE	Mestre
Cristiana Nogueira Menezes Gomes	DE	Mestre
Benedito Rostan Costa Martins	DE	Mestre
Humberto Mauro Andrade Cruz	DE	Graduação
Joaquim César da Veiga Netto	DE	Mestre
João Batista Gomes de Oliveira	DE	Doutor
Josuel da Silva Souto	DE	Graduação
Maria de Fátima Garcia dos Santos	DE	Graduação
Marco Antônio Scutti da Costa Brava	DE	Especialista
Ramon David de Abreu	DE	Especialista
Romualdo Rodrigues Palhano	DE	Doutor(a)
Silvia Carla Marques Costa	DE	Especialista
Clicia Tatiana Alberto Coelho	40	Graduação
Carla Marinho Brito	40	Especialista
Bruno Marcelo de Souza Costa	40	Especialista

Quadro 6 Corpo Docente por Regime e Titulação
Fonte: CGP (2010)

OBJETIVOS DO CURSO DE LICENCIATURA PLENA EM ARTES VISUAIS

O curso de Licenciatura Plena Em Artes Visuais tem como objetivo a formação integral de Profissionais do Ensino de Artes Visuais habilitados a atuar nas áreas de educação, produção/difusão, análise e crítica de arte como docentes e/ou pesquisadores e ainda:

- Formar profissionais do Ensino de Artes Visuais com consciência crítica sobre a cultura artística e suas relações com a história e a sociedade contemporânea;
- Preparar profissionais para atuarem como Profissionais no Ensino de Arte, orientando-os para que sejam capazes de apreciar, analisar e refletir criticamente sobre a arte como forma de conhecimento estético-artístico, bem como sua função educativa;
- Capacitar profissionais para desenvolverem propostas/atividades artísticas, no âmbito formal e informal;
- Analisar criticamente a história do ensino de Artes Visuais, suas principais propostas e métodos;
- Conhecer e discutir os fundamentos da linguagem visual: apreciação, reflexão e produção e fornecer subsídios teórico-metodológicos para a compreensão das linguagens visuais;
- Formar o Profissional de Ensino de Arte como sujeito integrador e mediador crítico do processo ensino-aprendizagem, de modo a atuar na escola como estimulador da ação educativo-artística;
- Desenvolver o pensamento investigativo como permanente processo de pesquisa nas produções científicas, de ensino e artísticas;
- Analisar o processo de globalização cultural, econômico e social e suas consequências;
- Desenvolver projetos transdisciplinares visando uma maior integração entre a academia e a comunidade;
- Ampliar as discussões acerca da educação para as relações étnico-raciais;
- Demonstrar a importância dos aportes teóricos e metodológicos na prática docente e de pesquisa, ressaltando a Indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão.

O LICENCIADO EM ARTES VISUAIS FORMADO PELA UNIFAP É CAPACITADO PARA

- Produzir saberes por meio da prática científica e artística em resposta aos problemas artísticos;
- Atuar como docentes politizados conscientes da sua condição profissional e das lutas que legitimaram o Ensino de Arte nas escolas;
- Atuar como docentes comprometidos com a constante renovação do ensino de Artes Visuais no Ensino Fundamental e Médio, na rede pública e privada;
- Dialogar com todas as áreas de conhecimento correlatas com sua formação em Artes Visuais.

PERFIL DO EGRESSO

O curso de Licenciatura Plena em Artes Visuais da UNIFAP forma profissionais habilitados ao ensino, à produção, à pesquisa e à crítica de Artes Visuais. A formação desses profissionais é voltada para o desenvolvimento da percepção, da reflexão e do potencial criativo, dentro da especialidade do pensamento visual. Ao longo do curso, desenvolveu habilidades e competências para ser pesquisador e docente na área, uma vez que possui formação nos conteúdos que compõem as Artes Visuais - experimentos expressivos, teorias de arte e formação didático-pedagógica para a prática docente. Além disso, tem condições teóricas-práticas de atuar como profissional em planejamento, consultoria, formação e assessoria, junto a empresas públicas ou privadas, organizações não governamentais, governamentais, espaços culturais, artísticos, museus, escolas e centro de atividade similares. Dentre as habilidades e competências que compõem o perfil desse egresso vale ressaltar:

- Domínio da bibliografia teórica e metodológica básica;
- Autonomia intelectual;
- Capacidade analítica;
- Competência na articulação entre teoria, pesquisa e prática artística;
- Compromisso sócio-cultural;
- Competência na utilização das novas tecnologias;

- Domínio dos conteúdos em Artes Visuais que são objeto de ensino e aprendizagem no ensino fundamental e médio;
- Domínio dos métodos e técnicas pedagógicas que permitam a transposição do conhecimento para os diferentes níveis de ensino.

TRABALHO DE CONCLUSÃO DO CURSO/MONOGRAFIA

O trabalho de conclusão de curso será desenvolvido em um processo de formação continuada, através de 4 (quatro) disciplinas obrigatória - Pesquisa em Arte -, a partir do 4º semestre. Tais disciplinas possibilitarão a formação do professor-pesquisador. Será oportunizado ao aluno:

- A articulação dos diversos aspectos e condicionamentos que envolva historicamente os processos de formação e investigação no campo artístico;
- A metodologia da pesquisa científica em arte;
- O estudo das peculiaridades próprias das artes visuais contemporânea e sua indispensável vinculação com a investigação;
- O desenvolvimento de postura do pesquisador sobre a base e a formação do argumento na pesquisa científica - as análises e os argumentos na pesquisa científica;
- O vínculo interdisciplinar entre os diferentes tipos de investigação (caráter sociológico, artístico, estético, histórico, semiótico, psicológico, pedagógico);
- O desenvolvimento de um projeto final de iniciação científica.

ESTÁGIO SUPERVISIONADO

O estágio supervisionado para cursos de licenciatura, segundo normativa da resolução CP/CNE nº 2 de 19/02/2002 constitui componente curricular obrigatório, perfazendo 400 (quatrocentas) horas - no nosso caso são 420 (quatrocentas e vinte) horas - de estágio curricular supervisionado a partir do início da segunda metade do curso e tem como desígnio realizar uma articulação teórico-prática sendo um instrumento de integração do conhecimento do aluno com a realidade social, econômica e do trabalho de sua área/curso. Seu objetivo é proporcionar: “uma relação pedagógica

entre alguém que já é um profissional reconhecido em um ambiente institucional de trabalho e um aluno estagiário.

Cabe ressaltar que, ao aluno que comprovar o exercício de atividade docente regular como professor de ensino de artes visuais na educação básica, a carga horária do estágio a ser cumprida será de 200 (duzentas) horas/aulas, pois segundo parágrafo único da resolução CNE/CP 2, de 19/02/2002 “Os alunos que exerçam atividade docente regular na educação básica poderão ter redução da carga horária do estágio curricular supervisionado até o máximo de 200 (duzentas) horas em conformidade também com o parecer (CNE/CP 28 de 02/10/200

PRÁTICA DE ENSINO DE ARTE

A Prática de Ensino será realizada desde o início do processo formativo até o seu final com carga horária de 400 (quatrocentas) horas - no nosso caso são 420 (quatrocentas e vinte) horas - em cumprimento à Resolução CNE/CP nº 02 de 19 de fevereiro de 2002 e ainda, com o Parecer CNE/CP nº 009/01, 1)

A prática é o momento que proporciona ao professor em formação compreender o universo de sua atuação e deve constantemente articular uma reflexão teórica e uma reflexão de um fazer sem priorizar uma em detrimento de outra, onde o “princípio metodológico geral é de que todo fazer implica uma reflexão e toda reflexão implica um fazer, ainda que nem sempre este se materialize”. (Parecer CNE/CP nº 9/01)

7.1.3 Curso Ciências Ambientais - Bacharelado

Código: 122895

Modalidade: Presencial

Início do Curso: 2009

Números de vagas anuais: 50

Local de Funcionamento: Campus Marco Zero do Equador

Período de Funcionamento: Noturno

Duração Mínima: 8 semestres

Carga Horária: 3.000 h

Docentes	Regime de Trabalho	Titulação
Sávio Luiz Carmona dos Santos	DE	Doutor
Cláudia Maria do Socorro Cruz Fernandes Chelala	DE	Doutora
Charles Achcar Chelala	20	Mestre
Alan Cavalcanti da Cunha	DE	Doutor
Helenilza Ferreira Albuquerque Cunha	DE	Doutora
Roberta Sá leitão Barboza	DE	Mestre
Marco Antonio Augusto Chagas	DE	Doutor
Cleydson Breno Rodrigues dos Santos	DE	Mestre
João Paulo Nardin Tavares	40	Mestre
Claudia Funi	40	Mestre

Quadro 7 Corpo Docente por Regime e Titulação
Fonte: CGP (2010)

O Curso de Graduação em Ciências Ambientais oportuniza a formação interdisciplinar de um profissional em busca de novos paradigmas, sem desconsiderar os paradigmas dominantes, capazes de estruturar conhecimentos a partir de experiências conectadas, mas não somente de derivação ocidental primeiro-mundista.

OBJETIVOS DO CURSO:

- Fortalecer a capacidade local para a construção de políticas ambientais, enfocando a educação, a pesquisa e a cooperação técnica como processos coletivos e integrados direcionados para a geração de benefícios econômicos e melhoria da qualidade de vida;
- Formar profissionais com qualificação para a gestão tecnológica e uso sustentável dos recursos naturais, atuando como protagonizadores de políticas, planos, programas e projetos que levem em conta o fortalecimento das instituições e a construção de uma sociedade protagonista do desenvolvimento;
- Formar profissionais para as empresas, valorizando a transversalidade da questão ambiental nas etapas de planejamento e operação dos negócios.

PERFIL DO PROFISSIONAL

O profissional graduado em Ciências Ambientais deverá:

- Ser consciente do significado das Ciências Ambientais para a sociedade, atuando com qualidade e responsabilidade em prol da melhoria da qualidade de vida;
- Possuir uma formação sólida com adequada fundamentação teórico-prática, incluindo conhecimentos sobre as questões ambientais locais/globais, bem como a integração dos aspectos sociais, biológicos e físico-químicos de cada meio;
- Ser detentor de fundamentação necessária à compreensão dos métodos de produção, comunicação e transmissão articulada dos saberes ambientais, visando a integração entre ensino, pesquisa e extensão;
- Ser capaz de realizar diagnósticos ambientais, propondo medidas corretivas e preventivas através da aplicação de instrumentos de gestão ambiental existentes e inovadores;
- Ser um profissional preparado para elaborar e gerenciar projetos ambientais, principalmente, com relação a construção da sustentabilidade das instituições públicas e privadas;
- Ser eficiente e eficaz no desenvolvimento de projetos de qualidade ambiental nas empresas;
- Cooperar na pesquisa e desenvolvimento de tecnologias mais limpas de interesse para a sociedade;
- Realizar o controle ambiental nos processos industriais, coordenando estudos nas áreas de efluentes, resíduos e outras, com objetivo de minimizar ou eliminar seus impactos ambientais;
- Implantar e implementar sistemas de gestão ambiental, apoiando em normas nacionais e internacionais;
- Organizar e realizar cursos e treinamentos na área ambiental e participar do planejamento de campanhas de prevenção da poluição e educação ambiental;
- Ser um profissional comprometido com a ética e com a solidariedade planetária.

COMPETÊNCIAS, HABILIDADES E ATITUDES

- Contribuir para a construção de políticas ambientais, em diferentes escalas, adotando princípios éticos e democráticos;

- Elaborar e executar estudos, projetos ou pesquisa científica nos setores da ciência ambiental, bem como naqueles que se relacionam à prestação de serviços, saúde, saneamento e melhoria do meio ambiente;
- Estabelecer relações entre ciência, meio ambiente, tecnologia e sociedade;
- Atuar na inserção transversal do conhecimento de Educação Ambiental nos três níveis de ensino e no cotidiano da sociedade;
- Desenvolver estudos no equacionamento dos problemas ambientais, contribuindo para o planejamento do desenvolvimento global, regionais e microrregionais com sustentabilidade.
- Atuar pela conservação e uso da sociobiodiversidade, valorizando o conhecimento tradicional e garantido a repartição justa dos benefícios econômicos;
- Promover a orientação e assessoria a empresas, fundações, sociedades e associações de classes, entidades autárquicas, privadas ou do poder público, no âmbito de sua especialidade;
- Prestar consultorias e perícias, dar pareceres e atuar no sentido de que a legislação, relativa à área ambiental, seja cumprida e aperfeiçoada;
- Desenvolver ideias inovadoras e ações estratégicas, capazes de ampliar sua área de atuação;
- Colaborar na execução da política de desenvolvimento e integração de órgãos governamentais e privados, em âmbito regional, nacional e internacional;
- Aplicar tecnologias ambientais com eficiência e eficácia na solução de problemas da sociedade.

ESTÁGIO SUPERVISIONADO E ATIVIDADES COMPLEMENTARES

Conforme estrutura curricular proposta, o estágio supervisionado será oferecido no oitavo semestres, constituindo-se de 400 horas de carga horária. O estágio deverá acontecer em instituições públicas ou privadas específicas, as quais terão convênios com a UNIFAP por meio de instrumentos legais, com estabelecimento de responsabilidades pelo ensino e aprendizagem acadêmica.

As atividades complementares serão norteadas pelo perfil do egresso e dos objetivos a que se propõe o curso, pelas linhas de pesquisas instituídas pela UNIFAP em conformidade com o conteúdo oferecido na matriz curricular, bem como pelo perfil dos docentes do colegiado do curso. Neste sentido, propõe-se validade para as seguintes atividades:

- Monitoria e Estágios
- Programa de Iniciação Científica
- Cursos realizados em áreas afins
- Participação em projetos de pesquisas de extensão
- Participação em eventos científicos - apresentação de trabalhos

7.1.4 Curso Ciências Biológicas - Bacharelado e Licenciatura

Código: 44951

Modalidade: Presencial

Duração mínima: 04 anos (8 semestres)

Número de Vagas: 25 para Bacharelado e 25 para Licenciatura

Local de Funcionamento: Campus Marco Zero do Equador

Início de funcionamento: Março/2000

Período de funcionamento: Diurno

Carga Horária: 3.480 - Bacharelado

4.200 - Licenciatura

Docentes	Regime de Trabalho	Titulação
Jean Charles da Cunha Peixoto	DE	Doutor
Ana Carla de Oliveira Gonçalves	DE	Mestre
Aydamari João Pereira Farias Junior	DE	Doutor
Cristiane Rodrigues Menezes	DE	Mestre
Elizabeth Viana Moraes da Costa	DE	Mestre
Raimundo Nonato Picanço Souto	DE	Doutor
Jose Ferreira Saraiva	40	Graduação
Rose Benedita Rodrigues Trindade	40	Mestre
Ledayane Mayana Costa Barbosa	DE	Especialista
Luis Alexandre Lemos Costa	40	Especialista
Júlio César Sá de Oliveira	DE	Mestre
Carlos Eduardo Costa de Campos	DE	Mestre
Andréa Soares de Araújo	DE	Mestre
Alexandre Souto Santiago	DE	Mestre

Quadro 8 Corpo Docente por Regime e Titulação
Fonte: CGP (2010)

No projeto determinou-se que a vocação do Curso de Ciências Biológicas da UNIFAP seria voltada não só para a formação de profissionais na área de Educação, mas também para formação de técnicos pesquisadores. Desde então, verificava-se que a razão da existência inicial era prioritariamente responder, de forma positiva, às necessidades regionais. Essa razão que ainda prevalece, norteou e norteia a estruturação e reestruturação do curso.

Com base na filosofia expressa no Parecer nº. 107/69 do CFE, e desejando proporcionar ao estudante as melhores oportunidades de aproveitamento de todos os seus recursos, a Reitoria da UNIFAP criou o Curso de Ciências Biológicas com opção para Licenciatura ou Bacharelado oficializado através da Portaria da Reitoria Nº 015 de 03/11/1998. Entretanto, a sua implantação ocorreu somente em 2000 com o ingresso da primeira turma via processo seletivo.

O Curso de Ciências Biológicas possui no seu currículo um tronco comum e uma diferenciação posterior com aprofundamento na formação pedagógica ou científica.

PERFIL DO PROFISSIONAL

Biólogos estudam a vida, suas origens, seu desenvolvimento e suas manifestações: a vida vegetal, a vida dos animais e, a vida humana. Seu campo de trabalho é, portanto, enorme. O licenciado em Biologia pode exercer o magistério nos níveis fundamental e médio. Pode também atuar no campo da saúde pública, zoológicos, unidades de conservação, museus e laboratórios de pesquisa, além de indústrias, organizações não governamentais (ONG) e órgãos governamentais.

ESTRUTURA CURRICULAR

O presente currículo do Curso de Ciências Biológicas da Universidade Federal do Amapá é oferecido em duas modalidades, Licenciatura e Bacharelado, e foi elaborado após discussão nas instâncias competentes, envolvendo docentes e discente, consultas a documentos (leis, especialmente a LDB em vigor) e literaturas disponíveis.

A análise pautou, também, no currículo já existente, dando atenção aos seus pontos frágeis, seguindo as orientações da consultoria que foi realizada no projeto de criação do Curso de Ciências Biológicas da UNIFAP, antes de sua implantação.

Considerando que o campo de atuação do Biólogo é diversificado, amplo, emergente e crescente, o Bacharelado foi aprovado em uma única ênfase: BIOLOGIA GERAL, permitindo atender os interesses e necessidades específicas do discente.

7.1.5 Curso Ciências Farmacêuticas - Bacharelado

Código: 1112645

Modalidade: Presencial

Duração mínima: 05 anos (9 semestres)

Número de Vagas: 50

Local de Funcionamento: Campus Marco Zero do Equador

Início de funcionamento: Fevereiro/2010

Período de funcionamento: Diurno

Carga Horária: 5.085

Docentes	Regime de Trabalho	Titulação
Roberto Messias Bezerra	DE	Doutor
Aldo Aparecido Proietti Junior	40	Mestre
Alessandra Azevedo Nascimento de Medeiros	DE	Doutora
Flavio Henrique Ferreira Barbosa	DE	Doutor
José Carlos Tavares Carvalho	DE	Doutor
Jocivania Oliveira da Silva -	DE	Doutora
Clarissa Silva Lima	DE	Mestre
Sheylla Susan Moreira da Silva de Almeida	DE	Doutora
Silvia Maria Mathes Faustino	DE	Doutora
Hugo Alexandre Silva Favacho	DE	Mestre
Mayara Tânia Pinheiro	DE	Mestre

Quadro 9 Corpo Docente por Regime e Titulação
Fonte: CGP (2010)

A implantação do curso na área das Ciências Farmacêuticas, com objetivo específico para o estudo de fármacos de origem natural e das análises clínicas, irá inovar e fortalecer o País nas áreas de saúde e da educação, proporcionando a população brasileira um leque maior de oportunidades, principalmente em relação ao uso racional dos recursos naturais, do estudo destes recursos para obtenção de fármacos e da preservação da saúde.

MODELO A SER ADOTADO PARA FORMAÇÃO DO FARMACÊUTICO PELA UNIFAP

A implantação das diretrizes passa por uma mudança radical na filosofia do ensino de Farmácia, uma vez que preconiza que o egresso deve ter formação generalista, humanista, crítica e reflexiva para atuar em todos os níveis de atenção à saúde. Até então centrado em habilidades tecnológicas, o currículo que se vislumbra nas Diretrizes Curriculares está centrado no binômio saúde/doença e no papel do farmacêutico na sua promoção/cura. Sem perder a essência da formação do farmacêutico, os cursos de Farmácia deverão estar preparados para oferecer aos estudantes uma gama de conhecimentos que contemplem a interdisciplinaridade da profissão, o enfoque de problemas regionais, a possibilidade de reciclagem desses conhecimentos, quer pela ampliação do leque de disciplinas optativas, quer pela educação continuada após a graduação.

O modelo proposto para formação do Farmacêutico pela UNIFAP é compatível com as Diretrizes Curriculares Nacionais do Curso de Graduação em Farmácia que é o modelo **GENERALISTA**.

CONCEPÇÃO

O curso de Ciências Farmacêuticas da UNIFAP será implantado pautado nos seguintes pontos:

- a. Garantir a formação global e crítica dos graduandos capacitando-os para o exercício da cidadania, através do desenvolvimento de atitudes e valores éticos, e para a adaptação às exigências do mercado de trabalho e às inovações tecnológicas;
- b. Garantir a indissociabilidade do ensino, pesquisa e extensão, centrando-se no ensino, mas, vinculando-se estreitamente aos processos de pesquisa e extensão propiciando a prática investigativa e a educação continuada;
- c. Garantir a flexibilidade curricular, a interdisciplinaridade e a articulação entre teoria e prática de maneira que amplie-se as dimensões científica e cultural da formação profissional.

Deve-se ainda propiciar o desenvolvimento de discussões sobre novas tecnologias educacionais e criar Avaliações do processo ensino-aprendizagem, do curso e de egressos que fornecerão subsídios para futuras intervenções visando o aprimoramento do projeto pedagógico do curso e conseqüentemente de sua Estrutura Curricular.

PERFIL DO GRADUADO

Farmacêutico com formação generalista, humanística, crítica e reflexiva, para atuar em todos os níveis de atenção à saúde, e capacitado ao exercício de atividades referentes aos Fármacos e Medicamentos, eixo principal de sua atuação, e às Análises Clínicas e Toxicológicas. Este profissional deverá estar comprometido com a prevenção, promoção e recuperação da saúde individual e coletiva.

O Farmacêutico deve desenvolver senso crítico, espírito empreendedor, comportamento humanista e responsabilidade que lhe permita atuar

como profissional de saúde. Deve possuir domínio de conhecimentos científicos e capacitação técnica, através da aquisição contínua e produção de conhecimentos.

OBJETIVOS DO CURSO

Formar Farmacêuticos com a adequada fundamentação teórica e instrumentalização técnica como base para uma ação competente e eficaz que os capacite a analisar situações, identificar problemas, planejar ações, elaborar e definir propostas de soluções no âmbito de sua atuação. Para tanto, o graduando deverá receber uma sólida formação básica onde devem ser abordadas as áreas de conhecimentos e habilidades fundamentais à formação profissional e acadêmica.

Os conhecimentos adquiridos serão consolidados através da realização de estágio curricular vocacionado e de estágios optativos, bem como, da participação em atividades de extensão e pesquisa.

COMPETÊNCIA E HABILIDADES

Apesar de o graduado receber uma formação que lhe atribui competências e habilidades para atuar em todo âmbito profissional, a flexibilidade curricular lhe possibilitará o desenvolvimento de algumas habilidades mais específicas dentro do campo de atuação do farmacêutico.

O profissional formado será capaz de exercer as seguintes atividades:

1. Pesquisa e desenvolvimento de fármacos de qualquer origem;
2. Preparo de medicamentos magistrais e oficinas e cosméticos dentro das boas práticas de manipulação em farmácia;
3. Dispensação e orientação de uso de medicamentos e correlatos;
4. Interpretação e avaliação de prescrições;
5. Atuação em órgãos de regulamentação e fiscalização nas áreas de sua competência;
6. Desenvolvimento e utilização de sistemas de orientação e informação farmacológica, toxicológica, prevenção de doenças e promoção de saúde;

7. Planejamento, administração e gestão de estabelecimentos farmacêuticos;
8. Participação na formulação de políticas de saúde e em especial de medicamentos;
9. Consultorias, assessorias e perícias relacionadas à área das Ciências Farmacêuticas;
10. Planejamento e execução de projetos de pesquisa científica;
11. Aplicação da metodologia científica e análise e interpretação crítica de artigos científicos;
12. Identificação dos diversos marcadores de diagnóstico, prognóstico e acompanhamento terapêutico;
13. Realização, interpretação e garantia de qualidade de análises clínicas e toxicológicas;
14. Avaliação de interferências de alimentos e medicamentos nos exames laboratoriais;
15. Orientação da escolha adequada do exame laboratorial para fins de diagnóstico das diferentes patologias incluindo intoxicações;
16. Desenvolvimento, produção e seleção de reagentes e métodos para análises clínicas e toxicológicas;
17. Gerenciamento, responsabilidade técnica ou exercício de funções especializadas em Laboratórios de Análises Clínicas e Toxicológicas e correlatos;
18. Orientação e capacitação de equipes de trabalho em laboratórios;
19. Realização de perícias médico-legais;
20. Desenvolvimento, seleção e produção de insumos, fármacos sintéticos, recombinantes e naturais, medicamentos, cosméticos e correlatos;
21. Garantia e controle de qualidade de insumos farmacêuticos, medicamentos, cosméticos e alimentos;
22. Desenvolvimento e obtenção de produtos por processos biotecnológicos;
23. Avaliação das interações medicamento- medicamento e medicamento- alimento;

24. Gerenciamento, responsabilidade técnica ou exercício de funções especializadas em estabelecimentos industriais nas áreas relativas à profissão.

O estágio curricular poderá ser realizado na Unidade e/ou fora dela, em instituição/empresa conveniada, com supervisão acadêmica (local) e externa, obedecendo a programação previamente definida (programa da disciplina) e as normas internas de estágios obrigatórios e não obrigatórios (estabelecidas em atendimento à Resolução de Estágio da UNIFAP).

TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO (TCC)

Para conclusão do curso, o aluno deverá apresentar trabalho orientado por docente seguindo as regras estabelecidas pela UNIFAP no que se refere ao TCC. Constituirão trabalho de conclusão de curso:

1. Relatórios circunstanciados de estágio curricular obrigatório;
2. Relatórios de estágios de Iniciação Científica desde que os Projetos e/ou relatórios tenham sido submetidos à Coordenação de TCC para apreciação;
3. Trabalho monográfico ou experimental.

7.1.6 Curso Ciências Sociais - Bacharelado e Licenciatura

Código Curso: 320574

Total de Vagas Anuais: 50

Número de Alunos por Turma: 50

Local de Funcionamento: Campus Marco Zero do Equador

Turno de Funcionamento: Diurno (Matutino)

Regime de Matrícula: Crédito Semestral

Carga Horária Total: 3.080

Integralização: Mínimo: 9 semestres

Docentes	Regime de Trabalho	Titulação
Rauliette Diana Lima e Silva	DE	Graduação
Raimundo de Lima Brito	DE	Especialista
Fátima Lucia Carrera Guedes Dantas	DE	Mestre
Alexsara de Souza Maciel	DE	Mestre
Antônio Sérgio Monteiro Filocreão	DE	Doutor
Ed Carlos de Sousa Guimarães	DE	Doutor
Eliane Superti	DE	Doutora
Emanuel Leal de Lima	DE	Especialista
Francisca de Paula de Oliveira	DE	Mestre
Iraci de Carvalho Barroso	DE	Mestre
João Wilson Savino Carvalho	20	Mestre
Luciano Magnus de Araujo	20	Mestre
José Maria da Silva	DE	Doutor
Maria do Socorro dos Santos Oliveira	DE	Especialista
Manoel de Jesus de Souza Pinto	DE	Doutor
Rosinaldo Silva de Sousa -	DE	Doutor
Richard Douglas Coelho Leão	DE	Mestre
Jaqueline Homobono Nobre	40	Graduação
Karla Cristina Andrade Ferreira	40	Graduação

Quadro 10 Corpo Docente por Regime e Titulação

Fonte: CGP (2010)

PERFIL DO CURSO

O curso de Ciências Sociais tem como finalidade a formação integral de profissionais licenciados e bacharéis em Ciências Sociais habilitados a atuar nas áreas de Sociologia, Ciência Política e Antropologia.

O curso forma profissionais habilitados para a produção e difusão de conhecimentos como docentes e pesquisadores sobre a vida cultural, política e social, capazes de analisar os conflitos sociais, as organizações coletivas, os movimentos sociais, as políticas públicas, as práticas culturais, a formação de identidades coletivas e propor caminhos para solução de problemas sociais. O curso se propõe, ainda, graduar cidadãos com consciência crítica, capazes de se interrogar sobre sua atuação na sociedade, visando responder aos desafios que a sociedade contemporânea está a lhe impor.

ATIVIDADES DO CURSO

As atividades Complementares compõem o currículo do curso, no núcleo de Formação Livre, e para seu cumprimento são necessários o mínimo de 200 hs.

Essas atividades na área de Ciências Sociais podem ser desenvolvidas ligadas a áreas:

1. sindical - exercendo funções de assessoramento sindical; planejamento político e sindical; campanhas salariais; negociações coletivas e dissídios de categoria; cursos de formação sindical etc.;

2. meio ambiente - elaborando relatórios de estudos e de impacto de meio ambiente; cuidando de relações sociais com o meio; acompanhando projetos de assentamentos humanos rurais em áreas de barragens etc.;

3. planejamento urbano - nas áreas das secretarias municipais e estaduais de planejamento urbano; relações sociais urbanas etc.;

4. reforma agrária - assentamentos de trabalhadores rurais sem terra; estudos de perfil de assentados; estudos sócio- econômicos de populações a serem assentadas, atuando em equipes multidisciplinares de profissionais (com economistas, geógrafos, agrônomos etc.);

5. empresas de pesquisa de opinião pública e de mercado - os sociólogos fazem desde a elaboração do “survey” de perfil dos entrevistados, como todo o planejamento, execução e relatoria das pesquisas, bem como treina entrevistadores de campo, define a base amostral, orienta programadores de informática sobre o sistema de apuração etc.;

6. recursos humanos - muitas empresas hoje possuem em suas áreas de RH sociólogos atuando no processo desde contratação, treinamento, análises das relações humanas no trabalho; alguns são até chefes de RH; outros atuam na área de relações industriais, negociações trabalhistas e sindicais, dissídios coletivos etc.;

7. legislativo - são muitos os profissionais que atuam na assessoria legislativa parlamentar, em mesas de Câmaras e Assembleias Legislativas e mesmo no Congresso Nacional;

8. relações internacionais - com a globalização, um dos mercados de trabalho que mais cresce na atualidade; praticamente todas as grandes empresas

possuem departamentos de relações internacionais (ainda que na sua maioria voltado para o comércio), mas passam a contratar analistas e consultores internacionais; atuam na área diplomática; desenvolvem estudos sobre conflitos regionais e dão pareceres sobre os mesmos, propondo soluções etc.;

9. área da saúde - participam ativamente de grupos multidisciplinares de saúde com outras profissões em instituições de reabilitação profissional, medicina preventiva e curativa em geral;

10. Docência - este é um dos mercados mais cativos, com pouca concorrência; docência de sociologia no ensino médio e em quase todos os cursos superiores do país; cursos especiais de cidadania e ética que vem sendo dados a trabalhadores em cursos de reciclagem.

11. Marketing Político - assessoria política; análise política e estatística em geral de resultados de levantamento de pesquisas e sondagens eleitorais; assessoramento em campanhas eleitorais.

12. Pesquisa Social - todas as pesquisas desenvolvidas por agências sociais, excetuando-se as de opinião pública (pesquisas étnicas, demográficas, de gênero etc.).

13. Comunicações - assessoramento das redes de comunicações de massa; análises de resultados de audiências; pesquisas qualitativas de audiências; impactos de programas nos ouvintes; índices de satisfações com a programação etc.

14. Jurídica e Carcerária - atuam em estudos de delinquência social; estudos de violência social; socio-patias; estudos de populações carcerárias; análises de perfis etc.

PERFIL DO EGRESSO

O profissional egresso do curso de Ciências Sociais da Universidade Federal do Amapá - UNIFAP é generalista com ênfase nas questões de meio ambiente. Ao longo do curso, desenvolveu habilidades e competências para ser pesquisador e docente na área, uma vez que possui formação integral nas áreas que compõem as Ciências Sociais - Antropologia, Sociologia e Ciência Política -, formação didático-pedagógica para a prática docente. Além disso, tem condições teórico-práticas de atuar como profissional em planejamento, consultoria, formação e assessoria, junto a empresas públicas ou

privadas, organizações não governamentais, governamentais, partidos políticos, movimentos sociais e atividades similares.

Dentre as habilidades e competências que compõem o perfil desse egresso vale ressaltar:

Domínio da bibliografia teórica e metodológica básica.

Autonomia intelectual.

Capacidade analítica.

Competência na articulação entre teoria, pesquisa e prática social.

Compromisso social.

Competência na utilização da informática.

Domínio dos conteúdos básico que são objeto de ensino e aprendizagem no ensino fundamental e médio.

Domínio dos métodos e técnicas pedagógicos que permitem a transposição do conhecimento para os diferentes níveis de ensino.

FORMA DE ACESSO AO CURSO

A forma de acesso ao curso é mediante vestibular, transferência ex-officio ou processo seletivo simplificado - vestibulinho.

CARGA HORÁRIA TOTAL DAS DISCIPLINAS	2.280
ATIVIDADES CURRICULARES COMPLEMENTARES	200
ESTÁGIO SUPERVISIONADO	400
PRÁTICA DE ENSINO	400
DURAÇÃO PLENA DO CURSO	3.280

Quadro 11 Representação Gráfica do Perfil de Formação
Fonte: PPC (2010)

SISTEMA DE AVALIAÇÃO DO PROCESSO ENSINO APRENDIZAGEM

Quanto aos critérios de avaliação adotados no Curso, o colegiado do curso de Ciência Sociais, estabeleceu que a nota de cada semestre é composta pela avaliação

continua, onde todas as atividades realizadas em classe e extraclasse, compõem a média final dos alunos. Os professores estão orientados a aplicar ao menos dois instrumentos avaliativos.

As atividades sugeridas e aplicadas pelos docentes têm como objetivo desenvolver a prática da pesquisa, de modo a aprimorar o raciocínio lógico, crítico e analítico, devendo o aluno estabelecer relações causais entre fenômenos e ainda, desenvolver a habilidade de expressar-se de modo crítico e criativo frente aos diferentes contextos e problemas sociais. Tais atividades podem ser: pesquisas, exercícios, arguições, seminários, preleções, trabalhos práticos, provas parciais escritas e orais previstas os respectivos programas das disciplinas, que são computadas na nota do semestre.

Todas essas práticas formais estão inseridas numa filosofia que entende a avaliação como um processo continuado, cujo objetivo principal é o aprimoramento e o crescimento do aluno como agente principal do processo ensino-aprendizagem.

SISTEMA DE AVALIAÇÃO DO PROJETO DO CURSO

O processo de avaliação da qualidade do curso, incluindo a adequação do projeto pedagógico do curso, para atendimento ao disposto no art. 3º, inciso VIII, da Lei nº 10.861, de 14/04/2004, exige a aprovação de seu projeto político pedagógico não apenas pelo Colegiado do Curso (órgão que reúne, além de todos os professores e da Coordenação, representantes discentes de todas as turmas), mas, também, pelo Conselho Superior (CONSU) da Universidade, órgão máximo de deliberação institucional, que inclui representantes da Reitoria, de todos os cursos, de professores e alunos. O projeto do curso, portanto, é avaliado por representantes de toda a comunidade acadêmica antes de sua efetiva implementação. Importa ressaltar, ainda, que, desde seus estágios iniciais, o projeto é estabelecido como objeto de criação coletiva, sendo os professores de Língua Inglesa os principais responsáveis por sua elaboração, mas sempre contando com a colaboração efetiva tanto da Coordenação do curso quanto dos professores que lecionam nesta e nas demais habilitações. Assim, ao ser levado para discussão e votação no Colegiado do curso, o projeto já é de conhecimento de todos os participantes, ainda que não de forma detalhada, o que só vem a ocorrer, de fato, após

sua apresentação pelos seus principais autores. De todo modo, contando com a participação de todos os integrantes do curso para a sua criação, o projeto é submetido a constantes e rigorosas avaliações desde sua concepção inicial até sua aprovação final para efetiva implantação.

TRABALHO DE CONCLUSÃO DO CURSO

Consideramos o Trabalho de Conclusão de Curso - TCC de extrema importância na vida acadêmica, pois é através dele que o aluno demonstra estar apto a realizar uma pesquisa com temática contemplada nas linhas de pesquisas institucionais, demonstrando possuir habilidade para pesquisa, para análise e crítica, relatando monograficamente todas as atividades desenvolvidas em seu TCC

É a oportunidade do discente aprofundar-se no conhecimento de assunto do seu interesse, com auxílio e orientação de professores que irão auxiliá-lo em suas descobertas, que serão posteriormente compartilhadas com a comunidade, uma vez que apresentação dos projetos para a banca é aberta para o público e a monografia é incorporada ao acervo da biblioteca.

O TCC é importante para o cumprimento dos objetivos do curso, uma vez que permite ao corpo discente praticar o aprendido nas diversas disciplinas, materializar sua pesquisa, analisar e concluir um trabalho acadêmico.

ESTAGIO CURRICULAR

ORGANIZAÇÃO DO ESTÁGIO SUPERVISIONADO

1. O Estágio deve realizar-se em empresa/instituição pública ou privada;
2. A escolha da empresa compete ao aluno (estagiário);
3. A duração do estágio será de no mínimo 400 horas, perfazendo a duração máxima diária de 6 (seis) horas do início ao final;

4. O estágio deve ser devidamente comprovado e sua aprovação é condição indispensável para que o aluno seja diplomado. Somente pode colar grau o aluno aprovado no Estágio Supervisionado.

5. O aluno terá prazo definido de entrega de Relatório de Estágio Supervisionado e seu descumprimento poderá acarretar a reprovação do aluno na atividade de Estágio. A reprovação do aluno por descumprimento do prazo ou por não tê-lo cumprido, implica na obrigatoriedade de re-matrícula do mesmo, no ano letivo seguinte, como dependência.

6. A vinculação do aluno como estagiário poderá ser feita mediante:
Carteira Profissional que comprove o vínculo empregatício anterior ao início do estágio;

Apresentação de Termo de Estágio, sem qualquer vínculo empregatício.

8.1.7 Curso Direito - Bacharelado

Código Curso: 17200

Modalidade: presencial

Total de Vagas Anuais: 50

Número de Alunos por Turma: 50

Turno de Funcionamento: Noturno

Local de Funcionamento: Campus Marco Zero do Equador

Regime de Matrícula: Crédito Semestral

Carga Horária Total: 4260

Integralização: 10 Semestres

Docentes	Regime de Trabalho	Titulação
Helena Cristina Guimarães Queiroz Simões	DE	Mestre
Adilson Garcia do Nascimento	20	Graduação
Carlos Orlando Fonseca de Souza-	20	Especialista
Carmo Antônio de Souza	20	Doutor
Daize Fernanda Wagner	DE	Mestre
Maria Emília Oliveira Chaves	DE	Mestre
Iaci Pelaes dos Reis	20	Especialista
Josenildo de Oliveira Cuimar	20	Graduação
João Guilherme Lages Mendes	20	Graduação
Juliana Monteiro Pedro	20	Mestre
Marcelo Jose de Guimarães e Moraes	20	Especialista
Marcelo Porpino Nunes	20	Mestre
Marcelo Moreira dos Santos	20	Mestre
Nicolau Eládio Bassalo Crispino	20	Doutor
Paulo da Veiga Moreira	20	Especialista
Raimundo Nonato Fonseca Vales	20	Graduação
Raul José de Galaad Oliveira	DE	Doutor
Roberto José Nery Moraes	40	Especialista
Rui Guilherme de Vasconcellos Souza Filho	20	Graduação
Safira da Paixão Costa da Silva	20	Mestre
Sérgio Sampaio Figueira	DE	Mestre
Simone Maria Palheta Pires	DE	Especialista
Sulamir Palmeira Monassa de Almeida	20	Especialista
Ulisses Trasel	DE	Mestre

Quadro 12 Corpo Docente por Regime e Titulação

Fonte: CGP (2010)

PERFIL DO CURSO

O curso de Direito da UNIFAP, através do presente projeto, visa superar o modelo tradicional de ensino jurídico, não só em sintonia com o que dispõe as Diretrizes Curriculares estabelecida pela Resolução CNE/CES n. 9/2004, mas principalmente por entender a necessidade desse movimento no âmbito do curso. Destarte, objetiva formar profissionais do direito aptos a atuar nos diferentes campos do Direito, de forma consciente e crítica, numa perspectiva cidadã. Tais profissionais devem atrelar formação técnico-jurídica com eticidade e humanidade.

Os profissionais formados pelo curso de Direito da UNIFAP devem estar conscientes de sua historicidade e inserção local no Amapá. Aptos a atuar em qualquer

local, mas sem perder a dimensão das peculiaridades da Amazônia e, em especial, do Amapá. Que sejam profissionais do novo milênio, aptos a dar respostas às diferentes demandas oriundas dessa sociedade, que tem se modificado com muita rapidez e que requer profissionais adaptáveis a novas situações.

Tais profissionais devem, portanto, ser criativos na busca de soluções novas para situações novas e inesperadas. Devem ser capazes de aprenderem de forma continuada e autônoma.

Para tanto, o curso de Direito da UNIFAP busca integrar os conhecimentos teóricos e práticos, aliando as atividades de ensino aquelas de extensão e pesquisa, como forma de instrumentalizar os estudantes para enfrentar as exigências da vida profissional e social que surgirão.

ATIVIDADES DO CURSO

As atividades complementares, conforme o disposto na Resolução N°. 9 CNE/CES em seu art. 2º, inciso X, combinado com o art. 8º, são escolhidas e realizadas pelo discente dentre atividades de interesse do curso tais como: participação em seminários, palestras, congressos, mesas-redondas, debates, simpósios, conferências e demais modalidades de eventos acadêmicos, apresentação e realização de projetos de pesquisa individuais ou participação em grupos de pesquisa, apresentação e realização de projetos de extensão, atividades relacionadas à iniciação científica, publicação de trabalhos, estágio extracurricular, que resultem em enriquecimento epistemológico e metodológico dos estudantes.

As atividades complementares integrantes do currículo, fixadas em 360h (trezentos e sessenta horas), devem ser homologadas e registradas pela Coordenação do Núcleo de Prática Jurídica (NPJ) e após serem consideradas adequadas à formação complementar do acadêmico de Direito da UNIFAP serão integralizadas para o cumprimento da carga horária obrigatória acima mencionada, conforme regulamento próprio.

Cabe a Coordenação do NPJ decidir quais atividades poderão ser computadas como atividade complementar para cada grupo ou subgrupo de atividades, impedindo-se assim que as atividades complementares sejam compostas apenas com

uma espécie de atividade, possibilitando dessa forma uma diversificação das atividades contribuindo para uma formação mais ampla e completa para o discente.

PERFIL DO EGRESSO

Partindo das reflexões acerca das inserções do curso e tendo ainda por orientação o disposto na Resolução CNE/CES n. 9/2004, o perfil desejado de formando que norteia o curso de Direito da UNIFAP orienta-se por:

- Sólida e permanente formação humanística e técnico-jurídica, necessária à compreensão interdisciplinar do fenômeno jurídico e das transformações sociais;
- Conduta ética permanente, tanto em sua atuação profissional, quanto em sua vida e atuar social;
- Capacidade de análise, domínio de conceitos e da terminologia jurídica, aliada a capacidade de argumentação e mediação de conflitos;
- Consciência dos problemas de seu tempo e seu espaço e capacidade de buscar soluções criativas para os mesmos;
- Capacidade de aprendizagem continuada e autônoma, necessárias para sua permanente inserção e atuação profissional e social;
- Postura reflexiva e de visão crítica, indispensável ao exercício da ciência do direito, da prestação da justiça e do desenvolvimento da cidadania.

A esse perfil, agregamos a necessidade de formar profissionais que aliem conhecimentos técnico-jurídicos ao conhecimento tradicional, tão característico da região amazônica. O profissional a ser formado pelo curso de Direito da UNIFAP deve estar conectado com sua região, apto a contribuir no estudo e na busca de soluções aos problemas peculiares da Amazônia. Todavia, tal diferencial não deve representar um alheamento em relação as questões do Brasil e as questões supranacionais

FORMA DE ACESSO AO CURSO

A forma de acesso ao curso é mediante vestibular (Processo Seletivo), transferência ex-officio ou processo seletivo simplificado - vestibulinho.

SISTEMA DE AVALIAÇÃO DO PROCESSO ENSINO APRENDIZAGEM

Quanto aos critérios de avaliação adotados no Curso de Direito, o Colegiado estabeleceu que a nota de cada semestre fosse composta pela avaliação contínua, onde todas as atividades realizadas em classe e extraclasse compõem a média final dos alunos. Os professores estão orientados a aplicar a cada 30 horas-aula uma avaliação e, ainda, uma avaliação final.

Note-se que as atividades sugeridas pelos docentes têm como objetivo desenvolver a prática da pesquisa, de modo a aprimorar o raciocínio lógico, crítico e analítico, devendo o aluno estabelecer relações causais entre fenômenos, e, ainda, desenvolver a habilidade de expressar-se de modo crítico e criativo frente aos diferentes contextos e problemas jurídicos e sociais. Tais atividades podem ser: a) pesquisas, b) exercícios, c) arguições, d) seminários, e) preleções, f) trabalhos práticos, g) provas parciais escritas e orais, previstas os respectivos programas das disciplinas, que são computadas na nota do semestre.

Estas práticas didáticas estão inseridas numa filosofia que entende a avaliação como um processo continuado, cujo objetivo principal é aprimorar e fazer crescer intelectualmente o aluno, com equilíbrio, equidade, ética, e, acima de tudo, responsabilidade profissional.

SISTEMA DE AVALIAÇÃO DO PROJETO DO CURSO

O processo de avaliação da qualidade do curso, incluindo a adequação do projeto pedagógico do curso, para atendimento ao disposto no art. 3º, inciso VIII, da Lei nº 10.861, de 14/04/2004, exige a aprovação de seu projeto político pedagógico não apenas pelo Colegiado do Curso (órgão que reúne, além de todos os professores e da Coordenação, representantes discentes de todas as turmas), mas, também, pelo Conselho Superior (CONSU) da Universidade, órgão máximo de deliberação institucional, que inclui representantes da Reitoria, de todos os cursos, de professores e alunos. O projeto do curso, portanto, é avaliado por representantes de toda a comunidade acadêmica antes de sua efetiva implementação. Importa ressaltar, ainda, que, desde seus estágios iniciais, o projeto é estabelecido como objeto de criação coletiva, sendo

os principais responsáveis por sua elaboração, a Coordenação do curso e os professores que lecionam no Curso de Direito. Assim, ao ser levado para discussão e votação no Colegiado do curso, o projeto já é de conhecimento de todos os participantes, ainda que não de forma detalhada, o que só vem a ocorrer, de fato, após sua apresentação pelos seus principais autores. De todo modo, contando com a participação de todos os integrantes do curso para a sua criação, o projeto é submetido a constantes e rigorosas avaliações desde sua concepção inicial até sua aprovação final para efetiva implantação.

O curso integra a Avaliação Institucional, seu desenvolvimento é acompanhado pela Comissão Permanente de avaliação (CPA). A CPA acompanha os desdobramentos do curso, tendo por base o presente projeto e suas possíveis alterações. A avaliação do Curso de Direito compreende os aspectos curriculares, metodológicos, além do cumprimento da missão, da concepção, dos objetivos e do perfil profissional delineado.

TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO

O TCC realizar-se-á sob a orientação geral do Coordenador de Trabalho de Conclusão de Curso, que deverá orientar o Professor Orientador que por sua vez deve orientar os alunos matriculados na disciplina.

O aluno que será responsável pelas seguintes atividades:

- a) opção por um campo de conhecimento e levantamento de seu referencial teórico;
- b) elaboração de um projeto a ser desenvolvido neste campo de conhecimento;
- c) elaboração de trabalhos parciais na disciplina, constituindo revisão bibliográfica;
- d) execução do projeto;
- e) elaboração final do TCC; e
- f) apresentação perante uma Banca Examinadora.

O TCC possui carga horária obrigatória para integralização do curso nos 9º e 10º semestres.

ESTÁGIO CURRICULAR

O Curso atende também ao disposto na RESOLUÇÃO nº 11/2008 - CONSU/UNIFAP. Que estabelece as diretrizes para o Trabalho de Conclusão de Curso em nível de Graduação, no âmbito da UNIFAP.

O estágio curricular supervisionado do curso de Direito da UNIFAP é desenvolvido no Núcleo de Prática Jurídica - NPJ, em harmonia com o disposto nas Diretrizes Curriculares.

O estágio curricular consiste em atividades obrigatórias que integram o currículo pleno do curso de Direito da UNIFAP e é organizado pela Coordenação do NPJ por meio dos componentes curriculares Estágio e Prática Jurídica I, II, III, IV e V, que visam proporcionar ao discente o contato efetivo com a prática profissional competente e, acima de tudo, ética. Contempla-se ainda a possibilidade de realização de convênios com outras instituições de assistência judiciária.

O Estágio e Prática Jurídica do Curso de Direito da UNIFAP está contemplado no currículo pleno do curso através de componentes curriculares e é desenvolvido no Núcleo de Prática Jurídica - NPJ, conforme regulamento próprio. As principais atividades são o atendimento as demandas na Assistência Judiciária Gratuita oferecida pela Instituição à comunidade, participação dos discentes como mediadores no Juizado Especial Civil, na UNIFAP, e outras atividades compatíveis com o dispõe a Resolução CNE/CES n. 9, de 2004, ao tratar sobre o Estágio Supervisionado.

Ao cursar cada uma das disciplinas, os acadêmicos realizarão atividades eminentemente práticas, incluindo-se a simulação de situações reais, tais como júris simulados e audiências simuladas, sempre sob a orientação dos professores de Estágio e Prática Jurídica e o controle acadêmico da Coordenação do Núcleo de Prática Jurídica. Tais atividades incluirão ainda o comparecimento obrigatório dos discentes a atos processuais (audiências de conciliação, audiências de instrução e audiências de julgamento, sessões de julgamento de tribunais judiciais), sempre que possível realizados nas dependências da própria IFES.

O Estágio Curricular Supervisionado será realizado a partir do quinto semestre, totalizando 450h (quatrocentas e cinquenta horas) e será regido de acordo

com o que dispõe o Regimento do Núcleo de Prática Jurídica-NPJ, bem como a legislação vigente aplicável ao tema.

7.1.8 Curso Educação Física - Licenciatura

Código Curso: 99617

Modalidade: presencial

Total de Vagas Anuais: 50

Número de Alunos por Turma: 50

Turno de Funcionamento: Diurno (Matutino)

Local de Funcionamento: Campus Marco Zero do Equador

Regime de Matrícula: Crédito Semestral

Carga Horária Total: 3680 h/a

Integralização: 8 Semestres

Docentes	Regime de Trabalho	Titulação
Flavius Augusto Pinto Cunha	DE	Mestre
Cássia Hack	DE	Mestre
Marcio Romeu Ribas de Oliveira	DE	Douto
Agripino Alves Luz Júnior	DE	Doutor
Dilson Rodrigues Belfort	DE	Mestre
Maria da Conceição dos Santos Costa	DE	Mestre
Demilto Yamaguchi da Pureza	DE	Mestre
Álvaro Adolfo Duarte Alberto	DE	Mestre
Letícia de Carvalho Ferreira	DE	Mestre
Marli Rodrigues Gibson	DE	Especialista
Ronédia Monteiro Bosque	DE	Mestre
Gilberto Santiago Ferreira	40	Especialista
Célio Roberto Santos de Souza	40	Mestre

Quadro 13 Corpo Docente por Regime e Titulação

Fonte: CGP (2010)

O curso de Educação Física da Universidade Federal do Amapá tem por objetivo formar profissionais qualificados, com capacidade para atuação prioritariamente no ensino formal e, secundariamente, fora do âmbito escolar

preparando-os para ensinar, planejar, assessorar, executar, coordenar, supervisionar e avaliar ações durante a prática profissional.

PERFIL DO EGRESSO

O egresso em Educação Física é um profissional atuante prioritariamente no ensino formal público e privado, também em várias áreas do conhecimento e do mercado de trabalho, devendo possuir uma formação básica, sólida e ampla, com capacidade para atuar, pautado em princípios éticos, nos diversos âmbitos da cultura corporal, quer seja na educação, no esporte, no lazer e na saúde, visando à reflexão e o usufruto das atividades físicas, esportivas, recreativas, culturais para uma melhor qualidade de vida do cidadão.

O futuro profissional deverá estar apto para planejar, assessorar, executar, coordenar e avaliar programas de Educação Física no ensino público e privado, além do esporte e Promoção à Saúde voltada para os mais diversos segmentos sociais.

O Curso Educação Física em Licenciatura deverá ser capaz de atuar, preferencialmente, no âmbito escolar, com competência em docência na educação básica (educação infantil, ensino fundamental e ensino médio) e superior. O curso deve, ainda, propiciar ao egresso um conhecimento acerca da realidade na qual irá atuar capaz de torná-lo agente transformador dessa realidade, contribuindo para a melhoria da qualidade de vida da população, assumindo responsabilidade quanto à promoção, manutenção e recuperação da saúde, desempenhando suas atividades nos âmbitos público e privado.

COMPETÊNCIAS E HABILIDADES

A partir do currículo desenvolvido pela UNIFAP, no qual se buscou contemplar uma formação ampliada por meio de disciplinas de formação humanística, pedagógica e técnica (formação geral) e por meio de disciplinas de conhecimento específico que constituem o objeto de ensino do componente curricular Educação Física que tratam das dimensões biológicas, sociais, culturais, didático-pedagógicas, técnico-instrumentais do movimento humano, conforme a resolução CNE/CES7/2004, o futuro

profissional Graduado em Educação Física pela UNIFAP, deverá estabelecer uma relação direta com a realidade política, social, econômica e cultural do país e da região.

O campo de atuação profissional é considerado diversificado, amplo, emergente, crescente e em transformação contínua, exigindo um profissional, com competências e habilidades para:

- Conhecer e dominar o instrumental científico e técnico inerente à Educação Física no que se refere às manifestações da cultura corporal, com ênfase no conhecimento acerca do esporte, do jogo, da ginástica, da dança e da luta.

- Conhecer e dominar instrumentos, métodos e técnicas que possibilitem a intervenção do profissional nos âmbitos acadêmico e técnico nas áreas da Educação, do Esporte, do Lazer e da Saúde/Qualidade de Vida e Promoção à Saúde.

- Identificar e diagnosticar as mais diversas problemáticas em sua área de atuação, de maneira crítica, refletida e autônoma, sendo capaz de propor as mudanças necessárias aos problemas detectados, no sentido da transformação social.

- Refletir sobre as diferenças individuais e culturais acerca das manifestações da cultura corporal no que diz respeito ao processo ensino-aprendizagem.

CAMPO DE ATUAÇÃO PROFISSIONAL

O Graduado em Educação Física da UNIFAP de Macapá estará apto para atuar nos diversos âmbitos da cultura corporal de toda a região Norte e do País.

O egresso Licenciado em Educação Física terá como campo de trabalho, preferencialmente, a Educação Física formal, caracterizada pela docência na educação básica e superior das redes pública e privada.

O egresso também terá como campo de atuação todo o universo do Esporte, caracterizado pelos trabalhos desenvolvidos em clubes esportivos, escolas de iniciação esportiva, equipes competitivas, empresas, dentre outros; e o universo da área de saúde, caracterizado pelos trabalhos desenvolvidos em clubes recreativos, academias de ginástica, empresas, hotéis, postos de saúde, hospitais dentre outros.

ESTRUTURA CURRICULAR

A estrutura curricular pretende oferecer ao graduado em Educação Física, uma formação básica sólida, articulando as unidades de conhecimento de formação específica e ampliada da Educação Física, além de assegurar a indissociabilidade teoria-prática por meio da Prática Pedagógica, Estágio Curricular Supervisionado e Atividades Científicas e Culturais.

A dinâmica curricular do curso de graduação em Educação Física, através de conhecimentos técnicos e humanísticos, prioritariamente para atuar no ensino formal e, secundariamente, fora do âmbito escolar, balizado pelo espírito crítico e humanístico, deve contemplar vivências em diferentes contextos de aplicação acadêmico-profissional desde o início do curso.

A PRÁTICA PEDAGÓGICA

O currículo pleno do curso compreende 400 horas de Prática Pedagógica como componente curricular que será efetivada ao longo do curso através de projetos de extensão de Educação Física na rede de ensino público e privado, como também em locais que oportunizem as práticas esportivas, nas perspectivas da prevenção e promoção da saúde, e do lazer, permitindo aos graduandos vivenciarem o nexo entre as dimensões conceituais e a aplicabilidade do conhecimento.

AS ATIVIDADES CIENTÍFICAS E CULTURAIS

Esta estrutura curricular privilegia também as Atividades Acadêmicas Científicas e Culturais (AACC), que serão incrementadas do segundo ao sexto semestre do curso, com um total de 200 horas, proporcionando ao aluno experiências e vivências junto às diversas manifestações da Educação Física, através de: Estudos e práticas independentes, presenciais e/ou à distância, sob a forma de monitorias, estágios extracurriculares, programas de iniciação científica, programas de extensão, estudos complementares, congressos, seminários e cursos. Estudos e práticas de eventos acadêmico-profissionais ofertados pela UNIFAP, articulando-se e enriquecendo o processo

formativo do graduado em Educação Física como um todo. Esta diversificação dos espaços de intervenção acadêmico-profissional em Educação Física, almeja formar profissionais qualificados e autônomos.

O ESTÁGIO CURRICULAR SUPERVISIONADO

O Estágio Curricular Supervisionado representará o momento da formação em que o graduando, deverá articular as diferentes unidades de conhecimentos numa perspectiva interdisciplinar, efetivado através de um processo de intervenção acadêmico-profissional necessário para constituição de um campo de atuação autônomo quando da sua profissionalização.

Considerando que o currículo pleno do curso de graduação em Educação Física contempla 400 horas de Estágio Curricular Supervisionado, que serão vivenciados no sexto, sétimo e oitavo semestre, pretende-se colocar em prática os recursos teóricos e experimentais na busca de compreensão dos processos de aprendizagem e desenvolvimento dos alunos, bem como a leitura sob um enfoque crítico da realidade educacional, para se pensar sobre as diferentes formas de agir, em diferentes contextos.

A seguir, apresentamos as propostas de atividades para os três semestres da disciplina Estágio Curricular Supervisionado:

PROPOSTA DE ATIVIDADES PARA A DISCIPLINA ESTÁGIO CURRICULAR SUPERVISIONADO

O Estágio Curricular Supervisionado, sob orientação técnica e pedagógica do professor da referida disciplina, compreenderá o 6º, o 7º e o 8º semestre, e será dividido em duas fases: a observação e registro do cotidiano escolar; e práticas de regência e execução de planos de ação.

O objetivo geral do Estágio Supervisionado será o de proporcionar ao educando, experiência profissional através de sua participação no processo total de escolarização. Para tanto, seus objetivos específicos serão:

- ter experiência suficiente para decidir sobre sua escolha profissional;
- desenvolver responsabilidade suficiente para agir e reagir por iniciativa própria no campo educacional.

- relacionar a teoria à prática na situação real;
- adquirir capacidade de decisão quanto a recursos e técnicas aplicadas à sua área de actuação;
- avaliar situações das quais participe.

O estágio supervisionado será realizado em estabelecimentos da rede estadual, municipal e particular de ensino que permita o desenvolvimento das modalidades de estágio e técnicas relacionados.

TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO

Para a conclusão final do curso de graduação em Educação Física será obrigatório por parte do aluno, a apresentação e defesa do Trabalho de Conclusão de Curso (TCC). O TCC deve contar com a orientação docente e ser centrado na área de ensino da Educação Física, do Esporte, e da Promoção da Saúde. O Trabalho de Conclusão de Curso deverá ser elaborado nos sétimo e oitavo semestres. No sétimo semestre o graduando deverá iniciar a pesquisa visando à conclusão do seu trabalho final. No oitavo semestre o graduando compila os dados para redigir o seu TCC. Após a redação final, será feita a apresentação e defesa do TCC perante uma banca examinadora, composta por três professores incluindo o professor orientador.

ESTRUTURA DO CURSO

Ginásio poliesportivo

Piscina semi-olímpica

Campo de futebol - em construção

Pista de atletismo - em construção

Bloco de salas de aula

Laboratório de Pedagogia do movimento e Biodinâmica do movimento - em construção

7.1.9 Curso Enfermagem - Bacharelado e Licenciatura

Código Curso: 17201

Modalidade: presencial

Total de Vagas Anuais: 50

Número de Alunos por Turma: 50

Local de Funcionamento: Campus Marco Zero do Equador

Turno de Funcionamento: Diurno (Matutino e Vespertino)

Regime de Matrícula: Crédito Semestral

Carga Horária Total: 5.240 h/a - Alterado Pela Resolução nº 3, de 02 de julho de 2007 do C.N.E: 4.366 h/a

Integralização: Mínimo: 10 semestres

Máximo: 14 semestres

Docentes	Regime de Trabalho	Titulação
Ronaldo França de Sarges	DE	Especialista
Ana Rita Pinheiro Barcessat	DE	Mestre
Donato Farias da Costa	DE	Especialista
Carlos Rinaldo Nogueira Martins	20	Mestre
Clodoaldo Tentes Cortes	DE	Especialista
Edmundo Souza Moura Filho	20	Especialista
Erika Tatiane de Almeida Menezes	DE	Especialista
Florinaldo Carreteiro Pantoja	DE	Mestre
Francineide Pereira da Silva Pena	20	Mestre
Joelma Pereira de Souza	DE	Especialista
João Farias da Trindade	20	Mestre
José Jeová Freitas Marques	DE	Especialista
José Luís da Cunha Pena	20	Mestre
Luzilena de Sousa Prudêncio	20	Mestre
Luidmila Miyar Otero	DE	Doutora
Maria Izabel Tentes Côrtes	DE	Doutora
Maria Virgínia Filgueiras de Assis Mello	DE	Mestre
Marlucilena Pinheiro da Silva	20	Mestre
Nely Dayse Santos da Mata	20	Mestre
Raimunda Bandeira de Souza	DE	Mestre
Rosana Oliveira do Nascimento	DE	Mestre
Rosemary Ferreira de Andrade	DE	Doutora

Rosilda Alves da Silva Isla Chamilco	DE	Doutora
Cristiane de Cássia Santos Rodrigues	DE	Especialista
Silvia Mara Pegado Correa	40	Especialista
Silvana Rodrigues da Silva	DE	Mestre
Anneli Mercedes Celis de Cárdenas	DE	Doutora
Silvia Elena Dias Martuchi	DE	Mestre

Quadro 14 Corpo Docente por Regime e Titulação

Fonte: CGP (2010)

Historicamente esta Universidade representa a concretização de uma antiga aspiração da sociedade amapaense. É de prevê-se assim, que suas ações estejam voltadas para formação do ser humano em suas múltiplas dimensões: social, econômica, política, cultural, científica e tecnológica, mediante a observância do princípio da indissociabilidade entre o ensino, a pesquisa e a extensão.

O curso de Enfermagem no Brasil foi criado oficialmente em 1950, obtendo reconhecimento pela Lei nº 1.254-50. Seu currículo mínimo obedece a resolução do Conselho Federal de Educação. Sua existência e prática no Estado do Amapá fixou-se através do Decreto 98.997 de 02 de Março de 1990, que institui de acordo com o disposto no Artigo 1º da Lei nº 7.530 de 29 de Agosto de 1986, a Fundação Universidade Federal do Amapá-UNIFAP e portaria do Ministério da Educação nº 863 de 10 de Setembro de 1990, que aprova o estatuto da Fundação Universidade Federal do Amapá, o que garantiu a criação do Curso de Licenciatura e Bacharelado em Enfermagem, com Carga Horária Total: 4.800 h, Carga Horária Teórica: 2.165h, Carga Horária Prática: 2.385h, Duração do curso: 10 Semestres (05 anos), tendo ocorrido o primeiro vestibular (processo seletivo) em 1991 com o ingresso de 50 alunos, iniciando portanto a primeira turma de graduandos.

Diante da perspectiva de reconhecimento, em 1992 realizou-se diagnóstico para se justificar a necessidade social da permanência e implementação do curso, o qual garantiu junto ao Ministério de Estado da Educação e do Desporto seu reconhecimento instituído por meio da Portaria nº 53 de 24 de Janeiro de 1996, que traz em seu conteúdo jurídico: “O Ministério de Estado da Educação e do Desporto, usando da competência que lhe foi delegada pelo Decreto nº 83.857, de 15 de Agosto de 1979, revigorada pelo Art. 3º do Decreto 1.303, de 8 de Novembro de 1994, de acordo com a Lei nº 9.131 de 24 de Novembro de 1995 e Parecer nº 1/96, da Comissão Especial

designada por Decreto de 16 de fevereiro de 1995, aprovado em reunião de 17 de Janeiro de 1996 conforme consta do Processo nº 23125.000466/94-II, do Ministério da Educação e do Desporto, resolve:

Art. 1º Reconhecer o Curso de Enfermagem, Bacharelado e Licenciatura, ministrado pela Universidade Federal do Amapá, com sede na cidade de Macapá, Estado do Amapá.

Art.2º Esta Portaria entra em Vigor na data de sua publicação.(25/01/1996).

JUSTIFICATIVA

Os Cursos de Enfermagem tem passado por diversos problemas devido os conteúdos voltados à saúde coletiva serem muito restritos; o que têm gerado conflitos, expressados nas cargas horárias das disciplinas básicas, gerando escassez na associação de conhecimentos nas disciplinas técnicas. Tal organização atualmente, não oferece abertura para ajustar-se às mudanças técnico-científicas que ocorrem na sociedade, nos programas de saúde e na prática da enfermagem, embora procure adequar-se geram insatisfações docente/discente com o desenvolvimento curricular atual.

Em relação aos programas desenvolvidos e modificações que se fazem necessárias, estão relacionadas desde as denominações de disciplinas atuais que refletem o modelo “biomédico flexeriano” com escassas atividades em cenários de saúde coletiva. Diante desta realidade, busca-se implementar este currículo mediante as propostas inovadoras na integração das disciplinas que compõe a matriz curricular.

O currículo de Enfermagem acompanha a relação entre as matérias que se baseavam na Legislação Federal (Parecer nº 163/72 e Resolução nº 04/72). As práticas ficavam segmentadas, solitárias, paralelas o que contradiz um sistema dinâmico de intercâmbio de ideias propostas nas diretrizes atuais. Portanto, o currículo não deve ser separado da totalidade do social, deve ser historicamente situado e culturalmente determinado. É um ato político, atingindo um conjunto de ações de caráter estrutural.

O desenvolvimento das aulas práticas e estágios da forma como estão sendo realizados tem dificultado aos acadêmicos e docentes o mapeamento de situações evidenciadas nos cenários de treinamentos técnicos, o que de acordo com as

experiências deverão ser assegurados nas atividades teórico-práticas com participação conjunta dos professores do curso, profissionais dos serviços de saúde e comunidade. Neste contexto, identifica-se o enfoque biolizante que evidencia a desarticulação entre o saber biológico integrado com as ciências sociais, necessários à compreensão das mudanças para o suporte de análises crítico-reflexivas na reestruturação dos conteúdos que precisam ser mais integrativos. Tal integração entre disciplinas pretende atender o contexto local, regional e proporcionar um currículo integrado as necessidades do atual modelo do sistema de saúde do País.

O currículo atual em relação às matérias previstas nos instrumentos legais retratam discrepâncias entre o discurso e a ação. Há um esvaziamento do currículo pleno em detrimento de disciplinas obrigatórias o que se efetiva a um objetivo oculto de eliminar as funções intelectivas na formação do profissional enfermeiro. A qualidade dos conteúdos programáticos das diferentes disciplinas ministradas estão alicerçados em sua maioria em livros textos produzidos em outra realidade.

Nesta nova concepção de currículo proposto, se faz necessária distribuição da carga horária mais racional à formação requerida, que possibilite ao acadêmico acesso e o tempo necessário às consultas no espaço de bibliotecas, participação de pesquisa e de programas de extensão comunitária; bem como participação em eventos científicos - educacionais. Em relação aos laboratórios de formação básica e específica deverão ser incrementados em termos de qualidade e quantidade dos equipamentos, além de ampliação em sua infraestrutura física.

Em consequência, as propostas emanadas dos documentos legislativos do ensino de Enfermagem (Resolução CNE/CES Nº 03 de 07/11/01) que institui Diretrizes Curriculares Nacionais do Curso de Graduação em Enfermagem, os recursos humanos da Enfermagem reassumem compromisso fundamental que é a melhora na qualidade do ensino e da assistência, cuidado de enfermagem e na saúde. Todavia, não pretende um processo de ensino-aprendizagem desarticulado da realidade social, local e regional, tornando-se assim, uma ação a partir de reflexão efetiva. Ação esta que terá como cenários os locais onde acontecerá a formação do Enfermeiro: sala de aula, laboratórios, unidades básicas de saúde, Unidades de Saúde da Família (PSF), unidades hospitalares, comunidades e atividades de seminários, oficinas e outros, nos quais os atores envolvidos (docentes, acadêmicos, comunidade, usuários, funcionários das unidades)

serão pontos de junção que visa buscar a realização do trabalho pedagógico a ser efetivado no interior das disciplinas do curso.

Assim, necessita-se de um currículo inovador capaz de formar profissionais dotados de conhecimentos e habilidades, que ao confrontar-se no cotidiano com a estrutura das instituições de serviços, possa contribuir para modificá-las. Entendemos que a verdadeira reorganização do currículo por ora proposto encontra-se atendendo as diretrizes de ensino, mediante as realidades locais. A resolução nº 03 /2001 no seu art. 3º e 4º, tratam da formação do Enfermeiro generalista, distingue as competências e habilidades que este profissional deverá ter ao sair da universidade, são elas: Atenção à saúde, tomada de decisão, comunicação, liderança, administração e gerenciamento e educação permanente. Essas habilidades ao serem trabalhadas na formação do Enfermeiro estarão viabilizando o cumprimento e a implementação do SUS nas instituições locais o que contemplará um atendimento de qualidade da demanda local.

Dessa maneira, o projeto pedagógico idealizado nesta proposta, centra-se nas diretrizes educacionais e orienta-se para preparar o acadêmico às questões sociais, interpreta a tarefa educativo-assistencial do momento com intervenções na realidade encontrada, redimensiona o currículo e desenvolve a prática nos módulos estruturais nas áreas temáticas formais do conhecimento de valores éticos, sociais, políticos e profissionais.

OBJETIVOS

Geral

Formar enfermeiros com visão crítico-reflexiva diante de realidades sociopolíticas locais, regionais e nacionais.

Específicos

- Direcionar o processo ensino-aprendizagem com vistas a atender o compromisso social a que lhe confere a formação profissional;

- Desenvolver investigação, ação e reflexão mediante fundamentação teórico-prática pautada no modelo social local, regional e nacional;
- Promover formação voltada para pesquisa na área social com interface na saúde;
- Formar Enfermeiros para o desenvolvimento de ações na atenção básica e hospitalar, na administração, no ensino e na pesquisa
- Discutir práticas e ações de enfermagem utilizadas no cuidar cotidiano;
- Conduzir o acadêmico a ação-reflexão-ação por meio da construção de conhecimentos coletivos, para que ele possa enfrentar situações complexas apresentadas no cotidiano trabalhista;
- Conduzir o acadêmico a utilizar diferentes fontes de estudo e pesquisa para ampliação de seu aprendizado e reflexão frente às diversas situações cotidianas no âmbito do cuidar
- Oferecer condições ao acadêmico à convivência com aspectos técnicos e humanísticos nas diferentes áreas de atuação (preventiva, promoção da saúde, educação e curativa).

CAMPO DE AÇÃO PROFISSIONAL

Atende a carência presente no Estado do Amapá, por profissionais competentes para atuar como Enfermeiros na área Hospitalar e Atenção Básica, bem como de professores para a Educação Básica e Cursos Profissionalizantes de Enfermagem (auxiliar e técnicos). Observa-se, no Estado, uma grande demanda da sociedade civil que tem elevada carência de profissionais da Saúde, tanto nas instituições públicas quanto nas privadas.

Além disso, o Graduado em Enfermagem terá competência e habilidade para o exercício profissional em áreas, tais como:

Assistência

Gerenciamento

Pesquisa

Ensino tradicional e em modalidades até agora pouco exploradas, como ensino à distância, educação especial, educação indígena, centros e museus de ciências e divulgação científica.

PERFIL DO EGRESSO

A Instituição privilegia a formação pautada em realidade científica e profissional, capacitando-o a desenvolver ações de ordem educativa, promocional, preventiva, assistencial e administrativa permitindo a atuação crítica, reflexiva e criativa na resolução de problemas, considerando os aspectos econômicos, sociais e ambientais, contemplando visão ética e humanista no atendimento às demandas da sociedade.

Algumas exigências se fazem necessárias à caracterização do perfil do profissional:

a) Profissionais críticos, políticos e reflexivos com atitudes éticas, modificadoras de estruturas, relações configuradas nas diretrizes políticas enquanto fatores determinantes de evolução da prática social da Enfermagem.

b) Ter competência e habilidades técnico-científicas no cuidar prestado ao indivíduo, família, comunidade nos diferentes níveis de atuação.

São habilidades a serem adquiridas ao término do Curso:

c) Atuar nos diferentes cenários da prática profissional considerando os pressupostos do modelo clínico-epidemiológico, social e educacional;

d) Identificar necessidades individuais e coletivas de saúde da população e fatores condicionantes e determinantes de doença;

e) Intervir no processo de saúde-doença, garantindo a qualidade da assistência nos diferentes níveis da atenção à saúde;

f) Prestar cuidado de enfermagem a diferentes grupos da comunidade;

g) Compatibilizar as características da equipe de enfermagem às diferentes demandas dos usuários, integrando as ações de enfermagem nas ações multiprofissionais;

h) Gerenciar o processo de trabalho na atuação profissional;

- i) Implementar ações, procedimentos e estratégias de enfermagem avaliando a qualidade e os impactos dos resultados;
- j) Desenvolver, participar , aplicar pesquisas e extensão enquanto garantia de uma política educacional que objetivem a qualificação profissional;
- k) Compreender e utilizar os códigos éticos, políticos e normativos da profissão como eixo condutor da prática profissional;
- l) Participar da composição das estruturas consultivas, deliberativas e movimentos sociais e políticos do sistema de saúde;
- m) Reconhecer- se como líder do trabalho da equipe de enfermagem com compromisso respeitando os princípios científicos nas intervenções;

Essas habilidades são consideradas básicas e subsidiárias nas ações do acadêmico nos diferentes cenários de atuação profissional considerando-se o contexto e as demandas de saúde.

CURRÍCULO

A Organização acadêmica foi planejada para ser operacionalizada pelo regime de crédito semestral, em Período integral, com turmas constituídas por até 50 acadêmicos contemplando as exigências das Diretrizes Curriculares Nacionais para os Cursos de Enfermagem.

As aulas práticas serão desenvolvidas em laboratórios e instituições de Saúde, as turmas deverão ser divididas em sub-grupos de até oito (08) alunos na área de atenção básica e seis (06) na área hospitalar, exceto no CTI e sala de parto que deverá ter no máximo 03 acadêmicos, conforme planta física, número de leitos e capacidade de ocupação destes ambientes locais.

As aulas práticas das disciplinas específicas utilizarão os hospitais, a rede básica (estadual, municipal) o Programa de Saúde da Família e demais unidades como campo de prática e de estágio supervisionados. O currículo encontra-se organizado em cinco séries com 10 módulos, cada um congrega um elenco de disciplinas.

Integralização mínima do curso: cinco anos ou dez semestres letivos com uma carga horária de 5.240 horas/aula, comportando as recomendações básicas da resolução nº 03 de 07/11/2001.

Modalidade de oferta do Curso: matutino, vespertino. A duração do ano letivo corresponderá a duzentos (200) dias letivos.

As atividades semanais serão desenvolvidas durante seis (06) dias (segunda a sábado).

A carga horária semanal modular variará de acordo com a natureza da composição dos mesmos. Em média os módulos eletivos serão de 30 horas/semanais. As atividades docentes deverão ser no mínimo de oito horas semanais de aula.

Estágios Supervisionados terão carga horária geral de 700 horas e carga horária semanal será em média de 30 horas.

As disciplinas de formação pedagógica serão desenvolvidas de forma integradas permeando todos os módulos.

Compreendemos que pela sua dinamicidade na linha do cuidar holístico; que se processa a partir da evolução tecnológica e a política da globalização associados à proposta inovadora da LDB/1996 e as leis complementares para o ensino da Enfermagem brasileira, é hora de repensar e readaptar a filosofia do curso aos parâmetros solicitados pelas leis e pela demanda existente na UNIFAP.

7.1.10 Curso Engenharia Elétrica - Bacharelado

(Código) Formação: 122116

Modalidade: Educação Presencial

Data de início do funcionamento do curso: 09/02/2009

Local de Funcionamento: Campus Marco Zero do Equador e Campus Santana

Periodicidade para integralização: Semestral (10)

Carga horária mínima: 3890 horas

Vagas autorizadas: Noturno: 50

Indicadores do Curso no Município: Santana / AP

Docentes	Regime de Trabalho	Titulação
José Reinaldo Cardoso Nery	DE	Doutor
Andrey da Costa Lopes	DE	Mestre
Alaan Ubaíara Brito	DE	Doutor
Helyelson Paredes Moura	DE	Doutor
Coracy da Silva Fonseca	DE	Especialista
Rafael de Sousa Marinho	DE	Mestre
Rogério Gaspar de Almeida	DE	Doutor
Geraldo Neves de Albuquerque Maranhão	DE	Mestre
Jose Henrique Dias de Souza	DE	Mestre

Quadro 15 Corpo Docente por Regime e Titulação

Fonte: CGP (2010)

OBJETIVOS

O objetivo do Curso de Graduação em Engenharia Elétrica da UNIFAP é prover a formação necessária para capacitar o profissional a atuar de forma crítica e inovadora frente aos desafios da sociedade em geral e, particularmente, para a solução de problemas reais que podem comprometer o crescimento do Estado do Amapá ou da Região Norte, além de:

- oferecer à sociedade amapaense um curso de qualidade, com professores capacitados e qualificados;
- contribuir para a formação de engenheiros autônomos, cooperadores, críticos para que possam enfrentar e solucionar problemas com responsabilidade;
- proporcionar uma formação humanística que permita ao graduando o entendimento dos aspectos humanísticos, sociais, éticos e ambientais relacionados à ação prática da engenharia elétrica;
- possibilitar ações educativas que facilitem a internalização e construção do conhecimento para a formação do engenheiro que seja agente transformador da sociedade;
- proporcionar uma formação especializada que habilite o graduando ao exercício profissional em área específica da Engenharia Elétrica - Sistemas de Energia Elétrica, com ênfase em Eletrificação Rural.
- formar Engenheiros Eletricistas capacitados a atender às diferentes solicitações profissionais pertinentes, com uma visão crítica, criativa e inovadora,

através de uma sólida formação básica, geral e humanística, associada à sua formação profissional específica.

PERFIL DO ENGENHEIRO ELETRICISTA A FORMAR

O profissional terá que ser consciente do desenvolvimento tecnológico, das mudanças do mercado de trabalho e do impacto das tecnologias de informação e comunicação (TIC) que são dados que hoje devem ser considerados quando pensamos sobre o ensino e aprendizagem de Engenharia Elétrica. No mundo contemporâneo é exigido dos profissionais competências relacionadas com relações gerenciais, visão sistêmicas do processo e uma compreensão das questões sócio cultural e ambiental.

A proposta apresentada neste projeto mostra que o Curso de Bacharelado em Engenharia Elétrica da UNIFAP possui uma estrutura curricular moderna, contemplando a formação de profissionais generalistas que possam desenvolver suas atividades nos diversos setores ligados à produção de bens e serviços, bem como desenvolver suas atividades como profissionais liberais. O currículo proposto para o curso tem, além da formação abrangente, a ênfase em eletrificação rural, principal demanda profissional em nossa Região.

COMPETÊNCIAS E HABILIDADES

A formação do graduado em Engenharia Elétrica não pode prescindir de uma série de competências e habilidades gerais, estabelecidas através do Art. 4º da Resolução CNE/CES nº 11/2002 (CNE, 2002). São elas:

- a) Aplicar conhecimentos matemáticos, científicos, tecnológicos e instrumentais à engenharia.
- b) Projetar e conduzir experimentos e interpretar resultados.
- c) Conceber, projetar e analisar sistemas, produtos e processos.
- d) Planejar, supervisionar, elaborar e coordenar projetos e serviços de engenharia.
- e) Identificar, formular e resolver problemas de engenharia.
- f) Desenvolver e/ou utilizar novas ferramentas e técnicas.

- g) Supervisionar a operação e a manutenção de sistemas.
- h) Avaliar criticamente a operação e a manutenção de sistemas.
- i) Comunicar-se eficientemente nas formas escrita, oral e gráfica.
- j) Atuar em equipes multidisciplinares.
- k) Compreender e aplicar a ética e responsabilidade profissionais.
- l) Avaliar o impacto das atividades da engenharia no contexto social e ambiental.
- m) Avaliar a viabilidade econômica de projetos de engenharia.
- n) Assumir a postura de permanente busca de atualização profissional

ESTÁGIO SUPERVISIONADO, TCC E ATIVIDADES COMPLEMENTARES

De acordo com a Resolução CNE/CES nº 11/2002, em seu Art. 7º, é obrigatória a realização de estágios curriculares sob supervisão direta da instituição de ensino, através de relatórios técnicos e acompanhamento individualizado (CNE, 2002).

O Estágio Supervisionado é, portanto, uma disciplina constituída de atividades desenvolvidas no campo da Engenharia Elétrica. Seu objetivo é proporcionar ao aluno contato com a prática profissional, permitindo o exercício de técnicas e de procedimentos da Engenharia Elétrica, especificamente na área de Sistemas de Energia Elétrica, com ênfase em eletrificação Rural, integrando o aluno à comunidade profissional e ao mercado de trabalho. Deverão ser cumpridas 300 horas na execução dessas atividades.

Como atividade de síntese e integração de conhecimento, será realizado o Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) que corresponde a um Projeto de Final de Curso de Graduação, orientado por um professor vinculado à área do tema escolhido, preferencialmente dentro das atividades executadas no Estágio, cuja defesa deverá ser realizada através de seminário para banca examinadora e de acordo com o Regimento Geral da UNIFAP. Para efeito de controle acadêmico, o TCC será dividido em duas disciplinas, TCC I e TCC II, com carga horária de 04 h/a semanais para cada, perfazendo um total de 120 h/a.

Deverá, também, serem realizadas Atividades Complementares, tais como trabalhos de iniciação científica, projetos multidisciplinares, visitas técnicas, trabalhos

em equipe, desenvolvimento de protótipos, monitorias, participação em empresas juniores, eventos científicos e outras atividades empreendedoras. Estas atividades deverão totalizar, no mínimo, 200 horas de carga horária.

7.1.11 Curso Física - Licenciatura

Código Formação: 81453

Modalidade: Educação Presencial

Data de início do funcionamento do curso:

Local de Funcionamento: Campus Marco Zero do Equador

Turno de Funcionamento: Matutino, Vespertino e Noturno

Integralização: 8 Semestres

Carga horária mínima: 3.170 h

Vagas autorizadas: 50

Docentes	Regime de Trabalho	Titulação
Robert Ronald Maguinã Zamora	DE	Doutor
Henrique Duarte da Fonseca Filho	DE	Doutor
Nilson dos Santos Ferreira	DE	Mestre
Yony Walter Milla Gonzeles	DE	Doutor
Rafael Martinez Rodrigues	DE	Doutor
Victor Montero Del Aguila	DE	Douto
Marcelo de Souza Ribeiro	DE	Mestre
Maria Zenaide Farias de Araújo	DE	Especialista

Quadro 16 Corpo Docente por Regime e Titulação

Fonte: CGP (2010)

O curso de Física tem como função formar licenciados em Física através da prática indissociável do ensino, da pesquisa e da extensão, preparando-os para a atuação profissional de maneira ética, responsável e crítica.

OBJETIVOS DO CURSO

O curso de Física tem como finalidade a formação de profissionais capacitados, de nível superior, para atuar com o ensino de Física a nível médio e superior.

Além da formação para o ensino de Física, o curso forma profissionais habilitados a prestar assistência técnica qualificada a empreendimentos públicos e privados, como também, a realização de estudos nos domínios da ciência e da técnica por ela abrangida, relacionando essas atividades com as necessidades do desenvolvimento econômico e social da região de influência.

OBJETIVO GERAL

O licenciado em Física formado pela UNIFAP possui uma sólida formação profissional, capacitado para:

- Dominar princípios gerais e fundamentais da Física, familiarizado-se com suas áreas clássicas e modernas.
- Descrever e explicar fenômenos naturais, processos e equipamentos tecnológicos em termos de conceitos, teorias e princípios físicos gerais.
- Diagnosticar, formular e encaminhar a solução de problemas físicos, experimentais e teóricos, práticos ou abstratos, fazendo uso dos instrumentos laboratoriais ou matemáticos apropriados.
- Manter atualizada sua cultura científica geral e sua cultura técnica profissional específica.
- Desenvolver uma ética de atuação profissional e a consequente responsabilidade social, compreendendo a Ciência como conhecimento histórico, desenvolvido em diferentes contextos sociopolíticos, culturais e econômicos.

Para que essas competências sejam atingidas, é necessário que as seguintes habilidades sejam desenvolvidas:

- Utilizar a matemática como uma linguagem para a expressão dos fenômenos naturais, através de modelagens matemáticas.

- Resolver problemas experimentais, desde seu reconhecimento e a realização de medições, até a análise de resultados.
- Propor, elaborar e utilizar modelos físicos, reconhecendo seus domínios de validade.
- Concentrar esforços e persistir na busca de soluções para problemas de solução elaborada e demorada.
- Utilizar a linguagem científica na expressão de conceitos físicos, na descrição de procedimentos de trabalhos científicos e na divulgação de seus resultados.
- Utilizar os diversos recursos da informática, dispondo de noções de linguagem computacional.
- Conhecer e absorver novas técnicas, métodos ou uso de instrumentos, seja em medições seja em análise de dados teóricos ou experimentais.
- Reconhecer as relações do desenvolvimento da Física com outras áreas do saber, tecnologias e instâncias sociais, especialmente contemporâneas.
- Apresentar resultados científicos em distintas formas de expressão, tais como relatórios, trabalhos para publicação, seminários e palestras.

OBJETIVOS ESPECÍFICOS

Dentre as competências e habilidades que o profissional graduado pelo curso de Física terá condições de desenvolver, podemos citar as seguintes:

- Planejar e desenvolver diferentes experiências didáticas em Física, reconhecendo os elementos relevantes às estratégias adequadas;
- Elaborar ou adaptar materiais didáticos de diferentes naturezas, identificando seus objetivos formativos, de aprendizagem e educacionais.

PERFIL DO EGRESSO

Pretende-se que o profissional egresso do curso de Física da Universidade Federal do Amapá - UNIFAP seja um profissional que, apoiado em conhecimentos sólidos e atualizados em Física e com adequada fundamentação teórico-prática, possa abordar e tratar problemas novos e tradicionais e esteja sempre preocupado em buscar novas

formas do saber e do fazer científico. A atitude de investigação deve estar sempre presente em todas as suas atividades, associada a diferentes formas e objetivos de trabalho. Dessa forma, esse profissional deverá apresentar:

- Capacidade e domínio das diversas áreas da Física, necessárias à formação de um profissional do magistério preocupado com a disseminação do saber científico em diferentes instâncias sociais, sempre buscando o desenvolvimento de novas formas de educação científica.

- Formação geral e específica capaz de permitir a compreensão dos problemas específicos da educação escolar, assim como dos problemas educacionais relacionados aos determinantes sociais, econômicos e políticos.

- Conhecimento e capacidade de análise crítica sobre as diversas e diferentes práticas profissionais e técnicas de ensino-aprendizagem e capaz de abordar problemas contemporâneos e tradicionais.

- Habilidades diretamente ligadas às questões relacionadas ao processo ensino-aprendizagem, para acompanhamento das atividades didático-pedagógicas pertinentes à área da Física.

- Capacidade e domínio para a utilização dos diversos recursos da informática, dispondo de noções de linguagem computacional.

- Domínio dos métodos e técnicas pedagógicos que permitem planejar e desenvolver diferentes experiências didáticas em Física, reconhecendo os elementos relevantes.

CAMPO DE ATUAÇÃO PROFISSIONAL

O profissional formado pelo curso de Licenciatura em Física - UNIFAP terá como área de atuação profissional, a docência na educação básica: Ensino Fundamental, Ensino Médio e Superior.

Além disso, o licenciado em Física terá competência e habilidade para o exercício profissional em outras áreas, tais como:

- Atuar em modalidades de ensino até agora pouco exploradas, como ensino à distância, educação especial, ensino de física para pessoas com necessidades especiais, educação indígena, centros e museus de ciências e divulgação científica.

- Continuar sua formação acadêmica ingressando, preferencialmente, na Pós-Graduação em Ensino de Física ou de Educação, bem como, na modalidade Bacharelado (Física Básica ou Aplicada).

- Produzir conhecimento na área de ensino de Física.
- Difundir conhecimento na área de Física e ensino de Física.

ORGANIZAÇÃO DO ESTÁGIO SUPERVISIONADO

1. O Estágio deve realizar-se em ESCOLAS PÚBLICAS.
 2. A escolha da ESCOLA compete ao aluno (estagiário).
 3. A duração do estágio será de no mínimo 405 horas, perfazendo a duração máxima diária de 6 (seis) horas do início ao final.
 4. O estágio deve ser devidamente comprovado e sua aprovação é condição indispensável para que o aluno seja diplomado. Somente pode colar grau o aluno aprovado no Estágio Supervisionado.
 5. O aluno terá prazo definido de entrega de Relatório de Estágio Supervisionado e seu descumprimento poderá acarretar a reprovação do aluno na atividade de Estágio. A reprovação do aluno por descumprimento do prazo ou por não tê-lo cumprido, implica na obrigatoriedade de re-matrícula do mesmo, no ano letivo seguinte, como dependência.
 6. A vinculação do aluno como estagiário poderá ser feita mediante:
 - i. Carteira Profissional que comprove o vínculo empregatício anterior ao início do estágio.
 - ii. Apresentação de Termo de Estágio, sem qualquer vínculo empregatício.
- A Prática Pedagógica terá lugar nas escolas públicas estaduais, preferencialmente, vinculadas à Secretaria de Estado da Educação do Amapá.

TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO

O TCC realizar-se-á sob a orientação geral do Colegiado de Curso, que deverá orientar o Professor Orientador que por sua vez deve orientar os alunos matriculados na disciplina.

O **aluno** será responsável pelas seguintes atividades:

1. Opção por um campo de conhecimento e levantamento de seu referencial teórico.
2. Elaboração de um projeto a ser desenvolvido neste campo de conhecimento.
3. Elaboração de trabalhos parciais na disciplina, constituindo revisão bibliográfica.
4. Execução do projeto.
5. Elaboração final do TCC.
6. Apresentação perante uma Banca Examinadora.

7.1.12 Curso Geografia - Licenciatura

Código Formação: 17195

Modalidade: Educação Presencial

Local de Funcionamento: Campus Marco Zero do Equador

Periodicidade para integralização: Semestral (8)

Carga horária mínima: 3.860 horas

Vagas autorizadas: Diurno: 75

Docentes	Regime de Trabalho	Titulação
Rosana Torrinha Silva de Farias	DE	Especialista
Daguinete Maria Chaves	DE	Doutora
Emmanuel Raimundo Costa Santos	DE	Mestre
Alexandro Francisco Camargo	DE	Mestre
Roni Mayer Lomba	DE	Mestre
Jean Cláudio Santos Fonseca	DE	Mestre
Jonas Pastana da Silva	DE	Graduação
Beatriz Lima de Paula	DE	Mestre
Manoel Osvanil Bezerra Barcelar	DE	Especialista
Ricardo Ângelo Pereira de Lima	DE	Doutor
Sílvio Wigwam Mendes Pereira	DE	Mestre
Ubiratan Rodrigues da Silva	DE	Mestre
Valter Gama de Avelar	DE	Doutor
Liliane Rodrigues Soares	40	Graduação
Viviane Vanessa de Vilhena Amanajás	40	Graduação

Quadro 17 Corpo Docente por Regime e Titulação
Fonte: CGP (2010)

O Curso de Geografia foi implantado no Estado do Amapá na década de 1970 - ainda na época do então Território Federal do Amapá, por meio da extensão do Núcleo de Educação da Universidade Federal do Pará.

Em março de 1990 ocorreu a implantação da Universidade Federal do Amapá - UNIFAP, através do Decreto n. 98997 e no mesmo momento a implantação do Curso de Licenciatura Plena e Bacharelado em Geografia, o qual foi devidamente reconhecido pelo Ministério da Educação e Cultura (MEC) na Portaria Ministerial n. 1.400/96 de 24 de dezembro de 1996.

Dessa maneira, podemos afirmar que o Curso de Licenciatura Plena e Bacharelado em Geografia figura entre os Cursos da área das Ciências Humanas como o mais antigo no Campus. É responsável por titular o geógrafo, bacharel pesquisador, de acordo com a lei n. 6.664, de 26 de junho de 1979, com alteração parcial da lei n. 7.399, de 4 de novembro de 1985, regulamentada pelo Decreto n. 92290, de 10 de janeiro de 1986, ao mesmo tempo em que licencia para o exercício do magistério de acordo com o parecer n. 412, aprovado em 19 de dezembro de 1962 e prevê uma duração de no mínimo 4 anos e meio para o Curso e funciona no regime seriado semestral.

O ingresso no Curso ocorre por dois acessos: (1) Processo Seletivo (Concurso Vestibular), sendo ofertadas 75 vagas anuais - 35 no primeiro semestre e 35 no segundo; (2) Processo Seletivo (via Vestibulinho), de acordo com a oferta de vagas e transferência, estando condicionada às regras estabelecidas pelo regimento da Instituição.

O período de funcionamento do Curso se dá nos turnos 2 e 3 e, administrativamente, funciona através da Coordenação do Curso de Geografia (COGEO), a qual está diretamente subordinada à Pró-Reitoria de Ensino, Pesquisa e Extensão. Possui ainda organização em Colegiado do qual participam Coordenador, professores, representantes do Centro Acadêmico e alunos por turma e, ainda, os acadêmicos se organizam politicamente no Centro Acadêmico de Geografia (CAGEO).

Entretanto, para compreender qual a concepção mais geral que embasou a reformulação do Projeto Político Pedagógico de Geografia, torna-se necessário compreender o inter-relacionamento de questões mais amplas, quais sejam: (a) o papel que o conhecimento técnico-científico passa a assumir no contexto do capitalismo contemporâneo;

(b) o papel histórico da Universidade no contexto regional amapaense e suas diferenciações internas e

(c) o debate sobre a Geografia e sua importância sócio-espacial.

Na organização do Curso, são observadas as seguintes normas:

I. Matrículas semestrais em blocos.

II. Ordenação curricular por meio de pré-requisitos.

III. Controle de integralização curricular por disciplina e carga horária.

CONCEPÇÃO DO CURSO

Com efeito, após esse longo percurso e diante desse diagnóstico geral acerca da inter-relação entre a importância do conhecimento técnico-científico para o capitalismo contemporâneo, da Universidade no contexto regional do Amapá e da importância da Geografia como saber e ciência, alguns desafios parecem se apresentar à UNIFAP ao curso de Geografia em especial:

1. Formar profissionais bacharéis capacitados técnica e cientificamente para atuar nas áreas de política e de ordenamento territorial, no planejamento e gestão urbanos, na formulação de políticas públicas voltadas ao desenvolvimento regional, nas políticas agrárias, na análise, avaliação e monitoramento pertinente ao planejamento ambiental e à análise da informação geográfica.

2. Formar profissionais bacharéis capazes de prestar assessorias técnicas e científicas e com capacidade de elaboração de projetos e de intervenção técnico-política junto aos movimentos sociais - rurais, urbanos, ambientais, comunidades locais, grupos indígenas etc, e às demais organizações, a exemplo de ONG's, fundações, institutos etc.

3. Formar Licenciados plenos com capacidade de reflexão técnico-política acerca da educação, de uma forma geral, e do ensino da Geografia, em particular, de modo a desempenhar as atividades de participação e de elaboração de projetos educacionais e de ensino em uma perspectiva crítica, nos níveis fundamental, médio, educação de jovens e adultos, educação à distancia e de portadores de necessidades educativas especiais (PNEE's).

4. Formar Licenciados plenos com capacidades reflexivas, analíticas e propositivas para a intervenção e a elaboração de ações junto à área de planejamento político pedagógico e da política e legislação educacional, de modo a levar em consideração as especificidades sócio-espaciais e culturais referentes ao ensino da geografia em ambientes escolares (educação formal/escolar) e em ambientes não-escolares (movimentos sociais, ambientais, grupos indígenas, populações negras, ONG's etc.).

Dessa maneira, a concepção do curso foi organizada a partir do seguinte pressuposto: garantir a unidade do curso a partir de suas especificidades - a Licenciatura e o Bacharelado, o que significa que a formação do profissional de Geografia deve estar articulada com a capacidade de leitura, análise, interpretação e intervenção na realidade local, regional, nacional e global, sem perder de vista que a mesma reflete as dinâmicas mais gerais da sociedade e do território, o que exige um profissional capaz de integrar os aspectos teóricos, técnicos e práticos da formação. Seguem-se os demais elementos da concepção do curso:

a) diretrizes comuns à Licenciatura Plena e ao Bacharelado;

- b) princípios norteadores; e
- c) funções.

OBJETIVOS

Objetivos Gerais:

1. Formar profissionais, detentores de habilidades e competências necessárias ao pleno desempenho da profissão de Bacharel em Geografia e de Licenciado Pleno em Geografia, isto é, de profissionais que:

a) dominem os fundamentos filosóficos, teórico-metodológicos e conceituais da Geografia;

b) que apliquem as diferentes formas de abordagens das relações entre sociedade e natureza; e c) que compreendam e expliquem os fenômenos geográficos e suas diferentes formas de organização e distribuição no tempo e no espaço;

2. Formar licenciados plenos em Geografia, detentores de habilidades e competências necessárias ao ensino da Geografia enquanto uma disciplina escolar. Busca-se, neste sentido, formar um profissional com capacidade técnico-científica e política necessária tanto à transposição didática, quanto à contextualização político-cultural dos conteúdos geográficos, isto é, formar um profissional que além dos conhecimentos “puramente” geográficos, possui domínio de conhecimentos relacionados à prática do ensino tais como os aspectos sócio-psicológicos da aprendizagem, didáticos, metodológicos e práticos;

3. Formar profissionais licenciados com habilidades e competências necessárias à elaboração de projetos de pesquisa no ensino e da prática de ensino da geografia escolar. Trata-se de formar profissionais a partir da perspectiva de pedagogia de projetos, para que sejam capazes de orientar a prática pedagógica de geógrafos educadores;

4. Formar bacharéis em Geografia, detentores de habilidades e competências técnico-científicas necessárias ao desenvolvimento da pesquisa e à intervenção no planejamento e ordenamento do território. Busca-se formar um profissional capacitado para atuar tanto na pesquisa científica, quanto na produção e

intervenção técnica - elaboração de relatórios, pareceres, mapas, planos diretores e demais tipos de relatório;

5. Formar profissionais que dominem os procedimentos teórico-metodológicos e técnico-operativos necessários ao manuseio das ferramentas existentes no rol da pesquisa em Geografia - como a análise, interpretação e representação cartográfica dos processos sociais e físico-territoriais com base nos fundamentos filosóficos, teóricos e metodológicos da Geografia e nos conceitos da Geografia.

Objetivos Específicos:

1. Formar licenciados plenos em Geografia, detentores de habilidades e *competências para atuarem na realidade regional, sem perder de vista a dimensão da totalidade geográfica*, ou seja, trata-se de pensar uma base curricular comum e outra específica;

2. Capacitar profissionais licenciados para a análise e crítica das políticas e práticas educacionais, principalmente, aquelas voltadas à geografia, tais como Diretrizes Curriculares Nacionais (DCN's), Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN's), livros didáticos, sistemas de avaliação - ENADE, ENEM;

3. Formar profissionais licenciados com domínio dos procedimentos teóricos, técnicos e didático-pedagógicos voltados ao ensino da geografia em ambientes escolares e não-escolares, tais como Movimentos Sociais, aldeias indígenas, quilombos, educação no campo, entre outros;

4. Capacitar profissionais licenciados para elaboração de instrumentos e técnicas de ensino e materiais didáticos que possibilitem o ensino e a aprendizagem da geografia;

6. Formar quadros técnicos para atuar nas áreas de política e ordenamento territorial, no planejamento e gestão urbanos, na elaboração de políticas públicas voltadas ao desenvolvimento regional, nas políticas de organização do espaço agrário, na análise, avaliação e planejamento ambiental e na análise da informação geográfica;

7. Formar profissionais capazes de prestar assessorias aos movimentos

sociais - rurais, urbanos, ambientais, comunidades locais, entre outros -, às Organizações do Terceiro Setor a exemplo de ONGs, fundações, institutos - e às empresas privadas.

8. Formar profissionais com capacidade específica para atuar na área da geoinformação e do sensoriamanto remoto, com domínio das técnicas de levantamento, monitoramento, processamento, sistematização de dados e produção de informação geográfica e cartográfica, voltados à ação junto aos organismos públicos, privados, do terceiro setor e dos movimentos sociais.

PERFIL DO INGRESSANTE

O alunado concluinte do Ensino Médio com interesse em ingressar no curso de Licenciatura Plena e Bacharelado em Geografia da Universidade Federal do Amapá deverá estar:

- Capacitado em relação aos conhecimentos básicos da Ciência Geográfica e das outras Ciências trabalhadas no Ensino Fundamental e Médio para que, no Ensino superior, este possa dar continuidade na produção do conhecimento necessário à sua formação como profissional de Geografia;
- Munido de noções básicas necessária à aprendizagem interdisciplinar;
- Capacitado para desenvolver trabalhos individuais e coletivos no processo de aprendizagem;
- Capacitado para compreender, criticar e utilizar novas ideias e tecnologias;
- Preparado psicologicamente e moralmente para o convívio na sociedade universitária, tendo em vista o respeito e o bom relacionamento para com os membros da Instituição.
- Interessado em estudos relevantes acerca das relações sócio espaciais, seja em âmbito global, regional e/ou local.

PERFIL DO EGRESSO

Com base nos objetivos propostos neste projeto pedagógico e nas diretrizes curriculares para os cursos de licenciatura e do curso de geografia (Parecer n.º 009

CNE/CES 492/2001, de 03 de abril de 2001 e resolução nº 009/ CNE/CP, n.º 1, de 18 de fevereiro de 2008), o profissional a ser formado deverá apresentar as seguintes competências e habilidades.

I - No Campo Educacional

- Deve ser capaz de compreender o papel social da escola em sintonia com os valores democráticos da sociedade;
- Deve apresentar domínio dos conteúdos específicos da geografia articulado ao campo de conhecimento complementar e interdisciplinar, inclusive no campo pedagógico;
- Deve estar capacitado para a realização de processos de investigação científica e pedagógica que possibilite o aperfeiçoamento da prática educacional em geografia;
- Deve identificar os processos pedagógicos que se desenvolvem na prática social concreta que ocorrem nas instituições escolares e também fora delas.

II - No Campo da Ciência Geográfica

Gerais

- Identificar e explicar a dimensão geográfica presente nas diversas manifestações do conhecimento;
- Articular elementos empíricos e conceituais, concernentes ao conhecimento científico dos processos espaciais;
- Reconhecer as diferentes escalas de ocorrência e manifestação dos fatos, fenômenos e eventos geográficos;
- Planejar e realizar atividades de campo referentes à investigação geográfica;
- Dominar técnicas laboratoriais concernentes à produção e aplicação do conhecimento geográfico;
- Propor e elaborar projetos de pesquisa e técnicos no âmbito de área de atuação da Geografia;

- Utilizar os recursos da informática para representação da realidade geográfica;
- Trabalhar de maneira integrada e contributiva em equipes multidisciplinares;
- Dominar conhecimento teórico-metodológico referentes aos postulados da Geografia Física, da Geografia Humana, da Geografia Regional e da Cartografia;
- Dominar conhecimento científico e técnico, pela integridade das temáticas e conteúdos teóricos e práticos específicos de cada área da Geografia;
- Desenvolvimento de vivências de situações de práticas pedagógicas (sala de aula e outros ambientes ou situações educativas), técnica (laboratórios, tratamento de informações e produção cartográfica) e científica (produção e divulgação do conhecimento geográfico em eventos e publicações);
- Realizar atualização tecnológica em sensoriamento remoto e em Sistemas de Informação Geográfica;
- Trabalhar a valorização dos estudos ambientais e da interdisciplinariedade;
- Realizar observação sistemática da realidade regional *in locu*, através de atividades de campo integradas - trabalho de campo integrado - ou de projetos de extensão.

Específicas

- Identificar, descrever, compreender, analisar e representar os sistemas naturais e físico-territoriais;
- Identificar, descrever, analisar, compreender e explicar as diferentes práticas e concepções concernentes ao processo de produção do espaço;
- Selecionar a linguagem científica mais adequada para tratar a informação geográfica, considerando suas características e o problema proposto;
- Avaliar representações ou tratamentos gráficos e matemático estatístico;
- Elaborar mapas temáticos e outras representações gráficas;

- Dominar os conteúdos básicos que são objetos de aprendizagem nos níveis fundamental e médio;
- Organizar o conhecimento espacial, adequando-o ao processo de ensino-aprendizagem em geografia nos diferentes níveis de ensino.

ORGANIZAÇÃO DISCENTE

Após a matrícula do aluno no Departamento de Controle Acadêmico (DERCA), o respectivo Discente tem o direito de organizar-se politicamente em torno de duas (02) Entidades estudantis principais: O DCE (Diretório Central dos Estudantis) é responsável por coordenar o movimento estudantil e promove atividades científicas entre todos os estudantes de Graduação da UNIFAP. O CAGEO (Centro Acadêmico de Geografia) congrega politicamente os alunos do Curso de Geografia e promove atividades científicas.

APOIO DIDÁTICO PEDAGÓGICO AO DOCENTE

As ações de apoio didático pedagógico ao docente do colegiado de Geografia serão organizadas entorno de reuniões de debate e avaliação permanente da prática docente dos professores. Para isso, adota como princípio norteador a condição dos professores como agentes privilegiados na produção do conhecimento acadêmico, e como sujeitos com competências para desenvolver ações reflexivas e diálogos interdisciplinares com diversos campos do saber e do conhecimento científico.

Dessa forma, os objetivos dessas ações compreendem:

- Identificar, estudar e encaminhar as necessidades da instituição, envolvendo professores e alunos.
- Realizar, coletivamente e sistematicamente, avaliações críticas da prática docente referentes às técnicas e metodologias, visando apropriação e criação de novas formas de intervenção didática, melhorando a comunicação entre alunos e professores.

Para atingir esses objetivos, pretende-se identificar as necessidades para a melhoria do exercício da profissão docente - sobretudo as que dizem respeito à

infraestrutura técnica e à necessidade de cursos de aperfeiçoamento e de pós-graduação.

Assim, busca-se de forma geral um aprofundamento das reflexões acerca das práticas docentes cotidianas pelos professores, do levantamento das expectativas e necessidades dos alunos de Geografia e do estudo das contribuições de outras áreas da educação para a melhoria da prática docente.

As reuniões voltadas ao debate, reflexão e avaliação da prática docente acontecerão trimestralmente, sendo as datas definidas na primeira reunião semestral do colegiado pelos professores, assim como os temas de debates e os professores responsáveis pela coordenação do encontro, seleção dos textos de leitura e discussão. Os textos de leitura são encaminhados via coordenação do curso para todos os professores participantes.

7.1.13 Curso História - Licenciatura e Bacharelado

Código Curso: 17194

Total de Vagas Anuais: 50

Número de Alunos por Turma: 50

Local de Funcionamento do Curso: Campus Marco Zero do Equador

Turno de Funcionamento: Diurno (Matutino)

Regime de Matrícula: Crédito Semestral

Carga Horária Total: 3.3210

Integralização: 8 Semestres

Docentes	Regime de Trabalho	Titulação
Guilherme Jarbas Barbosa de Santana	DE	Especialista
Carlos Alberto Viana Marques	20	Graduação
Carlos Augusto de Castro Bastos	DE	Mestre
Carmentilla das Chagas Martins	DE	Mestre
Cecília Maria Chaves Brito Bastos	DE	Mestre
Dorival da Costa dos Santos	DE	Mestre
Edinaldo Pinheiro Nunes Filho	DE	Doutor
Iuri Cavlak	DE	Doutor
Katy Eliana Ferreira Motinha	DE	Doutora
Mariana de Araújo Gonçalves	DE	<i>Mestre</i>
Siméia de Nazaré Lopes	DE	Mestre
Simone Pereira Garcia	DE	Doutora
Sidney da Silva Lobato	DE	Mestre
Verônica Xavier Luna	DE	Mestre
Paulo Marcelo Cambraia da Costa	DE	Mestre
Maria de Lourdes Sanches Vulcão	40	Graduação
Iza Vanesa Pedroso de Freitas	40	Mestre
Maura Leal da Silva	40	Mestre

Quadro 18 Corpo Docente por Regime e Titulação

Fonte: CGP (2010)

PERFIL DO CURSO

O Curso de História tem seu perfil voltado para a História da Amazônia e do Amapá. O Curso possui duas graduações distintas: Licenciatura e Bacharelado. No que se refere à Licenciatura, o curso concebe a formação do educador como agente capacitado nas habilidades de mediadores do conhecimento histórico na esfera pedagógica. Isso significa que o profissional da educação, habilitado no saber histórico, atua diretamente nas relações de sociabilidade. Desta forma, a matriz curricular do curso contempla uma qualificação profissional com competência técnica, política, social e humana, pois não basta ao professor de História apenas a produção do conhecimento pedagógico, mas a consciência de que precisa ser um investigador de sua prática e de uma concepção de reflexão vinculada à tematização da prática educativa. Busca-se com isso um conhecimento prático que permeie todas as ações docentes do cotidiano escolar e concomitantemente, uma reflexão durante esta ação. Para o exercício da reflexão, é preciso potencializar os diversos conhecimentos no processo de formação do discente por meio da reflexão a posteriori, de forma que ele compreenda o conhecimento

subjacente à sua atuação para que possa ampliá-lo, transformá-lo, recriá-lo e torná-lo alimento para novas ações.

Para atuar com profissionalismo exige-se do futuro professor, não só o domínio dos conhecimentos específicos em torno dos quais deverá agir, mas, também, compreensão das questões envolvidas em seu trabalho, sua identificação e resolução, autonomia para tomar decisões, responsabilidade pelas opções feitas. Requer, ainda, que o professor saiba avaliar criticamente a própria atuação e o contexto em que atua e que saiba, também, interagir cooperativamente com a comunidade profissional a que pertence e com a sociedade.

Portanto, o domínio da dimensão teórica do conhecimento para a atuação profissional é essencial, mas não é suficiente. É preciso saber mobilizar o conhecimento em situações concretas, qualquer que seja sua natureza. Nessa ótica, a instrumentalização de competências, deve refletir nos objetivos da formação, na eleição de seus conteúdos, na organização institucional, na abordagem metodológica, na criação de diferentes tempos e espaços de vivência para os professores em formação.

Entende-se que a aquisição das competências requeridas ao professor deverá ocorrer mediante ação teoria-prática, ou seja, um fazer articulado com a reflexão e sistematização teórica desse fazer. A aprendizagem por competências supera a dicotomia teoria - prática, definindo-se pela capacidade de mobilizar múltiplos recursos em uma mesma situação, entre os quais os conhecimentos adquiridos na reflexão sobre as questões pedagógicas e aqueles construídos na vida profissional e pessoal, para responder às diferentes demandas das situações de trabalho.

É imprescindível na aquisição das competências que haja coerência entre a formação oferecida e a prática esperada do futuro licenciado. Ou seja, a preparação do licenciado, tem uma peculiaridade muito especial: ele aprende a profissão no lugar similar àquele em que vai atuar. Isso implica que deve haver coerência absoluta entre o que se faz na formação e o que dele se espera como profissional.

As ocupações funcionais dos profissionais formados em História podem ir muito além das tradicionais destinações, quais sejam de Ensino Fundamental e Ensino Médio, embora se reconheça nelas a sua importância incontestável e prioritária no atual contexto, quando a profissão de Historiador ainda não está regulamentada. Para exemplificar, podem-se citar algumas áreas de crescente atuação tais como: institutos

de pesquisas que não desenvolvem atividades de ensino; pesquisas ligadas às questões vinculadas ao patrimônio artístico e cultural; à cultura material (Arqueologia, Museus...) ou a serviço dos meios de comunicação de massa; assessorias culturais e políticas; gestão de banco de dados; organização de arquivos ou outras áreas ligadas à preservação de informações.

A pesquisa é conteúdo a ser ensinado aos alunos da educação básica. Nos Parâmetros e Referenciais que orientam os currículos da educação básica, procedimentos de pesquisa aparecem como conteúdos a serem ensinados no campo de diversas áreas. É imprescindível, portanto, que os professores não só dominem esses procedimentos de pesquisa, como também aprendam a construir situações didáticas para ensiná-los aos seus futuros alunos. Assim, para que a atitude de investigação e a relação de autonomia se concretizem, o professor necessita conhecer e saber usar determinados procedimentos comuns aos usados na investigação científica: registro, sistematização de informações, análise e comparação de dados, levantamento de hipóteses, verificação e outros.

O futuro licenciado, como acadêmico deverá, durante todo o processo de formação, experimentar as atitudes, modelos didáticos, métodos de pesquisa, análise e interpretação de dados, capacidades e modos de organização que se pretende que venham a ser desempenhados nas suas práticas pedagógicas ou acadêmico-científicas. Para que esse processo se dê, é indispensável que as situações de aprendizagem proporcionem o contato efetivo com a realidade vivida na qual o indivíduo está inserido e para a qual é formado. Essa é a razão e a condição para a superação da dicotomia teoria-prática. Os indivíduos constroem seus conhecimentos em interação com a realidade, com os demais indivíduos e colocando em uso suas capacidades pessoais. O que uma pessoa pode aprender em determinado momento depende das possibilidades delineadas pelas formas de pensamento de que dispõe naquela fase de desenvolvimento, dos conhecimentos que já construiu anteriormente e das situações de aprendizagem vivenciadas.

ATIVIDADES DO CURSO

As atividades de Estudos Complementares procuram valorizar a participação em eventos de natureza acadêmica, científica e cultural, tais como cursos de extensão, palestras, seminários, atividades de iniciação científica, apresentação de trabalhos em congressos, workshops, seminários, mesa-redonda, comunicações em congressos/seminários, oficinas, monitorias, participação em sessões de defesa/apresentação de Trabalhos de Conclusão de Curso/Monografia, elaboração e execução de projetos acadêmicos e culturais, publicações em revista científica, participação em projetos sociais, realização de estágio extracurricular, realização de cursos de extensão/ atualização/especialização homologadas pela Coordenação de Curso. A normatização dessas atividades foi previamente elaborada. Por meio dela o discente deverá firmar sua identidade como licenciado em História ao selecionar a natureza do evento em que irá participar: acadêmica, científica ou cultural. A finalidade da normatização é de assegurar o perfil do egresso do Curso de Licenciatura em História. A matriz curricular em consonância com a determinação de legislação específica do Ministério da Educação prevê que até o final do curso, o discente tenha completado o mínimo de 200 horas de atividades complementares.

PERFIL DO EGRESSO

O Curso de História-Licenciatura da Universidade Federal do Amapá - UNIFAP habilita professores para a área de História dentro de um perfil profissiográfico que se caracteriza pela autonomia intelectual baseada em sólido(s) suporte(s) teórico-metodológico(s). O egresso deverá obter na formação profissional os conhecimentos, as competências e as habilidades iniciais e necessárias para interpretar a(s) sociedade(s) segundo contextos históricos distintos. O graduado em História deverá, portanto, estar capacitado ao exercício do trabalho de Historiador, em todas suas dimensões, o que supõe pleno domínio da natureza do conhecimento histórico e das práticas essenciais de sua produção e difusão, o que pressupõe um conjunto de competências e habilidades, como:

Compreensão do significado das produções históricas, em seus aspectos mais amplos, reconhecendo a toda a complexidade envolvida nestes processos, localizando-os no tempo e no espaço;

Situar-se no tempo presente, compreendendo as contingências do mundo contemporâneo e reconhecendo as principais transformações científicas, filosóficas, sociais e históricas pelas quais os grupos humanos têm passado;

Capacidade de estabelecer relações temporais coerentes, sequenciais ou simultâneas, entre diferentes marcos históricos, reconhecendo a existência de complexas injunções de ordem cultural, econômica, política e social que sustentam e permitem a emergência de tais acontecimentos;

Domínio das principais referências bibliográficas que constituem o campo do saber histórico e da educação, distinguindo-as por área teórica e por abordagem metodológica;

Habilidade de localizar, identificar, analisar e sintetizar informações a respeito de processos recentes ou do passado;

Reconhecimento de relatos históricos como formas narrativas construídas por sujeitos históricos, submetidas às determinações de vários tipos;

Conhecimento da pluralidade de fundamentos teóricos e metodológicos que sustentam múltiplas facetas da produção humana, evitando categorizações meramente redutoras e funcionais, buscando devolver aos processos históricos sua carga de complexidade e dinamicidade;

Percepção do papel das ações do sujeito nas transformações dos processos históricos, observando como se dá a relação entre a liberdade de escolha e a determinação da sociedade;

Acompanhamento e participação do debate historiográfico contemporâneo, levando em consideração abordagens diversas sobre temas clássicos e contribuindo para a criação e inclusão de novos objetos de estudo;

Produção de artigos e textos acadêmicos que contribuam para a construção de conhecimento histórico em nível regional e nacional, mantendo respeito e reconhecimento a autorias intelectuais, obrigando-se a comunicar com correção a origem das informações;

Capacidade para atuar no Ensino Fundamental e no Ensino Médio na área de História;

Habilidade para estimular o conhecimento das sociedades pretéritas e contemporâneas, nas escalas mundial, nacional, regional e local;

Percepção da aprendizagem como processo de construção de conhecimentos, habilidades e valores em interação com a realidade e com os demais indivíduos.

Estas competências e habilidades visam atender as demandas sociais em uma época em que o campo possível de atuação dos profissionais formados em História se ampliou muito e conduziram à elaboração de Diretrizes Curriculares bem mais abertas e flexíveis do que as do antigo currículo mínimo.

FORMA DE ACESSO AO CURSO

O aluno do curso de Bacharelado em História ingressa na Universidade Federal do Amapá por meio de Processo Seletivo realizado em duas etapas. Sendo a primeira etapa, constituída de Prova Objetiva e a Segunda Etapa constituída de Prova de Redação e de Provas Discursivas, distribuídas de acordo com as matérias específicas para seleção do curso. A prova objetiva que caracteriza a Primeira Etapa do processo seletivo é a mesma para todos os candidatos, independente da opção de curso, a exceção da prova de língua estrangeira, que poderá ser inglês, francês ou espanhol. É constituída de 80 questões com cinco alternativas de respostas que buscam um enfoque interdisciplinar entre as disciplinas de: Língua Portuguesa e Matemática (12 questões cada); Literatura Luso-Brasileira, História, Geografia, Química, Biologia, Física e Língua Estrangeira (8 questões cada). A correção da Prova Objetiva é feita via leitura de cartões-resposta de cada candidato.

A Segunda Etapa é constituída de uma prova de redação e de provas analítico-discursivas específicas. No caso da seleção dos candidatos para o curso de História os candidatos, além da prova de Redação, fazem provas das disciplinas de Língua Portuguesa, História e Geografia. As provas discursivas específicas, com quatro questões cada, são avaliadas atribuindo-se de 0,0 (zero vírgula zero) a 2,5 (dois vírgula cinco) a cada uma das questões. A correção das provas obedece a critérios previamente

estabelecidos pelas Bancas de Correção, visando a máxima uniformidade do processo. Cada questão é corrigida, independentemente, por dois membros da respectiva Banca de Correção, e sua nota será a média aritmética das notas atribuídas pelos corretores. Os candidatos são classificados em ordem decrescente do total de pontos, respeitando-se o disposto nos editais específicos para cada Processo Seletivo e o limite de vagas oferecidas para o curso de Bacharelado em História.

SISTEMA DE AVALIAÇÃO DO PROCESSO ENSINO APRENDIZAGEM

A avaliação do aluno do curso de Licenciatura em História se faz de maneira contínua, buscando-se estimular o discente a aliar a reflexão historiográfica e a prática docente do ensino em História. Embora as metodologias avaliativas dependam do planejamento pedagógico de cada professor, podemos citar algumas atividades de avaliação normalmente adotadas pelos docentes do curso: seminários, provas analítico-discursivas, redação de artigos, papers, resenhas e de relatórios sobre pesquisas de campo que envolva a prática escolar.

Tais procedimentos deverão capacitar o discente para a prática da leitura intensiva da literatura do ensino e da ciência História (e de outras ciências com as quais a História mantém diálogos), debatendo as correntes, concepções, os conceitos e os métodos de ensino. O exercício contínuo da leitura crítica desses textos irá embasar a prática do ensino de História, de modo que ele o acadêmico realize o diálogo entre teoria e prática.

No que diz respeito às notas, os alunos são avaliados em uma escala de 0,0 (zero) a 10 (dez) pontos, sendo a nota mínima para aprovação 5,0 (cinco) pontos. O aluno deve fazer, no mínimo, duas avaliações por semestre em cada disciplina, sendo exigido dele a frequência mínima a 75% das aulas de cada uma.

SISTEMA DE AVALIAÇÃO DO PROJETO DO CURSO

O processo de avaliação da qualidade do curso, incluindo a adequação do projeto pedagógico do curso, para atendimento ao disposto no art. 3º, inciso VIII, da Lei nº 10.861, de 14/04/2004, exige a aprovação de seu projeto político pedagógico não

apenas pelo Colegiado do Curso (órgão que reúne, além de todos os professores e da Coordenação, representantes discentes de todas as turmas), mas, também, pelo Conselho Superior (CONSU) da Universidade, órgão máximo de deliberação institucional, que inclui representantes da Reitoria, de todos os cursos, de professores e alunos. O projeto do curso, portanto, é avaliado por representantes de toda a comunidade acadêmica antes de sua efetiva implementação. Importa ressaltar, ainda, que, desde seus estágios iniciais, o projeto é estabelecido como objeto de criação coletiva, sendo os professores de Língua Inglesa os principais responsáveis por sua elaboração, mas sempre contando com a colaboração efetiva tanto da Coordenação do curso quanto dos professores que lecionam nesta e nas demais habilitações. Assim, ao ser levado para discussão e votação no Colegiado do curso, o projeto já é de conhecimento de todos os participantes, ainda que não de forma detalhada, o que só vem a ocorrer, de fato, após sua apresentação pelos seus principais autores. De todo modo, contando com a participação de todos os integrantes do curso para a sua criação, o projeto é submetido a constantes e rigorosas avaliações desde sua concepção inicial até sua aprovação final para efetiva implantação.

TRABALHO DE CONCLUSÃO DO CURSO

Na licenciatura deverá ser realizado um Trabalho de Conclusão de Curso (TCC), exercício de síntese da formação recebida e desenvolvida na licenciatura, a partir do terceiro ano de formação. O Colegiado do Curso de História estabelece as normas para o TCC e prevê a carga horária específica para sua realização. O Trabalho de Conclusão de Curso da Licenciatura estará voltado para a pesquisa aplicada ao ensino, no qual o acadêmico terá oportunidade de sistematizar o conhecimento resultante de seu processo investigativo, originário de uma indagação teórica, preferencialmente gerada a partir das linhas de pesquisa institucional.

O TCC será submetido a uma banca examinadora (formada pelo professor-orientador e por dois professores avaliadores). A avaliação do texto escrito, da apresentação oral e da arguição da banca avaliadora determina a nota final da monografia. A nota mínima para aprovação é de 5,0 (cinco) pontos. Por determinação do

Colegiado, exige-se que a monografia tenha um número mínimo de 50, e máximo de 90 páginas.

ESTAGIO CURRICULAR

Segundo os incisos I e II do Artigo 1o da Resolução CNE/CP 2, de 19 de fevereiro de 2002, o currículo pleno do curso de licenciatura deverá oferecer 400 (quatrocentas) horas de Prática de Ensino de História, vivenciadas ao longo do curso e 400 (quatrocentas) horas de Estágio Supervisionado em Docência, a partir do início da segunda metade do curso. Em nossa proposta, a carga horária para ambas as disciplinas ficou em 420 (quatrocentas e vinte) horas, tendo em vista que nossa IES atua no sistema de créditos, oferecendo disciplinas com carga horária múltiplas por 15.

Para atender esta demanda a matriz curricular contempla a articulação com os diferentes componentes curriculares em uma perspectiva interdisciplinar e com a participação de todos os formadores. Essa forma de articulação coloca em prática os recursos teóricos e experiências de cada um, favorecendo o desenvolvimento de um estilo pedagógico próprio, apresentando não só alternativas viáveis, mas também experiências para serem discutidas, além de possibilitar a reflexão sobre a forma de agir de diferentes professores, em diferentes contextos.

Os conteúdos históricos básicos serão trabalhados ao longo do curso, envolvendo as dimensões técnicas e políticas, de forma a integralizar as 420 (quatrocentas) horas de Prática de Ensino de História, como acima foi justificado. A carga horária do Estágio Supervisionado em Docência é distribuída a partir do 7o semestre com Estágio Supervisionado em Docência I com 210 horas, incluindo a parte teórica (30 horas) e a regência (180 horas); no 8o semestre, o Estágio Supervisionado em Docência II com 210 horas.

A Prática de Ensino de História, desdobrada em Seminário de Prática de Ensino I, II, III e IV. Cada uma dessas disciplinas possui carga horária de 105 horas, inclusas a parte teórica (30 horas) e as práticas (75 horas). A disciplina Seminário de Prática de Ensino de História é distribuída na matriz curricular no 2º, 3º, 4º e 5º semestres. O desenvolvimento desta proposta está centrado nos problemas concretos da realidade escolar a ser conhecida pelo discente por meio do contato, da observação

direta e da análise desta realidade para posterior efetivação da elaboração de projetos multidisciplinares, com a participação articulada dos professores do curso. As disciplinas Metodologia do Ensino, Técnicas de Pesquisa Histórica, Fundamentos do Trabalho Científico e Didática Aplicada, constituem-se em instrumentais básicos para o desenvolvimento deste trabalho, no qual a produção científica se dará de forma a oportunizar ao acadêmico a leitura da realidade, a sua interpretação e subsidiará alternativas de resolução das problemáticas verificadas no cotidiano escolar durante o Estágio Supervisionado em Docência.

7.1.14 Curso Letras - Licenciatura

Código Curso: 17198

Modalidade: Presencial

Total de Vagas Anuais: 50

Número de Alunos por Turma: 50

Turno de Funcionamento:

Local de Funcionamento do Curso: Campus Marco Zero do Equador

Regime de Matrícula: Crédito Semestral

Carga Horária Total: 4130 horas de 50 min= 3441 horas/relógio- Língua portuguesa e língua francesa e suas respectivas literaturas em vigor a partir de 2009 - Resolução 021/2008 - CONSU/UNIFAP

4250 horas de 50 min= 3541 horas/relógio- Língua portuguesa e língua inglesa e suas respectivas literaturas em vigor a partir de 2009 - Resolução 20/2008 - CONSU/UNIFAP

Integralização: 9 Semestres

Docentes	Regime de Trabalho	Titulação
Regina Lúcia da Silva Nascimento	DE	Mestre
Adelma das Neves Nunes Barros	DE	Doutora
Aldenice de Andrade Couto	DE	Especialista
Ana Paula Costa de Arruda	DE	Especialista
Brenda Perpetua Pereira da Mota	DE	Especialista
Celeste Maria da Rocha Ribeiro	DE	Mestre
Élvio Zenlker de Souza	DE	Mestre
Manoel Azevedo de Souza	DE	Especialista
Maria Clara da Silva Teles	DE	Mestre
Maria Doraci Guedes Rodrigues	40	Especialista
Maria Eduiza Miranda Naiff	DE	Mestre
Martha Christina Ferreira Zoni do Nascimento	DE	Doutora
Olaci da Costa Carvalho	DE	Especialista
Rosileni Pelaes de Moraes	DE	Especialista
Valdenice Souza Gonçalves	DE	Mestre
Yurgel Pantoja Caldas	DE	Doutor
Débora Almeida de Oliveira	40	Mestre
Silvagne Vasconcelos Duarte	40	Graduação
Erika Pinto de Azevedo	DE	Mestre

Quadro 19 Corpo Docente por Regime e Titulação

Fonte: CGP (2010)

A formação do Licenciado Pleno em Letras, nas Instituições de Ensino Superior, deve levar em consideração tanto as perspectivas tradicionais de atuação deste profissional, bem como novas demandas que vêm surgindo nas últimas décadas.

Em uma sociedade em rápida transformação surgem continuamente novas funções sociais e novos campos de atuação dentro da área de linguagem. Portanto, propor uma formação num só tempo, ampla e flexível, que desenvolva habilidades, competências e conhecimentos necessários às expectativas atuais e à capacidade de adequação a diferentes perspectivas de atuação futura, tem sido uma exigência contínua da sociedade letras que se constitui hoje.

Nesse sentido, após cuidadosa etapa de pesquisa sobre a realidade dos cursos de formação de profissionais de Letras, bem como a partir de diversas discussões, redefinimos a proposta do curso de Letras Português/Francês, Português/Inglês e suas Respectivas Literaturas desta IFES, tendo como base o que prescreve a Lei de Diretrizes

e Bases número 9394/96 que trouxe a obrigatoriedade de se rever os currículos atuais dos cursos de graduação, adaptando-os às necessidades da comunidade e da região. Nessas adaptações, um dos pontos considerados mais relevantes é o que traça o perfil do profissional que cada Instituição de Ensino Superior quer ou tem a possibilidade de formar, pois a ela, de acordo com a Secretaria de Educação Superior do Ministério da Educação - SESU/MEC é assegurada ampla liberdade na especificação das unidades de estudos a serem ministradas, bem como a composição da carga horária a ser cumprida para a integralização dos currículos, desde que sejam respeitados alguns princípios estabelecidos por essa secretaria.

PERFIL ACADÊMICO

O licenciando em Letras deve capacitar-se para leitura, observação e compreensão da realidade social; formar-se para ensinar, estudar e pesquisar a LM e LE em sua modalidade oral e escrita, suas heterogeneidades; podendo, ainda, vir a conhecer línguas presentes no Estado, tais como as indígenas e variantes da Língua Portuguesa e Língua Brasileira de Sinais.

É necessário que esse licenciado, ao entrar o mercado de trabalho, crie mecanismos dinâmicos de facilitação do conhecimento e atenda às especificidades do processo ensino-aprendizagem de LM e LE e de Literatura. Seja capaz ainda, de produzir e analisar textos literários e não literários, habilitando-se para estimular o raciocínio lógico e a criticidade. Pode, ainda, investigar e apresentar dados que demonstrem a realidade lingüístico-literária amapaense. Essa formação envolve o domínio de recursos materiais e tecnológicos; interdisciplinaridade e transdisciplinaridade como subsídios para a pesquisa e para a ampliação do conhecimento.

7.1.15 Curso Matemática - Licenciatura

Código Curso: 17196

Modalidade: Presencial

Total de Vagas Anuais: 50

Número de Alunos por Turma: 50

Local de Funcionamento: Campus Marco Zero do Equador

Turno de Funcionamento: Noturno

Regime de Matrícula: Crédito Semestral

Carga Horária Total: 3.085

Integralização: 8 Semestres

Docentes	Regime de Trabalho	Titulação
Marcio Aldo Lobato Bahia	DE	Mestre
Guzmán Eulalio Isla Chamilco	DE	Doutor
Steve Wanderson Calheiros de Araújo	DE	Graduação
Arlindo Moreira da Silva Filho	DE	Especialista
Cristiane Ruiz Gomes	DE	Mestre
Erasmus Senger	DE	Doutor
Gilberlandio Jesus Dias	DE	Mestre
João Brazão da Silva Neto	DE	Especialista
João Socorro Pinheiro Ferreira	DE	Especialista
Simone Almeida Delphim	DE	Mestre
Vânia de Fátima Lemes de Miranda	DE	Mestre
Edivaldo Pinto dos Santos	40	Mestre
José Walter Cárdenas Sotil	DE	Doutor

Quadro 20 Corpo Docente por Regime e Titulação

Fonte: CGP (2010)

PERFIL DO CURSO

O Curso de Matemática assumiu compromissos institucionais de promover o expansão educacional da região através da oferta regular de vagas anuais e de oferecer ensino de graduação com qualidade. Ambos os compromisso vem sendo cumpridos.

A qualidade do ensino promovido pelo curso de Matemática é assegurada por uma política de graduação consistente, capacitação, experiência e dedicação dos

professores ligados ao curso e relevância teórico-metodológica dos conteúdos curriculares ministrados em sala e estendidos aos projetos de pesquisa, atividades de extensão e atividades complementares a formação do acadêmico. Dessa forma, articulando com as diferentes áreas do conhecimento e integrando a pesquisa e a extensão, o curso promove a construção do saber na área de Matemática por meio da indissociabilidade do ensino, da pesquisa e da extensão, condição primeira de um processo educacional continuado e não dependente.

O curso preservou, assim, o caráter pluridimensional do ensino superior universitário, proporcionando ao acadêmico formação geral em torno dos eixos que formam a identidade do curso (Forte Conteúdo Matemático, Metodologia de Ensino e a Interdisciplinaridade), necessária diante dos inúmeros desafios que são impostos ao exercício profissional da docência, além da ênfase na questão do meio ambiente presente no currículo e nos conteúdos programáticos dada a importância da questão para o contexto regional.

Considerando a formação do licenciado, a preocupação desde a concepção do curso voltou-se também para a dimensão pedagógica. Atendendo as diretrizes curriculares nacionais, disciplinas específicas para a formação de professores compõem o currículo do curso. Além disso, conteúdos relevantes para solidez desta formação perpassam todas as disciplinas, um vez que o curso é compreendido como um percurso de formação com múltiplas possibilidades de trajetórias e não como uma grade curricular com disciplinas estanques e desarticuladas em si.

O Projeto Pedagógico do Curso de Matemática repousa, assim, sobre um conjunto de princípios que caracterizam sua identidade e expressam sua missão, quais sejam:

A) Construção e reelaboração coletiva e continuada do projeto de curso.

B) Interação recíproca com a sociedade, reafirmando o compromisso como agente fundamental da formação profissional.

C) Construção permanente da qualidade de ensino, entendida com processual e cotidiana da graduação, tendo como pontos questionadores: Que tipo de sociedade temos e queremos? Qual a função do curso de Matemática diante das novas relações sociais e de produção? Qual o perfil do profissional a ser formado diante do

mercado de trabalho e do papel do Ensino da Matemática no Sistema Educacional Brasileiro? Em que consiste a Formação Inicial e Continuada de Professores?

D) Integração constante entre Ensino, Pesquisa e Extensão.

E) Busca permanente da unidade entre a Teoria e a Prática, exigindo para isso a incorporação de professores e alunos em atividades de Pesquisa e Iniciação Científica.

F) Observação das Diretrizes Curriculares Nacionais e das exigências do MEC para a execução do curso.

Diante desses princípios norteadores, o curso de Matemática tem como missão formar Licenciados em Matemática através da prática indissociável do ensino, da pesquisa e da extensão, preparando-os para a atuação profissional de maneira ética, socialmente responsável e crítica.

ATIVIDADES DO CURSO

As atividades Complementares compõem o currículo do curso, no núcleo de Formação Livre, e para seu cumprimento são necessários o mínimo de 200hs.

Existência de Núcleos ou Grupos de Pesquisa com Participação Regular e Sistemática de Alunos.

O curso de Licenciatura em Matemática oferece atualmente aos seus alunos a possibilidade de participação em 3 linhas diferentes de pesquisa. Estas linhas desenvolvem concomitantemente atividades de pesquisa, ciclos de debates nos grupos de estudo e a extensão, todas com participação regular e sistemáticas de alunos.

Participação em Eventos Científicos e Seminários Extra Classe.

A participação em eventos científicos e seminários compõe o rol de atividades ofertadas para os alunos pelo Curso e pela UNIFAP de modo a permitir cumprimento das 210 hs de formação livre.

PERFIL DO EGRESSO

Espera-se que o profissional egresso do curso de Matemática da Universidade Federal do Amapá - UNIFAP seja um educador matemático que assume uma

postura livre, competente e compromissada com a formação de valores para o completo exercício da cidadania. Ao longo do curso, desenvolveu habilidades e competências para ser pesquisador e docente na área, uma vez que possui formação integral em conteúdos matemáticos, conteúdos didático-pedagógica para a prática docente. Dentre as habilidades e competências que compõem o perfil desse egresso vale ressaltar:

Uma sólida formação de conteúdos matemático.

Uma visão sólida do papel social do educador.

Competência na articulação entre teoria, pesquisa científica.

Competência na utilização da informática.

Domínio dos conteúdos básico que são objeto de ensino e aprendizagem no ensino fundamental e médio.

Domínio dos métodos e técnicas pedagógicos que permitem a transposição do conhecimento para os diferentes níveis de ensino.

FORMA DE ACESSO AO CURSO

A forma de acesso ao curso é mediante vestibular, transferência ex-officio ou processo seletivo simplificado - vestibulinho.

SISTEMA DE AVALIAÇÃO DO PROCESSO ENSINO APRENDIZAGEM

A avaliação do desempenho escolar é feita por disciplina, incidindo sobre a frequência e o aproveitamento.

Independentemente dos demais resultados obtidos, é considerado reprovado na disciplina o aluno que não obtenha frequência de, no mínimo, 75% (setenta e cinco por cento) das aulas e demais atividades programadas.

A verificação e o registro da frequência é de responsabilidade do professor. Cabe ao professor também elaboração, aplicação e julgamento das verificações de rendimento escolar concernentes à disciplina de sua responsabilidade.

A avaliação do rendimento será expressa em grau numérico de zero a 10 (dez) pontos, permitindo-se o fracionamento em décimos.

O aluno obterá aprovação nas disciplinas mediante a obtenção de:

I - mínimo de 75% (setenta e cinco por cento) de frequência às aulas previstas;

II - média igual ou superior a 5 (cinco) nas avaliações parciais, computando-se a mesma como grau final;

Considerar-se-á reprovado o aluno que:

I - Não obtiver frequência mínima de 75% (setenta e cinco por cento) das aulas da disciplina;

II - Não obtiver, na disciplina, média final de verificação da aprendizagem igual ou superior a 5 (cinco).

SISTEMA DE AVALIAÇÃO DO PROJETO DO CURSO

O curso integra a Avaliação Institucional, seu desenvolvimento é acompanhado pela Comissão Permanente de Avaliação - CPA. A CPA acompanha os desdobramentos do curso, tendo por base o presente projeto e suas possíveis alterações.

A avaliação do curso compreende os aspectos curriculares, metodológicos, além do cumprimento da missão, da concepção, dos objetivos e do perfil profissional delineado.

TRABALHO DE CONCLUSÃO DO CURSO

Conceito

Entende-se por TCC, o trabalho científico correlacionado à área do curso, composto por um projeto no qual o aluno ou o grupo de até quatro alunos demonstrará a sua competência para desenvolver pesquisa, aplicar metodologia apropriada, identificar variáveis e correlacioná-las e, no final de um período de dois semestres, elaborar o texto de conclusão da pesquisa (Monografia).

Objetivos

A realização do TCC procura consolidar o conhecimento acumulado durante o curso, demonstrado, na forma de um trabalho científico, apresentado segundo as normas da ABNT (Associação Brasileira de Normas Técnicas), a competência do aluno em

sistematizar pesquisa em sua área de atuação. Com esta disciplina procura-se alcançar os objetivos propostos no Projeto Pedagógico do Curso e:

Propiciar ao aluno condições de refletir criticamente sobre os conteúdos teóricos do curso, analisando a relação causa-efeito das variáveis envolvidas na pesquisa;

Identificar um problema, que orientará a pesquisa, propondo a sua sistematização por meio da metodologia adequada;

Realizar, mediante análises proporcionadas pelas atividades do TCC, revisão das disciplinas necessárias para o desenvolvimento do trabalho;

Transformar as atividades de TCC em oportunidades para estabelecer contatos e intercâmbios com diferentes segmentos da sociedade, durante o processo de pesquisa;

Proporcionar ao aluno a possibilidade de colocar em evidência os conhecimentos construídos durante o tempo de permanência na faculdade.

ESTRUTURA DE ACOMPANHAMENTO DO T.C.C

Os trabalhos desenvolvidos na disciplina obedecerão à seguinte estrutura:

- Colegiado de Curso,
- Coordenador de Curso
- Professor Orientador
- Banca examinadora composta de 3 professores, incluindo o Professor Orientador Específico;
- Aluno regularmente matriculado no curso.

ESTAGIO CURRICULAR

O estágio curricular é atividade obrigatória que integra o currículo pleno dos cursos de graduação da UNIFAP e é organizado pela Divisão de Estágio.

O objetivo d Divisão de Estágio é atender aos discentes de todos os cursos e semestres da Instituição oferecendo informações sobre oportunidades de estágios curriculares obrigatórios e não obrigatórios, estes últimos não são considerados como

horas para estágio supervisionado - necessário à conclusão do curso, orientações profissionais, assinaturas de contratos de estágio, termos aditivos e termos de parceria com empresas de diversos portes e segmentos, bem como com empresas de integração.

A inserção no mundo do trabalho, na qualidade de estagiário, proporciona ao discente um aprendizado prático muito salutar ao seu desempenho acadêmico.

A prática do estágio curricular tem amparo legal pela LEI 6494 de 07/12/1977 e LEI 8859 de 23/03/1994, decreto 87497 de 18/08/1982, decreto 89467 de 21/03/1984 que dispõem sobre o período de duração do estágio, a jornada de atividade do estágio - que deverá ser compatível com o horário escolar, a compatibilidade da atividade prática ao contexto básico do curso, o pagamento de bolsa auxílio, a necessidade de seguro de acidentes pessoais em favor do estagiário, a desvinculação empregatícia.

O estágio curricular é considerado como atividade de aprendizagem social, profissional e cultural, proporcionando ao estudante pela participação em situações reais de vida e trabalho de seu meio, sendo realizadas na comunidade em geral ou junto a pessoas jurídicas de direito público e privado, sob o acompanhamento da instituição de ensino.

Os estagiários deverão ser alunos regularmente matriculados e que frequentem, efetivamente, cursos vinculados à estrutura do ensino público e o particular, de educação superior, de educação profissional, do ensino médio e de educação especial, aceitos por pessoas jurídicas de direito privado, órgãos da administração pública e instituições de ensino, para desenvolvimento de atividades relacionadas a sua área de formação.

O estágio, como parte integrante do processo formativo, contribui para a formação do futuro profissional porque permite ao estudante:

A aplicação prática de seus conhecimentos teóricos, motivando seus estudos e possibilitando maior assimilação das matérias curriculares;

Amenizar o impacto da passagem da vida estudantil para o mundo do trabalho, proporcionando contato com o futuro meio profissional;

Adquirir uma atitude de trabalho sistematizado, desenvolvendo a consciência da produtividade, a observação e comunicação concisa de ideias e experiências adquiridos e incentivando e estimulando o senso crítico e a criatividade;

Definir-se em face de sua futura profissão, perceber eventuais deficiências e buscar seu aprimoramento;

Conhecer a filosofia, diretrizes, organização e funcionamento de empresas e instituições em geral, além de propiciar melhor relacionamento humano.

O estágio não é, portanto, emprego ou mão de obra barata. Para que o estudante possa realizar estágio deverá haver o firmamento de parceria entre Instituição de Ensino e a empresa concedente do estágio, além do Contrato de Estágio entre estudante e a Concedente e a anotação, facultativa, do estágio na CTPS do estagiário.

7.1.16 Curso Medicina - Bacharelado

Código: 1029763

Modalidade: Presencial

Total de Vagas Anuais: 30

Número de Alunos por Turma: 30

Local de Funcionamento: Campus Marco Zero do Equador

Turno de Funcionamento: Diurno (Matutino e vespertino)

Regime de Matrícula: Crédito Semestral

Carga Horária Total: 10.620

Integralização: Mínimo: 12 semestres

Docentes	Regime de Trabalho	Titulação
Dra. Katia Jung	40	Doutora
Rosilene Ferreira Cardoso	40	Mestre
Maribel Nazaré dos Santos Smith Neves	40	Especialista
Mayra Tiyomi Sacata Tongu Nazima	40	Doutora
Raimundo Eri de Araujo Barbosa	40	Mestre
Jose Mauro Secco	40	Especialista
Jose Wagner Cavalcante Muniz	40	Doutor
Rosano Barata dos Santos	40	Especialista
Elza Maria Rezende de Almeida	40	Especialista
Nelma Nunes da Silva	DE	Mestre

Quadro 21 Corpo Docente por Regime e Titulação

Fonte: CGP (2010)

METODOLOGIA

A Universidade Federal do Amapá consolida-se em uma época em que as Instituições de Ensino Superior, em sua maioria, estão marcadas pela objetivação e fragmentação da estrutura curricular, pela visão do mercado, especialização e compartimentalização das ciências.

A compreensão crítica desta realidade conduz ao entendimento da educação do ensino superior sendo constituído por múltiplas dimensões do conhecimento humano que assegure ao acadêmico-profissional uma formação teórico-prática fundamentada no rigor científico, técnico, nas reflexões humanistas e na conduta ética. Com isso a UNIFAP optou por desenvolver o projeto pedagógico do Curso de Medicina utilizando a Metodologia da **Aprendizagem Baseada em Problemas (ABP)** ou **PBL (Problem Based Learning)**.

A metodologia da Aprendizagem Baseada em Problema foi implantada no final da década de 1960 na Universidade de McMaster, no Canadá, e, pouco depois, na Universidade de Maastricht, na Holanda. No Brasil, a Faculdade de Medicina de Marília (FAMEMA) e o Curso de Medicina da Universidade Estadual de Londrina (UEL) iniciaram um novo currículo baseado em ABP em 1997 e 1998, respectivamente. Atualmente, a Universidade Federal de São Carlos (UFSCAR) se propõe a uma experiência que avança nas perspectivas dessa metodologia. Além disso, diferentes escolas adotam a metodologia, tais como a Harvard Medical School, Stanford, UFSC, UFRR, PUC-GO, PUC-PR, UEPA-Santarém, CESUPA e muitas outras.

Essa metodologia apresenta como características principais o fato de ser **centrada no aluno**, se desenvolver em pequenos **grupos tutoriais**, apresentar **problemas em contexto clínico**, ser um **processo ativo, cooperativo, integrado e interdisciplinar** e orientada para a **aprendizagem do adulto**. Os estudos acerca da metodologia do ABP têm se enriquecido com os conhecimentos sobre a gênese do processo cognitivo, da aprendizagem do adulto e da fisiologia da memória, ressaltando-se a importância da experiência prévia e da participação ativa como pontos fundamentais para a motivação e aquisição de conhecimentos.

A metodologia da Aprendizagem Baseada em Problemas estimula no aluno a capacidade de aprender a aprender, de trabalhar em equipe, de ouvir outras opiniões,

mesmo que contrárias as suas e **induz o aluno a assumir um papel ativo e responsável pelo seu aprendizado**. A metodologia da ABP objetiva, ainda, conscientizar o aluno do que ele sabe e do que precisa aprender e motiva-o a ir buscar as informações relevantes.

Essa metodologia exige, também, uma mudança radical no papel do professor que deixa de ser o transmissor do saber e passa a ser um estimulador e parceiro do estudante na descoberta do conhecimento.

O currículo do curso, organizado tendo como referência essa metodologia, reflete os pressupostos filosóficos, políticos e socioculturais, que norteiam a construção dos objetivos educacionais para desenvolvimento de competências do futuro médico. Esse currículo é integrado, está centrado no estudante, baseado em problemas e orientado à comunidade.

O currículo integrado requer a articulação entre teoria e prática, entre a universidade e os serviços de saúde, entre as distintas áreas de conhecimento, entre os aspectos objetivos e subjetivos num processo de formação flexível e multiprofissional, sendo capaz de levar em conta os saberes, as necessidades individuais de aprendizagem e os problemas da realidade. Nessa perspectiva, as dimensões psicológica e pedagógica da aprendizagem, selecionadas para o desenvolvimento de competência, estão referenciadas na concepção construtivista do processo ensino-aprendizagem, na integração teoria-prática, nos referenciais da aprendizagem significativa e de adultos e na utilização de metodologias ativas de aprendizagem.

A aprendizagem baseada em problemas, realizada em pequenos grupos, se conecta integralmente com a formulação de questões de aprendizagem pelos estudantes, segundo suas próprias necessidades de aprendizagem.

O currículo do curso médico, também focaliza a ampliação do modelo biomédico por meio da inclusão das dimensões psicológica, política e social na compreensão do processo saúde-doença e na formulação do plano de cuidados para os pacientes.

A orientação à comunidade refere-se não somente à utilização dos problemas prevalentes e relevantes como base para a aprendizagem dos estudantes, mas também à parceria da escola com os serviços de saúde do município e do estado na

busca da resolução dos problemas de saúde e da melhoria do cuidado prestado a essa comunidade.

O curso tem, ainda, estrita observância as Diretrizes Curriculares Nacionais do Curso de Graduação em Medicina, resolução CNE/CES n. 1133 de 03 de março de 2001.

Considerando estes pressupostos, o Curso de Medicina da UNIFAP concebe uma formação profissional generalista e humanista. O Médico egresso da UNIFAP será um profissional ativo nas diversas áreas de conhecimento, nos processos de planejamento e implantação de programas destinados à educação, promoção, proteção, prevenção e restauração da saúde, atuando como agente da saúde integrado às necessidades da comunidade. Deverá ser crítico e reflexivo apoiado no rigor científico, cultural e intelectual, levando em consideração a harmonia e a qualidade assistencial em seu trabalho podendo integrar-se a uma equipe multidisciplinar, sem renunciar a sua independência ético/profissional.

O curso de medicina da Universidade Federal do Amapá (UNIFAP) é coordenado pela Profa. Dra. Kátia Jung de Campos, graduada pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS, 1991) e doutorada em Medicina (Ginecologia e Obstetrícia) pela Universidade Federal de São Paulo (UNIFESP, 2005). Atualmente é médica do Governo do Estado do Amapá, preceptora da residência médica do Governo do Estado do Amapá, médica ginecologista do Instituto de Oncologia e Mastologia (IOM) e médica ginecologista e obstetra do Hospital São Camilo. Tem experiência na área de Medicina, com ênfase em Ginecologia e Obstetrícia, atuando principalmente nos seguintes temas: câncer de colo uterino, HPV, HIV, histeroscopia, NIC.

ESTRUTURA FÍSICA

As instalações do Curso de Medicina contam com laboratórios de anatomia, fisiologia e farmacologia, microbiologia, bioquímica, patologia e parasitologia, morfo funcional, informática e prática simulada, além de salas de aula para a execução dos tutoriais e conferências e um auditório. As atividades de prática ocorrem em unidades da rede municipal e estadual de saúde ou em unidades privadas conveniadas ao SUS.

MATRIZ CURRICULAR

O projeto pedagógico do Curso de Graduação de Medicina da Universidade Federal do Amapá tem como pressupostos: “... assumir o ensino como mediação: aprendizagem ativa do aluno com a ajuda pedagógica do professor” (LIBÂNEO, 1998: 29). A educação é, portanto, um processo realizado com o aluno e não sobre ele; este assume papel de sujeito ativo e é introduzido nos significados da cultura e da ciência por meio de intercessões cognitivas, tendo o professor como mediador e facilitador desse processo.

Com isso, a concepção de aprender, adotada neste curso, é de MARTINS (1992: 82) “... aprender consiste na possibilidade que tem o ser humano de tomar consciência da necessidade de reorganizar um projeto pessoal baseada na discrepância que percebe existir entre o que este sabe e a compreensão das ações dos outros (pais, professores e amigos)”.

Não se concebe, portanto, a transmissão passiva de conhecimentos, mas propõem-se metodologias ativas que desenvolvem a competência de pensar. O papel do professor é o de colocar problemas, fazer perguntas, dialogar, ouvir os alunos, incitá-los a argumentar, respeitar a leitura de mundo de cada um, abrir espaços para expressão de pensamentos, sentimentos, desejos e da realidade vivida.

A pesquisa se constitui, nesse contexto, como uma metodologia do processo ensino-aprendizagem, bem como a metodologia da problematização que permite ao professor identificar as diferenças entre os graduandos com a possibilidade de acompanhamento individualizado o que lhe outorga a formação de orientador e que propicia aproximações e afastamentos sucessivos gerando um processo de reflexão. Dessa forma, o processo ensino-aprendizagem gera uma relação dinâmica entre o sujeito que apreende e o objeto que é apreendido pautado na singularidade e no tempo de assimilação de cada um.

A estrutura curricular propõe um modelo que organiza atividades e experiências simuladas planejadas e orientadas, de forma a possibilitar aos alunos a construção da trajetória de sua profissionalização, de vivências interdisciplinares e de prática profissional. A sequência estabelecida para o desenvolvimento do curso deverá propiciar condições reais para que o aluno entre, desde o primeiro ano, em contato com

a realidade social e dos serviços de saúde realizando atividades em uma gradação crescente de dificuldades. O Currículo observa a seguinte distribuição:

5 Unidades Educacionais organizadas em 6 anos de curso.

. **Necessidades de Saúde** - primeiro e segundo ano.

. **Práticas Profissionais** - do primeiro ao quarto ano / **Eletivas** - do terceiro ao sexto ano.

. **Ciclo de Vida e Planos Terapêuticos** - terceiro ano.

. **Apresentações Clínicas e Planos Terapêuticos** - quarto ano.

. **Internato** - quinto e sexto ano.

7.1.17 Curso Pedagogia - Licenciatura

Código Curso: 17199

Modalidade: Presencial

Total de Vagas Anuais: 50

Número de Alunos por Turma: 50

Local de Funcionamento: Campus Marco Zero do Equador

Turno de Funcionamento: Diurno (Matutino)

Regime de Matrícula: Crédito Semestral

Carga Horária Total: 4.580

Integralização: 8 Semestres

Docentes	Regime de Trabalho	Titulação
Ana Claudia Peixoto de Cristo	DE	Mestre
Norma Iracema de Barros Ferreira	DE	Doutora
Ronaldo Manasses Rodrigues Campos	DE	Especialista
Margareth Guerra dos Santos	DE	Mestre
Adalberto Carvalho Ribeiro	DE	Doutor
Ana Olga da Silva Dias	DE	Mestre
André Rodrigues Guimarães	DE	Mestre
Antônia Costa Andrade	DE	Mestre
Arthane Menezes Figueiredo	DE	Mestre
Dilene Kátia Costa da Silva	DE	Especialista
Eugênia da Luz Silva Foster	DE	Doutora
Edna Maria da Silva Oliveira	DE	Mestre
Elda Gomes de Araujo	DE	Mestre
Ivanete do Socorro Pinheiro da Silva	DE	Especialista
João Nascimento Borges Filho	DE	Especialista
Kátia de Nazaré Santos Fonseca	DE	Especialista
Márcia Jardim Rodrigues	DE	Especialista
M ^a Nazaré do Nascimento Guimarães	DE	Mestre
Maria Lúcia Teixeira Borges	20	Doutora
Marinalva Silva Oliveira	DE	Doutora
Nelma Dorian Cavalcante de Sousa	DE	Mestre
Oto João Petry	DE	Doutor
Rocio Rubi Calla Salcedo	DE	Mestre
Rosalda Ivone Oliveira Custódio	DE	Mestre
Sérgio Costa Coutinho	DE	Especialista
Judenilson Teixeira Amador	40	Especialista
Damião Francisco de Oliveira	40	Especialista
Sirliane da Costa Viana	40	Especialista

Quadro 22 Corpo Docente por Regime e Titulação
Fonte: CGP (2010)

PERFIL DO CURSO

Em sua gênese o curso de Pedagogia adotou em seu Plano Global as orientações contidas na Resolução 02/69 e no Parecer 252/69, ambos oriundos do então Conselho Federal de Educação, a partir dos quais buscava contemplar a demanda do Estado, levantada pelo Núcleo de Pesquisa Educacional da Secretaria de Estado da Educação, que apontava um alto índice de professores sem a devida formação para o exercício da docência e de atividades técnicas. Hoje, com o advento da LDB 9394/96 e

sua regulamentação decorrente no que toca a formação do educador, nossos propósitos se renovam. As permanentes discussões internas no Curso, bem como a participação ativa em debates locais, interestadual e nacional acerca do perfil do profissional da educação, alimentam a necessidade de revisão do "modos operante" condutor da linha de formação acadêmica do Pedagogo dentro da UNIFAP.

Desta forma pretendemos, com uma nova modelagem curricular, dotar o curso de Pedagogia de ferramentas teórico-metodológicas que alcancem o conhecimento da dinâmica sócio-educacional, política, cultural, econômica e filosófica, além do domínio dos meios tecnológicos, dentro de uma perspectiva crítica e transformadora, voltada à emancipação humana.

Nesse contexto, o Projeto Pedagógico do Curso reflete os princípios da transdisciplinariedade: integração, autonomia, trabalho coletivo, cooperação, solidariedade e democracia, como base de sustentação de seu currículo pleno, reduzindo o isolamento entre os diferentes componentes curriculares, a fim de enriquecer a formação básica do pedagogo.

ATIVIDADES DO CURSO

Para integralizar o processo formativo o presente Projeto Pedagógico incorpora em sua estrutura curricular as Atividades Acadêmicas, Científicas e Culturais-AACC, previstas no Parecer CP/CNE N. 9, de 08/05/2001, como elemento promotor do desenvolvimento da autonomia intelectual do acadêmico.

Nesse sentido, as AACC ensejam o princípio da flexibilização curricular quando, por seu turno, estimulam a participação em eventos científicos, ações de caráter técnico, cultural e comunitário, o envolvimento em projetos de extensão e de pesquisa, monitoria, a prática de estudos independentes, transversais, interdisciplinares, de permanente e contextualizada atualização profissional específica, sobretudo nas relações com o mundo do trabalho, oferecidos, inclusive, por outras IES em áreas afins ao campo da formação do educador.

Vale ressaltar que, apesar do marcante pressuposto da autonomia acima referido, o Parecer CP/CNE N. 28, de 02/10/2001, recomenda que as AACC tomem forma institucionalizada e contem com orientação docente. Desta feita o Colegiado de

Pedagogia terá na sua programação interna, planejamento e cronograma específico para a realização de eventos que caracterizem as atividades complementares, as quais registrarão, como exige a Resolução CP/CNE N. 02, de 19/02/2002, um total de 200 (duzentas) horas.

PERFIL DO EGRESSO

Assentado em sólida fundamentação teórico-metodológica, na indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão, na valorização do conhecimento técnico-pedagógico, na concepção da prática-pedagógica presente em todos os períodos do quadro curricular e do estágio supervisionado, que se localiza a partir da segunda metade do processo formativo, o curso de Pedagogia habilita o pedagogo para atuar no ensino, na coordenação pedagógica de sistemas e unidades de ensino, na produção e difusão do conhecimento em diversas áreas de educação formal e não formal, tendo a docência como base de sua identidade profissional .

A formação de profissionais compromissados com a construção de uma sociedade igualitária, com base nos seguintes princípios:

- Indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão ao longo do percurso acadêmico;
- Sólida fundamentação teórico - metodológica que possibilite a compreensão ampla e consistente do fenômeno e da prática educativa;
- Prática permanente da pesquisa como meio de ampliação do conhecimento e intervenção na realidade;
- Conhecimento pedagógico e técnico que permitam à práxis da gestão democrática;

- Efetivação do Estágio Supervisionado nos projetos que serão desenvolvidos no decorrer do curso objetivando a preparação à prática docente e à articulação ensino - pesquisa - extensão;
- Compreensão da dialética dos conhecimentos que possibilite análise e produção acerca da educação; e
- Transdisciplinaridade como ruptura do modo linear do fazer pedagógico, onde ocorrerá a integração entre as disciplinas e a articulação de diferentes saberes.

FORMA DE ACESSO AO CURSO

A forma de acesso ao curso é mediante vestibular, transferência ex-officio ou processo seletivo simplificado - vestibulinho.

SISTEMA DE AVALIAÇÃO DO PROCESSO ENSINO APRENDIZAGEM

Frequência às aulas e demais atividades do curso é obrigatória e o aluno deverá ter no mínimo 75% de frequência do total da carga horária da disciplina para ser aprovado. Nota mínima para aprovação do aluno será 5,0 (cinco) pontos por disciplina de acordo com sistemática desta IFES.

Para finalização do Curso será exigida a apresentação oral e escrita de um Trabalho de Conclusão de Curso (TCC), que será desdobrado em duas disciplinas (TCC1 e TCC2) que terão sua base organizativa e produtiva na matriz curricular do Curso. O trabalho deverá ser entregue em três vias, após o término das referidas disciplinas do curso, e consequentemente o colegiado do Curso organizará Banca Avaliadora de acordo com a linha de pesquisa desenvolvida nas referidas produções científicas.

A aprovação no Curso, será garantido ao aluno que obter nota mínima de 5(cinco) pontos na defesa do TCC. Para a realização do referido trabalho será permitido grupo de no máximo quatro alunos, sendo possível o trabalho individual.

SISTEMA DE AVALIAÇÃO DO PROJETO DO CURSO

O processo de avaliação da qualidade do curso, incluindo a adequação do projeto pedagógico do curso, para atendimento ao disposto no art. 3º, inciso VIII, da Lei nº 10.861, de 14/04/2004, exige a aprovação de seu projeto político pedagógico não apenas pelo Colegiado do Curso (órgão que reúne, além de todos os professores e da Coordenação, representantes discentes de todas as turmas), mas, também, pelo Conselho Superior (CONSU) da Universidade, órgão máximo de deliberação institucional, que inclui representantes da Reitoria, de todos os cursos, de professores e alunos. O projeto do curso, portanto, é avaliado por representantes de toda a comunidade acadêmica antes de sua efetiva implementação. Importa ressaltar, ainda, que, desde seus estágios iniciais, o projeto é estabelecido como objeto de criação coletiva, sendo os professores os principais responsáveis por sua elaboração, mas sempre contando com a colaboração efetiva tanto da Coordenação do curso quanto dos professores que lecionam nesta e nas demais habilitações. Assim, ao ser levado para discussão e votação no Colegiado do curso, o projeto já é de conhecimento de todos os participantes, ainda que não de forma detalhada, o que só vem a ocorrer, de fato, após sua apresentação pelos seus principais autores. De todo modo, contando com a participação de todos os integrantes do curso para a sua criação, o projeto é submetido a constantes e rigorosas avaliações desde sua concepção inicial até sua aprovação final para efetiva implantação.

TRABALHO DE CONCLUSÃO DO CURSO

O Conselho Nacional de Educação, através do Parecer N. 9, de 08/05/2001, caracteriza a pesquisa como: "... elemento essencial na formação profissional do professor. (...) Ela possibilita que um professor em formação aprenda a conhecer a realidade para além das aparências, de modo que possa intervir considerando as múltiplas relações envolvidas nas diferentes situações com que se depara, referentes aos processos de aprendizagem e à vida dos alunos".

Nesse sentido, e considerando as experiências advindas das diversas modalidades de Prática Pedagógica e de Estágio Supervisionado, o curso de Pedagogia traz contemplado em sua matriz curricular o Trabalho de Conclusão de Curso como

disciplina obrigatória, o qual deverá representar o produto de um processo de investigação sobre determinada questão ou problemática detectada pelo aluno no decorrer de sua formação e que lhe interessa estudar, refletir, avaliar e, por fim, propor formas de intervenção, produzindo assim um autêntico conhecimento pedagógico.

O referencial teórico-metodológico para sua elaboração está vinculado às competências adquiridas pelo graduando através dos objetos de conhecimentos explorados no currículo acerca de processos de investigação, primordialmente, no que diz respeito à matéria Iniciação à Pesquisa Educacional, o que se complementa com as demais disciplinas integradoras do currículo, tendo em vista a instrumentalização para o ato investigativo.

Importa destacar que o TCC, revertido do caráter de iniciação científica, deverá atender às normas institucionais gerais que tratem da matéria e às normas complementares decorrentes do Colegiado de Pedagogia; bem como vincular-se, obrigatoriamente, a um dos Eixos Temáticos/Linhas de Pesquisa organizados dentro do curso, nos quais está distribuído seu corpo docente.

A guisa de conclusão registra-se que fica reservado dentro do currículo o tempo e o espaço previsto às Atividades Acadêmicas, Científicas e Culturais IV para o processo de socialização do Trabalho de Conclusão de Curso.

ESTÁGIO CURRICULAR

O Estágio Curricular Supervisionado constitui-se em atividade obrigatória, intrinsecamente vinculada à Prática Pedagógica e se desenvolverá com o objetivo de proporcionar:

“uma relação pedagógica entre alguém que já é um profissional reconhecido em um ambiente institucional de trabalho e um aluno estagiário. Por isso é que este momento se chama estágio curricular supervisionado” (Parecer CP/CNE N. 28/2001); devendo sua operacionalização acontecer “... a partir do início da segunda metade do curso, reservando-se um período final para a docência compartilhada, sob a supervisão da escola de formação, preferencialmente na condição de assistente de professores experientes...” (Parecer CP/CNE N. 27/2001).

Portanto, o Estágio é concebido como um dos eixos articuladores das dimensões teóricas e práticas do processo formativo, o que possibilita a dinâmica entre as concepções teórico-metodológicas e o fazer pedagógico em instituições escolares e em outros ambientes profissionais que viabilizem o conhecimento da real situação de trabalho inerente à função do pedagogo, tendo como base a relevância do ato docente e a perspectiva de articulação entre ensino, pesquisa e extensão.

Nesse sentido, e considerando as especificidades do curso de Pedagogia, que por sua natureza permite a formação conjugada do Especialista da Educação e do Docente, a estrutura curricular do curso em tela reserva para a habilitação técnica em Coordenação Pedagógica 160 (cento e sessenta) horas-aula de Estágio Supervisionado, onde 80 (oitenta) h/a estão voltadas às especificidades da Orientação Educacional (Conhecimento Técnico-Pedagógico I) e as outras 80 (oitenta) h/a para as especificidades da Supervisão Educacional (Conhecimento Técnico-Pedagógico II). Já no que concerne à habilitação Docência, o Estágio Supervisionado está organizado sob a indicação normativa da Resolução CP/CNE N. 02, de 19 de fevereiro de 2002, perfazendo um total de 400 (quatrocentas) horas-aula.

O Estágio Supervisionado será desenvolvido sob a responsabilidade dos docentes do curso e das instituições recepcionadoras de estagiários e será oferecido sob a forma de atividades integradas, onde ressaltará experiências relacionadas às habilitações de Magistério para a Educação Infantil e séries iniciais do Ensino Fundamental e Coordenação Pedagógica, segundo critérios definidos no Projeto de Estágio.

Cabe ressaltar que ao aluno que comprovar o exercício - de no mínimo 1 ano - de atividade docente regular na educação básica, a carga horária do estágio referente à Docência a ser cumprida será de 200 (duzentas) horas/aulas, observados os procedimentos específicos exigidos pelo Colegiado de Pedagogia para a concessão de crédito referente às outras 200 (duzentas) horas/aula integrantes do mínimo exigido pela Resolução CP/CNE N. 02/2002.

7.1.18 Curso Secretariado Executivo - Bacharelado

Código Curso: 17202

Modalidade: Presencial

Total de Vagas Anuais: 50

Número de Alunos por Turma: 50

Local de Funcionamento: Campus Marco Zero do Equador

Turno de Funcionamento: Diurno (Vespertino)

Regime de Matrícula: Crédito Semestral

Carga Horária Total: 2.970

Integralização: 8 Semestres

Docentes	Regime de Trabalho	Titulação
Mário Teixeira de Mendonça Neto	DE	Mestre
José Antônio Pereira Soares	DE	Graduação
Arley José Silveira da Costa	DE	Doutor
Alexandre Gomes Galindo	DE	Mestre
Dianarlei Antônia de Brito de Souza	DE	Especialista
Eliana do Socorro de Brito Paixão	DE	Mestre
Luizel Simões de Brito	DE	Graduação
Rafael Pontes Lima	DE	Mestre
Robson Materko	DE	Mestre
Robson Antonio Tavares Costa	40	Mestre

Quadro 23 Corpo Docente por Regime e Titulação

Fonte: CGP (2010)

PERFIL DO PROFISSIONAL

O profissional de Secretariado Executivo deve ser essencialmente um gestor de informações, tendo como base uma visão multidimensional da organização onde vai atuar do mundo, dos indivíduos, além do domínio da capacidade de redigir e interpretar inclusive em língua estrangeira.

Deve estar apto a atuar em um mercado altamente competitivo e em constantes transformações, deverão desenvolver uma gestão competente, controlando e

coordenando seu espaço de atuação de maneira a manter a estrutura organizacional otimizada, seja ela de direito público ou privado.

Poderá desempenhar funções de gestor, de empreendedor, de assessor executivo e de consultor.

PERFIL DESEJADO DO BACHARELADO

Dada a dinamicidade dos mercados em decorrência da globalização e o advento da explosão dos meios de comunicação a nível mundial, faz-se necessário que o novo perfil do profissional de Secretariado Executivo, essencialmente um gestor de informações, seja construída tendo como base uma visão multidimensional da organização onde vai atuar do mundo e dos indivíduos.

HABILIDADES E COMPETÊNCIAS DESEJADAS

- Competência desejada no processo de comunicação humana, seja interpessoal, onde os símbolos e meios de expressão são diversificados, seja coletiva, onde pleno domínio da palavra e da língua são cruciais.

- Composição inicialmente diversificada e panorâmica de conteúdos, que facilite o diálogo do Secretário Executivo com a variedade e especialização de competências, algo típico de seu campo profissional.

- Aproveitamento máximo das oportunidades proporcionadas pela Universidade para desenvolvimento de habilidades de relacionamento interpessoal e dinâmica de trabalho em grupo.

- Compreensão analítica das situações ambiente organizacionais e papéis fundamentais da gerência, visto ser o Secretário Executivo um gestor de organizações.

- Domínio de síntese introdutória dos campos de atividades que hoje se apresentam como “áreas funcionais” dentro das organizações (finanças, contabilidade, recursos humanos, sistemas de informação, operações, legislação).

- Domínio da capacidade de redigir e interpretar, inclusive em língua estrangeira.

8 RESULTADOS DA AVALIAÇÃO

A universidade é como uma árvore: os alunos, parte mais importante, formam a copa; os professores, a parte interna do tronco; os ex-alunos e amigos da universidade, as raízes; a casca é representada pela administração, que deve proteger instituição e permitir que a vida circule dentro dela.

(Blanchard)

8.1 AVALIAÇÃO DISCENTE

Considerou-se como população apenas os 4.744 acadêmicos de graduação do Campus Marco Zero do Equador e Campus Santana regularmente matriculados no ano de 2010, e definiu-se como amostra os 439 (10 %), acadêmicos da graduação que responderam ao questionário eletrônico da autoavaliação dos cursos, aplicado no período de 21 a 25.02.2011, disponibilizado no site www.unifap.br/cpa.

Os dados da avaliação on line, foram mensurados estatisticamente pelo Técnico do Departamento de Informática da UNIFAP.

8.1.1 Avaliação do (a) Professor (a)

Os itens de análise da avaliação dos docentes pelos discentes por curso foram:

1. Assiduidade comprometeu o desenvolvimento da disciplina.
2. Pontualidade comprometeu o desenvolvimento da disciplina.
3. Seguiu a programação prevista.
4. O relacionamento com os (as) alunos (as) em ambiente de ensino.
5. Demonstra possuir conhecimento do conteúdo ministrado.
6. Abordagem dos conteúdos de forma clara e contextualizada.
7. Estimulo a participação do (a) discente no processo de ensino e aprendizagem.
8. É acessível para atendimento aos discentes.
9. Utilização de recursos didáticos variados (material apostilado, mídias diversas (computador, rádio, televisão, outros).
10. Indicação de bibliografia para complementar o conteúdo trabalhado.
11. Elaboração de avaliações coerentes com as abordagens adotadas em sala de aula.
12. Postura profissional e ética.
13. Os resultados das avaliações são discutidos com a turma após a etapa do processo.
14. Satisfação com o desempenho do (a) docente.

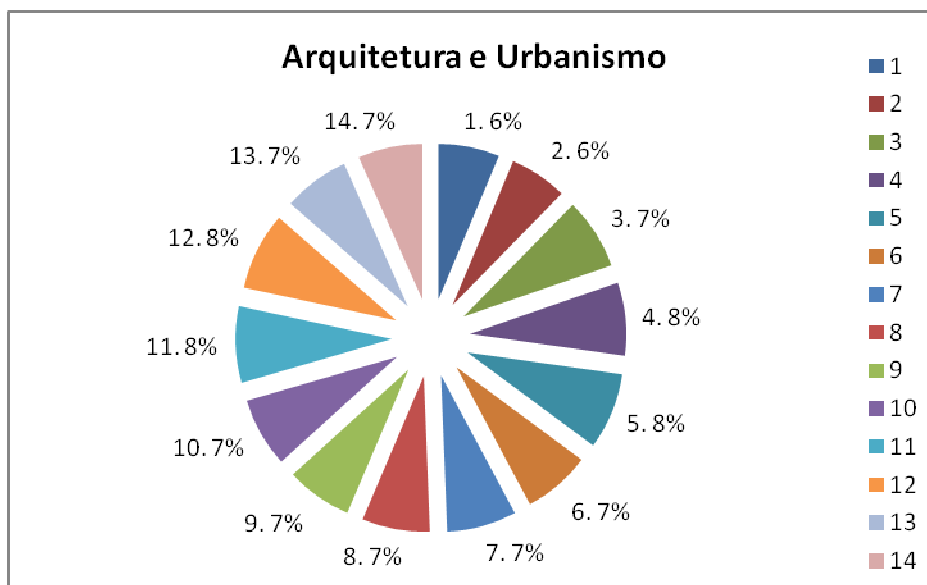


Gráfico 1 Avaliação dos Docentes do Curso de Arquitetura e urbanismo
Fonte: CPA (2010)

O Curso de Arquitetura e Urbanismo teve uma participação de 23 (vinte e três) acadêmicos, que avaliaram os 14 (quatorze) professores que ministraram disciplinas nos dois semestres do ano de 2010. O resultado da avaliação variou de bom a ótimo.

Pode-se destacar os seguintes itens de análise que apontam fragilidades:

- Elaboração de avaliações coerentes com as abordagens adotadas em sala de aula;
- Postura profissional e ética;
- Os resultados das avaliações são discutidos com a turma após a etapa do processo;
- Satisfação com o desempenho do (a) docente;
- É acessível para atendimento aos discentes;
- Indicação de bibliografia para complementar o conteúdo trabalhado;
- Utilização de recursos didáticos variados (material apostilado, mídias diversas (computador, rádio, televisão, outros).

Destaca-se que o curso teve a maior participação de docentes que responderam o instrumento de avaliação.

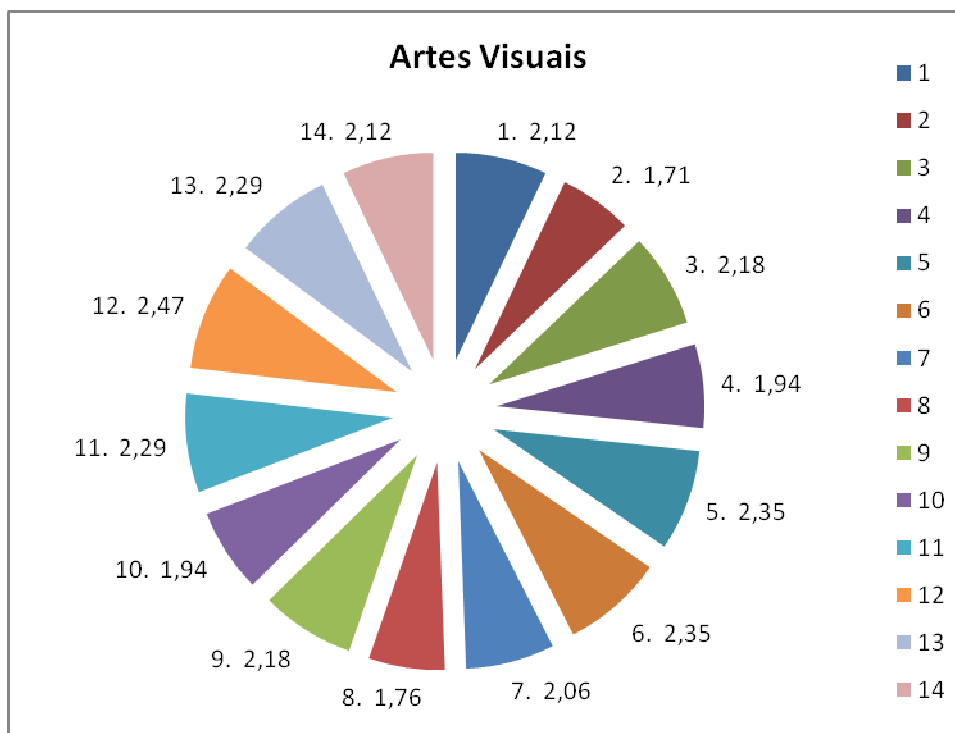


Gráfico 2 Avaliação dos Docentes do Curso de Artes visuais
Fonte: CPA (2010)

O Curso de Artes Visuais teve a participação de 11 (onze) acadêmicos, que avaliaram os 16 (dezesseis) professores que ministraram disciplinas nos dois semestres do ano de 2010. O resultado da avaliação variou de regular a bom.

Pode-se destacar os seguintes itens de análise que apontam fragilidades:

- Elaboração de avaliações coerentes com as abordagens adotadas em sala de aula;
- Postura profissional e ética;
- Os resultados das avaliações são discutidos com a turma após a etapa do processo;
- Satisfação com o desempenho do (a) docente;
- Utilização de recursos didáticos variados (material apostilado, mídias diversas (computador, rádio, televisão, outros);
- É acessível para atendimento aos discentes;
- Estimulo a participação do (a) discente no processo de ensino e aprendizagem;
- O relacionamento com os (as) alunos (as) em ambiente de ensino;
- Seguiu a programação prevista.

Merece ser destacado que os professores de outros colegiados que ministraram disciplinas no curso foram avaliados de maneira satisfatória.

Uma potencialidade apontada refere-se ao item: Demonstra possuir conhecimento do conteúdo ministrado.

O curso possui um número considerável de docentes com maior tempo de serviço na instituição.

Conclui-se, portanto, que se faz necessário um acompanhamento e investimento ao curso, com programas de capacitação docente, investimento em recursos didáticos variados e outros.

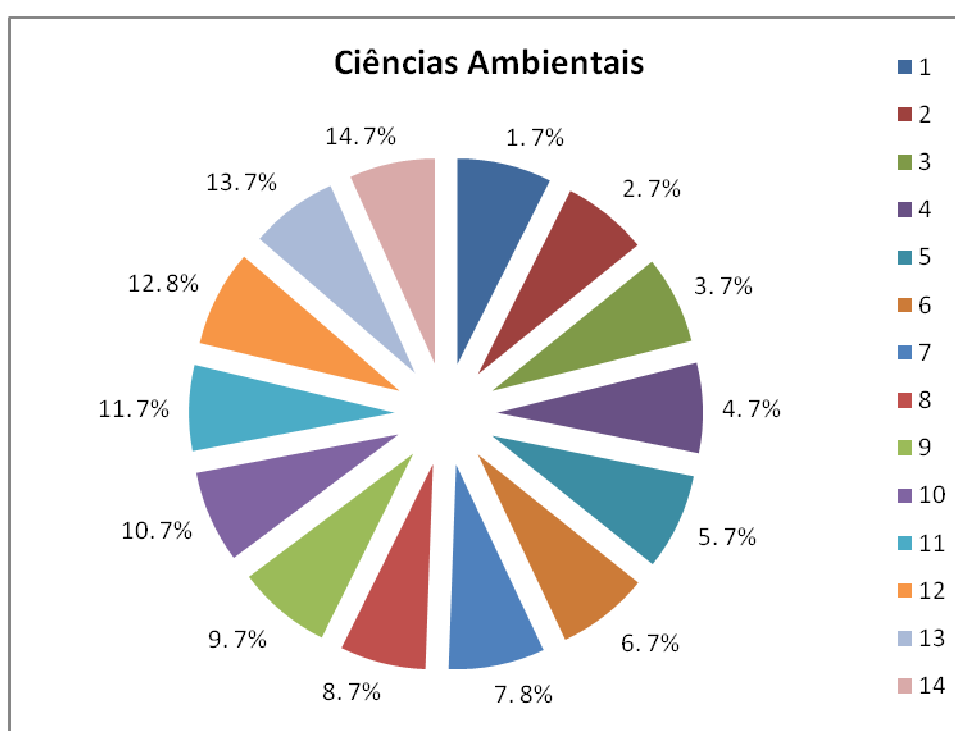


Gráfico 3 Avaliação dos Docentes do Curso de Ciências Ambientais
Fonte: CPA (2010)

O Curso de Ciências Ambientais teve a participação de 7 (sete) acadêmicos, que avaliaram os 20 (vinte) professores que ministraram disciplinas nos dois semestres do ano de 2010. O resultado da avaliação variou de bom a ótimo. Pode-se destacar os seguintes itens de análise que apontam fragilidades:

- É acessível para atendimento aos discentes;
- Elaboração de avaliações coerentes com as abordagens adotadas em sala de aula;

- Utilização de recursos didáticos variados (material apostilado, mídias diversas (computador, rádio, televisão, outros);
 - Indicação de bibliografia para complementar o conteúdo trabalhado;
 - Postura profissional e ética;
 - Os resultados das avaliações são discutidos com a turma após a etapa do processo;
 - Satisfação com o desempenho do (a) docente.
- Destaca-se que a maioria dos professores avaliados pertencem a outros colegiados.

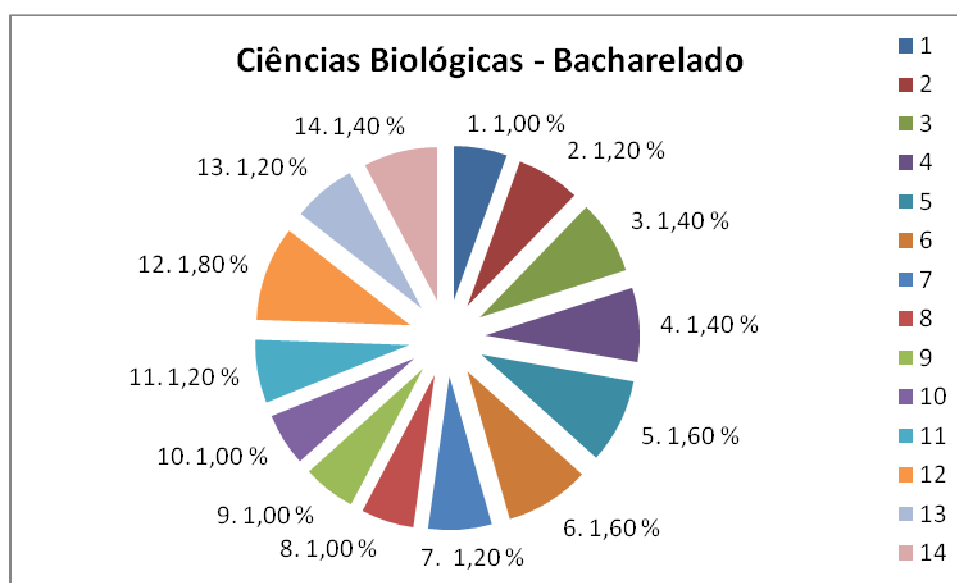


Gráfico 4 Avaliação dos Docentes do Curso de Ciências Biológicas Bacharelado
Fonte: CPA (2010)

O Curso de Ciências Biológicas Bacharelado teve a participação de 6 (seis) acadêmicos, que avaliaram os 06 (seis) professores que ministraram disciplinas nos dois semestres do ano de 2010. O resultado da avaliação variou de regular a bom.

Pode-se destacar os seguintes itens de análise que apontam fragilidades:

- Postura profissional e ética;
- Demonstra possuir conhecimento do conteúdo ministrado;
- Abordagem dos conteúdos de forma clara e contextualizada.

É importante destacar o baixo número de alunos que participaram da avaliação e a inexistência de registro da participação docente, o que caracteriza desinteresse do curso pelo processo avaliativo.

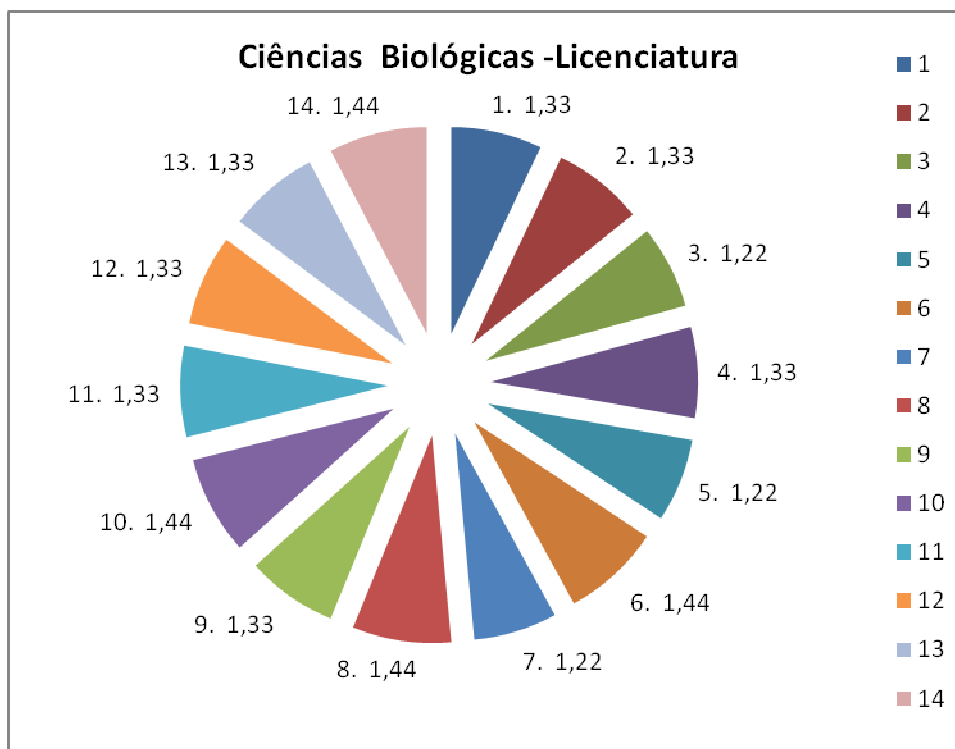


Gráfico 5 Avaliação dos Docentes do Curso de Ciências Biológicas Licenciatura
Fonte: CPA (2010)

O Curso de Ciências Biológicas Licenciatura teve a participação de 9 (nove) acadêmicos, que avaliaram os 09 (nove) professores que ministraram disciplinas nos dois semestres do ano de 2010. O resultado da avaliação variou de bom a ótimo.

Pode-se destacar os seguintes itens de análise que apontam fragilidades:

- Abordagem dos conteúdos de forma clara e contextualizada;
- É acessível para atendimento aos discentes;
- Indicação de bibliografia para complementar o conteúdo trabalhado;
- Satisfação com o desempenho do (a) docente.

É importante destacar o baixo número de alunos que participaram da avaliação e a inexistência de registro da participação docente, o que caracteriza desinteresse do curso pelo processo avaliativo.

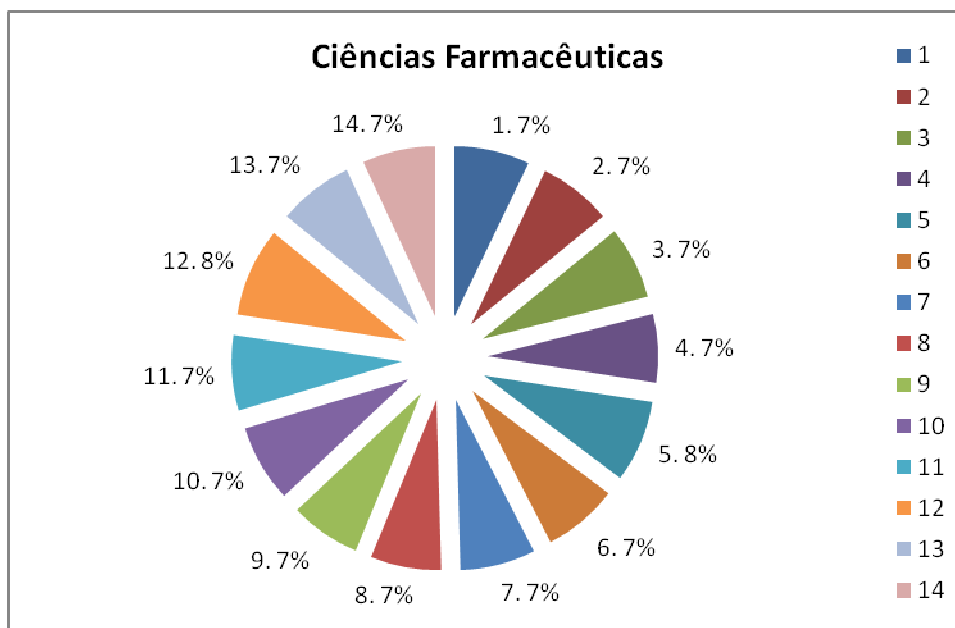


Gráfico 6 Avaliação dos Docentes do Curso de Ciências Farmacêuticas
Fonte: CPA (2010)

O Curso de Ciências Farmacêuticas teve a participação de 17 (dezesete) acadêmicos, que avaliaram os 13 (treze) professores que ministraram disciplinas nos dois semestres do ano de 2010. O resultado da avaliação variou de bom a ótimo.

Pode-se destacar os seguintes itens de análise que apontam maior fragilidade:

- Postura profissional e ética;
- Demonstra possuir conhecimento do conteúdo ministrado.

Observa-se no entanto, que todos os itens de análise apresentam percentual bastante aproximado.

É importante destacar a inexistência de registro da participação docente, o que caracteriza desinteresse do colegiado do curso pelo processo avaliativo.

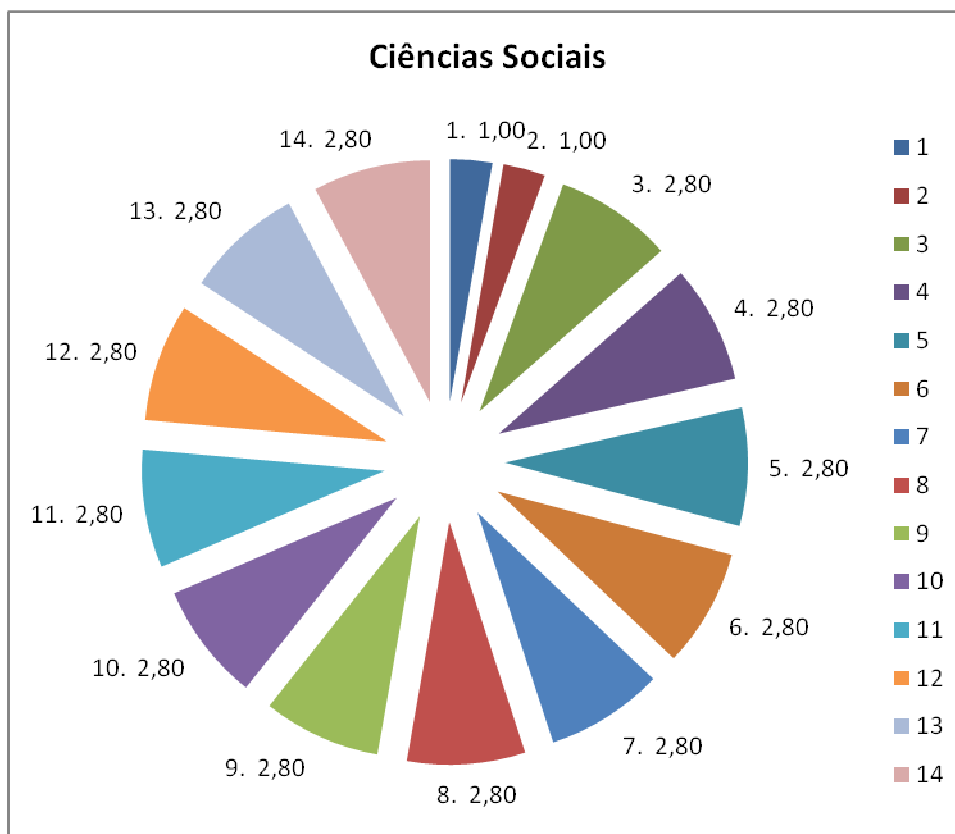


Gráfico 7 Avaliação dos Docentes do Curso de Ciências Sociais
Fonte: CPA (2010)

O Curso de Ciências Sociais teve a participação de 10 (dez) acadêmicos, que avaliaram os 10 (dez) professores que ministraram disciplinas nos dois semestres do ano de 2010. Apesar do resultado da avaliação ter variado de ótimo a excelente, registrou-se a unanimidade quanto aos itens assiduidade e pontualidade, como ponto de fragilidade.

Destaca-se ainda, a insuficiente participação docente e discente, o que caracteriza desinteresse do curso pelo processo avaliativo.

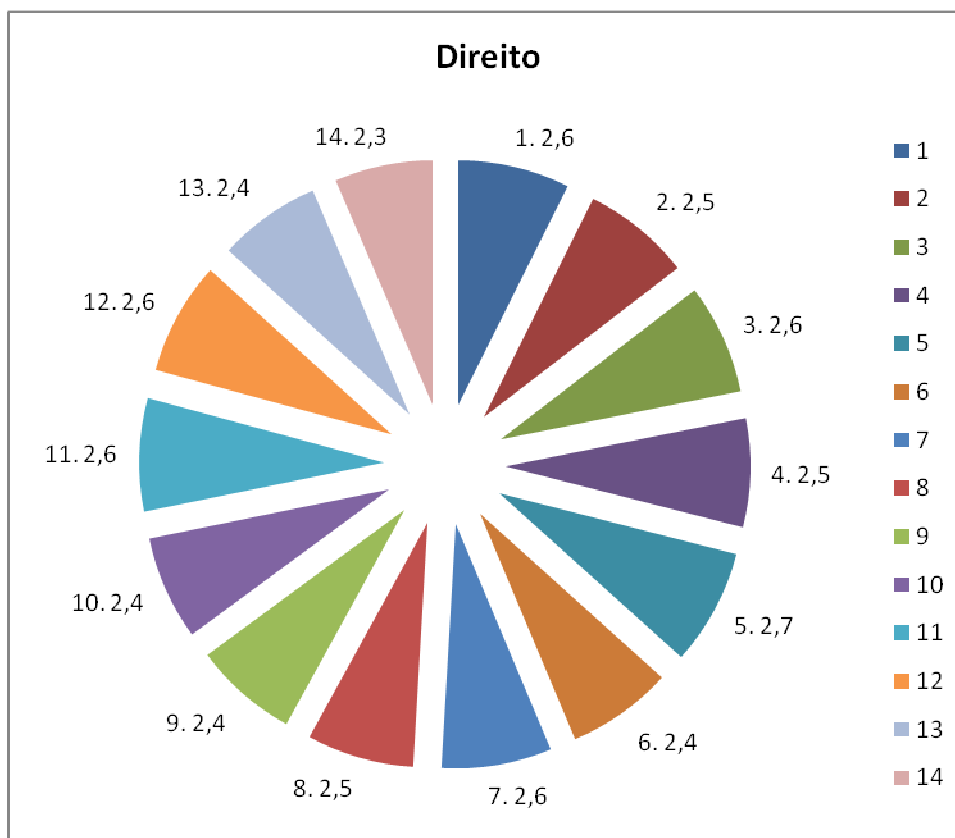


Gráfico 8 Avaliação dos Docentes do Curso de Direito
Fonte: CPA (2010)

O Curso de Direito teve a participação de 11(onze) acadêmicos, que avaliaram os 29 (vinte e nove) professores que ministraram disciplinas nos dois semestres do ano de 2010. O resultado da avaliação variou de bom a ótimo.

Pode-se destacar os seguintes itens de análise que apontam maior fragilidade:

- Assiduidade comprometeu o desenvolvimento da disciplina;
- Seguiu a programação prevista;
- Demonstra possuir conhecimento do conteúdo ministrado;
- Estimulo a participação do (a) discente no processo de ensino e aprendizagem;
- Elaboração de avaliações coerentes com as abordagens adotadas em sala de aula;
- Postura profissional e ética.

Destaca-se ainda, a baixa participação docente e discente, o que caracteriza desinteresse do curso pelo processo avaliativo.

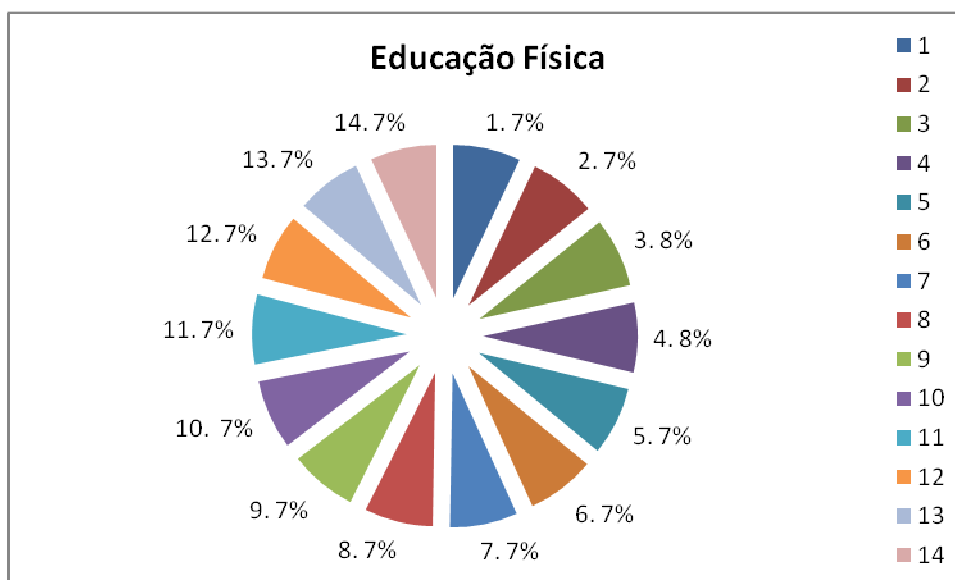


Gráfico 9 Avaliação dos Docentes do Curso de Educação Física
Fonte: CPA (2010)

O Curso de Educação Física teve a participação de 42 (quarenta e dois) acadêmicos, que avaliaram os 23 (vinte e três) professores que ministraram disciplinas nos dois semestres do ano de 2010. O resultado da avaliação variou de bom a ótimo.

Pode-se destacar os seguintes itens de análise que apontam fragilidades:

- Seguiu a programação prevista;
- O relacionamento com os (as) alunos (as) em ambiente de ensino.

Ressalta-se a significativa participação dos acadêmicos na avaliação. Porém, observa-se a tímida participação docente, o que caracteriza desinteresse do colegiado do curso, em sua maioria, pelo processo avaliativo.

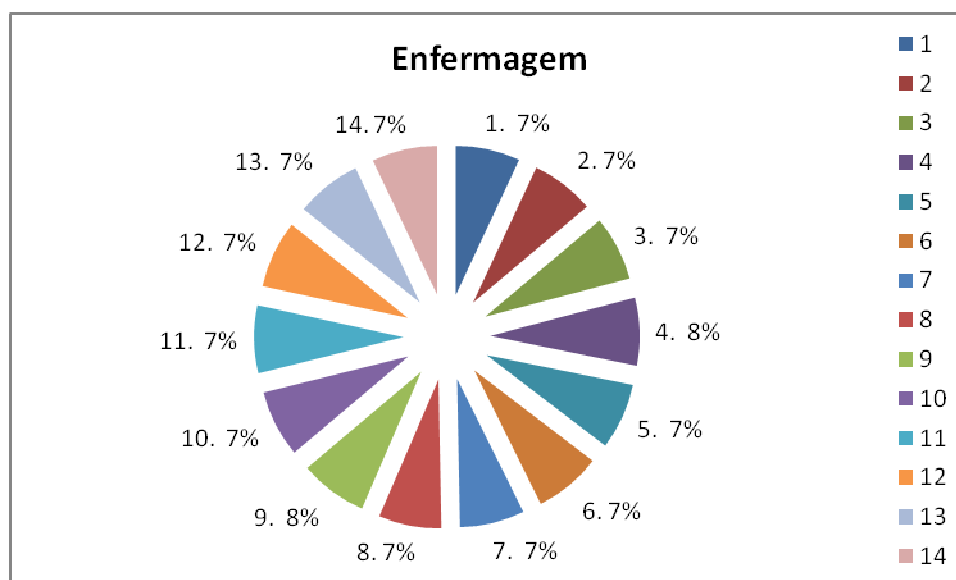


Gráfico 10 Avaliação dos Docentes do Curso de Enfermagem
Fonte: CPA (2010)

O Curso de Enfermagem teve a participação de 20 (vinte) acadêmicos, que avaliaram os 34 (trinta e quatro) professores que ministraram disciplinas nos dois semestres do ano de 2010. O resultado da avaliação variou de bom a ótimo. Um ponto a ser enfatizado foi a atribuição do conceito excelente a seis professores da área ciências da saúde que ministraram disciplinas no curso.

Os seguintes itens de análise que apontam fragilidades são:

- O relacionamento com os (as) alunos (as) em ambiente de ensino;
- Utilização de recursos didáticos variados (material apostilado, mídias diversas (computador, rádio, televisão, outros).

Ressalta-se também, a baixa participação docente e discente, o que caracteriza desinteresse do curso pelo processo avaliativo.

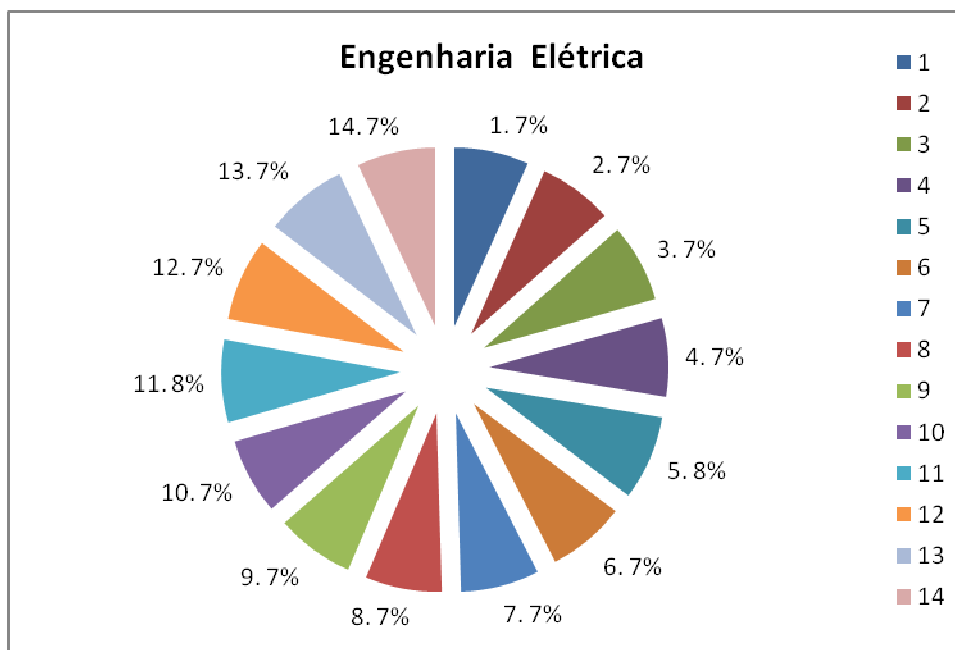


Gráfico 11 Avaliação dos Docentes do Curso de Engenharia Elétrica
Fonte: CPA (2010)

O Curso de Engenharia Elétrica teve a participação de 18 (dezoito) acadêmicos, que avaliaram os 14 (quatorze) professores que ministraram disciplinas nos dois semestres do ano de 2010. O resultado da avaliação variou de bom a ótimo.

Pode-se destacar os seguintes itens de análise que apontam fragilidades:

- Demonstra possuir conhecimento do conteúdo ministrado;
- Elaboração de avaliações coerentes com as abordagens adotadas em sala de aula.

Registra-se também, a baixa participação docente e discente, o que caracteriza desinteresse do curso pelo processo avaliativo.

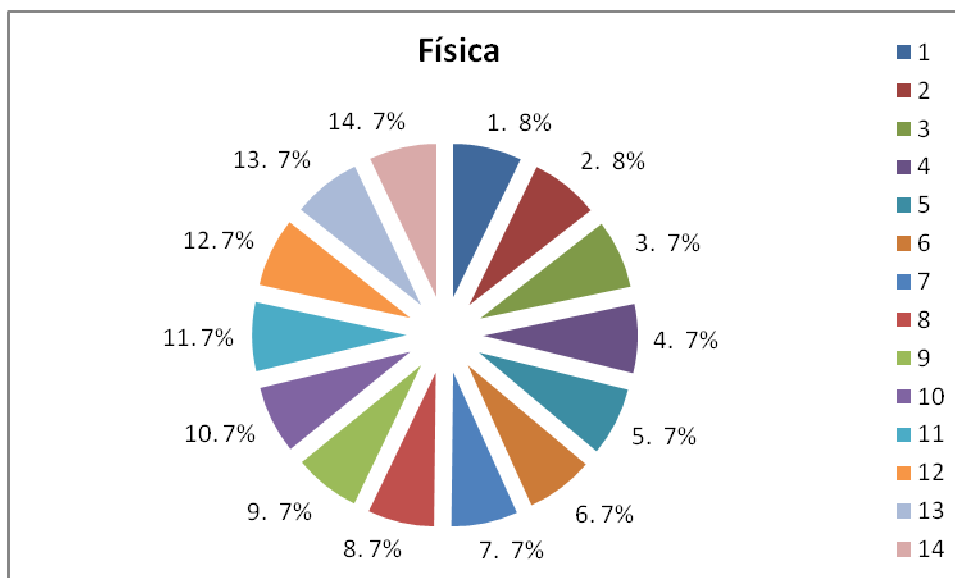


Gráfico 12 Avaliação dos Docentes do Curso de Física
Fonte: CPA (2010)

O Curso de Física teve a participação de apenas 2 (dois) acadêmicos, que avaliaram os 21 (vinte e um) professores que ministraram disciplinas nos dois semestres do ano de 2010 para todas as turmas do curso. O resultado da avaliação para os dois alunos variou de ótimo a excelente.

É importante destacar a inexistência de registro da participação docente desse colegiado, haja vista, que o único professor que avaliou o curso pertence a outro colegiado, o que caracteriza total desinteresse do curso pelo processo avaliativo.

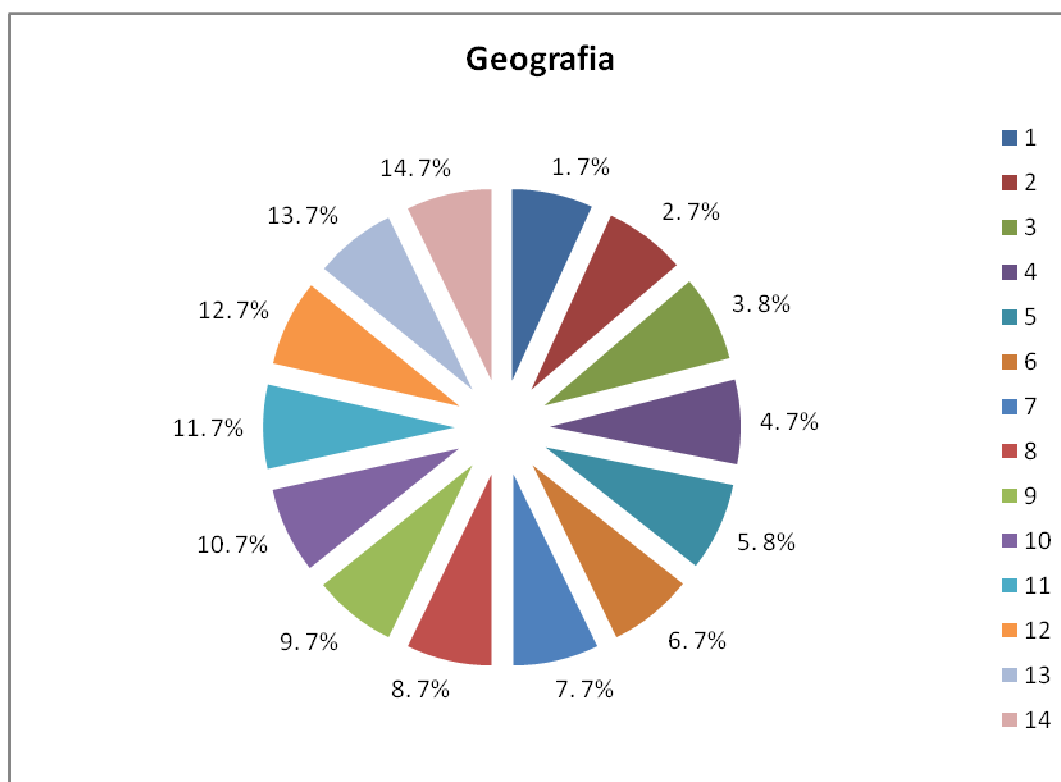


Gráfico 13 Avaliação dos Docentes do Curso de Geografia
Fonte: CPA (2010)

O Curso de Geografia teve a participação de 29 (vinte e nove) acadêmicos, que avaliaram os 40 (quarenta) professores que ministraram disciplinas nos dois semestres do ano de 2010. O resultado da avaliação variou de bom a ótimo.

Pode-se destacar os seguintes itens de análise que apontam fragilidades:

- Demonstra possuir conhecimento do conteúdo ministrado;
- Seguiu a programação prevista.

Destaca-se outra vez, a insuficiente participação docente, o que caracteriza desinteresse do colegiado do curso pelo processo avaliativo.

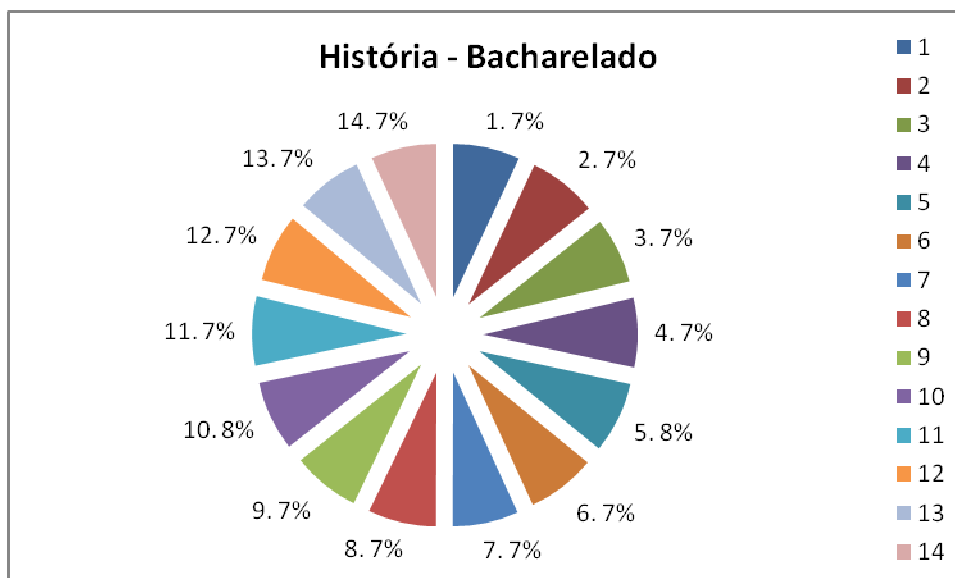


Gráfico 14 Avaliação dos Docentes do Curso de História bacharelado
Fonte: CPA (2010)

O Curso de História Bacharelado teve a participação de 18 (dezoito) acadêmicos, que avaliaram os 23 (vinte e três) professores que ministraram disciplinas nos dois semestres do ano de 2010. O resultado da avaliação variou de bom a ótimo.

Pode-se destacar os seguintes itens de análise que apontam fragilidades:

- Demonstra possuir conhecimento do conteúdo ministrado;
- Indicação de bibliografia para complementar o conteúdo trabalhado.

Destaca-se mais uma vez, a insuficiente participação docente, o que caracteriza desinteresse do colegiado do curso pelo processo avaliativo.

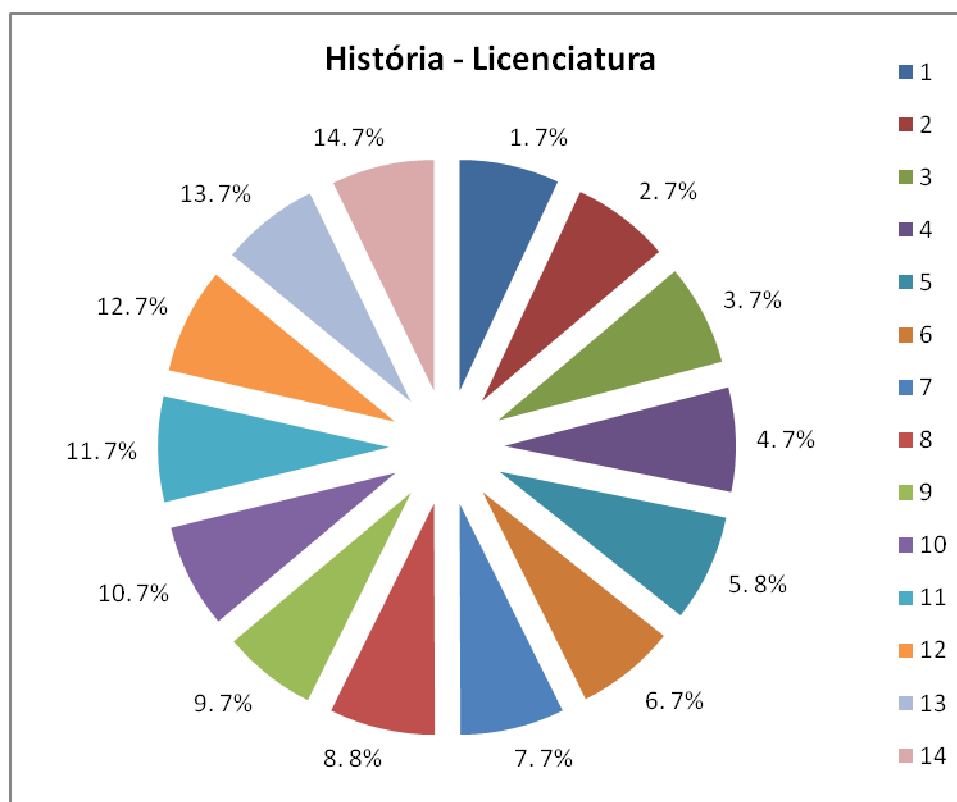


Gráfico 15 Avaliação dos Docentes do Curso de História Licenciatura
Fonte: CPA (2010)

O Curso de História Licenciatura teve a participação de 35 (trinta e cinco) acadêmicos, que avaliaram os 26 (vinte e seis) professores que ministraram disciplinas nos dois semestres do ano de 2010. O resultado da avaliação indicou conceito bom.

Destaca-se os seguintes itens de análise que apontam fragilidades:

- Demonstra possuir conhecimento do conteúdo ministrado;
- É acessível para atendimento aos discentes.

Ressalta-se a significativa participação dos acadêmicos na avaliação. E, observa-se também, a tímida participação docente, o que caracteriza desinteresse do colegiado do curso, em sua maioria, pelo processo avaliativo.

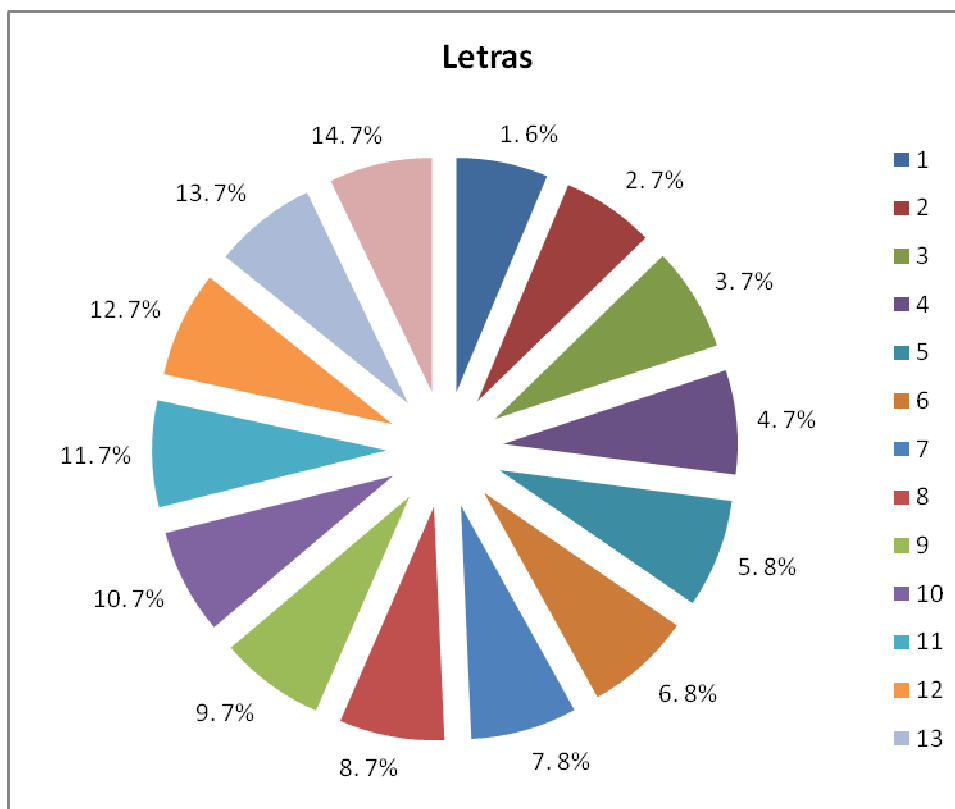


Gráfico 16 Avaliação dos Docentes do Curso de Letras
Fonte: CPA (2010)

O Curso de Letras teve a participação de 33 (trinta e três) acadêmicos, que avaliaram os 31 (trinta e um) professores que ministraram disciplinas nos dois semestres do ano de 2010. O resultado da avaliação indicou conceito ótimo.

Pode-se destacar os seguintes itens de análise que apontam fragilidades:

- Demonstra possuir conhecimento do conteúdo ministrado;
- Abordagem dos conteúdos de forma clara e contextualizada;
- Estimulo a participação do (a) discente no processo de ensino e aprendizagem.

Destacam-se também de forma expressiva os índices de fragilidades:

- Assiduidade comprometeu o desenvolvimento da disciplina;
- Pontualidade comprometeu o desenvolvimento da disciplina.

Ressalta-se a significativa participação dos acadêmicos e docentes na avaliação, o que caracteriza reconhecimento da importância do processo avaliativo pelo curso.

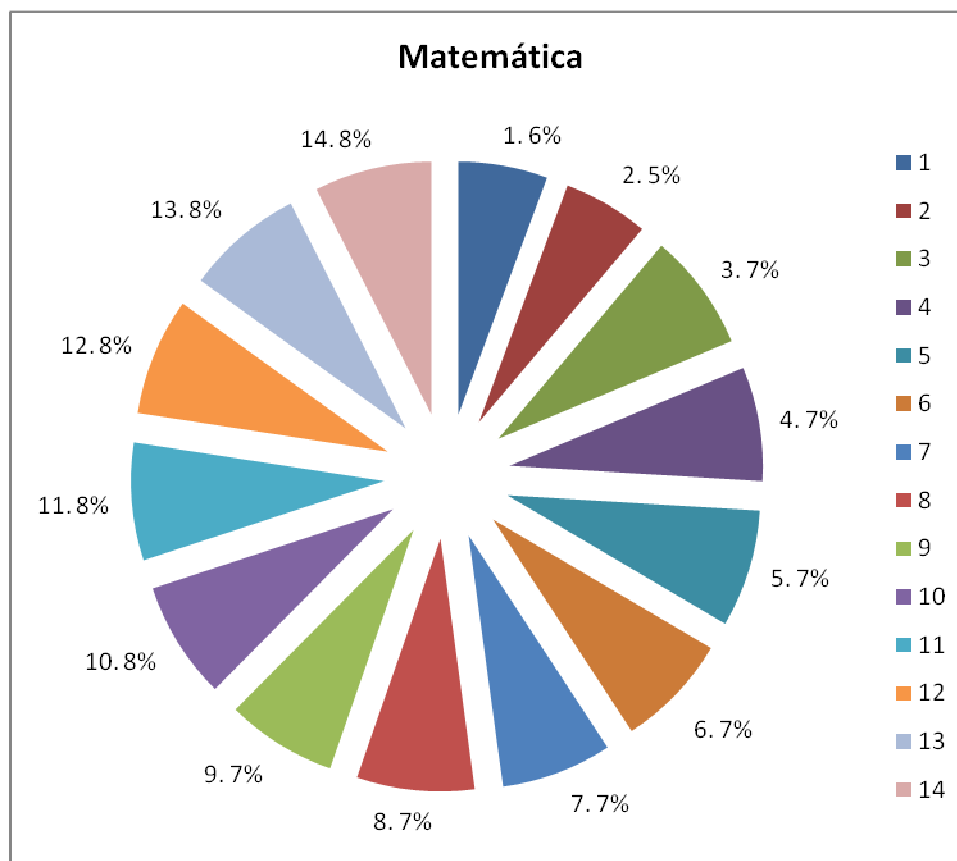


Gráfico 17 Avaliação dos Docentes do Curso de Matemática
Fonte: CPA (2010)

O Curso de Matemática teve a participação de 7 (sete) acadêmicos, que avaliaram os 11 (onze) professores que ministraram disciplinas nos dois semestres do ano de 2010. O resultado da avaliação foi considerado ótimo pelos sete alunos.

Pode-se destacar os seguintes itens de análise que apontam fragilidades:

- Indicação de bibliografia para complementar o conteúdo trabalhado;
- Elaboração de avaliações coerentes com as abordagens adotadas em sala de aula;
- Postura profissional e ética;
- Os resultados das avaliações são discutidos com a turma após a etapa do processo;
- Satisfação com o desempenho do (a) docente.

Registra-se também, a irrelevante participação docente e discente, o que caracteriza desinteresse do curso pelo processo avaliativo.

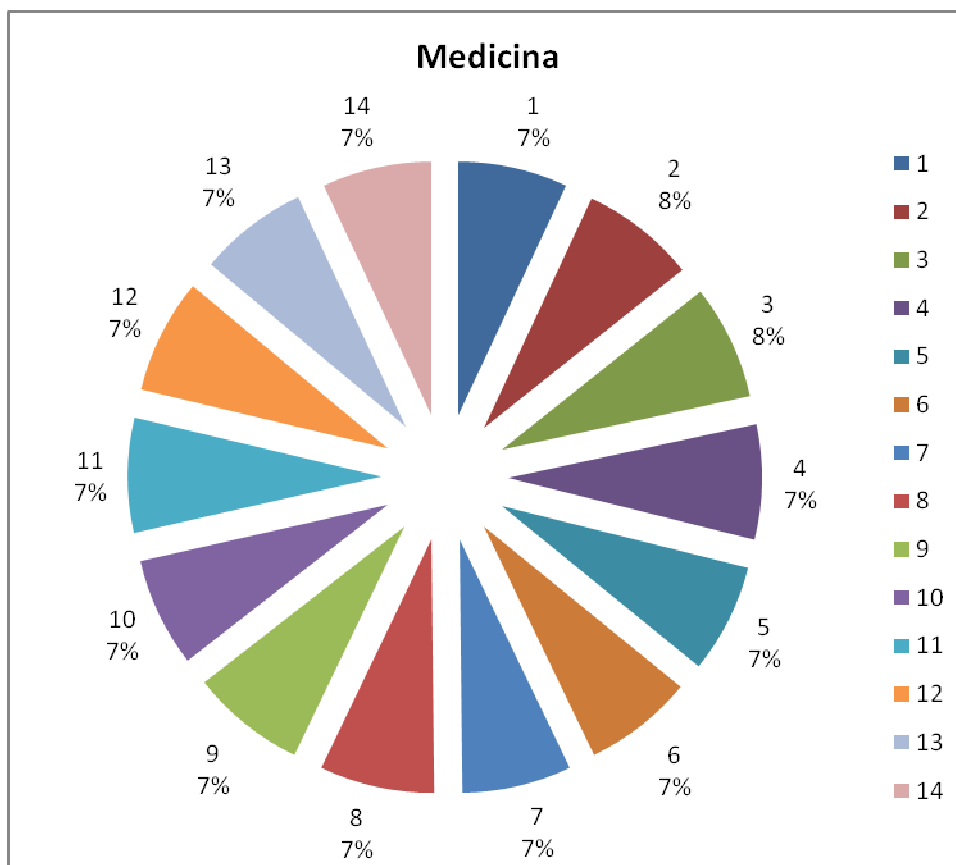


Gráfico 18 Avaliação dos Docentes do Curso de Medicina
Fonte: CPA (2010)

O Curso de Medicina teve a participação de 17 (dezesete) acadêmicos, que avaliaram os 07 (sete) professores que ministraram disciplinas nos dois semestres do ano de 2010. O resultado da avaliação considerou o curso com conceito ótimo.

Destaca-se os seguintes itens de análise que apontam fragilidades:

- Pontualidade comprometeu o desenvolvimento da disciplina;
- Seguiu a programação prevista.

É importante destacar a inexistência de registro da participação docente, o que caracteriza desinteresse do colegiado do curso pelo processo avaliativo.

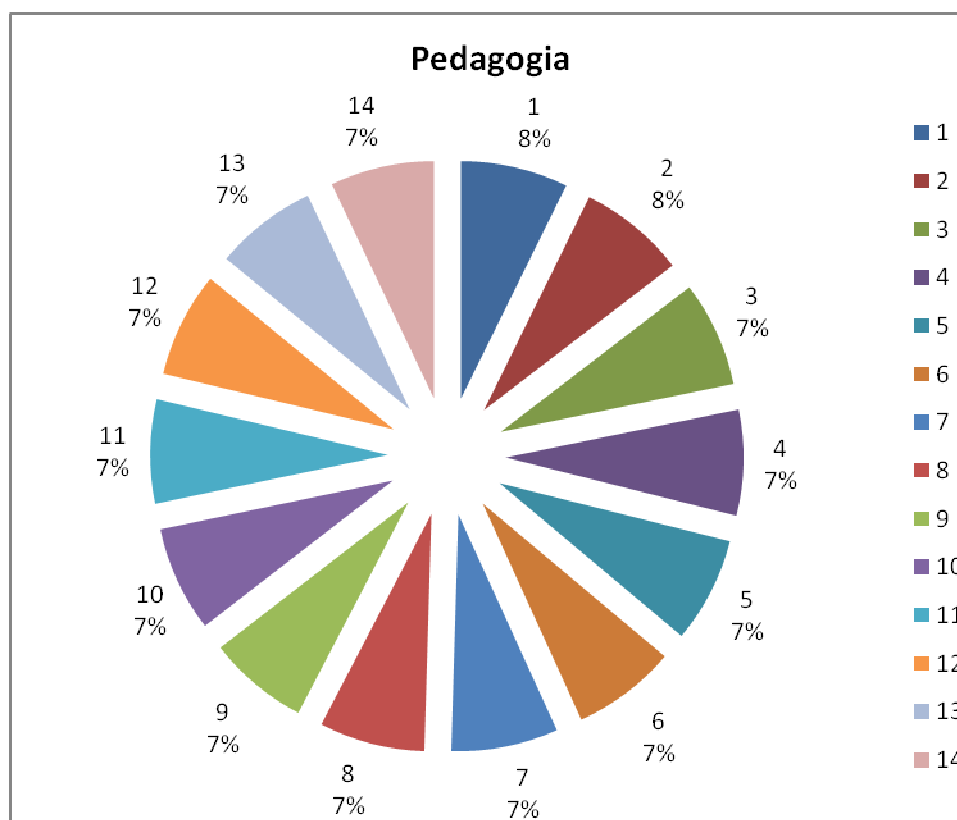


Gráfico 19 Avaliação dos Docentes do Curso de Pedagogia
Fonte: CPA (2010)

O Curso de Pedagogia teve a participação de 78 (setenta e oito) acadêmicos, que avaliaram os 23 (vinte e três) professores que ministraram disciplinas nos dois semestres do ano de 2010. O resultado da avaliação considerou o conceito ótimo.

Pode-se destacar os seguintes itens de análise que apontam fragilidades:

- Assiduidade comprometeu o desenvolvimento da disciplina;
- Pontualidade comprometeu o desenvolvimento da disciplina.

Ressalta-se a significativa participação dos acadêmicos na avaliação, o que caracteriza reconhecimento da importância do processo avaliativo pelo curso.

Registra-se também, a irrelevante participação docente, o que caracteriza desinteresse do colegiado do curso pelo processo avaliativo.

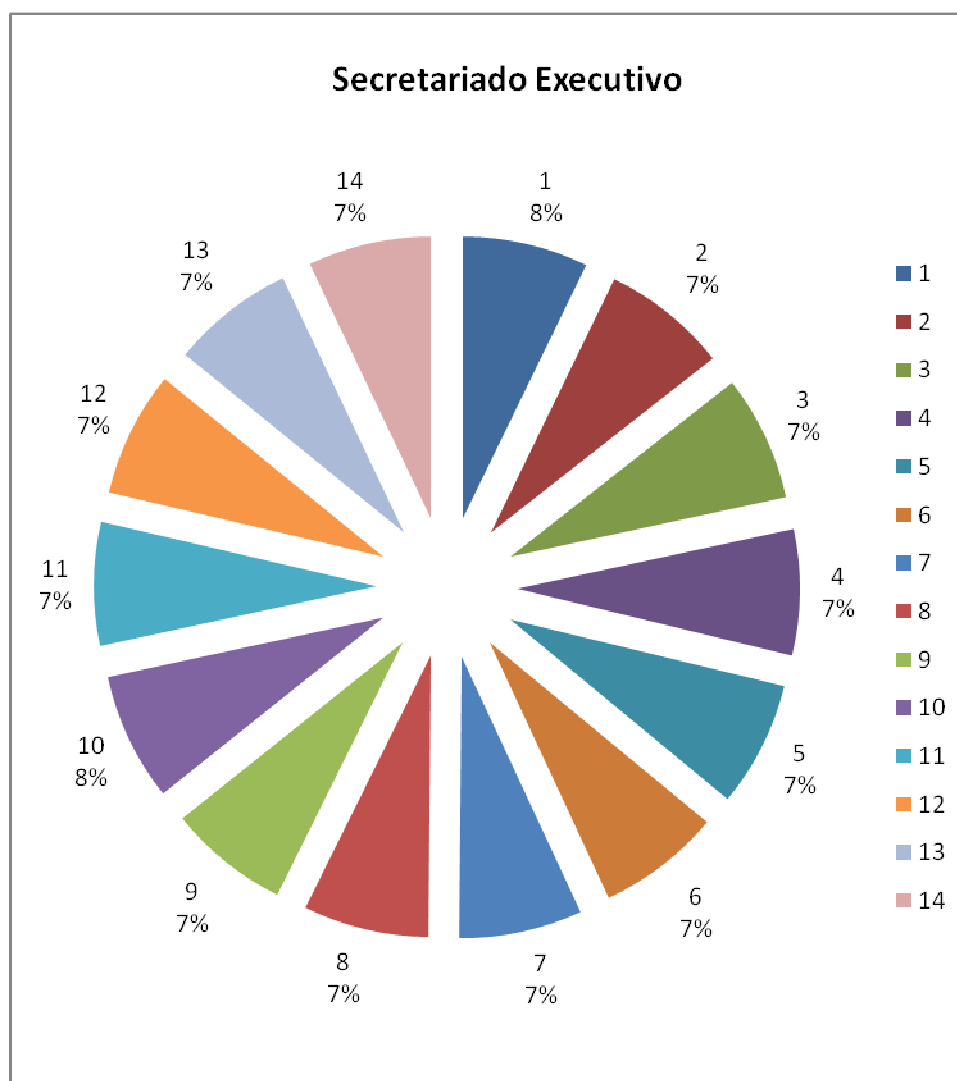


Gráfico 20 Avaliação dos Docentes do Curso de Secretariado Executivo
Fonte: CPA (2010)

O Curso de Secretariado Executivo teve a participação de 46 (quarenta e seis) acadêmicos, que avaliaram os 19 (dezenove) professores que ministraram disciplinas nos dois semestres do ano de 2010. O resultado da avaliação apontou conceito ótimo.

Pode-se destacar os seguintes itens de análise que apontam fragilidades:

- Assiduidade comprometeu o desenvolvimento da disciplina;
- Indicação de bibliografia para complementar o conteúdo trabalhado.

Ressalta-se a significativa participação dos acadêmicos na avaliação, o que caracteriza reconhecimento da importância do processo avaliativo pelo curso.

Registra-se também, a irrelevante participação docente, o que caracteriza desinteresse do colegiado do curso pelo processo avaliativo.

8.1.2 Avaliação da Disciplina

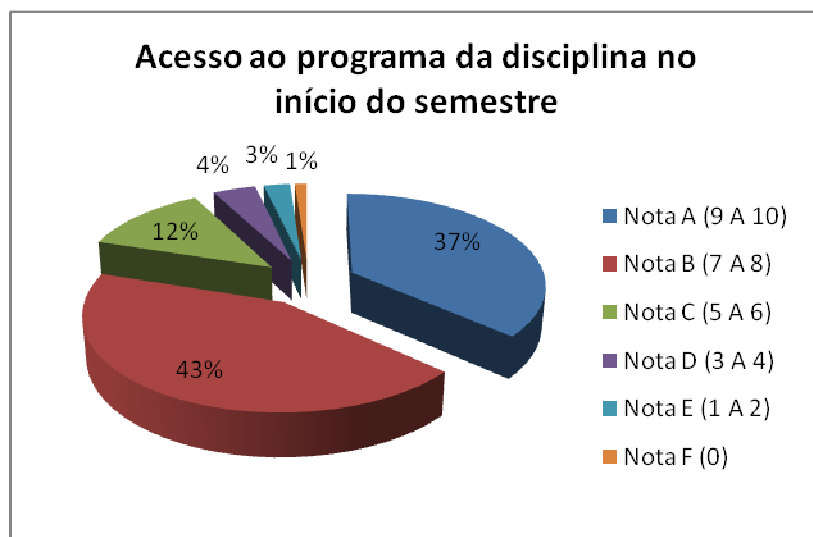


Gráfico 21 Acesso ao programa da disciplina no início do semestre
Fonte: CPA (2010)

Percebe-se de maneira incontestável uma melhoria no fazer pedagógico notadamente quanto à disponibilização do Programa da Disciplina posto que esta ação pedagógica possibilita a ampliação e antecipação de discussões que certamente contribuem para o enriquecimento de todo processo.

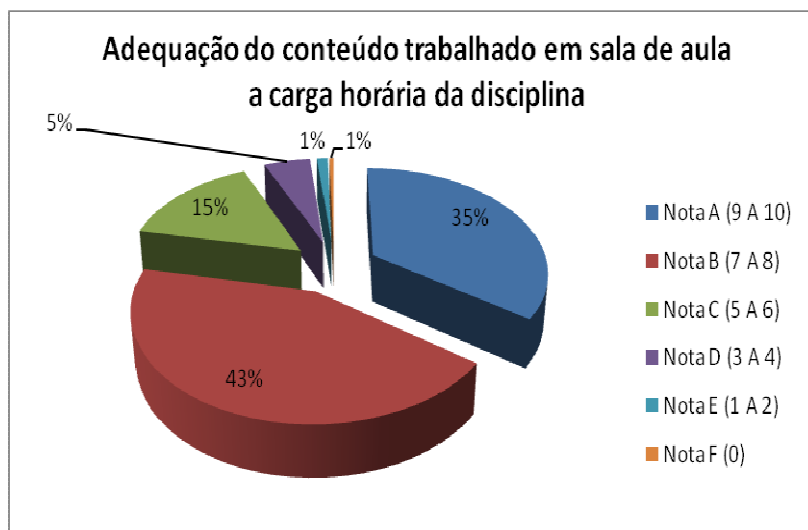


Gráfico 22 Adequação do conteúdo trabalhado em sala de aula a carga horária da disciplina
Fonte: CPA (2010)

A superação da ênfase quantitativa em detrimento à qualitativa é mais um aspecto pedagógico de caracterização positiva apontada pelos discentes-avaliadores dos cursos de graduação, o que demonstra maturidade acadêmica.

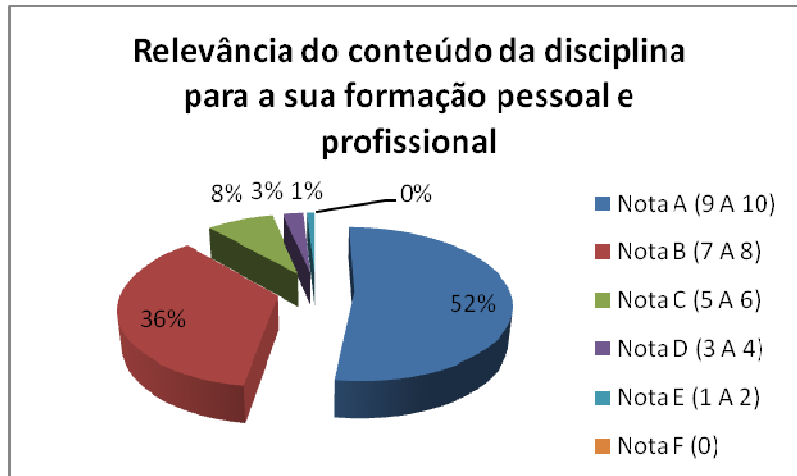


Gráfico 23 Relevância do conteúdo da disciplina para a sua formação pessoal e profissional
Fonte: CPA (2010)

Mais de 85% dos discentes-avaliadores apontam positivamente quanto à relevância dos conteúdos discutidos em sala de aula para sua formação, caracterizando a preocupação com a atualização constante de tais aspectos.

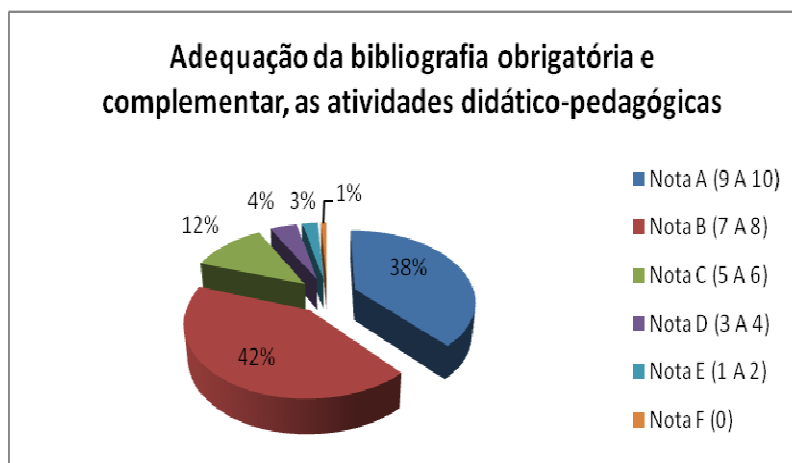


Gráfico 24 Adequação da bibliografia obrigatória e complementar, as atividades didático-pedagógicas
Fonte: CPA (2010)

O resultado obtido nesta análise reflete o compromisso institucional em proporcionar condições para aquisição de acervo bibliográfico inerente ao curso e disciplinas de acordo com a demanda apresentada pelas Coordenações através de seus respectivos professores, demonstrando uma busca constante de atualização de tais recursos.

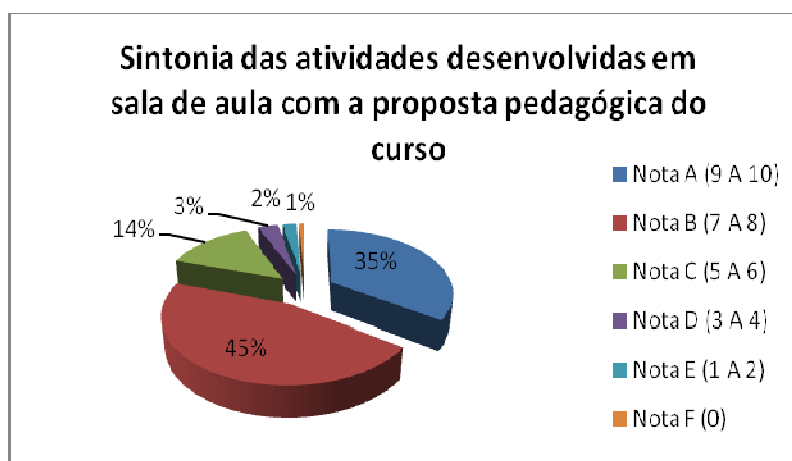


Gráfico 25 Sintonia das atividades desenvolvidas em sala de aula com a proposta pedagógica do curso
Fonte: CPA (2010)

A proposta pedagógica sob análise reflete grande satisfação dos discentes avaliadores quanto à coerência pedagógica vivenciada no decorrer do caminho pedagógico.

8.1. 3 Autoavaliação

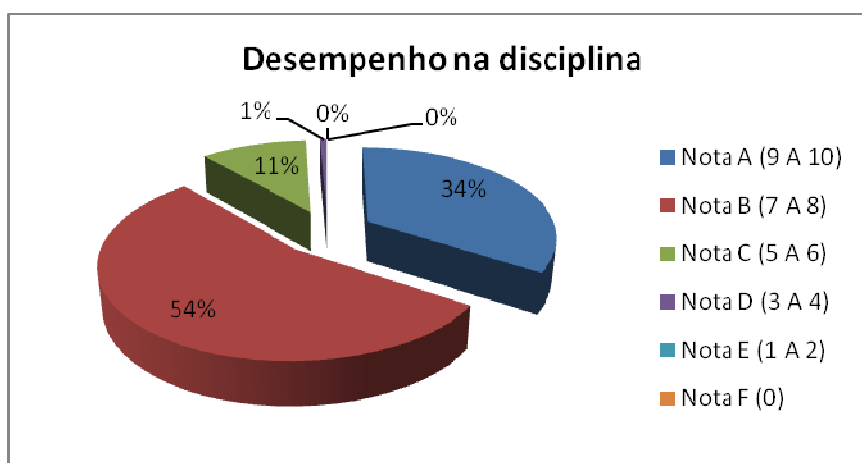


Gráfico 26 Desempenho na disciplina
Fonte: CPA (2010)

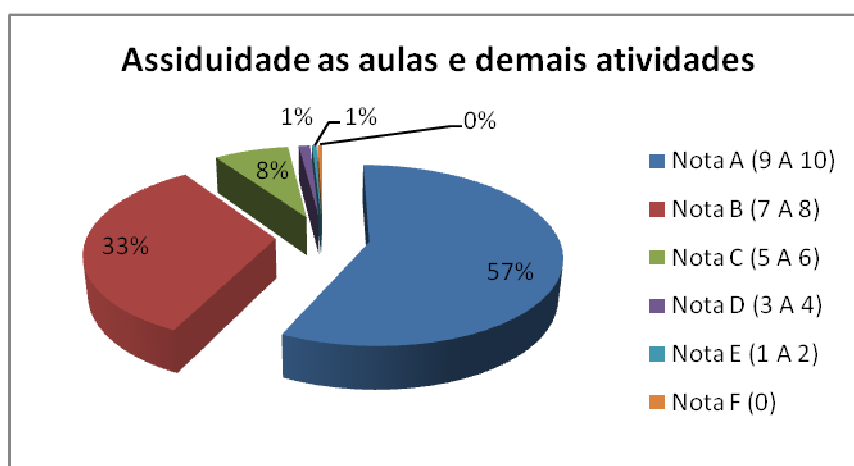


Gráfico 27 Assiduidade as aulas e demais atividades
Fonte: CPA (2010)

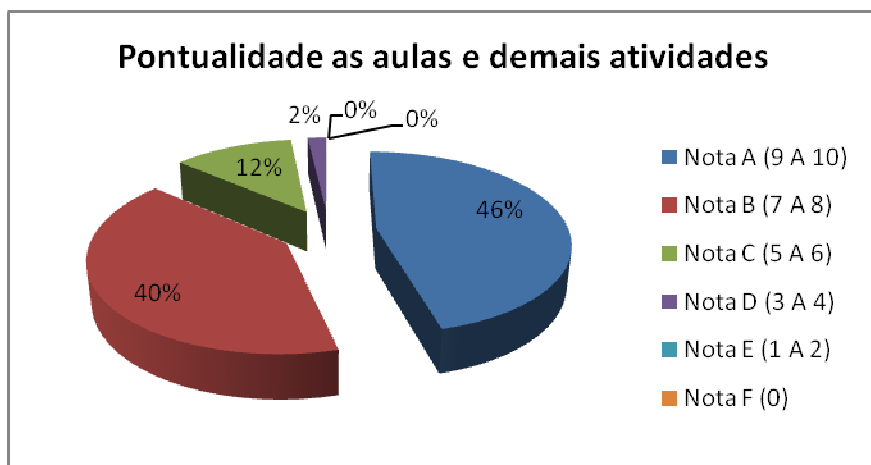


Gráfico 28 Pontualidade as aulas e demais atividades
Fonte: CPA (2010)

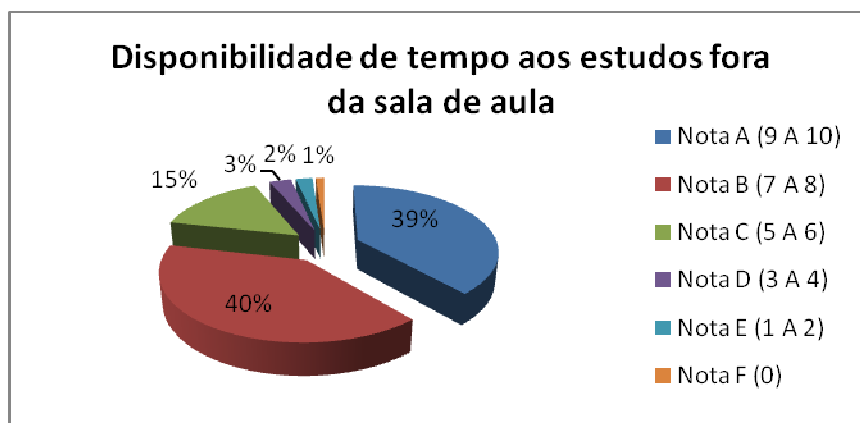


Gráfico 29 Disponibilidade de tempo aos estudos fora da sala de aula
Fonte: CPA (2010)

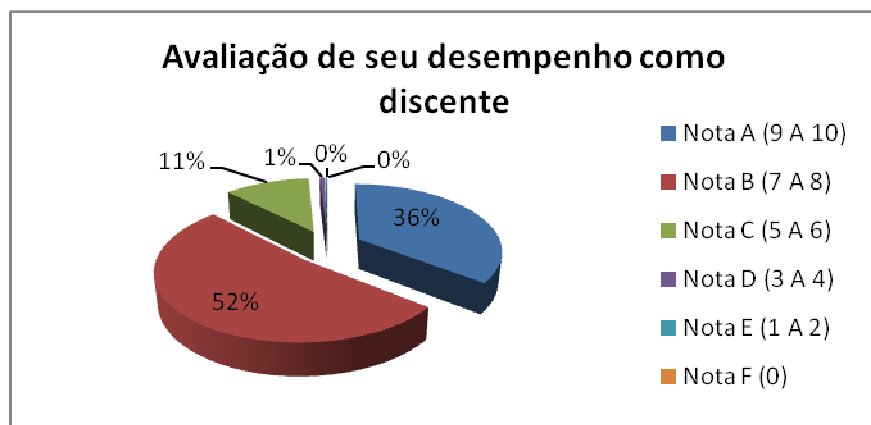


Gráfico 30 Avaliação de seu desempenho como discente
Fonte: CPA (2010)

Oportunizar a autoavaliação é de primordial importância para que o discente reflita acerca de sua prática acadêmica, o que certamente contribuirá significativamente para o seu desempenho pessoal e intelectual. Dessa forma foram analisados quesitos como desempenho na disciplina, assiduidade às aulas e demais atividades, pontualidade, disponibilidade tempo para estudos fora da sala de aula e avaliação de seu desempenho como discente, sendo que os conceitos variaram de ótimo a excelente, refletindo o bom cumprimento institucional do papel acadêmico e social os quais esta Universidade se propõe.

8.1.4 Infraestrutura

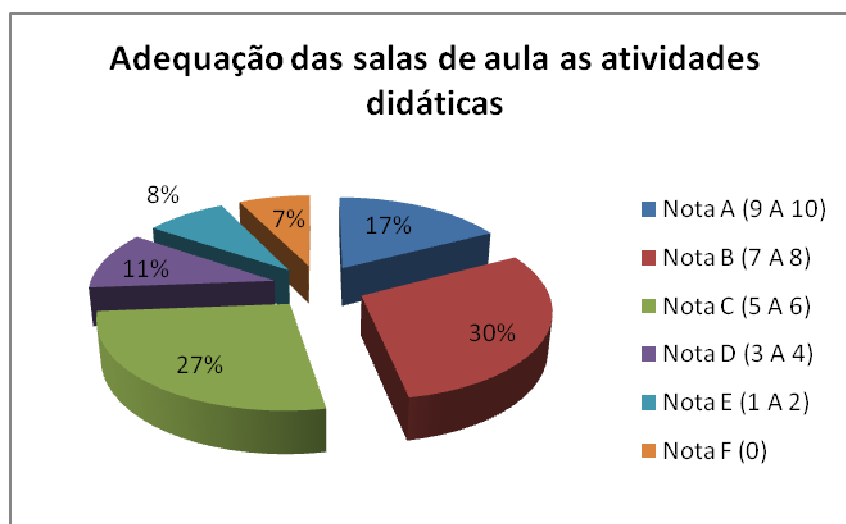


Gráfico 31 Adequação das salas de aula as atividades didáticas
Fonte: CPA (2010)

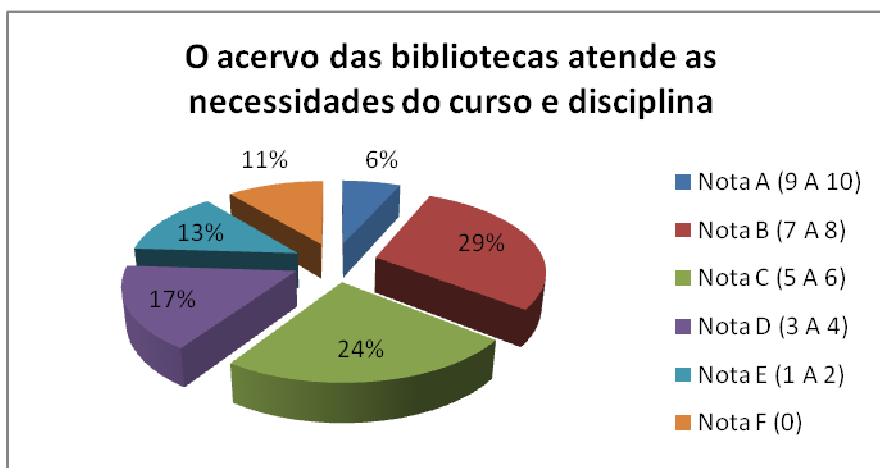


Gráfico 32 O acervo das bibliotecas atende as necessidades do curso e disciplina
Fonte: CPA (2010)

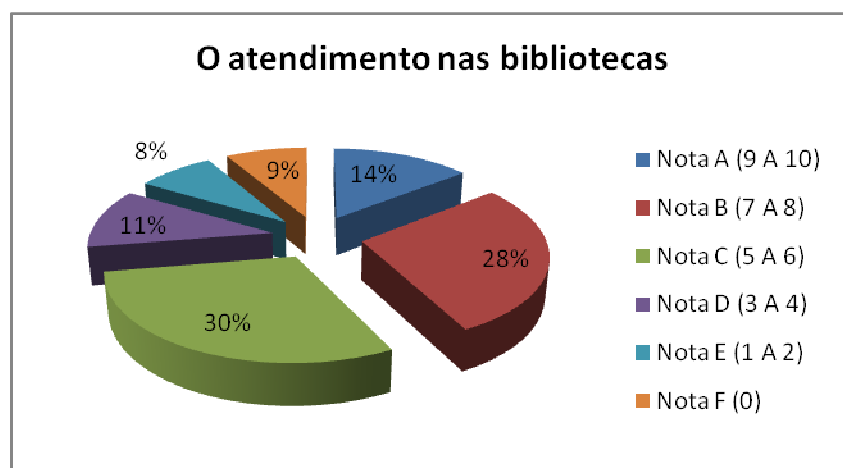


Gráfico 33 O atendimento nas bibliotecas
Fonte: CPA (2010)

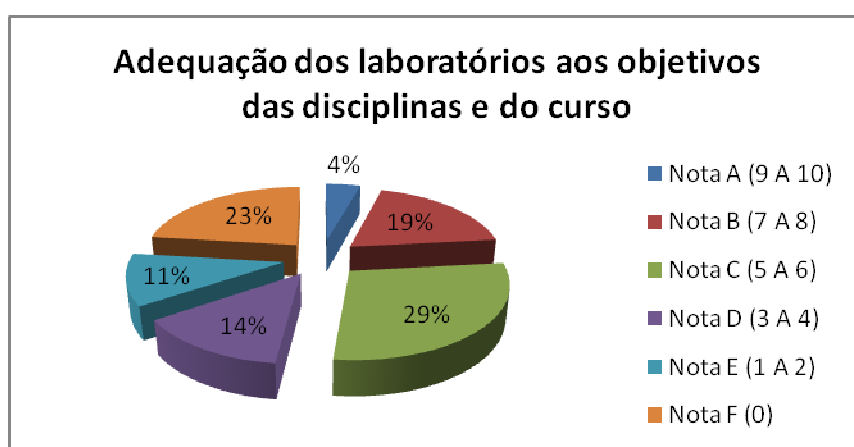


Gráfico 34 Adequação dos laboratórios aos objetivos das disciplinas e do curso
Fonte: CPA (2010)

Recursos de informática que a universidade dispõe para atendimento das necessidades do curso

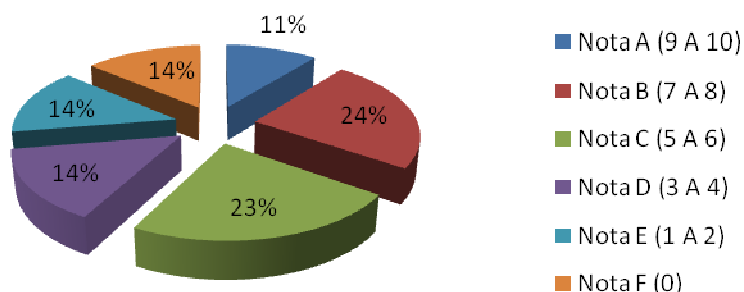


Gráfico 35 Recursos de informática que a Universidade dispõe para atendimento das necessidades do curso

Fonte: CPA (2010)

Contribuição de projetos especiais, tais como coleções didáticas, museus, herbários, botérios, e outros disponíveis na UNIFAP para a sua aprendizagem

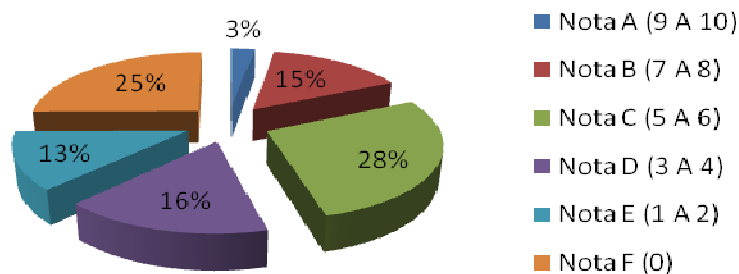


Gráfico 36 Contribuição de projetos especiais, tais como coleções didáticas, museus, herbários, biotérios, e outros disponíveis na UNIFAP para a sua aprendizagem

Fonte: CPA (2010)



Gráfico 37 Em que medida os recursos audiovisuais utilizados nas atividades de ensino contribuem para a sua aprendizagem
Fonte: CPA (2010)

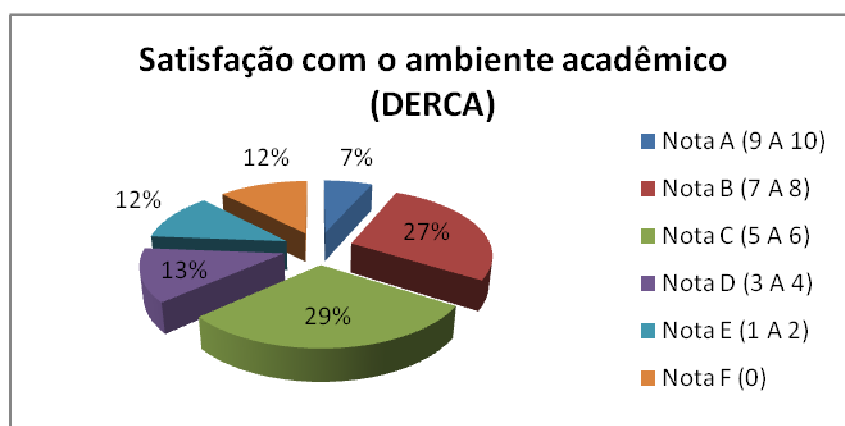


Gráfico 38 Satisfação com o ambiente acadêmico (DERCA)
Fonte: CPA (2010)

Não obstante os aspectos de adequação das salas de aula às atividades didática, acervo bibliográfico e atendimento nas bibliotecas, áudio visuais e ambiente acadêmico apresentarem resultados satisfatórios, detectou-se a necessidade urgente no sentido de maiores investimentos em adequação dos laboratórios, contribuição de projetos especiais disponíveis para aprendizagem e os recursos de informática como ferramenta indispensáveis para a melhoria do desempenho acadêmico.

8.1.5 Coordenação do Curso

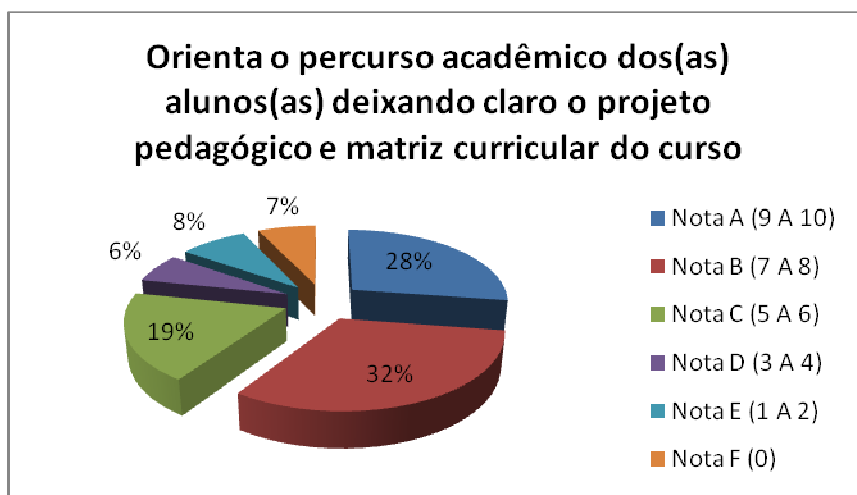


Gráfico 39 Orienta o percurso acadêmico dos (as) alunos (as) deixando claro o Projeto pedagógico e matriz curricular do curso
Fonte: CPA (2010)

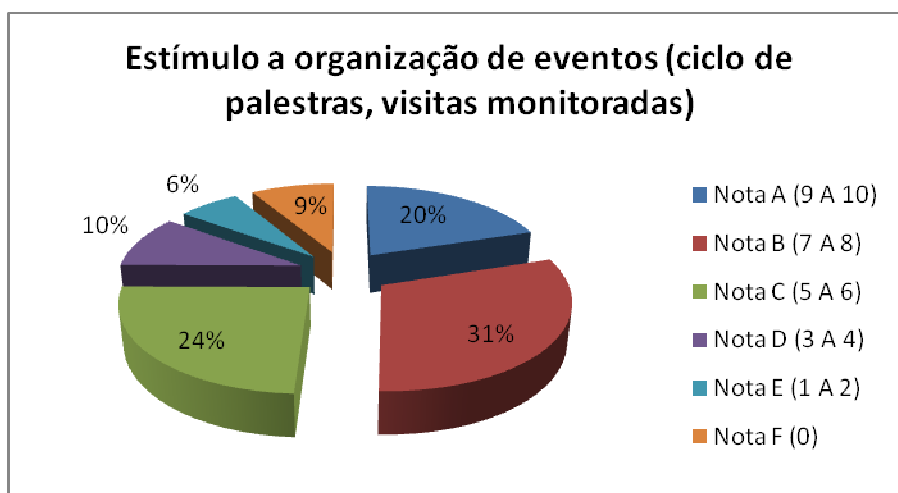


Gráfico 40 Estímulo a organização de eventos (ciclo de palestras, visitas monitoradas)
Fonte: CPA (2010)

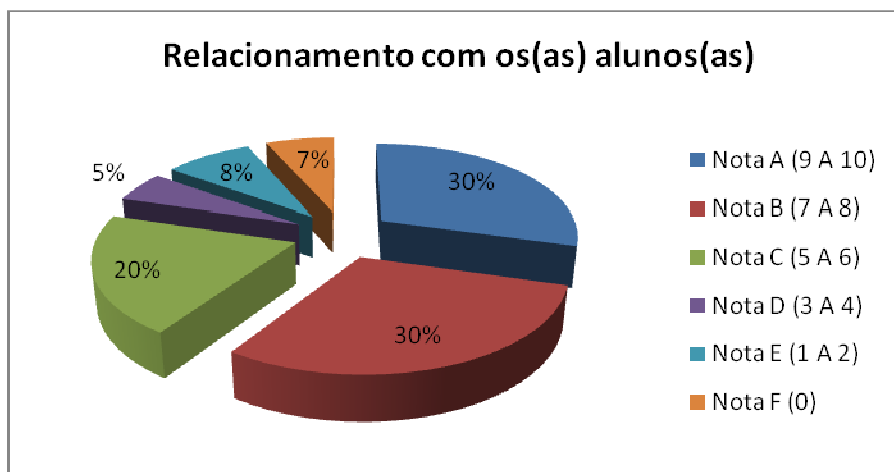


Gráfico 41 Relacionamento com os (as) alunos (as)
Fonte: CPA (2010)

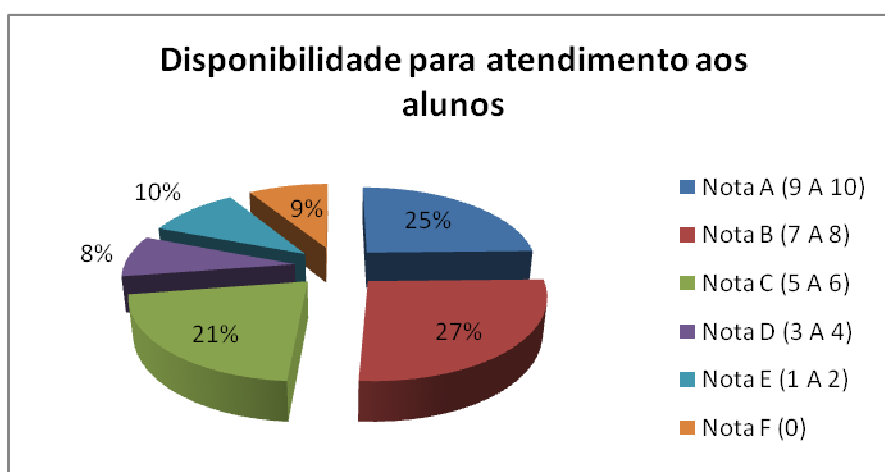


Gráfico 42 Disponibilidade para atendimento aos alunos
Fonte: CPA (2010)

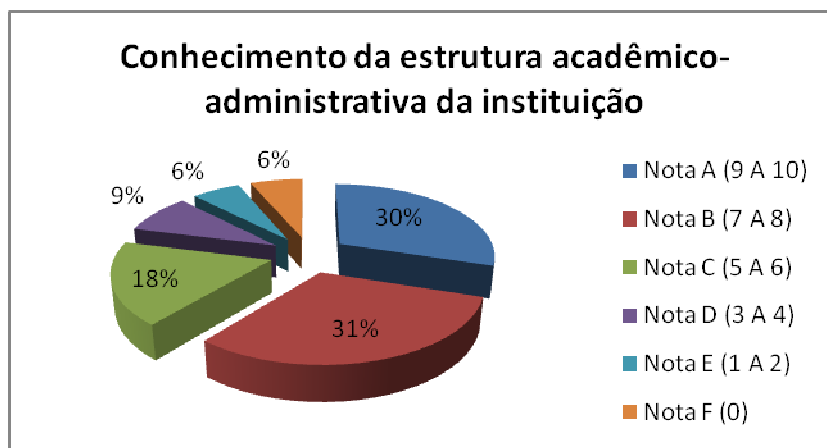


Gráfico 43 Conhecimento da estrutura acadêmico-administrativa da instituição
Fonte: CPA (2010)

As Coordenações de Cursos vêm cumprindo seus papéis institucionais de maneira aceitável, porém em todos os quesitos avaliados existem índices relevantes de fragilidades que merecem ser considerados.

Como diz Luiz Fernando Gomes Guimarães no texto Gestor ou coordenador, o coordenador de curso atual deve cada dia mais ser um indivíduo com uma boa capacidade política aliada aos conhecimentos técnicos do curso que ele gerencia quanto da legislação em educação. O ideal seria que a coordenação de curso tivesse como pré-requisito a necessidade de uma formação específica para a função, e que não fosse baseada na análise da competência do indivíduo enquanto docente. Nem sempre o bom professor será um bom coordenador.

8.1.6 Técnicos

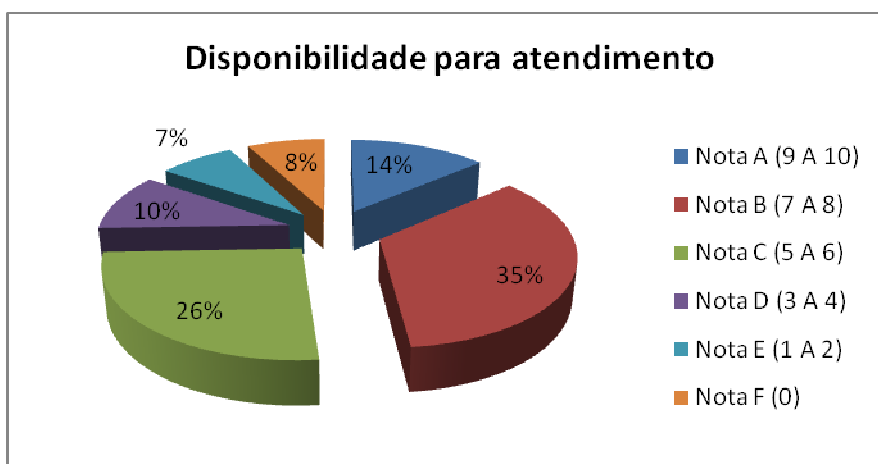


Gráfico 44 Disponibilidade para atendimento
Fonte: CPA (2010)



Gráfico 45 Em que medida consegue resolver questões acadêmicas com o apoio técnico-administrativo das secretarias
Fonte: CPA (2010)

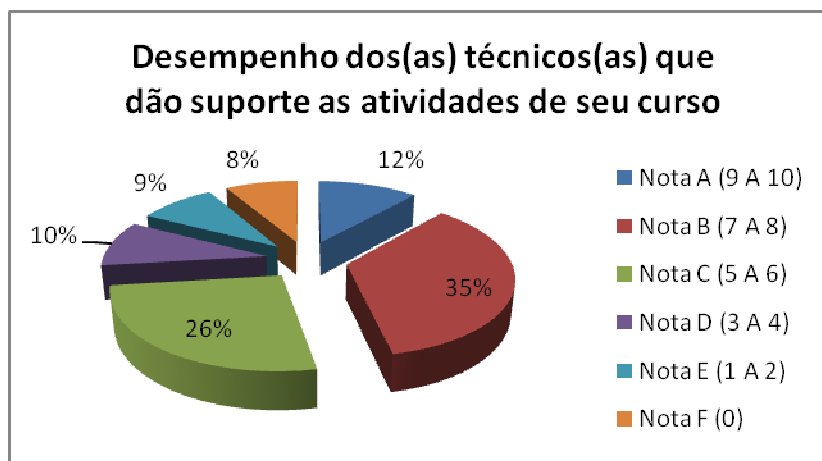


Gráfico 46 Desempenho dos (as) técnicos (as) que dão suporte as atividades de seu curso

Fonte: CPA (2010)

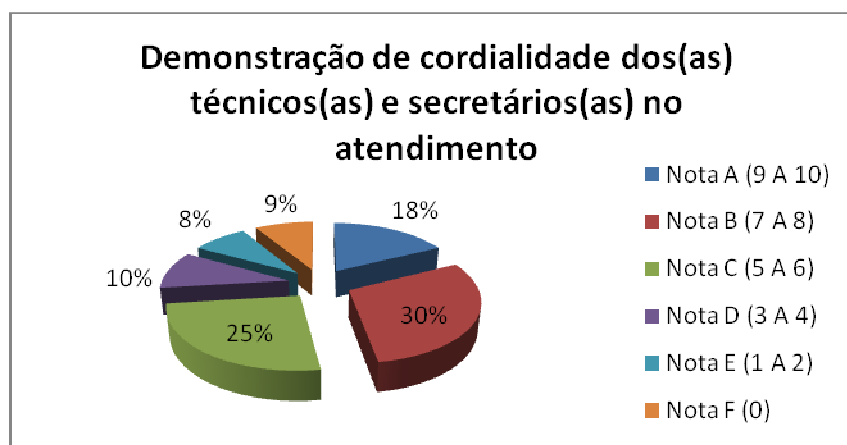


Gráfico 47 Demonstração de cordialidade dos (as) técnicos (as) e secretários (as) no atendimento

Fonte: CPA (2010)

Os resultados apresentados neste quesito deverão servir como ponto de reflexão institucional acerca da quantidade de técnicos disponibilizados nas coordenações de cursos e seu redimensionamento aliada a uma revisão profunda quanto à necessidade de capacitação específica dos mesmos relativamente às ações desenvolvidas nos respectivos cursos de graduação onde encontram-se lotados.

8.1.7 Avaliação Geral do Curso

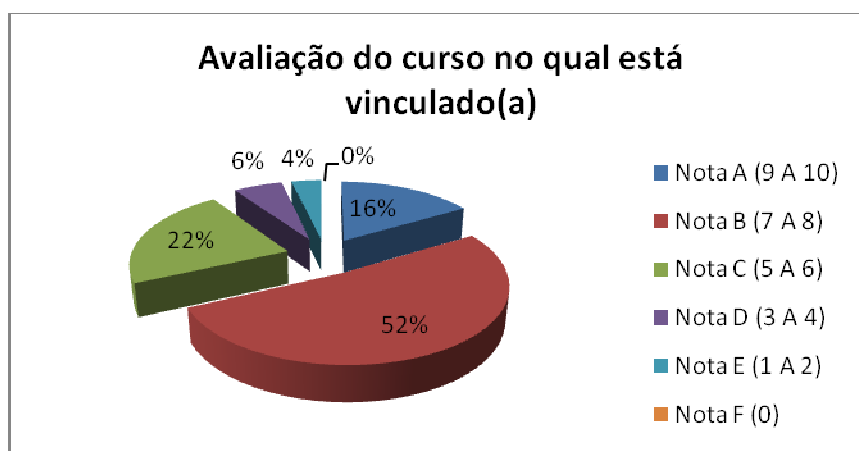


Gráfico 48 Avaliação do curso no qual está vinculado (a)
Fonte: CPA (2010)

Na avaliação geral dos cursos de graduação ofertados pela UNIFAP, os acadêmicos apontam um índice de satisfação elevada, apesar de ainda existirem aspectos apontados nesta avaliação que merecem de maior atenção por parte da administração superior no sentido de busca de soluções que venham ao menos atenuar, as fragilidades aqui apontadas.

Aponta-se, portanto, a necessidade urgente de mudanças na construção ou reformulação de currículos apoiados nas Diretrizes Curriculares Nacionais (DCN); na melhoria das bibliotecas, equipamentos, laboratórios e instalações e na contratação de professores titulados em regime de tempo integral, e que além de aulas dediquem-se a outras atividades, como a pesquisa e a extensão.

8.1.8 Potencialidades e Fragilidades Apontadas

Considerou-se as informações transcritas pelos acadêmicos no campo comentário e sugestões do formulário on line de avaliação:

- O curso de arquitetura necessita de novas pranchetas e mais espaço para atividades pratica. Os banheiros não oferecem boa estrutura, são desconfortáveis e pequenos, além disso, deveria haver possibilidades de ter aula no campus marco zero

para agilizar o andamento de disciplinas pendentes e precisamos de ônibus. Algumas informações no campus devem ser levantadas para correção de eventuais problemas.

- Infelizmente o curso de letras dessa IES ainda precisa de muitos reparos, como exemplo um laboratório multimídia-línguas, laboratório de tradução e interpretação mais modernos que possam atender a necessidade do aluno, devemos levar em consideração a figura do coordenador do curso que muitas vezes age de forma ríspida com o aluno, o que podemos observar é que muitas das vezes estes coordenadores são escolhidos não por sua competência, mas por critérios políticos das IES. Sugiro a construção e modernização dos laboratórios e o aumento do acervo de livros da biblioteca.

- O curso de certa forma é bom, com a maioria de seu corpo docente excelente, porém alguns professores deixam a desejar, com ênfase na disciplina de língua estrangeira (inglês) que para grande parte dos discentes é o foco do curso, entretanto enfrentamos dificuldades, também há alguns problemas referentes à utilização de laboratórios, pois raramente os frequentamos.

- A coordenação do referido curso deve atuar juntamente com os alunos no sentido de buscar mais qualidade no ensino-aprendizagem visto que disciplinas como fonética e fonologia e morfologia que ainda será ministrada deve ter excelentes profissionais, pois estas disciplinas são as bases para a compreensão das demais. A coordenação do referido curso deve atuar com os alunos no sentido de adquirir recurso que possam trazer melhorias para o centro acadêmico visto que o mesmo é o representante dos alunos dentro e fora da instituição. Não podemos esquecer que o curso de letras foi considerado a melhor área a ser estudada dentro da instituição. Também chamada à menina dos olhos por muitos, lembremos que outros cursos necessitam de bons profissionais nesta área para auxiliá-los quando necessário.

- Melhor adequação dos horários das disciplinas ofertadas aos universitários, sendo que as mesmas pudessem estar incluídas durante os cinco dias da semana.

- O curso em relação às disciplinas e professores está satisfazendo as perspectivas. O maior obstáculo se dá na relação da coordenação com os acadêmicos, pois parece ser muito limitada, o que dificulta nossa interação. Com respeito ao material disponível na biblioteca para o curso, tem deixado muito a desejar, pois a maioria do acervo é antigo ou encontra-se defasado. Até o momento são somente esses aspectos que precisamos rever.

- Para o meu curso é de extrema necessidade que mude a coordenação.
- Um coordenador com visão mais ampla; e mais disponibilidade.

- Estímulo dos professores e coordenação a projetos de pesquisa e extensão, contratação de novos professores, pois há uma sobrecarga e isso acarreta a um desestímulo por parte do mesmo com o seu conteúdo, compra de livros, maior infraestrutura, material para o laboratório.

- Na realidade o curso esta se direcionando a um dos melhores. Em contrapartida pode melhorar ainda mais, sobretudo no que diz respeito a programas que possam incentivar ao acadêmico para que futuramente o mesmo não venha a desistir, haja vista que também o corpo docente pode melhorar no que tange a similarização e absorção dos conteúdos em sala de aula, já que isso é um dos principais fatores que provocam a desistência do acadêmico.

- O curso de geografia está em desenvolvimento, por parte dos discentes e também por parte da reitoria e por parte da coordenação do curso, mas acredito também que pode melhorar desde que todos trabalhem juntos para um melhor funcionamento do curso.

- O curso deverá possuir laboratórios, salas com recursos audiovisuais, para o melhor desempenho acadêmico, voltado para pesquisas e oficinas pedagógicas, etc. Os nossos "laboratórios" deveriam estar funcionando e disponível para que o aluno descubra o que é geografia de verdade...

- Melhoria nas instalações dos blocos de geografia, laboratórios (que existem apenas no papel), principalmente contratação de professores efetivos para o

nosso colegiado, que se faz necessário para que o curso tenha condições de se desenvolver nesta instituição. E de novo modelo de ambiente acadêmico - onde primeiramente deve ocorrer treinamento dos acadêmicos com o novo sistema que facilite o desempenho do acesso no sistema.

- Tenho como caráter de acadêmico dessa instituição e por fazer parte do curso de geografia dizer que no momento, o nosso curso passa por grandes dificuldades, sendo na carência de docentes dentro do colegiado e também de uma forma geral falta de investimentos por parte da administração de nossa instituição. Gostaria que a administração olhasse de forma mais coerente sobre o nosso colegiado e os demais cursos da área de humana que estão passando por situações parecidas.

- O curso de geografia está sem estrutura física adequada e profissional, comprometendo assim a formação dos acadêmicos. Sugiro que o curso priorize essas falhas que são primordiais para a motivação dos alunos.

- O curso de historia da UNIFAP, está um tanto desamparado, porem, precisando de grande atenção da parte administrativa da universidade.

- O curso de história encontra-se numa situação bastante precária, temos que conviver com a pouca estrutura oferecida pela instituição, a falta de professores no curso, e os próprios professores faltam nas aulas. o acervo da biblioteca não supri nossa necessidade, convivemos com livros bastantes desgastados e totalmente desatualizados, o que comprometem nossa graduação, salas que não possuem cadeiras e mesas, observo um descaso com o curso de história por parte da unifap pois percebo que nos outros cursos a situação é diferente. e também quando vamos na coordenação, coordenador e os outros funcionários não sabem nos informar. como aluna do curso que deseja melhorias na educação do curso de história peço melhorias.

- O curso de ciências ambientais é de suma importância para o estado do Amapá devido sua grande biodiversidade, porém para que possamos sair da universidade como bons profissionais precisamos de uma estrutura melhor como a construção do laboratório de ecologia e aperfeiçoar o laboratório de geoprocessamento, que não tem conexão com a internet em todos os computadores e muitas aulas ficam comprometidas impossibilitando um melhor conhecimento dessa ciência. Além de apoio institucional

para as aulas de campo no interior do estado, como transporte e diárias. Acredito que uma instituição universitária federal não deve se restringir apenas a cidade onde o campus esta locado.

- O curso de pedagogia apresenta um quadro de professores excelentes, porém, há algumas exceções. Eu, como aluna de pedagogia, defendo a idéia de que o professor tem o papel de facilitados do ensino, mas, infelizmente, existem docentes dentro do curso que não estão na instituição para vir a somar com a didática pedagógica oferecida aos alunos.

- Acho que o curso precisa melhorar e muito, enfrentamos grandes desafios, pois não temos uma sala de aula adequada que atenda nossas necessidades, e a coordenação não correspondem as nossas expectativas, não há um dialogo entre coordenação e acadêmicos.

- O curso de pedagogia possui uma boa estrutura, conseguindo atender as necessidades dos alunos no que tange as eventualidades que acontecem no decorrer do curso, a relação doa professores com os alunos sempre preocupados com o desenvolvimento do conhecimento. Diante disso, considero estar muito bem estruturado. O necessita ser revisto é a estrutura das salas de aula na qual os alunos de pedagogia estão localizados pois, não da o suporte necessário para que se possa assistir uma aula com o devido conforto.

- Gostaria que a turma de pedagogia tivesse atendimento na coordenação e outros lugares que infelizmente não funciona no turno da noite na universidade, e que tivesse mais segurança, limpeza e iluminação, em destaque as salas de aula.

- Gostaria muito que o bloco de pedagogia estivesse em melhores condições estruturais, para que o aluno se sinta mais a vontade com a sala de aula. Disponibilidade de atendimento para nosso horário. Infraestrutura precária. Não possuímos espaços para atividades laborais. Que a coordenação do curso fosse mais presente no turno da noite.

- O curso de pedagogia da unifap apresenta uma boa proposta pedagógica. No entanto, a turma de 2007 a qual pertenço foi muito prejudicada em virtude de questões administrativas e organizacionais, como exemplo a falta de professor, que prejudicou o andamento das disciplinas. Por esse motivo houve um acúmulo de disciplinas para o último semestre o que prejudica o nosso estudo.

- Hoje a universidade precisa melhorar em muito para que se torne uma boa universidade publica, ela cresce mais não de maneira igual para que todos possam usufruí-los dela! Atualmente a infraestrutura do curso de pedagogia não é a das melhores! Os ventiladores não funcionam como deveriam! As centrais de ar-condicionado necessariamente nem são limpos! Os banheiros infelizmente não atendem as necessidades de todos vivem em péssimas condições! A minha sugestão que eu deixo é que se olhe à universidade como todo! Não separadamente! E segurança também é quesito que tem que ser olhado com carinho por todos da universidade!

Em primeiro momento quero externar minha satisfação em está fazendo este curso de graduação, estender essa satisfação também com o colegiado do curso, que apesar de não conhecer todos os docentes do colegiado, mas os que já tive contato gostei muito. Agradecer pela contribuição de todos que compõe a universidade em si, dizer que apesar de ainda está faltando melhoras na estrutura da universidade, acredito que futuramente melhoras virão e estou a espera dessas mudanças.

- Faltou incluir a avaliação da segurança na universidade que é péssima, principalmente à noite, sem falar na iluminação que é precária e a limpeza nos banheiros que não é feita para o turno da noite.

- No semestre passado fiquei muito triste com alguns acontecimentos que ocorrerão no decorrer do curso como por exemplo professores descomprometidos com o curso, nós que somos do turno da noite estamos completamente esquecidos, coordenação dos cursos não funcionam, escuridão total dentro e fora da instituição.

O nosso curso deveria ter um bloco próprio e mais infraestrutura para o aprendizado, pois ainda sofremos com a falta de professores.

- Utilizações de laboratórios de informática, pesquisas de campo.

O curso de física apesar de melhorado nos últimos anos mesmo assim de muitas melhorias no que se refere à estrutura precisa-se de mais professores, mais equipamentos para os laboratórios e salas de aulas.

- O curso como um todo está bastante defasado, porem, vemos o lado do bacharelado como o mais prejudicado, visto que quase não se tem estrutura para o

mesmo, deixando muito a desejar, principalmente o que diz respeito a espaço físico, laboratórios, instrumentos, etc. Desta feita o profissional que pretenda atuar como bacharel sai bastante prejudicado na sua formação acadêmica, sendo que o mesmo não passa por algumas fases do processo porque a universidade não dá esse suporte. Utilização dos laboratórios para a parte do bacharelado.

- Melhoramento nas condições de trabalho dos docentes, pois os mesmos, além das dificuldades, buscam desempenhar seu trabalho de acordo com o exigido por um curso em nível de 3º grau. Aumento do número de docentes no quadro via concurso, pois há tal necessidade, para assim, os docentes já efetivos possam desempenhar suas atividades, tanto docência como pesquisa, com maior tranquilidade e melhor desempenho. viabilização e equipamento aos laboratórios, sendo que os existentes estão inutilizáveis e desequipados para o desempenho de atividades principalmente na área de bacharelado do curso. Otimização no tramite burocrático, este relacionado ao DERCA, pois além de mau atendimento por parte dos técnicos desta divisão, os mesmos não disponibilizam as informações suficientes para solucionar problemas de simples reparo.

- Precisamos que a coordenação dê mais apoio aos alunos, no sentido de fazer laboratórios e estágio não obrigatório.

- Creio que o curso precisa de laboratório para as atividades de cerimonial e língua estrangeira, para o melhor desenvolvimento dos acadêmicos, e o estímulo a atividades de extensão.

- Sugiro que no colegiado do curso de secretariado executivo seja incorporado mais colaboradores e que as condições de infraestrutura sejam melhoradas, com a construção de um bloco próprio do curso, bem como disponibilizar melhores laboratórios para os acadêmicos.

- Outro ponto a ser avaliado é a infraestrutura da UNIFAP, como a acesso aos banheiros e a outros locais. A maioria dos locais dentro da instituição torna-se inacessível para quem apresenta qualquer dificuldade de locomoção, por menor que seja.

- É preciso que haja mais investimento na infraestrutura, no deslocamento dos acadêmicos para o campo de pesquisa. Deve haver mais recursos para a área de pesquisa, menos burocracia quando se tratar de levar os acadêmicos ao campo. Ter um aumento no colegiado de professores para que possa suprir as carências se for o caso.

- Uma nova adequação em sala de aula, aos professores do contrato, que pelo visto necessitam de mais disponibilidade para atender os discentes. Pois estão muito ocupados em seus afazeres pessoais, viajando nos semestres para fazerem concursos em outros estados, que se descuidam da responsabilidade como docentes, fazendo com que o aluno não aprenda nada e ainda saia prejudicado. daí uma sugestão, colocar como pré requisito aos docentes o curso de relações humanas e sua disponibilidade para determinados horários.

- Poderíamos ter a eleição para coordenadores do curso de educação física, seria mais democrático. A universidade precisa de pessoas mais capacitadas para trabalharem com a comunidade universitária. Muita gente ignorante! Principalmente na PROEAC.

- Precisamos de mais materiais de aulas práticas. Além disso, é necessário um numero maior de professores e livros na biblioteca.

- O curso de educação física está tendo maior ênfase na universidade, pelo fato de realizar projetos e está vinculado a outros programas da instituição.

- Acredito que os professores devem dedicar melhor o seu tempo para as disciplinas e adequá-las a educação física no entendimento e aplicabilidade das mesmas.

- Cobrar pontualidade e assiduidade de professores, bem como postura e ética dentro de sala de aula. Facilitar o acesso à coordenação, de maneira que este esteja pré-disposto a ajudar-nos. Acessibilizar a infraestrutura da universidade a todos que não tem tanta locomoção ou visibilidade. Melhorar ou ampliar o espaço de socialização entre alunos e professores, com local específico, de maneira que não incomode a sala de coordenação ou outro local da instituição.

- Maior comprometimento por parte dos professores, pois os mesmos faltam demais.

- Sugiro que alguns professores tenham mais respeito com a pontualidade, tenham mais motivação e vontade própria de passar seus conhecimentos e acima de tudo respeitar seus alunos.

- Os conteúdos que estão sendo ministrados estão dentro da matriz curricular, e sendo ministrados por excelentes professores, mas estamos tendo uma grande dificuldade com o curso, pois não temos bloco vivemos igual "macaco pulando de galho em galho", não temos livro correspondente as disciplinas ministradas por semestre, não temos laboratório.

- O curso é ótimo. Precisa melhorar a estrutura das salas de aulas e laboratórios.

- O curso precisa de viagens, a coordenação não libera a verba quando é necessário.

- Construção de um novo bloco de estudo, com salas climatizadas, com dois laboratório, um pra aulas audiovisuais e outro para aulas práticas que o curso de história bacharelado necessita. A administração do curso se esforça em satisfazer as necessidades dos acadêmicos, no entanto não depende somente dela, a reitoria e os demais departamentos devem trabalhar unidos em prol de um único objetivo que é a formação de excelentes profissionais, coisa que não está acontecendo devido às faltas e pendências que os cursos estão tendo. Precisamos de uma eficiente segurança dentro e nos arredores do campus, de um melhor planejamento e distribuição dos benefícios estudantis.

- A parte administrativa da universidade não tem o mínimo de preparo, desconhece o trabalho que devem realizar. Eu fui matriculada na turma errada e até o presente momento me encontro em situação irregular dentro da instituição, falta apoio da parte da coordenação do curso, faltam cadeiras para os alunos e projetos de iniciação científica.

- Melhorar a questão de informações dentro da UNIFAP, pois são poucos que detém esse conhecimento e com relação ao tratamento dado aos que pedem

informações, pois muitas vezes somos tratados de forma arrogante. Com relação ao curso acredito que deva ter melhorias na ética profissional de alguns professores e um melhor esclarecimento a cerca dos objetivos da disciplina.

- Falta de infraestrutura, como falta de blocos e laboratórios, falta de professores e o principal, a falta de investimento em pesquisas. Conclui-se que o curso precisa urgente de uma avaliação administrativa para resolução desses problemas.

- A coordenação do curso deveria informar melhor quando os professores não poderiam dar aula. Deixar a turma sempre informada em palestras, reuniões. Também poderiam marcar reuniões com os professores.

- Mais pontualidade na coordenação no que diz respeito ao atendimento.

- Alguns docentes, que possuem outro emprego, não estão levando a sério o compromisso firmado com o curso.

- Nosso curso é um dos melhores da instituição porem é um dos mais esquecidos também, pois ate hoje não fomos pra Santana e nem deram um bloco de extrema exclusividade pra nos discentes. Gostaria muito de ainda estudar no "nosso" bloco, antes de me formar e também fazer a parte pratica do curso em um laboratório adequado a nossa área.

- O curso de artes visuais precisa de uma infraestrutura adequada as necessidades da matriz, os laboratórios são de péssima qualidade e não tem material didático de qualidade, há falta de informações gerais sobre a universidade e suas pro - reitorias aos acadêmicos.

- Poderei inferir como sugestões, medidas a serem tomadas no que diz respeito primeiramente ao ambiente de estudo, como a sala de aula e acesso a internet, pois estamos dispersos para organizar e pesquisar trabalhos acadêmicos que poderiam ser concluídos com mais êxito, o que na verdade não ocorre ou deveria acontecer mais rapidamente!

- Que os responsáveis pelas decisões pensem a partir de agora na coletividade e não somente em amenizar os possíveis problemas, mas acrescentar algo que também possam estimular os acadêmicos a se envolverem ainda mais nas atividades relacionadas ao andamento e desenvolvimento do processo ensino-aprendizagem. Que todos os responsáveis criem novas formas de adaptação, ou seja, de atrativo para a permanência dos alunos na academia. Obrigado

- A UNIFAP ainda tem muito a melhorar, principalmente biblioteca e atendimento do DERCA que é uma negação.

Acredito que a universidade ainda tem muito para melhorar e ela vai conseguir nem que seja em 2050.

- Gosto do curso de licenciatura artes visuais, mais para melhor afinidade e contemplação o curso precisa de mais atenção, talvez pelo fator de não ter tanta aceitabilidade no mercado de trabalho não é dado um valor como nos demais cursos. Obrigada!

- O curso de enfermagem a partir da turma de 2009 é integral, por isso creio que a universidade deveria oferecer condições estruturais melhores na acomodação dos estudantes, como construindo no nosso bloco banheiros com chuveiros e sala de alojamento para descanso.

- No acervo, mais exemplares, porque são poucos livros para muitos cursos na área da saúde.

- O curso é bom, porém alguns professores deixam a desejar. Mais livros tinham que ser disponibilizados, pois quando chega à época de prova os livros somem. Alguns professores são desorganizados e outros (minoria) foram à sala de aula apenas acho que para bater papo com alunos.

- Realizar uma avaliação como esta é essencial no processo de identificação de problemas estruturais, acadêmicas, administrativas, profissionais. Nesse contexto, com as ideias de ambos podemos formular soluções, dessa maneira, podemos alcançar altos níveis de desenvolvimento.

8.2 AVALIAÇÃO DOCENTE

Considerou-se como população os 274 servidores que integravam o corpo docente efetivo da UNIFAP até o ano de 2010, e definiu-se como amostra os 39 (14%), professores que responderam ao questionário eletrônico da autoavaliação dos cursos, aplicado no período de 21 a 25.02.2011, disponibilizado no site www.unifap.br/cpa.

Os dados da avaliação on line, foram mensurados estatisticamente pelo Técnico do Departamento de Informática da UNIFAP.

A Avaliação Institucional conjuga-se com mudança e essa assume diferentes significados. Trata-se de um processo, sem dúvida, doloroso, lento, com avanços e retrocessos, mas com grande potencial de transformação.

8.2.1 Avaliação da Turma

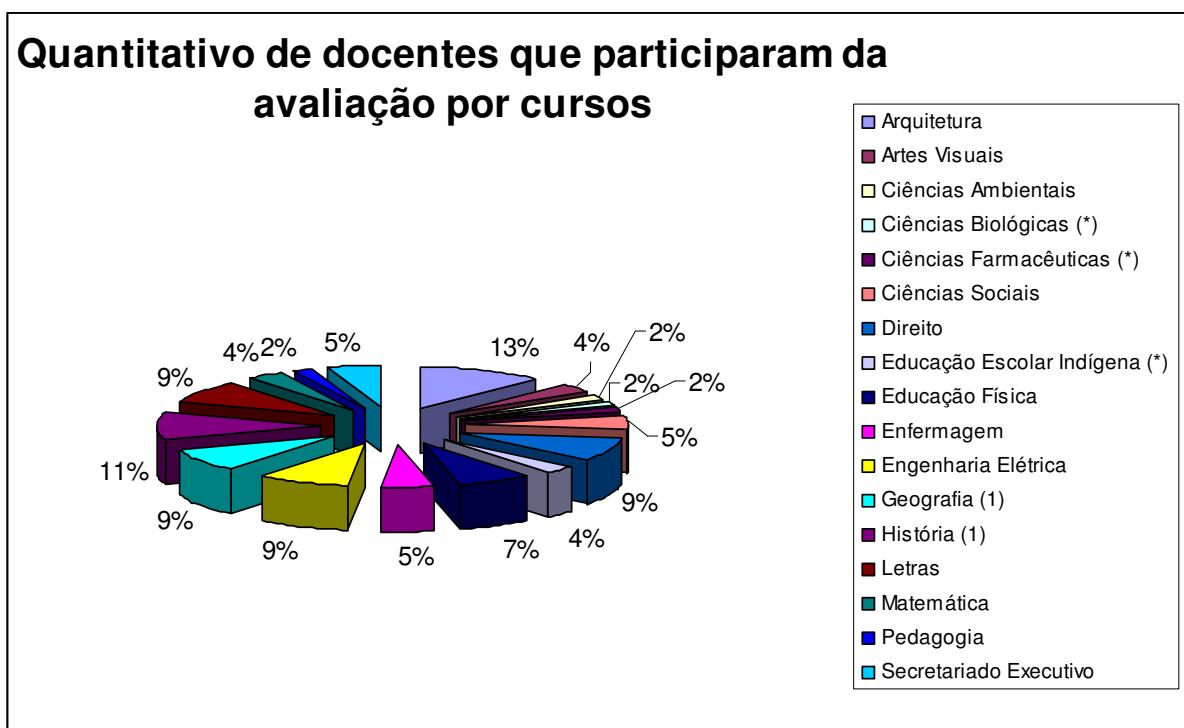


Gráfico 49 Quantitativo de docentes que participaram da avaliação por curso

Fonte: CPA (2010)

(*) Professor que avaliou é de outro colegiado.

(1) Bacharelado e licenciatura somados

OBS: O quantitativo de avaliações não corresponde ao número de docentes do curso, pois em determinados cursos professores que avaliaram o curso são de outro colegiado.

Considerando-se a tímida participação docente e discente no processo de autoavaliação dos cursos de graduação focar no professor as discussões a respeito da avaliação, parece ser a estratégia mais adequada para, também, sensibilizar os alunos a participarem efetivamente do processo.

Os professores devem estimular os alunos a participarem da avaliação. Evidentemente, se os professores confiarem no caráter formativo e sentirem-se protagonistas do processo, eles saberão institucionalizar espaços à avaliação: seja enfatizando a importância dessa cultura na sala de aula ou até mesmo conduzindo os estudantes até os laboratórios de informática para responderem ao instrumento.

8.2.2 Avaliação da Disciplina

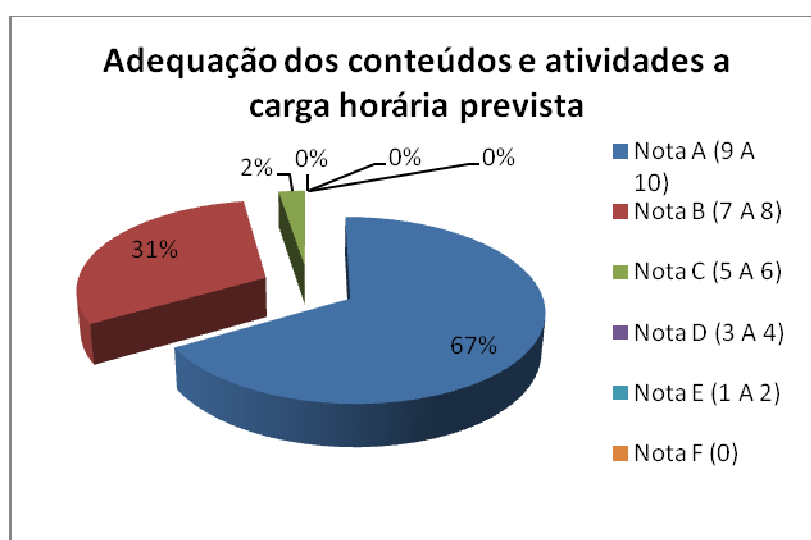


Gráfico 50 Adequação dos conteúdos e atividades a carga horária prevista
Fonte: CPA (2010)

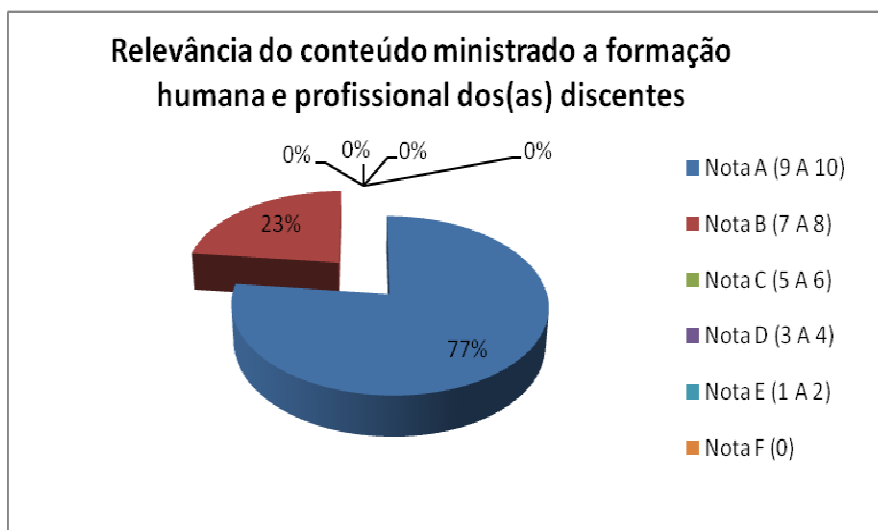


Gráfico 51 Relevância do conteúdo ministrado a formação humana e profissional dos (as) discentes
Fonte: CPA (2010)

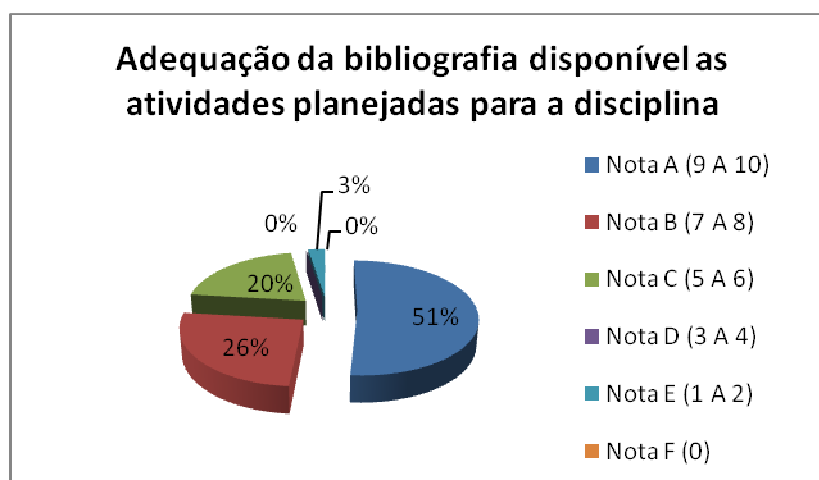


Gráfico 52 Adequação da bibliografia disponível as atividades planejadas para a disciplina
Fonte: CPA (2010)

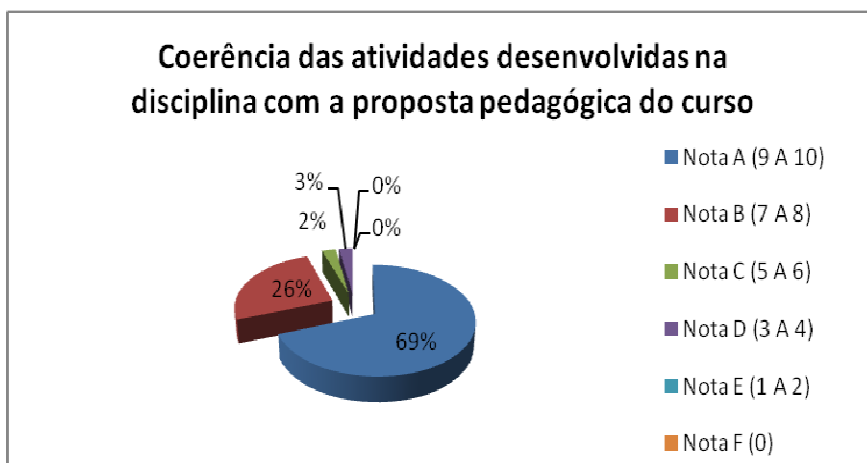


Gráfico 53 Coerência das atividades desenvolvidas na disciplina com a proposta pedagógica do curso
Fonte: CPA (2010)

Apesar de inexistir, nesta dimensão, direcionamento quanto à titulação, entende-se que os resultados aqui obtidos refletem positivamente quanto ao aspecto de busca de qualificação em nível de mestrado e doutorado a que os professores desta instituição são constantemente mobilizados. Ressalte-se que esta análise positiva é percebida na avaliação dos discentes.

8.2.3 Autoavaliação

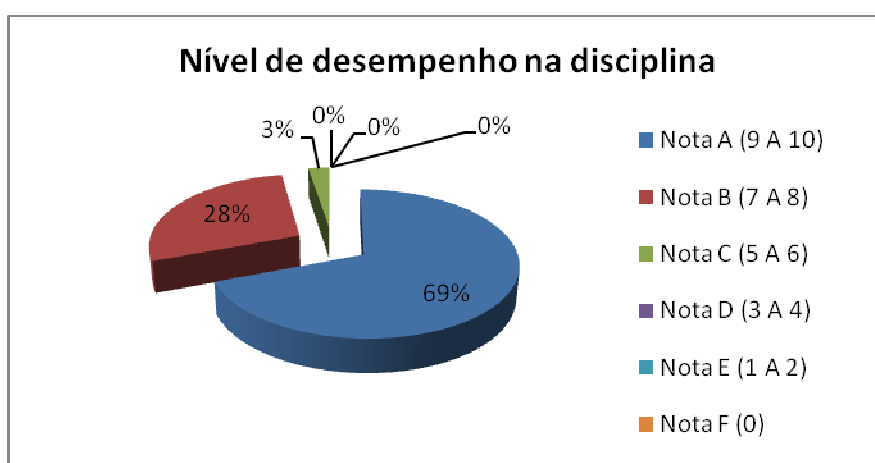


Gráfico 54 Nível de desempenho na disciplina
Fonte: CPA (2010)

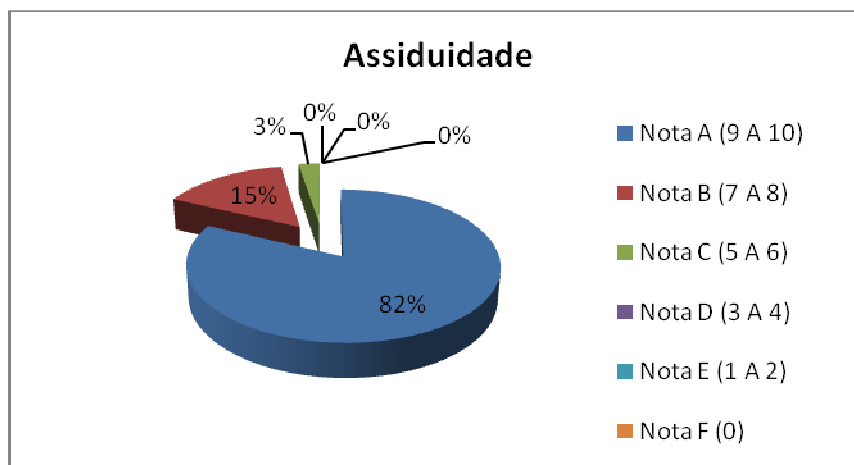


Gráfico 55 Assiduidade
Fonte: CPA (2010)

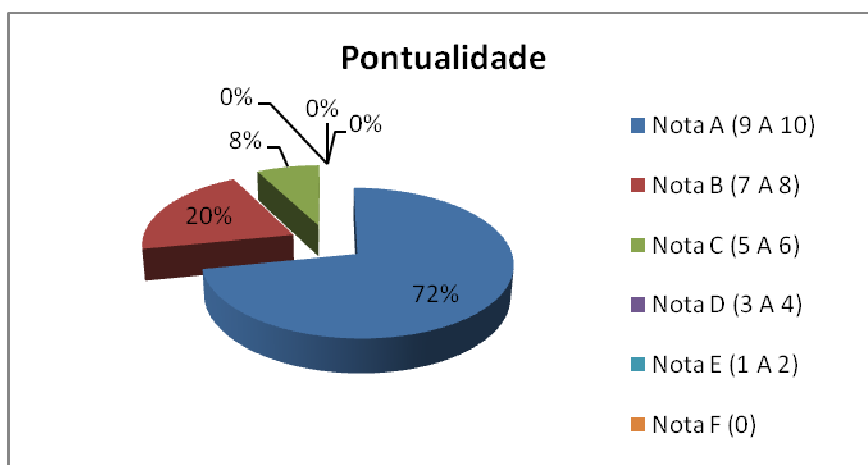


Gráfico 56 Pontualidade
Fonte: CPA (2010)

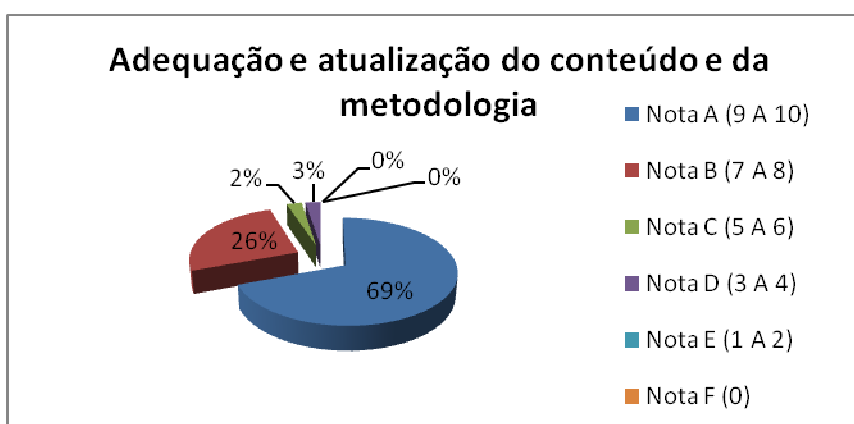


Gráfico 57 Adequação e atualização do conteúdo e da metodologia
Fonte: CPA (2010)

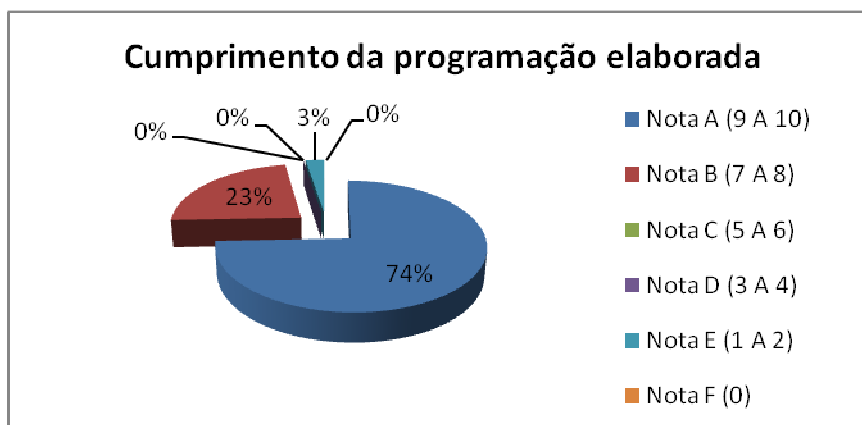


Gráfico 58 Cumprimento da programação elaborada
Fonte: CPA (2010)

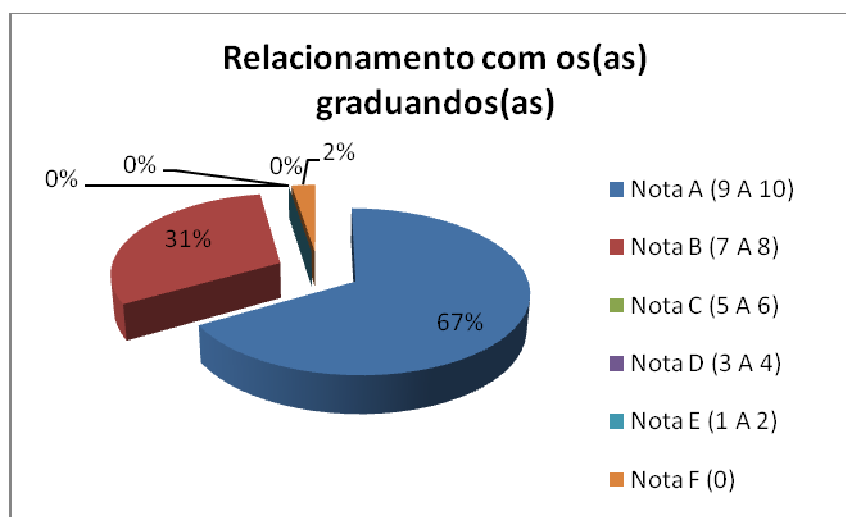


Gráfico 59 Relacionamento com os (as) graduandos (as)
Fonte: CPA (2010)

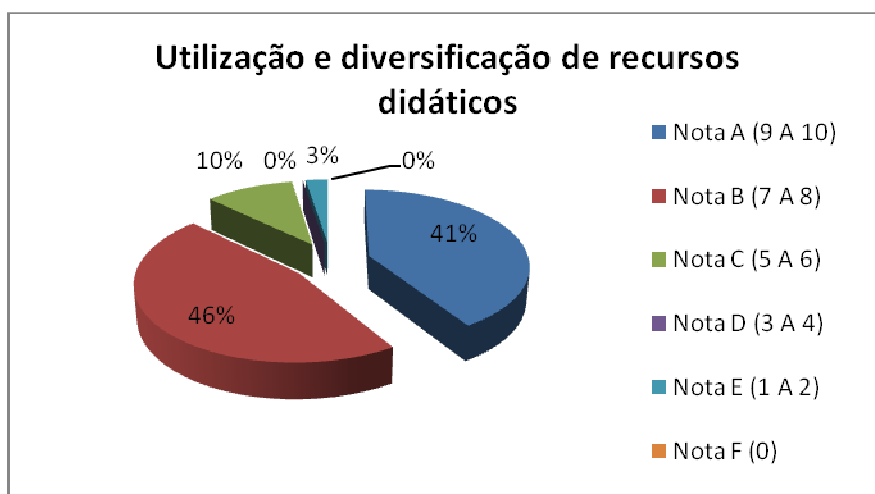


Gráfico 60 Utilização e diversificação de recursos didáticos
Fonte: CPA (2010)

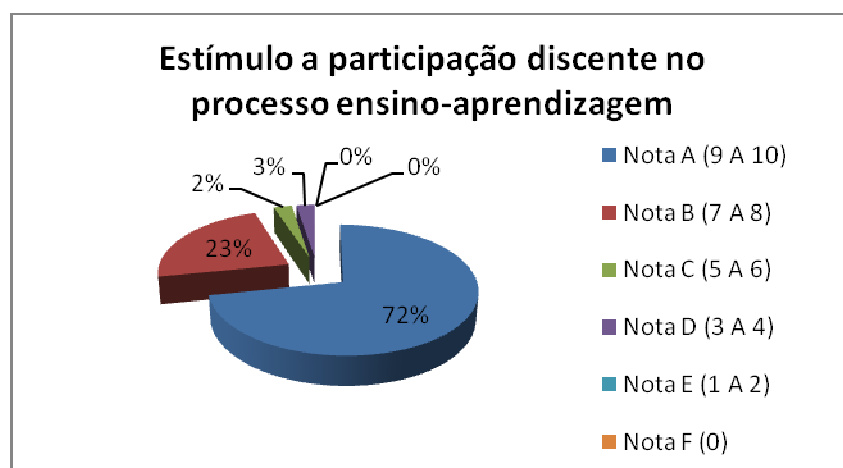


Gráfico 61 Estímulo a participação discente no processo ensino-aprendizagem
Fonte: CPA (2010)

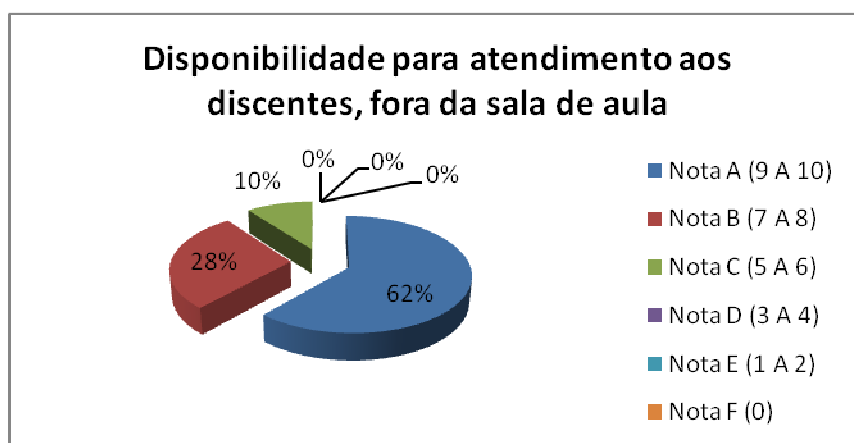


Gráfico 62 Disponibilidade para atendimento aos discentes, fora da sala de aula
Fonte: CPA (2010)

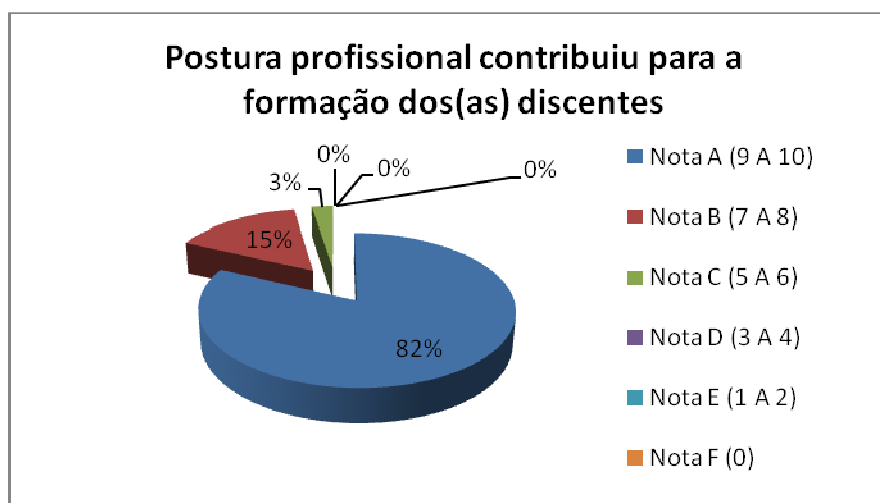


Gráfico 63 Postura profissional contribuiu para a formação dos (as) discentes
Fonte: CPA (2010)

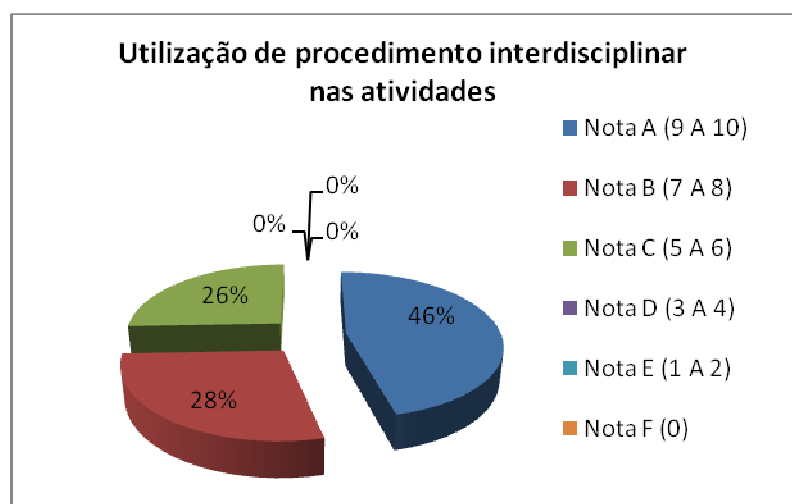


Gráfico 64 Utilização de procedimentos interdisciplinar nas atividades
Fonte: CPA (2010)

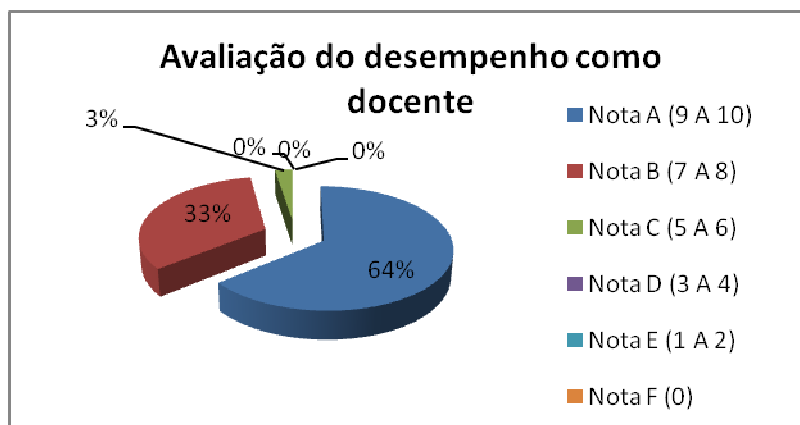


Gráfico 65 Avaliação do desempenho como docente
Fonte: CPA (2010)

Na autoavaliação os professores apontam um índice de satisfação elevada quanto ao desempenho de suas atividades profissionais.

9.2.4 Perfil do Docente

A Instituição conta com um quadro efetivo de 274 docentes, destes 39 participaram da autoavaliação do curso, respondendo o questionário on line, perfazendo o percentual de 14% do corpo docente da IES.

O perfil dos respondentes apresenta-se quanto:

- Ao sexo com predominância de 80% do sexo masculino;
- A titulação apontou 80% de mestres;
- A situação funcional 90% é ocupante do quadro permanente;
- A classe na carreira é 80% de professores adjuntos;
- O regime de trabalho predominante é Dedicação Exclusiva- DE, com 81%;
- A experiência docente 50% tem até 5 anos, e 50% tem 6 anos a mais;
- O tempo de docência na IES, e tempo de docência no curso, tem-se 40% até 2 anos e 60% com mais de 3 anos;
- A participação em projetos de extensão e projetos de pesquisa, 80% e 70% respectivamente, responderam que não participam;
- A faixa etária predominante 64% tem de 30 a 50 anos.

Constata-se no quadro que apesar do alto índice de mestres, doutores e pós-doutores, que a participação em projetos de extensão e pesquisa ainda é incipiente, demonstrando uma fragilidade da IES, fato que se agrava pela situação funcional apresentada e o regime de trabalho.

Percebe-se também, que o quadro de professores da Instituição é composto de uma faixa etária bastante jovem, constituída por docentes que estão há pouco tempo na docência da educação superior, na IES e no curso, tal fato poderá ser explicado pela adesão da UNIFAP ao REUNI, o que possibilitou a ampliação de seu quadro docente.

8.2.5 Infraestrutura

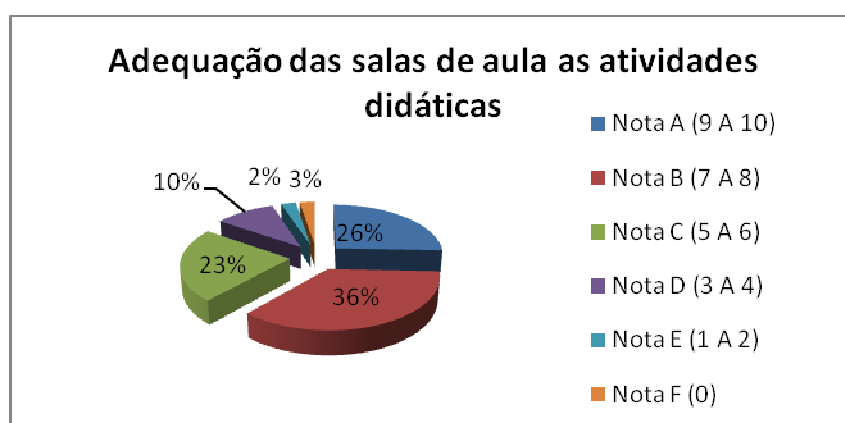


Gráfico 66 Adequação das salas de aula as atividades didáticas
Fonte: CPA (2010)

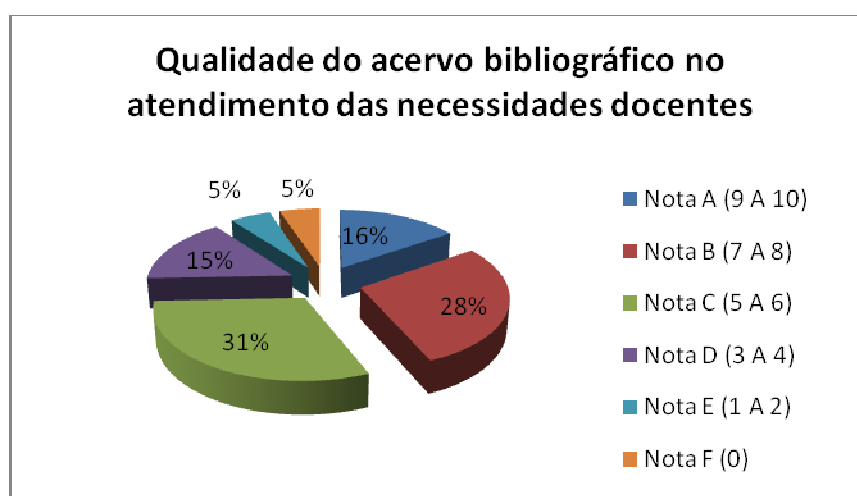


Gráfico 67 Qualidade do acervo bibliográfico no atendimento das necessidades docentes
Fonte: CPA (2010)

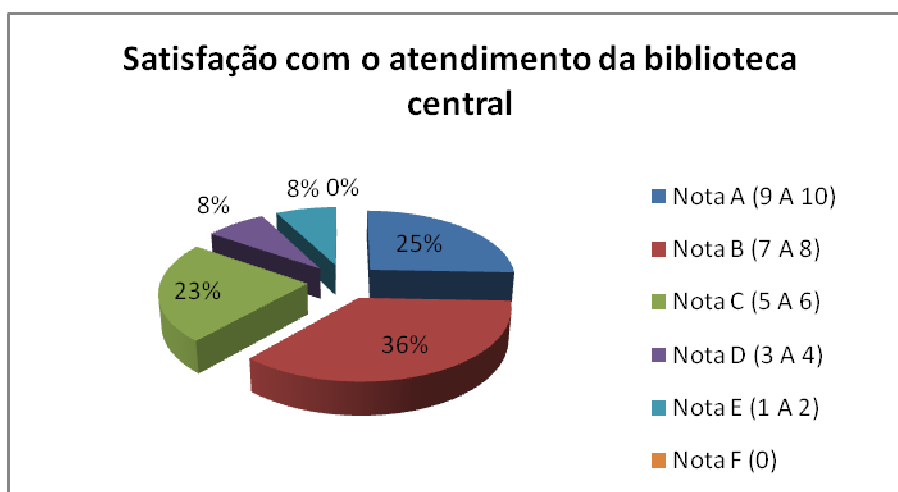


Gráfico 68 Satisfação com o atendimento da biblioteca central
Fonte: CPA (2010)

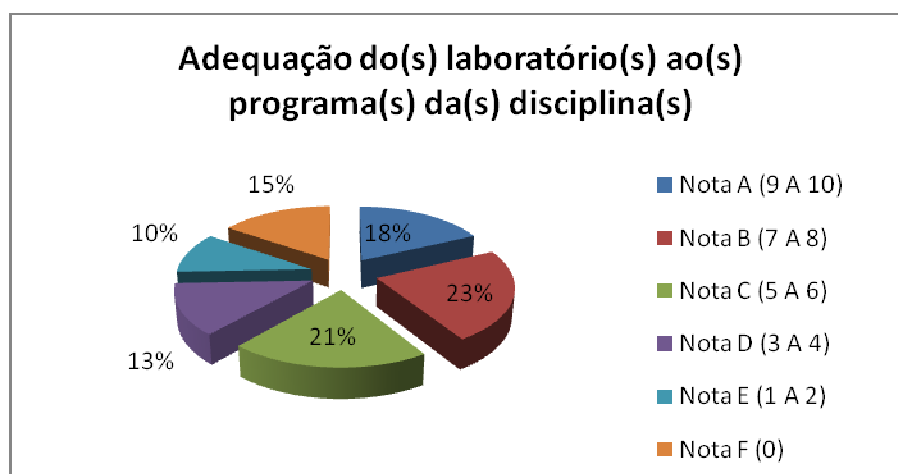


Gráfico 69 Adequação do(s) laboratório(s) ao(s) programa(s) da (s) disciplina (s)
Fonte: CPA (2010)

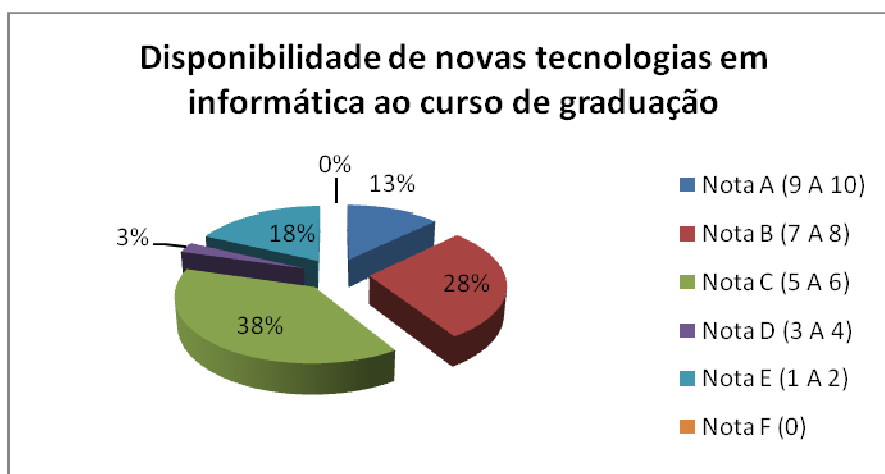


Gráfico 70 Disponibilidade de novas tecnologias em informática ao curso de graduação
Fonte: CPA (2010)

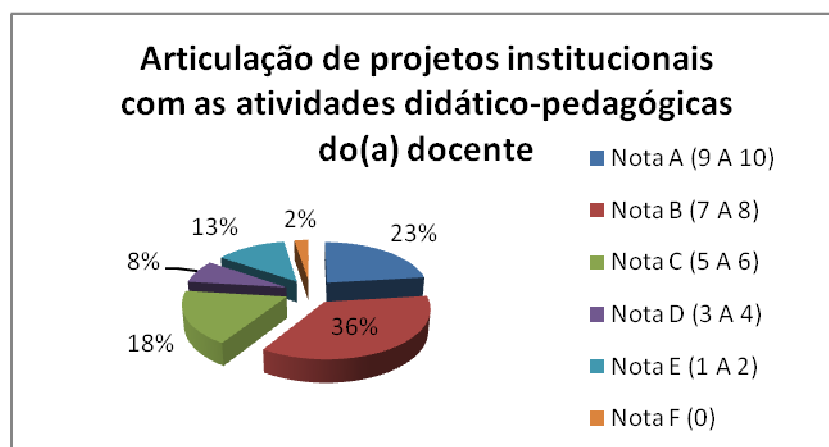


Gráfico 71 Articulação de projetos institucionais com as atividades didático-pedagógicas do (a) docente
Fonte: CPA (2010)

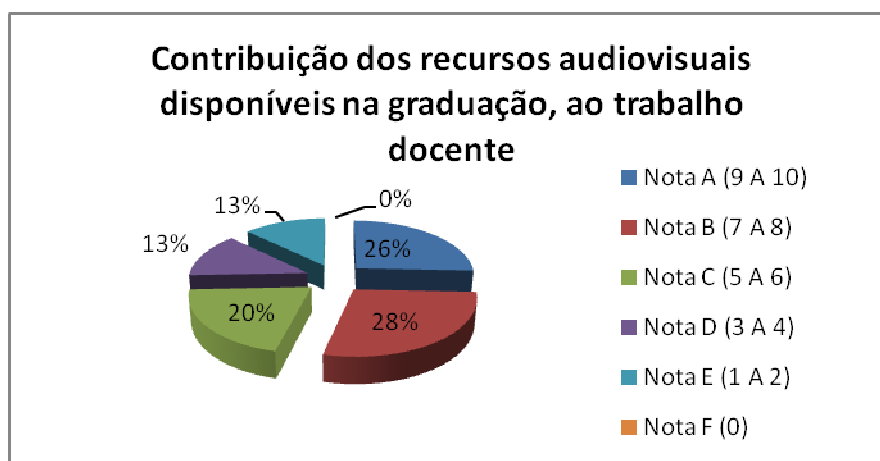


Gráfico 72 Contribuição dos recursos audiovisuais, disponíveis na graduação, ao trabalho docente

Fonte: CPA (2010)

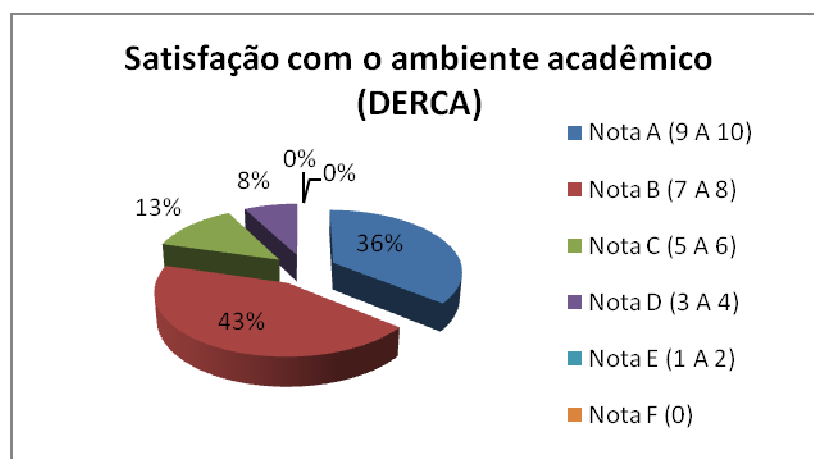


Gráfico 73 Satisfação com o ambiente acadêmico (DERCA)

Fonte: CPA (2010)

Os resultados das avaliações dos quesitos desta dimensão ainda apontam para a necessidade da instituição concentrar maior investimento em infraestrutura acadêmica notadamente quanto à adequação dos laboratórios aos programas das disciplinas, disponibilidades em novas tecnologias em informática e recursos áudio visuais disponíveis na graduação para o trabalho docente. Ressalte-se que tais aspectos negativos são sentidos e apontados também pelos acadêmicos.

8.2.6 Coordenação do Curso

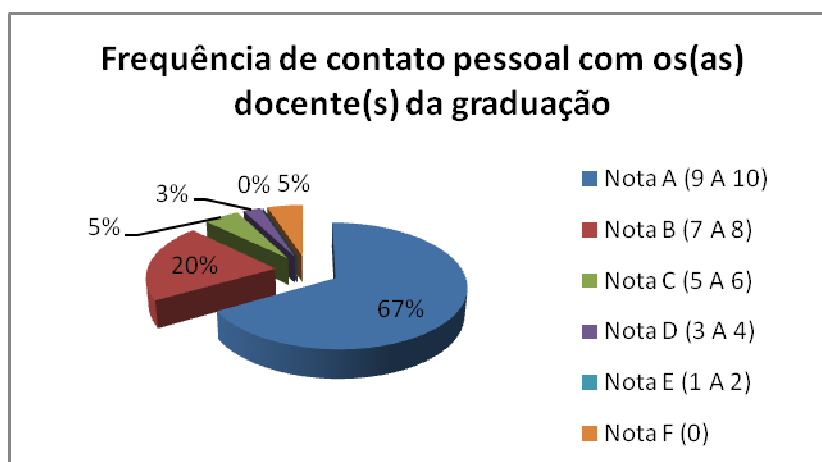


Gráfico 74 Frequência de contato pessoal com os (as) docente (s) da graduação
Fonte: CPA (2010)

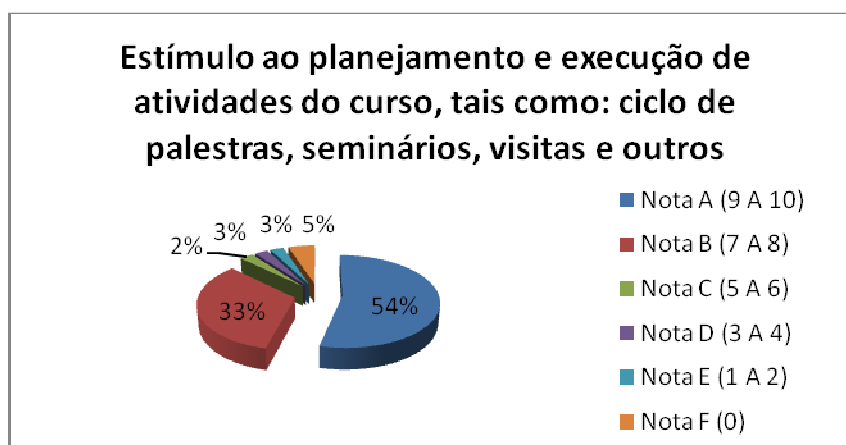


Gráfico 75 Estímulo ao planejamento e execução de atividades do curso, tais como: ciclo de palestras, seminários, visitas e outros
Fonte: CPA (2010)

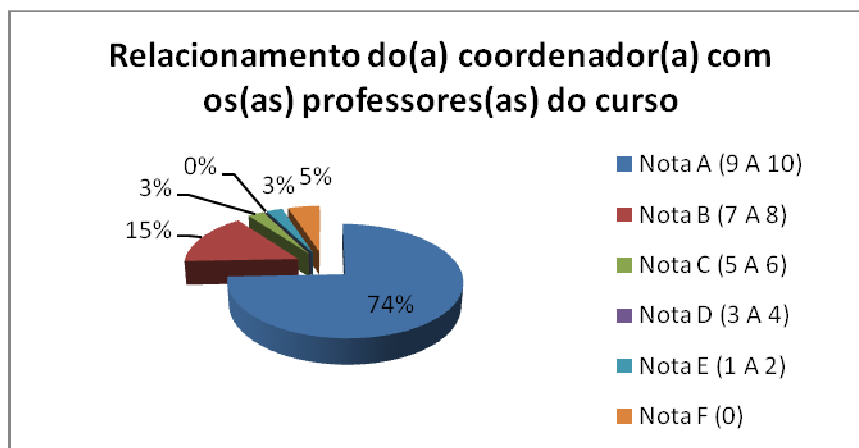


Gráfico 76 Relacionamento do (a) coordenador (a) com os (as) professores (as) do curso
Fonte: CPA (2010)

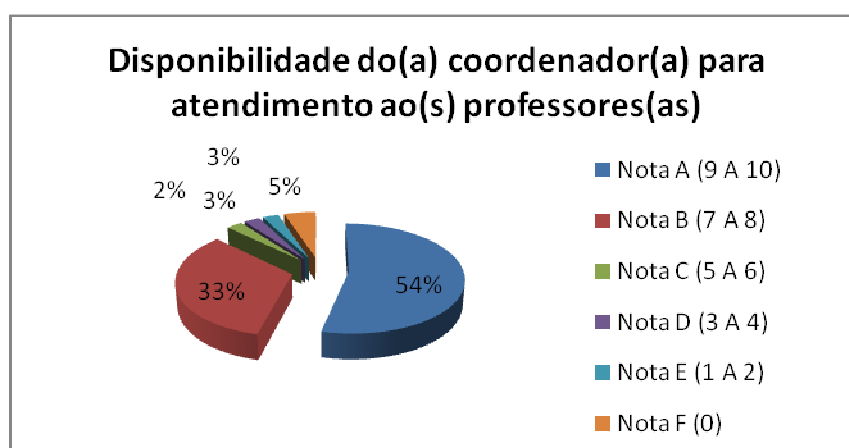


Gráfico 77 Disponibilidade do (a) coordenador (a) para atendimento ao (s) professores (as)
Fonte: CPA (2010)

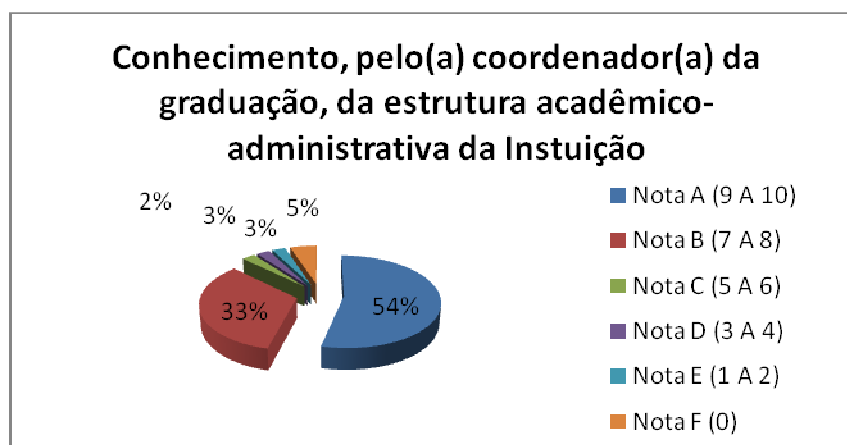


Gráfico 78 Conhecimento, pelo (a) coordenador (a) da graduação, da estrutura acadêmico-administrativa da instituição
Fonte: CPA (2010)

De acordo com a manifestação docente, as Coordenações de Cursos vêm cumprindo seus papéis institucionais plenamente satisfatória nos quesitos apontados nesta dimensão.

A qualidade dos serviços prestados está intimamente ligada a um trabalho de equipe liderado pelo coordenador, mas como menciona Peter Ducker, um líder deve ter algumas competências, dentre elas, saber ouvir, se fazer compreender; não arranjar desculpas para o fracasso e subordinar-se à tarefa a ser executada com autoridade moral e caráter. Desta forma ele poderá conseguir que sua equipe lhe dê o melhor e quem sabe até, será possível uma gestão efetivamente participativa.

Domingos Giroletti afirma que a educação do presente e do futuro deverá ser alicerçada em quatro pilares, que apontam para a necessidade do aprender a conhecer, pois esta é a ferramenta para os processos produtivos; o aprender a fazer que tem no trabalho o instrumento de transformação do mundo; o aprender a conviver que trata da importância de se perceber a condição humana dentro do planeta como sendo uma parte apenas de todo um sistema; e, não é possível deixar de aprender a ser, é assim que o homem vai buscar sempre o sentido da vida. Este período de transformação do processo educativo que se volta para os elementos citados acima deve ser primeiramente assimilado pelo coordenador do curso passando pelos docentes até finalmente ser incorporado pelos discentes em sua caminhada acadêmica.

8.2.7 Técnicos (as)

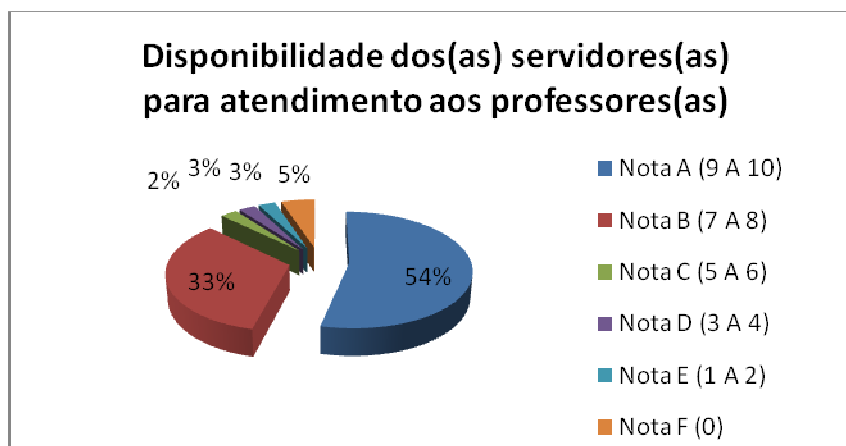


Gráfico 79 Disponibilidade dos (as) servidores (as) para atendimento aos professores (as)
Fonte: CPA (2010)

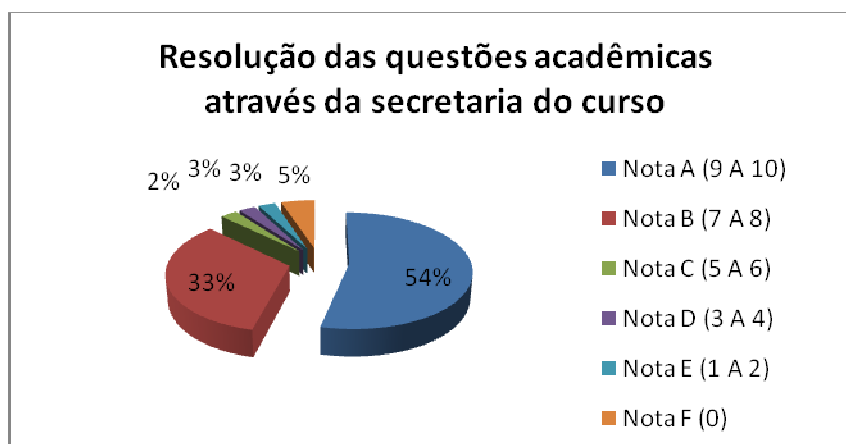


Gráfico 80 Resolução das questões acadêmicas através da secretaria do curso
Fonte: CPA (2010)

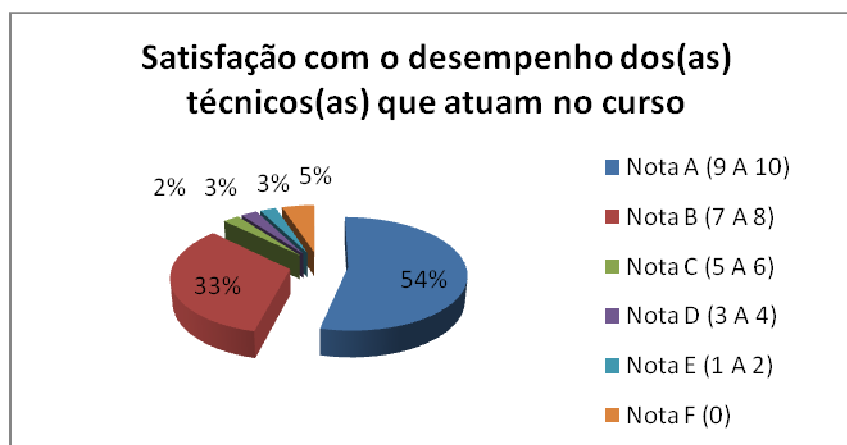


Gráfico 81 Satisfação com o desempenho dos (as) técnicos (as) que atuam no curso
Fonte: CPA (2010)

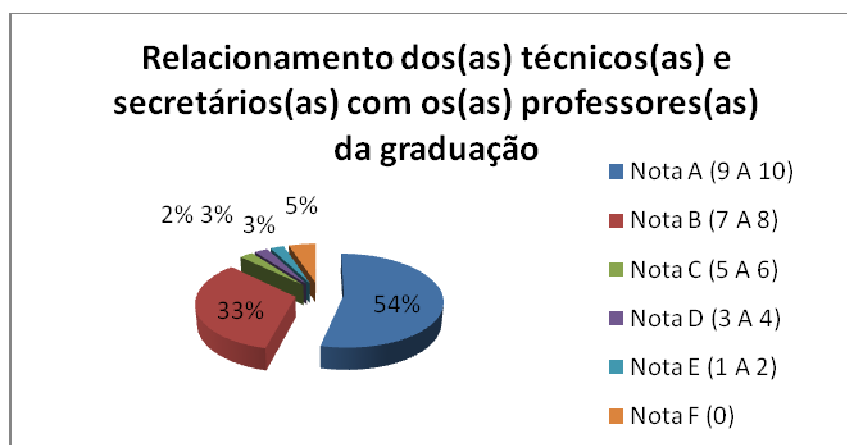


Gráfico 82 Relacionamento dos (as) técnicos (as) e secretários (as) com os (as) professores (as) da graduação
Fonte: CPA (2010)

De acordo com a manifestação docente, os técnicos lotados nas coordenações avaliadas, vêm cumprindo seus papéis institucionais de maneira satisfatória nos quesitos apontados nesta dimensão. Ressalte-se que ainda há necessidade de disponibilização, redimensionamento bem como capacitação específica dos mesmos para o desempenho das atividades peculiares aos cursos onde se encontram lotados.

A mudança dos atores-sujeitos e o aprimoramento das estruturas precisa se refletir nos processos universitários, como na produção de conhecimentos, na formação de profissionais, na criação de cultura, na prestação de serviços. É nesses processos que

ensino, pesquisa e extensão interagem e moldam o grau de indissociabilidade alcançada, concretamente, em cada ação e em cada prática do fazer universitário.

8.2.8 Avaliação Geral do Curso

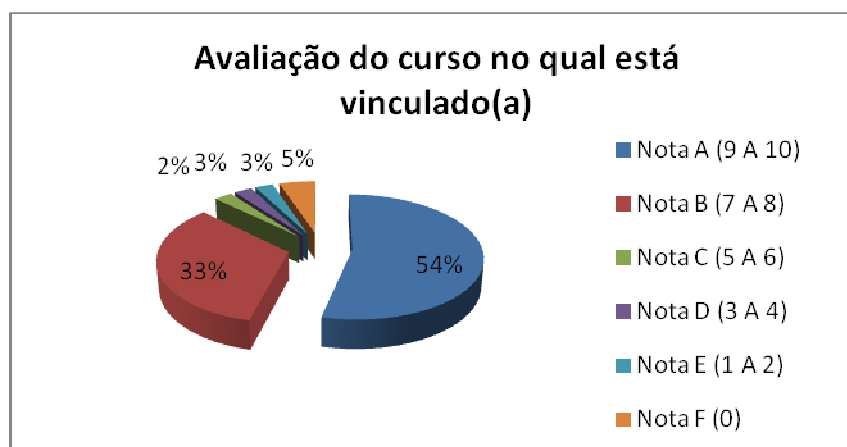


Gráfico 83 Avaliação do curso no qual está vinculado(a)
Fonte: CPA (2010)

Na avaliação geral do curso de graduação o qual está vinculado, os docentes apontam um índice de satisfação elevada, apesar de ainda existirem aspectos apontados nesta avaliação que merecem maior atenção por parte da administração superior no sentido de busca de soluções que venham ao menos atenuar, as fragilidades aqui apontadas.

A universidade precisa redefinir-se, construindo permanentemente sua identidade, ao professor, por exemplo, é exigida uma busca contínua de atualização em todas as dimensões de seu fazer, quer pelas mudanças nas ferramentas e nas técnicas de pesquisa, quer pelos avanços da ciência em sua área de conhecimento, quer pelos avanços da ciência pedagógica, quer por mudanças no ambiente econômico, social e cultural externo à Universidade, *locus* em que o estudante deverá atuar enquanto profissional. O mundo muda e os atores-sujeitos do processo universitário precisam se atualizar continuamente. A avaliação institucional pressupõe e exige essa mudança e, mais do que isso, exige a criação de um espírito predisposto à mesma. Portanto, a mudança pressuposta e exigida é de ordem cultural e pode ser traduzida na criação de

uma cultura e de um espírito aberto à inovação, ao novo, que responda, em suma, ao imperativo da atualização permanente.

8.2.9 Potencialidades e Fragilidades Apontadas (Comentários e Sugestões)

Considerou-se as informações transcritas pelos professores no campo comentário e sugestões do formulário on line de avaliação:

- No presente momento o curso carece, não tem infra-estrutura própria como salas para as aulas didáticas e para o desenvolvimento de trabalhos de iniciação científica, assim como salas para laboratórios específicos do curso como também de informática.

- Maior envolvimento dos professores com o curso, poucos vestem a camisa da universidade.

- Melhoria do acervo bibliográfico, melhorar a estrutura das salas de aula e laboratório, contratação de professores.

- Criação e implantação de laboratórios para o curso, que se fazem necessário para uma melhor aprendizagem do discente.

- Há necessidade urgente de contratação de professores e técnicos em tempo integral. Construção laboratórios específicos do curso; núcleo de memória e de arqueologia, bem como equipamentos de informática e multimídia e blocos para salas de aulas.

- É gratificante ser educador no curso de enfermagem pela liberdade de continuar com técnicas modernas e inovar + improvisar, quando necessário. Apoio, sempre, da coordenação e colegas professores. Ambiente saudável e motivador. Pleiteio atenção especial: recursos audiovisual e salas de aulas, no tocante ao ambiente com boa refrigeração (as telas de vedação das janelas devem estar em bom estado de conservação). E os quadros magnéticos devem sofrer manutenção em razão de escrita com pincéis impróprios tornar difícil a produção de trabalho de qualidade, por ocasião de sua utilização.

- Um espaço para que se possa orientar melhor os alunos em horário extra-classe.

- Melhorias nos laboratórios, nas instalações físicas, salas de atendimento e trabalho dos professores.

- Sugiro que haja uma maior atividade fora da classe tanto para os docentes quanto para os discentes. Deve haver um incentivo maior dos professores para que os alunos frequentem o acervo da biblioteca. Parabenizar a coordenação pelo trabalho neste últimos anos, mesmo com a falta de infra-estrutura.

- É necessário que se mantenham as conquistas alcançadas durante o ano de 2010 e que se busquem as metas planejadas para os exercícios de 2011.

- Necessidade de um acervo bibliográfico maior e atualizado, necessidade de infraestrutura de laboratórios e informática.

- É necessária e urgente a contratação de novos professores para o curso, sobretudo os de língua portuguesa e de linguística. É necessária, também, a criação de um novo espaço para o curso onde os discentes possam trabalhar com computadores, pois há disciplinas em que o uso desse maquinário é extremamente importante.

- Precisamos melhorar significativamente e com urgência a infra-estrutura do curso: laboratórios, equipamentos, prédios, bibliografias, etc.

9 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A avaliação institucional é um processo, sem fim, de busca da qualidade do fazer universitário e pressupõe e exige predisposição à mudança. O mundo, a sociedade, a economia, mudam num ritmo cada vez mais acelerado. Essa aceleração da mudança agrava o processo de corrosão e de obsolescência dos conhecimentos e das tecnologias e explicita a necessidade de atualização, de renovação do conhecimento, de mudanças. Essas impõem desafios à universidade.

São todos os atores-sujeitos do processo universitário que precisam mudar e incorporar o desafio de sua autossuperação ininterrupta, do aprendizado permanente. São os estudantes que precisam fazer valer sua condição, exigindo o máximo da Instituição e de seus professores, em prol de seu desenvolvimento pessoal e profissional. São os professores que precisam ajudar a construir a ponte entre o mundo da ciência, da tecnologia, da filosofia e o estudante e suas necessidades formativas. Os servidores precisam cumprir com eficácia sua parte, para que as funções fins da Universidade se realizem, impedindo que se estabeleça uma cultura burocrática, contábil, à semelhança, por exemplo, de uma repartição pública formalmente eficiente, mas sem compromissos efetivos. Mudando os atores-sujeitos, as estruturas em que esses atuam, sejam as salas de aula, os laboratórios, os núcleos de pesquisa, os Colegiados, os Departamentos, a Reitoria, as instâncias de representação dos interesses corporativos e a própria Universidade refletirá concretamente essa mudança, esse é o papel estratégico que uma avaliação institucional pode operar.

A ética do processo avaliativo conduz a CPA a agir de forma lenta, porém com segurança, respeitando o ritmo institucional, sedimentando caminhos e aprofundando a abrangência do processo.

Os acadêmicos e docentes em algumas manifestações pessoais, têm questionado quanto à eficácia da sua participação na avaliação. Essa sinalização aponta para o risco da avaliação perder credibilidade e legitimidade, pela incapacidade da instituição de transformar seus resultados em ações.

O estímulo da CPA na busca de construir uma cultura avaliativa vem da consciência de que iniciativas bem ordenadas, articuladas e implementadas de forma

democrática, integradora e contínua promoverão mudanças nas estruturas organizacionais ainda não flexíveis ao processo avaliativo.

REFERÊNCIAS

- BRASIL, *Lei nº 9.394*, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Diário Oficial [da República Federativa do Brasil], Brasília DF, nº 248, 23 de dezembro. 1996.
- _____, *Lei nº 10.861*, de 14 de abril de 2004. Institui o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior - SINAES e dá outras providências. Diário Oficial [da República Federativa do Brasil], Brasília DF, 15 de abril. 2004. Seção 1. p. 3.
- _____, *Portaria MEC nº 2.051*, de 09 de julho de 2004. Regulamenta os procedimentos de avaliação do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior, instituída na Lei nº 10.861, de 14 de abril de 2004. Diário Oficial [da República Federativa do Brasil], Brasília DF, n 132. Seção 1. p. 12.
- DIAS SOBRINHO, José. Avaliação Institucional, instrumentos da qualidade educativa: a experiência da UNICAMP. In: DIAS SOBRINHO, José; BALZAN, Newton César (Orgs.). **Avaliação institucional: teoria e experiências**. São Paulo: Cortez, 1995. P. 53-86.
- _____. **Avaliação Institucional - teorias e experiências**. São Paulo: Cortez, 2000.
- _____. **Avaliação: políticas educacionais e reformas da educação superior**. São Paulo: Cortez, 2003. 198p.
- MINISTÉRIO DE ESTADO DA EDUCAÇÃO. Comissão Nacional de Avaliação da Educação Superior. **Avaliação Externa de Instituições de Educação Superior: diretrizes e instrumentos**. Brasília: MEC, novembro de 2004.
- _____. Comissão Nacional de Avaliação da Educação Superior. **Roteiro de Auto-Avaliação Institucional 2004**. Brasília: MEC, 2004.
- _____. Comissão Nacional de Avaliação da Educação Superior. **Roteiro para Elaboração do Relatório de Auto-Avaliação**. Brasília: MEC, 2004.
- SINAES - **Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior: da concepção à regulamentação** / [Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira]. - 4. ed., ampl. - Brasília: INEP, 2004.
- UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAPÁ. **Regimento Geral da Universidade Federal do Amapá**. Macapá, 2002. 71p.
- _____. **Plano de Desenvolvimento Institucional da Universidade Federal do Amapá**. Macapá, 2001. 259 p.
- _____. **Plano de Desenvolvimento Institucional da Universidade Federal do Amapá**. Macapá, 2010-2014. 50 p. (em análise para aprovação no CONSU).

_____. **Projeto Pedagógico Institucional da Universidade Federal do Amapá.** Macapá, 2002/2006.

_____. **Relatório de Gestão 2009 da Universidade Federal do Amapá.** Macapá, 140 p.

_____. **Formulários para Avaliação Institucional *on line*.** Disponível em:
<<http://www.unifap.br/cpa>>.

Assinaturas**Presidente da Comissão Própria de Avaliação**

Marilyn de Azevedo Costa Trindade Carvalho dos Santos

Membros**Representante do Corpo Docente**

Elda Gomes Araujo

Letícia de Carvalho Ferreira

Fátima Lúcia Carrera Guedes Dantas

Representante do Corpo Técnico Administrativo

Idanilde de Oliveira Rocha de Lima

Sergio Cleber de Sá Miranda

Representante do Corpo Discente

Jorge Luiz Batista Campos

Célia Beatriz Dias da Silva

Representante da Sociedade Civil

Dulce Alda Facchinetti Ferreira

Suplentes

Gunar Vingre da Silva Mota

Walter da Silveira Souza Filho

Carlos Henrique Chagas dos Santos

Ailini Danielle Ribeiro da Costa

Lídia Lúcia de Oliveira Alves

APÊNDICE

APÊNDICE A - Instrumento Autoavaliação Discente

UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAPÁ
DIVISÃO DE AVALIAÇÃO
Comissão Própria de Avaliação - CPA

QUESTIONÁRIO CATEGORIA DISCENTE

ASPECTOS DIDÁTICO-PEDAGÓGICOS

1. Matrícula:
2. Curso:
3. Turma:
4. Campus:
5. Semestre Avaliado: () 1º () 2º Ano:
6. Sexo
Masculino OPTION
Feminino
7. Identificar o Curso para focar as respostas
8. Faixa etária
De 15 a 20 anos
De 20 a 30 anos OPTION
De 30 a 40 anos
De 40 a 50 anos
De 50 a 60 anos

AVALIAÇÃO DO (A) PROFESSOR (A)

Legenda/Notas: (A) 9 a 10; (B) 7 a 8; (C) 5 a 6; (D) 3 a 4; (E) 1 a 2; (F) 0

	A	B	C	D	E	F
1. Assiduidade comprometeu o desenvolvimento da disciplina.						
2. Pontualidade comprometeu o desenvolvimento da disciplina.						
3. Seguiu a programação prevista.						
4. O relacionamento com os (as) alunos (as) em ambiente de ensino.						

5. Demonstra possuir conhecimento do conteúdo ministrado.						
6. Abordagem dos conteúdos de forma clara e contextualizada.						
7. Estimulo a participação do (a) discente no processo de ensino e aprendizagem.						
8. É acessível para atendimento aos discentes.						
9. Utilização de recursos didáticos variados (material apostilado, mídias diversas (computador, rádio, televisão, outros).						
10. Indicação de bibliografia para complementar o conteúdo trabalhado.						
11. Elaboração de avaliações coerentes com as abordagens adotadas em sala de aula.						
12. Postura profissional e ética.						
13. Os resultados das avaliações são discutidos com a turma após a etapa do processo.						
14. Satisfação com o desempenho do (a) docente.						

AVALIAÇÃO DA DISCIPLINA

Legenda/Notas: (A) 9 a 10; (B) 7 a 8; (C) 5 a 6; (D) 3 a 4; (E) 1 a 2; (F) 0						
	A	B	C	D	E	F
1. Acesso ao programa da disciplina no início do semestre.						
2. Adequação do conteúdo trabalhado em sala de aula à carga horária da disciplina.						
3. Relevância do conteúdo da disciplina para a sua formação pessoal e profissional.						
4. Adequação da bibliografia, obrigatória e complementar, às atividades didático-pedagógicas.						
5. Sintonia das atividades desenvolvidas em sala de aula com a proposta pedagógica do curso.						

AUTO-AVALIAÇÃO

Legenda/Notas: (A) 9 a 10; (B) 7 a 8; (C) 5 a 6; (D) 3 a 4; (E) 1 a 2; (F) 0						
	A	B	C	D	E	F
1. Desempenho na disciplina.						
2. Assiduidade às aulas e demais atividades.						
3. Pontualidade às aulas e demais atividades.						
4. Disponibilidade de tempo aos estudos fora da sala de aula.						
5. Avaliação de seu desempenho como discente						

ASPECTOS INSTITUCIONAIS

INFRA-ESTRUTURA

Legenda/Notas: (A) 9 a 10; (B) 7 a 8; (C) 5 a 6; (D) 3 a 4; (E) 1 a 2; (F) 0						
	A	B	C	D	E	F
1. Adequação das salas de aula às atividades didáticas.						
2. O acervo das bibliotecas atende às necessidades do curso e disciplina.						
3. O atendimento nas bibliotecas.						
4. Adequação dos laboratórios aos objetivos das disciplinas e do curso.						
5. Recursos de informática que a Universidade dispõe para atendimento das necessidades do curso.						
6. Contribuição de Projetos especiais, tais como coleções didáticas, museus, herbários, biotérios, e outros disponíveis na UNIFAP para a sua aprendizagem.						
7. Em que medida os recursos audiovisuais utilizados nas atividades de ensino contribuem para a sua aprendizagem.						
8. Satisfação com o ambiente acadêmico (DERCA)						

COORDENAÇÃO DO CURSO

Legenda/Notas: (A) 9 a 10; (B) 7 a 8; (C) 5 a 6; (D) 3 a 4; (E) 1 a 2; (F) 0						
	A	B	C	D	E	F
1. Orienta o percurso acadêmico dos (as) alunos (as) deixando claro o Projeto Pedagógico e matriz curricular do curso.						
2. Estimulo a organização de eventos (ciclo de palestras, visitas monitoradas).						
3. Relacionamento com os (as) alunos (as).						
4. Disponibilidade para atendimento aos alunos.						
5. Conhecimento da estrutura acadêmico-administrativa da Instituição.						

TÉCNICOS

Legenda/Notas: (A) 9 a 10; (B) 7 a 8; (C) 5 a 6; (D) 3 a 4; (E) 1 a 2; (F) 0						
	A	B	C	D	E	F
1. Disponibilidade para atendimento.						
2 Em que medida consegue resolver questões acadêmicas com o apoio técnico-administrativo das secretarias.						
3 Desempenho dos (as) técnicos (as) que dão suporte às atividades de seu curso.						
4. Demonstração de cordialidade dos (as) técnicos (as) e secretários (as) no atendimento.						

AVALIAÇÃO GERAL DO CURSO

Legenda/Notas: (A) 9 a 10; (B) 7 a 8; (C) 5 a 6; (D) 3 a 4; (E) 1 a 2; (F) 0						
	A	B	C	D	E	F
5. Avaliação do curso no qual está vinculado (a).						

COMENTÁRIOS E SUGESTÕES:

APÊNDICE B - Instrumento Autoavaliação Docente

UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAPÁ
DIVISÃO DE AVALIAÇÃO
Comissão Própria de Avaliação - CPA

Matrícula SIAPE

QUESTIONARIO DOCENTE

ASPECTOS DIDÁTICO-PEDAGÓGICOS

1. Identificar o Curso para focar as respostas
2. Turma (s) em que ministrou a (s) disciplina (s)
3. Campus:
4. Semestre Avaliado: () 1º Semestre () 2º Semestre
5. Ano:

AVALIAÇÃO DA TURMA

Legenda/Notas: (A) 9 a 10; (B) 7 a 8; (C) 5 a 6; (D) 3 a 4; (E) 1 a 2; (F) 0						
	A	B	C	D	E	F
1. Assiduidade comprometeu o desenvolvimento da disciplina.						
2. Pontualidade comprometeu o desenvolvimento da disciplina.						
3. Relacionamento da turma com o (a) professor (a).						
4. Interesse pelo conteúdo ministrado.						
5. Participação nas atividades propostas.						
6. Envolvimento nas atividades extraclasse propostas.						
7. Solicitação do (a) docente para tirar dúvidas.						
8. Procura dos (as) discentes para indicação de acervo bibliográfico ou outros recursos institucionais complementares ao conteúdo da disciplina.						
9. Coerência dos resultados das avaliações com os procedimentos didático-pedagógicos adotados						
10. Postura ética dos (as) discentes.						

AVALIAÇÃO DA DISCIPLINA

Legenda/Notas: (A) 9 a 10; (B) 7 a 8; (C) 5 a 6; (D) 3 a 4; (E) 1 a 2; (F) 0

	A	B	C	D	E	F
1. Adequação dos conteúdos e atividades à carga horária prevista.						
2. Relevância do conteúdo ministrado à formação humana e profissional dos (as) discentes.						
3. Adequação da bibliografia disponível às atividades planejadas para a disciplina.						
4. Coerência das atividades desenvolvidas na disciplina com a proposta pedagógica do curso.						

AUTO-AVALIAÇÃO

Legenda/Notas: (A) 9 a 10; (B) 7 a 8; (C) 5 a 6; (D) 3 a 4; (E) 1 a 2; (F) 0

	A	B	C	D	E	F
1. Nível de desempenho na disciplina.						
2. Assiduidade.						
3. Pontualidade.						
4. Adequação e atualização do conteúdo e da metodologia.						
5. Cumprimento da programação elaborada.						
6. Relacionamento com os (as) graduandos (as).						
7. Utilização e diversificação de recursos didáticos.						
8. Estímulo à participação discente no processo ensino-aprendizagem.						
9. Disponibilidade para atendimento aos discentes, fora da sala de aula.						
10. Postura profissional contribuiu para a formação dos (as) discentes.						
11. Utilização de procedimento interdisciplinar nas atividades.						
12. Avaliação do desempenho como docente.						

ASPECTOS INSTITUCIONAIS
PERFIL DO (A) DOCENTE

1. Sexo

Masculino

Feminino

2. Titulação.

Graduação

Especialização

Mestrado

Doutorado

Pós-Doutorado

3. Situação Funcional.

Quadro Permanente

Substituto

Visitante

Credenciado

4. Classe na Carreira

Auxiliar

Assistente

Adjunto

5. Regime de Trabalho

D. E

40 h

20 h

6. Experiência docente na Educação Superior.

Menos de 03 anos

De 03 a 05 anos

De 06 a 08 anos

De 09 a 11 anos

De 12 a 14 anos

Mais de 15 anos

7. Tempo de docência na IES.

Menos de 01 ano

De 01 a 02 anos

De 03 a 04 anos

De 05 a 06 anos

De 07 a 08 anos

Mais de 08 anos

8. Tempo de docência no Curso.

Menos de 01 ano

De 01 a 02 anos

De 03 a 04 anos

De 05 a 06 anos

De 07 a 08 anos

Mais de 08 anos

9. Participa de Projetos de Extensão: ()Sim ()Não**10. Participa de Projetos de Pesquisa: ()Sim ()Não****11. Faixa etária**

De 20 a 30 anos

De 30 a 40 anos

De 40 a 50 anos

De 50 a 55 anos

De 55 a 60 anos

Mais de 60 anos

INFRA-ESTRUTURA

Legenda/Notas: (A) 9 a 10; (B) 7 a 8; (C) 5 a 6; (D) 3 a 4; (E) 1 a 2; (F) 0

	A	B	C	D	E	F
1. Adequação das salas de aula às atividades didáticas.						
2. Qualidade do acervo bibliográfico no atendimento das necessidades docentes.						
3. Satisfação com o atendimento da Biblioteca Central.						
4. Adequação do(s) Laboratório(s) ao(s) programa(s) da (s) disciplina (s).						
5. Disponibilidade de novas tecnologias em informática ao curso de graduação.						
6. Articulação de projetos institucionais com as atividades didático-pedagógicas do (a) docente.						
7. Contribuição dos recursos audiovisuais, disponíveis na graduação, ao trabalho docente.						
8. Satisfação com o ambiente acadêmico (DERCA)						

COORDENAÇÃO DO CURSO

Legenda/Notas: (A) 9 a 10; (B) 7 a 8; (C) 5 a 6; (D) 3 a 4; (E) 1 a 2; (F) 0

	A	B	C	D	E	F
1. Frequência de contato pessoal com os (as) docente (s) da graduação.						
2. Estímulo ao planejamento e execução de atividades do curso, tais como: ciclo de palestras, seminários, visitas e outros.						
3. Relacionamento do (a) coordenador (a) com os (as) professores (as) do curso.						

4. Disponibilidade do (a) coordenador (a) para atendimento ao (s) professores (as).						
5. Conhecimento, pelo (a) coordenador (a) da graduação, da estrutura acadêmico-administrativa da Instituição.						

TÉCNICOS (AS)

Legenda/Notas: (A) 9 a 10; (B) 7 a 8; (C) 5 a 6; (D) 3 a 4; (E) 1 a 2; (F) 0						
	A	B	C	D	E	F
1. Disponibilidade dos (as) servidores (as) para atendimento aos professores (as).						
2. Resolução das questões acadêmicas através da secretaria do curso.						
3. Satisfação com o desempenho dos (as) técnicos (as) que atuam no curso.						
4. Relacionamento dos (as) técnicos (as) e secretários (as) com os (as) professores (as) da graduação.						

AVALIAÇÃO GERAL DO CURSO

Legenda/Notas: (A) 9 a 10; (B) 7 a 8; (C) 5 a 6; (D) 3 a 4; (E) 1 a 2; (F) 0						
1. Avaliação do curso no qual está vinculado (a).	A	B	C	D	E	F

COMENTÁRIOS E SUGESTÕES: